



# Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária

**Polo V: UFCG / Pombal**

**Crislene Rodrigues da Silva Morais  
Juliana Fernandes Moreira**



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS  
E ECONOMIA SOLIDÁRIA

---

POLO V - POMBAL

**Governo Federal**  
Presidenta Dilma Rousseff

**Ministério da Educação**  
Henrique Paim

**Secretaria de Educação Continuada,  
Alfabetização, Diversidade e Inclusão**  
Macaé Maria Evaristo dos Santos

**Universidade Federal de Campina Grande**  
José Edílson de Amorim

**Coordenação de Material Didático**  
Crislene Rodrigues da Silva Morais  
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

**Coordenação Pedagógica**  
Norma Maria de Oliveira Lima - Campina Grande  
Marta Maria da Conceição - Cuité  
Lenilde Mérgia Ribeiro Lima - Sumé  
Rosálva Dias da Silva - Patos  
Juliana Fernandes Moreira - Pombal  
Vorster Queiroga Alves - Souza  
Edinaura Almeida de Araújo – Cajazeiras

**Coordenação Operacional**  
Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários - IUEES/UFPG

**Técnicos de Apoio**  
Arlyson da Cunha Morais  
Alderiza Veras Albuquerque  
Layse Kyriac Felix da Costa Moura

Crislene Rodrigues da Silva Moraes  
Juliana Fernandes Moreira  
(Organizadoras)

# EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ECONOMIA SOLIDÁRIA

---

POLO V - POMBAL

**Alfredina Dos Santos Araújo**  
**Caciana Cavalcanti Costa**  
**Camilo Allyson Simões de Farias**  
**Edivan Silva Nunes Júnior**  
**Jacyara Farias Souza**  
**Juliana Fernandes Moreira**  
**Patrício Borges Maracajá**  
**Roberto de Sousa Miranda**



Campina Grande – Paraíba  
2015



Direitos Reservados © 2015  
Universidade Federal de Campina Grande

Avenida Aprígio Veloso, 882 – Bairro Universitário  
CEP: 58429-900 – Campina Grande (PB)

**Impresso no Brasil**

**Texto de Apresentação**

Crislene Rodrigues da Silva Moraes

**Concepção da Capa**

Raíssa Gonçalves Cavalcanti  
Crislene Rodrigues da Silva Moraes

**Impressão**

RDS Gráfica e Editora Ltda.  
Rua Carlos Câmara, 1048 – Gentilândia  
60.020-150 – Fortaleza (CE) – rds1048@gmail.com

Moraes, Crislene Rodrigues da Silva

Educação de jovens e adultos e economia solidária – Polo V - Pombal / Crislene Rodrigues da Silva Moraes, Juliana Fernandes Moreira. – Fortaleza, CE: RDS Editora, 2015.

200p.

ISBN: 978-85-7997-139-6

1. Economia. 2. Economia Solidária. 3. Educação. 4. Educação de Jovens e Adultos.  
I. Moraes, Crislene Rodrigues da Silva. II. Moreira, Juliana Fernandes. III. Título.

CDD 330

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Homenagem</b> .....	9
<b>A Educação de Jovens e Adultos no contexto da modalidade compra direta local da agricultura familiar no município de Pombal-PB</b> .....	11
<i>Vanessa Cristina Bento Santana</i> <i>Juliana Fernandes Moreira</i>	
<b>A importância da Educação de Jovens e Adultos para os presidiários no Brasil: um enfoque voltado à garantia da dignidade da pessoa humana</b> .....	24
<i>Janny Eyry Farias Souza de Araújo</i> <i>Juliana Fernandes Moreira</i> <i>Jacyara Farias Souza</i>	
<b>A percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em relação à Economia Solidária</b> .....	39
<i>Rossana Barros Cardoso</i> <i>Juliana Fernandes Moreira</i>	
<b>A realidade socioeconômica e ambiental da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pombal-PB: desafios e possibilidades para a inclusão social</b> .....	50
<i>Marly Cordeiro da Costa</i> <i>Patrício Borges Maracajá</i>	
<b>Economia Solidária com toque feminino: o caso da Associação Comunitária Mulheres do Piranhas</b> .....	66
<i>Elbamneide Bezerra de Medeiros</i> <i>Alfredina dos Santos Araújo</i>	
<b>Economia Solidária no Brasil: uma política pública de formação e libertação</b> ....	79
<i>Maria Cliucia Medeiros Bezerra Segunda</i> <i>Edivan Silva Nunes Júnior</i>	
<b>Educação: releitura do Projovem trabalhador e da EJA em consonância com a ECOSOL em Pombal-PB</b> .....	89
<i>Bizantina Silvino Dos Santos</i> <i>Mônica Tejo Cavalcanti</i>	
<b>EJA e CRAS numa perspectiva da Economia Solidária no município de São Bento-PB</b> .....	108
<i>Amanda Silva de Araujo</i> <i>Alfredina dos Santos Araújo</i>	

<b>Percepção ambiental e econômica dos alunos da EJA de Pombal-PB sobre resíduos sólidos.....</b>	<b>117</b>
<i>Cayze Gauba Melo de Sousa</i> <i>Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias</i>	
<b>Perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio do município de Pombal-PB.....</b>	<b>131</b>
<i>Francisco de Assis da Silva</i> <i>Caciana Cavalcanti Costa</i>	
<b>Projeto de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos na EJA: promoção do ensino-aprendizagem e geração de renda em Pombal-PB.....</b>	<b>142</b>
<i>Jacqueline Liedja Araujo Silva Carvalho</i> <i>Juliana Fernandes Moreira</i>	
<b>Realidades, desafios e tendências da EJA da zona urbana de Pombal-PB: um diagnóstico comparativo entre as Redes Municipal e Estadual de Educação .....</b>	<b>154</b>
<i>Wiltemberg Lima da Silva</i> <i>Roberto de Sousa Miranda</i>	
<b>Relações comportamentais de alunos da EJA, no município de Pombal-PB, na perspectiva de uma Economia Solidária .....</b>	<b>168</b>
<i>Juliana Nobre Pereira</i> <i>Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa</i>	
<b>Diagnóstico socioeconômico dos agricultores familiares e possibilidades de desenvolverem empreendimentos solidários na comunidade rural de Flores em Pombal-PB .....</b>	<b>185</b>
<i>Maria José Leite da Nobrega</i> <i>Caciana Cavalcanti Costa</i>	

## Apresentação

A Economia Solidária (ES) vem ganhando espaço pela característica inovadora de geração de trabalho e renda, tendo como principal foco a inclusão socioeconômica. Esta economia compreende um conjunto de atividades de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizadas de forma autogestionária. As experiências em ES no Brasil demandam aprendizagens específicas que requerem a alfabetização dos trabalhadores empreendedores, tornando-se necessária a aquisição de certas competências e habilidades.

Tendo em vista a necessidade de difundir esta temática na Educação de Jovens e Adultos, foi criado na UFCG, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano (EJAECOSOL) que visou ampliar a compreensão dos educadores sobre as possibilidades de novas formas de inserção dos sujeitos da EJA ao mundo do trabalho.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL foi realizado nos 07 (sete) Câmpus da UFCG, proporcionando aos profissionais envolvidos a possibilidade de um ambiente de reflexão acerca de suas práticas como educadores e/ou gestores. Este curso ajudou os educadores da Economia Solidária e da EJA, gestores e coordenadores de EJA, além outros participantes da ES a ter maior proximidade com a temática da Economia Solidária, dialogar com seus pares, refletir sobre suas práticas como educadores e aprofundar seus conhecimentos, além de executar uma atividade mais eficaz, do ponto de vista da transformação da sua realidade e dos alunos/trabalhadores que frequentam as turmas de EJA.

Esta proposta teve como objetivo promover a integração dos conhecimentos e práticas da Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos, na Paraíba, através da articulação entre os diversos atores envolvidos em atividades de formação e produção de material pedagógico-formativo e de apoio didático de EJA/Economia Solidária, como forma de possibilitar aos educandos da EJA e a comunidades a apropriação de novas formas de geração de trabalho e renda de maneira sustentável.

No que se refere a difusão e transferência de conhecimentos o projeto conseguiu atingir quase todo estado da Paraíba tendo em vista que os cursos aconteceram em sete municípios do estado (Campina Grande, Cuité, Sumé, Patos, Pombal, Souza e Cajazeiras), e alcançou cerca de 280 profissionais das mais diversas áreas de atuação, além do envolvimento de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que contribuíram na ministração de disciplinas e orientação dos profissionais envolvidos.

O Curso de Especialização em EJAECOSOL formou em 2013 na Paraíba, 190 especialistas em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, estando suas monografias distribuídas nas bibliotecas dos Câmpus da UFCG.

Esta coletânea de artigos apresentadas em sete volumes com aproximadamente 21 capítulos cada, pretende contribuir para a formação de educadores, comunidades e gestores, na construção de conhecimento sobre as práticas de Economia Solidária no Semiárido paraibano. Para tanto, os artigos relatam as experiências e reflexões dos autores e das comunidades envolvidas, acerca das relações entre educação e trabalho associado, promovendo uma educação problematizadora que contribuiu para a autonomia dos educandos e dos educadores.

**Crislene Rodrigues da Silva Moraes**

## Homenagem aos Mestres e Doutores da UFCG (ECOSOL e EJA)

Começamos em Outubro  
Professores a estudar  
Pesquisadores e mestres  
Todos a nos ensinar  
Essa nova economia  
Veio para inovar.

Pioneira em ECOSOL  
Vivências nós vamos ter  
Conhecimentos diversos  
Sobre a EJA vamos ver  
Seremos pesquisadores  
Populares vamos ser.

Nosso mestre Irelânio  
Veio nos mostrando as leis  
Que irá nos ajudar  
Cada um por sua vez  
Argumentos sobre EJA  
Iremos ver este mês.

E vem chegando Xangai  
Educador exemplar  
Falar sobre educação  
Paulo Freire a lembrar  
Mostrando sua vida  
De educação popular.

E a nossa mestra Sônia  
Disciplina fundamentos  
Nos deu orientações  
E muitos conhecimentos  
Pela atração filosófica  
Com grande contentamento.

Doutora Socorro Lopes  
Traz a metodologia  
Na direção de caminhos  
Vivência, ideologias  
Como aplicar na aula?  
Veja como contagia.

Doutora Ângela Ramalho  
De parangolé falou  
De filmes libertadores  
A didática anunciou  
Dediquei um dos cordéis  
A mestra que aqui marcou.

Ela falava baixinho  
Quando a turma se agitava  
O seu nome é Idel  
De currículo ela falava  
Valorize o ser humano  
“Carpe Diem” nos lembrava.

Mestra Socorro retorna  
Com a nova disciplina  
Ela usa suas dinâmicas  
Coisas de sua rotina  
No trabalho científico  
Vivência o que ensina.

E o professor Gilvan  
E doutor em economia  
Nos mostrou pra que veio  
Dúvidas não caberia  
Se o aluno fosse esperto  
Ele tudo sabia.

E o nosso mestre Robson  
Levou-nos experiências  
Falou de associações  
E também suas vivências  
Fomos às cooperativas  
Deduzir as sapiências

O mestre Luiz Antônio  
Já chegou bem de mansinho  
Mostrou que o ser solidário  
Nunca anda tão sozinho  
Repartiu tudo que sabe  
Ensinou um novo caminho.

A mestra Sônia retorna  
Com uma nova disciplina  
Falou da pedagogia  
Práticas da nossa sina  
E da nossa educação  
Que a todos contamina.

Nossa mestra Adriana  
Vem falando com cuidado  
Cuide bem da nossa terra  
Não fique ai parado  
O solo pede Socorro  
Reciclar e o seu recado.

À coordenadora Norma  
Venho aqui a divulgar  
Em nome da nossa turma  
Devemos agradecer  
Tao humilde e singela  
Educada e popular.

É doutora em ECOSOL  
Muitas lutas a enfrentar  
Ela segue sempre em frente  
Para ECOSOL divulgar  
Todo aprimoramento  
Crislene irá mediar.

Temos as incubadoras  
Para nos direcionar  
Os fóruns nos motivou  
Temos muito a praticar  
Desconstruir e construir  
Falta conscientizar.

Em nome da nossa turma  
Fica o agradecimento  
Quero agradecer a Deus  
Com grande contentamento  
Para os mestres e doutores  
O nosso conhecimento.

**Jaidete Dias de Sousa**



# A Educação de Jovens e Adultos no contexto da modalidade compra direta local da agricultura familiar no município de Pombal-PB

*Vanessa Cristina Bento Santana  
Juliana Fernandes Moreira*

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, muito se tem discutido sobre a Educação de Jovens e Adultos, que vem ganhando ênfase em todo o mundo em função das mudanças sociais, e das mudanças ocorridas nos processos de trabalho.

Devido também as suas concepções e as práticas educativas que visam à construção das relações sociais, a EJA ganhou novos contornos e novos olhares diante do seu processo educativo, moldando assim a identidade do cidadão e buscando dar um significado à sua vida.

Dessa forma, a Educação de Jovens e Adultos não se trata apenas de uma questão de acesso à escola, ou conhecimento, mas do acesso diferencial aos diferentes tipos de conhecimentos, a mesma, pode assim contemplar as transformações na economia de modo a permitir que homens e mulheres desenvolvam suas habilidades, participando do mercado de trabalho e da geração de renda.

Do mesmo modo, a Economia Solidária surgiu como uma economia de subsistência, voltada para o trabalho e a geração de renda, porém essa economia tem seu objetivo centrado na valorização do ser humano e não do capital.

Diante disso, o município de Pombal, localizado no Sertão Paraibano, se destaca como um dos primeiros municípios a aderir à agenda de compromissos do governo federal, tendo como uma de suas metas beneficiar seus habitantes da zona rural, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O referido município tem como uma das suas principais atividades econômicas, a cultura de subsistência, sendo esta uma economia solidária, que permite que os envolvidos sobrevivam do que produzem, tendo na agricultura uma importante alternativa de emprego e renda, e conseqüentemente uma educação qualitativa. Com isso, o município de Pombal aderiu ao Programa de Aquisição de Alimentos, que possui em sua jurisdição a modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar, permitindo a aquisição de alimentos para distribuição ou formação de estoques públicos.

A modalidade Compra Direta busca incentivar a agricultura familiar proporcionando ao agricultor um conhecimento sobre a comercialização dos seus produtos, permitindo que o mesmo comercialize produtos frescos e de boa qualidade, dando condições de crescimento real na renda familiar, melhorando as condições de vida desses agricultores, além de garantir a segurança alimentar do município, na medida em que adquirem uma parcela significativa da produção desses alimentos.

Diante de tal situação este trabalho surge na tentativa de sanar as dúvidas com relação à inserção da Educação de Jovens e Adultos na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar, visando à escolarização e qualificação profissional que os agricultores possuem.

A partir daí, a proposta primordial deste trabalho é discutir como a Educação de Jovens e Adultos pode beneficiar os agricultores da modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar, integrada a qualificação social e profissional que essa modalidade proporciona as famílias beneficiadas, além de analisar se o Compra Direta proporciona uma relação de aprendizado com a EJA.

## 2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Nos últimos anos, a Educação de Jovens e Adultos vem ganhando ênfase nas diversas áreas dos segmentos sociais, surgindo com bastante credibilidade no campo da agricultura, com o objetivo de levar aos agricultores o conhecimento necessário para a sua sobrevivência na sociedade, além de oportunizar ao mesmo a interação da sua vivência com a educação proposta.

De acordo com documento publicado pelo MEC (2006), intitulado “Alunos e Alunas da EJA”, o aluno é um sujeito repleto de saberes, sendo estes, particulares, diversos, nascidos da interação com o meio físico, familiar, da experiência com o trabalho, do fazer e dos papéis sociais que cada um de nós desempenha em cada fase da vida.

Com isso, a Educação de Jovens e Adultos propõe ao campo da agricultura uma interação dos agricultores com o meio externo, com o contexto em que o mesmo se encontra, se reconhecendo enquanto sujeito da sua própria história, além de exercer de forma crítica e reflexiva o seu direito de cidadão.

De acordo com o documento do MEC (2006), devemos considerar que o sentido de aprender, nas classes de EJA, está no encontro dos alunos com a satisfação de suas necessidades e expectativas, que foram se construindo ao longo da vida, a partir e no contexto de sua cultura.

Porém o que se observa é a dicotomia existente entre a Educação Regular e a EJA, que se encontra em prioridades divergentes, uma vista como prioritária para o contexto de desenvolvimento econômico de modo a atender aos interesses do capital, e a outra vista como uma educação de lugar de atraso e acesso a quem por ventura não conseguiu se alfabetizar.

Nesta situação Antônio (2010, p. 139) comenta que:

A realidade da educação no meio rural está envolvida pelos interesses das forças dominantes, e são esses mesmos interesses que constituem a história da situação educacional para o campo. Os interesses da elite urbana industrial e das forças rurais conservadoras situam a educação do campo entre momentos de presença e momentos de ausência na agenda política do Estado.

De fato, a educação para jovens e adultos por si só, já possui os seus entraves, e no campo aí é que se precisa de um olhar diferenciado, pois os beneficiários dessa educação, ou seja, os agricultores, geralmente eles possuem um baixo nível de escolaridade, além de procurarem por algo que possa contribuir em sua vida social e econômica.

Na agricultura familiar o que se predomina na forma de produção é a interação entre gestão e trabalho, sendo os agricultores o principal agente desse processo produtivo, que busca a geração de emprego e renda, além da segurança alimentar, preservação ambiental e consequentemente o desenvolvimento socioeconômico do país.

Porém o que se encontra na agricultura familiar é um elevado índice de agricultores que nunca tiveram acesso à escola, ou que tiveram, mas não conseguiram prosseguir com os estudos, pois tinham que optar pelo trabalho.

Di Pierro e Andrade (2009) destacam que não basta garantir apenas o acesso a educação na própria zona rural, mas também proporcionar os meios que esta educação possa se efetivar como infraestrutura, qualidade, pertinência, equipamentos nas escolas entre outros.

Considera-se que a perspectiva de uma Educação de Jovens e Adultos na Agricultura Familiar ainda é um grande desafio. Porém, é um passo muito importante para os envolvidos nesse processo, principalmente aos agricultores, que busca resgatar as suas crenças, o seu crescimento pessoal e profissional, além de aumentar a autoestima tendo a oportunidade de se escolarizar-se e de continuar seus estudos.

## 2.1 A EJA na agricultura familiar do município de Pombal-PB

Ao se considerar a importância da agricultura familiar para o meio rural, fica evidente que a grande maioria dos pequenos municípios tem na agricultura a sua principal atividade econômica. O que não se aplica diferente no município de Pombal – Paraíba. O referido município vem buscando realizar um trabalho de melhoria na qualidade de vida das famílias agricultoras.

Assim sendo, o presente trabalho tem como objetivo a análise da Educação de Jovens e Adultos, integrada a qualificação social e profissional da Agricultura Familiar, representado pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em sua modalidade Compra Direta no município de Pombal – PB, e o que a mesma proporciona as famílias beneficiadas, condicionado a uma melhoria na qualidade de vida das famílias inseridas na modalidade Compra Direta oriundos da agricultura familiar.

No município de Pombal, respectivamente na Secretaria de Trabalho e Ação Social foram aplicados questionários qualitativos com a responsável pela Agricultura Familiar e com os agricultores beneficiários do Compra Direta. As informações obtidas com a aplicação desse questionário foram submetidas à análise de discurso.

Segundo Wanderley (1996, p.2), o conceito de Agricultura Familiar como categoria genérica é entendido como “aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Esta combinação entre propriedade e trabalho, no entanto, assume no tempo e no espaço uma grande diversidade de formas sociais.

A agricultura familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo o trabalho a prioridade da família, que ao mesmo tempo é a principal responsável pela efetivação do trabalho. A esse respeito Lamarche (1993, p.15), descreve que a exploração familiar corresponde:

(...) a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Visto que as entidades governamentais tem dedicado uma boa parcela de recursos para a agricultura familiar, através dos programas federais, que possuem parcerias com os governos estaduais e municipais, que tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico, a partir das elaborações das políticas públicas, do crédito, da assistência e dos cursos de capacitação.

Com isso a Educação de Jovens e Adultos vem para viabilizar essa demanda para as famílias agricultoras, facilitando o processo de relação com o que lhe é oportunizado, além de proporcionar ao agricultor o conhecimento formal necessário para a adaptação ao meio social.

Diante dessa realidade, a EJA pode propor a descoberta de novos campos produtivos que valorizem a localidade e as condições ambientais. Nesse sentido, a EJA torna-se um espaço de vivências entre os jovens e adultos e a natureza como um todo.

Freire (1978, p. 56) defendeu em suas teses, a formação do homem pelo homem, na qual, “é necessário democratizar o saber em todos os níveis, dando abertura para a expressão da palavra e sentido as ações já desenvolvidas”. Assim a proposta da EJA de acordo com Freire (2002, p. 14) afirma que:

Tal função tem como base o caráter incompleto do ser humano cujo potencial de desenvolvimento e adequação pode se atualizar em quadros escolares ou não escolares mais do que nunca é o apelo à educação permanente, à criação de uma sociedade educada para o universalismo, a solidariedade, a igualdade e a diversidade.

O que compreende uma educação a ser desenvolvida nos diversos espaços, que de alguma forma proporcionam a construção e o aprimoramento do conhecimento já exposto pelos educandos.

Fica evidente que as expectativas que os jovens e adultos depositam nos processos de escolarização, se trata da assimilação dos códigos de leitura e escrita, necessários para a sobrevivência na sociedade, pois este meio social exige de todos os envolvidos a apreensão da leitura e da escrita para que possam exercer sua cidadania.

Diante de tudo isso, não resta dúvidas sobre o que se pretende fazer, que é trabalhar a educação, sendo esta de jovens e adultos, com o trabalho, e no município de Pombal-PB, o que se pretende é observar se está sendo trabalhado, conforme o que propomos neste trabalho acadêmico.

Essa é a proposta do que Paulo Freire (1980) chamava a Educação Libertadora. Tomando como ponto de partida as condições de vida e trabalho dos educandos. O educador abre um diálogo com eles sobre a questão “para quê desejam educar-se”. Fica logo evidente por suas respostas que suas motivações para a educação estão vinculadas não a um desejo abstrato de “saber”, mas a pretensões concretas como trabalhar melhor, conseguir um trabalho que renda mais, melhorar a vida para si e para a família. Na consciência dos que vivem do seu trabalho, a vinculação entre trabalho e educação faz-se naturalmente, pela sua própria condição de ser humano trabalhador.

Diante disso a Agricultura Familiar, representada pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, em sua modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar, surge como uma proposta de desenvolvimento local, que promove a inclusão social no campo e a garantia do alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar (BRASIL/MDS, 2003).

Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.

A referida modalidade Compra Direta iniciou-se no município de Pombal – PB, em maio de 2006, e funciona até os dias atuais, onde a Prefeitura Municipal do município, representada pela Secretaria de Trabalho e Ação Social, compra os produtos dos seus agricultores, sendo estes dispensados dos processos de licitação, além de que os preços dos produtos precisam ser compatíveis com o dos mercados regionais.

Durante os anos de 2012 e 2013 na realização do PAA – Compra Direta, Pombal – PB, foram adquiridos cerca de 90 toneladas de produtos, desde a parte de hortaliças, verduras, banana, melancia, milho, como também polpas e doces.

Esses produtos comprados pelo PAA são destinados a ações de alimentação empreendidas por entidades da rede socioassistencial, que são: Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição como Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias para famílias em situação de vulnerabilidade social. Além disso, esses alimentos também contribuem para a formação de cestas de alimentos distribuídas a grupos populacionais específicos.

Esses produtos adquiridos também são destinados aos programas sociais, a exemplo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva (CEMAR), o abrigo dos idosos e o Hospital Municipal.

Neste ano de 2013 no município de Pombal, 100 agricultores familiares foram beneficiados com o PAA, tendo um valor de mais de 200 mil para serem injetados no programa durante o ano.

Para esta modalidade existe uma tabela de preço, onde é utilizada uma média de preço local feita através de pesquisas de preço ou através dos preços estabelecidos pela CONAB. A



tabela de preço também pode ser baseada na orientação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, pois este se baseia no melhor preço para atender de forma eficiente a necessidade dos agricultores de terem um preço adequado.

Uma vez aceita a tabela de preço pelo Ministério, esta só é modificada por intermédio deste e com a aprovação do mesmo se entender que algum preço está defasado. Quando acontece de o Ministério alterar a tabela é porque os preços estão muito abaixo da média do mercado local.

O processo de comercialização dos produtos do Compra Direta da Agricultura Familiar no município de Pombal é realizado na Secretaria de Trabalho e Ação Social, não existindo mudança de local, a não ser para uma melhoria da execução da referida modalidade.

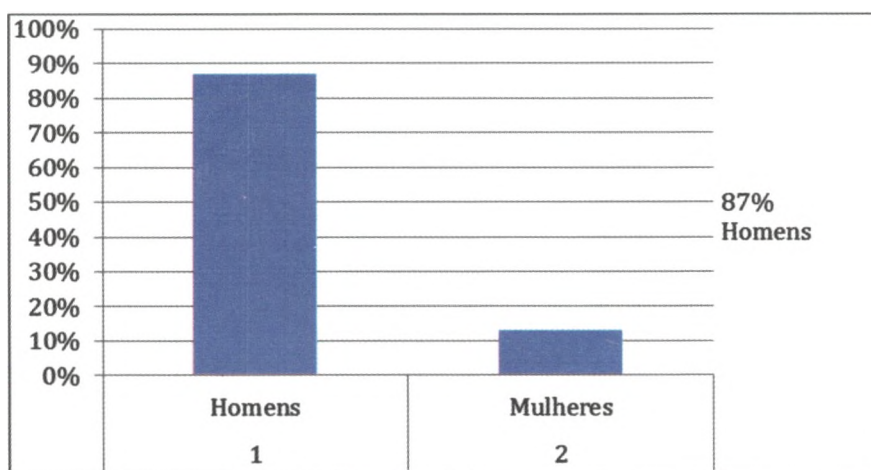
Assim sendo, buscou-se realizar uma amostragem da atual situação dos agricultores familiares participantes do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, em sua modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar, com a aplicação de dois questionários, um destinado a responsável pela Compra Direta com 18 (dezoito) perguntas e o outro com 12 (doze) perguntas destinadas aos agricultores, os mesmos tinham como objetivos avaliar o PAA - Compra Direta e saber quem são esses agricultores beneficiados com esse programa, além de avaliar as características, dificuldades, e melhorias proporcionadas pelos programas.

## 2.2 Diagnóstico dos agricultores familiares do compra direta

Diante do exposto, é necessário ter uma noção mais precisa dos agricultores beneficiários da modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar. Dessa forma, serão explicitados alguns dados estatísticos sobre quem são eles, onde moram, o nível de escolaridade, o gênero, a faixa etária de idade, renda e produtos vendidos por esses agricultores.

No questionário aplicado com os agricultores familiares, ficou evidente que a maioria dos beneficiários do programa era do sexo masculino, sendo estes 87% homens e 13% mulheres, o que demonstra a necessidade da inserção das mulheres cada vez mais no processo produtivo familiar, até porque a prioridade do Ministério é atender 70% de mulheres bem como os assentados.

**Figura 1 – Demonstração da predominância do sexo masculino na modalidade Compra Direta, exemplificando assim a necessidade da inserção das mulheres cada vez mais no processo produtivo familiar.**



Ao analisar os resultados dos questionários quanto ao gênero, pode-se perceber que há um grande déficit de participação das mulheres com relação ao programa, onde as poucas beneficiárias afirmaram que, o que mais dificulta a sua participação no Compra Direta Local é

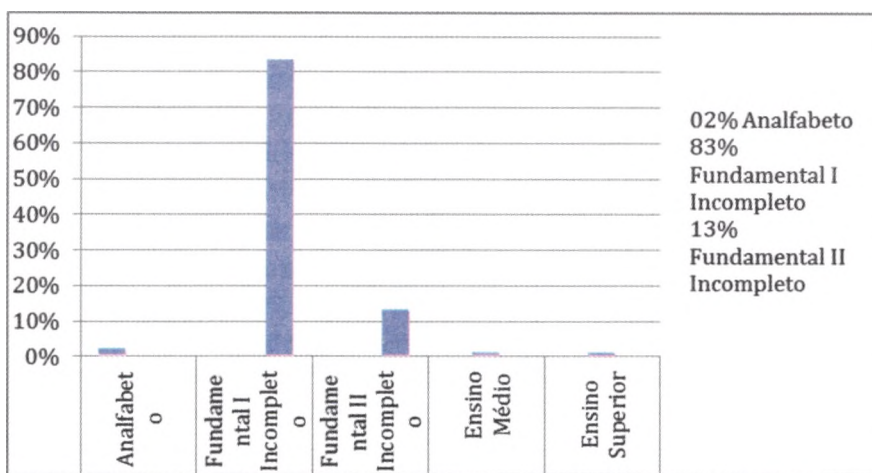


falta de transporte para locomover a sua produção de casa até o local de realização do PAA.

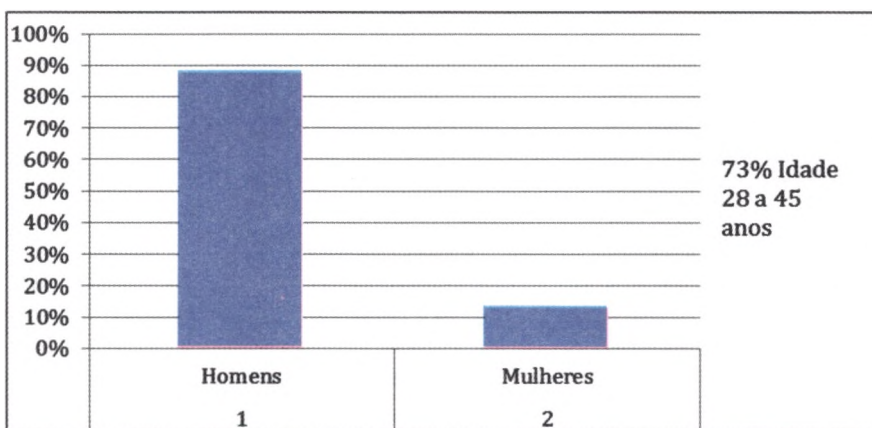
Foi observado ainda que dos 100 beneficiários apenas 35% são assentados, sendo que 17% residem no Assentamento Margarida Maria Alves, e os outros 18% residem no Assentamento Jacú, sendo que os 65% restantes são pequenos agricultores familiares localizados nas zonas rurais de Pombal-PB, tais como: Várzea Cumprida dos Oliveiras, Caiçarina, Flores, Juá, Monte Alegre, São João I e II, Riachão do Pedro, Pinhões, Barra, Triângulo, Trincheiras e Riachão de Baixo.

Os próximos gráficos irão demonstrar o nível de escolaridade desses agricultores familiares, assim como a faixa etária de idade dos mesmos, onde pode ser observado que todos os beneficiários são adultos, sendo que dos 100 agricultores 14% são aposentados. Em sua totalidade 73% dos agricultores possuem idade de 28 a 45 anos, os outros 27% possuem idade de 45 a 70 anos.

**Figura 2 – Demonstração do nível de escolaridade dos agricultores familiares beneficiários do Compra Direta Local da Agricultura Familiar.**



**Figura 3 – Demonstração da faixa etária de idade dos agricultores familiares do Compra Direta Local da Agricultura Familiar.**



Todavia pode-se observar que a grande maioria apenas possui o Ensino Fundamental I Incompleto, o que foi possível identificar que esse fator agrava o nível de aprendizagem e assimilação dos conhecimentos adquiridos pelo programa, visto que a grande maioria não possui escolarização, muitos deles só sabem assinar o nome, dificultando assim o entendimento sobre o processo. Não esquecendo de demonstrar que apenas 06% desses agricultores estudam.

Portanto, diante da necessidade e do nível de instrução dos beneficiários do Compra Direta Local da Agricultura Familiar no município de Pombal-PB, fica evidente a importância da relação da Educação de Jovens e Adultos para com a Agricultura Familiar, contribuindo esta como um suporte teórico e prático para a adaptação do meio social, familiar e profissional em que se encontram os agricultores familiares.

Proporcionado ao mesmo, serem construtores da sua própria história, além da troca de experiências adquiridas no contexto do campo e a oportunidade de elevar sua escolaridade por meio de novos conhecimentos que podem ser utilizados nas diferentes relações cotidianas.

### **2.3 A EJA como instrumento de capacitação, educação e consolidação da aprendizagem para os agricultores familiares da modalidade Compra Direta no município de Pombal-PB**

Devido as crescentes transformações ocorridas no mundo do trabalho, a EJA ganhou importância em suas discussões, perpassando por um contexto social que visa à construção e aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem, dentro da perspectiva do desenvolvimento social, econômico, cultural e político que buscam o desenvolvimento dessa educação tornando-a cada vez mais evidente.

Essa educação proporciona aos indivíduos, a participação e o envolvimento nos diversos segmentos sociais, buscando não apenas a inclusão nessa sociedade desigual, mas a construção de uma nova sociedade fundada na igualdade política, econômica e social, visando uma escola vinculada ao mundo do trabalho.

Porém o mundo do trabalho está estreitamente ligado às transformações tecnológicas ocorridas nas formas de produção, que buscam uma nova organização na produtividade. Essas novas tecnologias exigem trabalhadores mais versáteis, capazes de compreender o processo de trabalho como um todo, dotados de autonomia e iniciativa para resolver problemas em equipe.

Pensar a Educação de Jovens e Adultos nesse contexto, implica dizer que a mesma assume a condição humanizadora da educação, que por isso mesmo não se restringe a “tempos próprios” e “faixas etárias”, mas se faz ao longo da vida, nos termos da Declaração de Hamburgo de 1997 (IRELAND, MACHADO e PAIVA, 2004). Nesse sentido, o que realmente se pretende é a formação humana, em sua amplitude, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade, integrada a uma formação profissional que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhoria das próprias condições de vida e da construção de uma sociedade socialmente justa.

Diante disso, a EJA facilita o educando no seu desenvolvimento com o processo social e tecnológico, contribuindo nas formas de comunicação, além de garantir uma formação profissional de qualidade, sendo esta uma formação na vida e para a vida e não apenas de qualificação do mercado ou para ele.

Isto é, permite ao sujeito além de conhecer os processos produtivos, constituir instrumentos para inserir-se de diversos modos no mundo do trabalho, inclusive gerando seu emprego e sua renda. Nesse sentido, a EJA proporciona uma adaptação ao meio social, seja ele, religioso, familiar, político ou cultural.

Além disso, o educando se torna um cidadão capaz de atuar sobre a realidade e, dessa forma, ter participação ativa na sociedade, e na construção de sua própria história. Nesse sentido, a educação é o processo de criação, produção, socialização e reapropriação da cultura e do conhecimento produzidos pela humanidade por meio de seu trabalho.

A formação assim pensada contribui para a integração social do educando, o que busca compreender o mundo do trabalho sem limitar-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos. De fato, essa proposta proporciona a formação de cidadãos-profissionais capa-

zes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora.

Não se esquecendo dos conhecimentos que os educandos possuem que os mesmos produziram e produzem, suas lógicas, estratégias e táticas de resolver situações e enfrentar desafios.

Mediante o que foi exposto, a EJA busca facilitar a aprendizagem dos agricultores familiares da modalidade Compra Direta no município de Pombal-PB, na medida em que põem suas práticas pedagógicas, seus modos próprios de reinventar a didática cotidiana, desafiando-o a novas buscas e conquistas — todos esses temas de fundamental importância na organização do trabalho.

Nesse sentido o que se pretende é a formulação de uma proposta pedagógica específica, clara e bem definida, voltada para a formação do campo e suas especificidades, para que possa atender as reais necessidades de todos os envolvidos, e oferecer respostas condizentes com a educação que buscam, dialogando com as concepções formadas sobre o campo de atuação profissional, sobre o mundo do trabalho, sobre a vida.

Aos agricultores alunos deste processo não serão garantidos empregos nem, melhoria material de vida, mas sim garantia de possibilidades de alcançar esses objetivos, além de enriquecerem o seu conhecimento de ler o mundo, no sentido freireano, estando no mundo e o compreendendo de forma diferente da anterior ao processo formativo.

A concepção de EJA, na perspectiva de uma educação continuada ao longo da vida, foi enfatizada no Art. 3º da Declaração de Hamburgo, fruto da V CONFINTEA realizada em 1997, ao afirmar que: A educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, onde pessoas consideradas “adultas” pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade. A educação de adultos inclui a educação formal, a educação não-formal e o espectro da aprendizagem informal e incidental disponível numa sociedade multicultural, onde os estudos baseados na teoria e na prática devem ser reconhecidos (IRELAND, MACHADO e PAIVA, 2004).

Sendo assim, a efetiva participação dos agricultores na produção dos seus conhecimentos, propõe um estímulo cotidiano para os diversos aprendizados, além da constante superação, e consciência do valor da sua escolarização e da qualificação profissional.

De acordo com Brasil (1996, Art.39) a vinculação entre educação e trabalho torna-se, assim, uma referência primordial. No que diz respeito à educação profissional, a LDB esclarece que: A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Isto significa dizer que essa formação da EJA não está exclusivamente para o mundo do trabalho, mas sim a partir dele, como um ponto onde deve confluir diversas abordagens e contribuições para a melhoria da qualidade desse processo.

Além disso, fala-se em qualificação social e profissional para denominar as ações de formação voltadas para uma inserção autônoma e solidária no mundo do trabalho. A qualificação social e profissional permite a inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas (BRASIL, 2003, p. 24). Para isso, faz-se necessário no decorrer do processo formativo “a promoção de atividades político-pedagógicas baseadas em metodologias inovadoras dentro de um pensamento emancipatório de inclusão, tendo o trabalho como princípio educativo; o direito ao trabalho como um valor estruturante da cidadania; a qualificação como uma política de inclusão social e um suporte indispensável do desenvolvimento sustentável, a associação entre a participação social e a pesquisa como elementos articulados na construção desta política e na melhoria da base de informação so-

bre a relação trabalho-educação-desenvolvimento. Isso possibilita a melhoria das condições de trabalho e da qualidade social de vida da população” (BRASIL, 2005, p. 20-21).

Afirma-se que o processo de ensino-aprendizagem não se dá apenas nos espaços escolares, mas sim nos diferentes espaços, sem ter hora e nem lugar para a realização do mesmo. Contudo o que se viabiliza para os agricultores é que os mesmos aprendem com os saberes construídos na escola, na família, na cultura, na convivência social em que o encontro das diferenças produz novas formas de ser, estar e de se relacionar com o mundo.

Portanto, para atender a especificidade da modalidade EJA, necessariamente nos campos de atuação dos agricultores, se faz a organização de tempos e espaços formativos adequados a cada realidade. Assim, é necessário a organização de um calendário escolar voltado para as peculiaridades existentes no campo, como por exemplo os turnos de trabalho.

Até porque essa aprendizagem não ocorre de maneira imediata e instantânea e nem, apenas, pelo domínio de conhecimentos específicos ou informações técnicas a mesma requer um processo constante de envolvimento e aproximações sucessivas, amplas e integradas, fazendo com que o educando possa, a partir das reflexões sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento acerca do objeto em estudo.

## **2.4 O compra direta local como instrumento de desenvolvimento da EJA**

O PAA em sua modalidade Compra Direta Local tem estimulado mudanças significativas na matriz produtiva e consumidora das famílias beneficiadas. Dessa forma, esta uma modalidade do PAA que é voltada para a aquisição de alimentos, tendo um limite anual para venda de cada agricultor, e operada pela CONAB com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, não podendo os preços ultrapassarem o valor dos preços ofertados pelos mercados locais, ou seja, precisam ter preços de referências.

Para participar do Programa, o agricultor deve ser identificado como agricultor familiar, enquadrando-se no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), sendo identificado por meio de uma Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

Com isso, esta modalidade tem como objetivo principal promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, entendendo que o governo compra o seu excedente, a fim de incentivar a produção em larga escala, promovendo uma alimentação digna e de qualidade a população.

O Compra Direta é de grande importância para o desenvolvimento do município, pois através dele o governo municipal consegue atingir o primeiro objetivo do milênio que é acabar com a fome e a miséria e este tem garantido alimentos de qualidades à população mais carente de Pombal, além de desenvolver princípios educativos na vivência com os processos de comercialização dos produtos.

Diante de todo esse processo de comercialização do compra direta, existem ainda muitas limitações em sua operacionalização dificultando o melhor desempenho nas atividades desenvolvidas pelo programa. São inúmeras limitações, sendo destacadas: a divulgação restrita do PAA, o desconhecimento por parte dos beneficiários dos objetivos e da dinâmica do programa e a falta de assistência técnica.

Uma das principais limitações apontadas pela grande maioria das avaliações diz respeito à divulgação restrita do Programa (DORETTO e MICHEOLLON, 2007; SPAROVEK et al., 2007; CORDEIRO, 2007). Conforme Cordeiro (2007), a pouca divulgação impede que um número maior de pessoas tenha acesso ao PAA.

Concomitante a restrita divulgação, as avaliações sinalizam para a falta de clareza dos participantes do programa em relação aos objetivos e procedimentos do mesmo (BOTELHO et al., 2007; GOMES e BASTOS, 2007)



Muitas vezes, no desenrolar do programa o que se prioriza entre os participantes é a questão do custeio financiado pela CONAB, com preocupações voltados para os recursos, deixando de lado a essência dos objetivos e das dinâmicas ofertadas pelo PAA, ocasionando muitas vezes por parte dos beneficiários o desconhecimento com relação ao programa e a origem dos alimentos, sendo que muitos deles desconhecem a dinâmica da aquisição dos produtos.

Para isso é necessário criar relações de confiança e respeito mútuo, nas formas de apresentação do programa, ocasionando conhecimentos e benefícios entre ambas as partes.

Para que o Compra Direta seja um instrumento de desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, o mesmo precisa de uma estrutura mais adequada e voltada para os campos, interligando essa ação as diversas instâncias, principalmente as educativas, pois os beneficiários necessitam desses conhecimentos para um melhor desenvolvimento do profissionalismo, que ocasionalmente usam em seu meio social. Este arranjo requer um conjunto não desprezível de recursos humanos e materiais das instâncias sociais para sustentar o PAA.

A falta de assistência técnica é outro fator limitante, onde os agricultores sentem dificuldades de se organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA, o que, possivelmente, seria facilitado se a assistência técnica estivesse atrelada ou apoiando o Programa. Como advertem Mattei (2007b; 2007c) e Rocha et al. (2007), faz-se necessário uma melhor articulação entre as políticas de apoio à produção e as políticas de apoio à comercialização, interferindo na quantidade e qualidade dos seus recursos materiais e humanos e, por conseguinte, na capacidade de cumprirem com seus papéis nos arranjos institucionais do PAA.

Com isso, ficou evidente na aplicação do questionário com os envolvidos nesse programa, que não há uma relação entre a EJA e Agricultura Familiar, sendo observados quesitos onde se pode perceber que a referida instituição acha muito interessante a proposta abordada, porém não trabalha com ela, ficando ciente de que a população com que eles trabalham, sejam esses os agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA possuem um nível de escolaridade baixo.

Em outras palavras, pode-se perceber que na realização desse programa, não existia nenhum trabalho de conscientização sobre o âmbito educacional, de como os estudos poderiam contribuir para o aperfeiçoamento do trabalho e da dinâmica do Programa de Aquisição de Alimentos, respectivamente a modalidade Compra Direta.

Como já dizia Freire (2005, p. 56):

De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua incapacidade.

Portanto, conclui-se que o Compra direta é sim um instrumento de desenvolvimento da EJA, desde que sejam trabalhados os princípios para a qualificação profissional e educacional, estimulando, propondo, criando, desenvolvendo ações educacionais, utilizando metodologias voltadas para a especificidade do campo, tendo em vista contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável.

É de conhecimento de todos que a educação tem papel fundamental no desenvolvimento do país, a escola é o espaço que deve oferecer a apropriação do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e a sua utilização no exercício efetivo da cidadania. Porém a educação pode acontecer em diversos espaços, sendo o espaço onde acontece o Compra Direta, um lugar de alcançar resultados de aprendizagem significativas e identificáveis.

### 3 CONCLUSÃO

Trabalhar com Educação de Jovens e Adultos e o Programa de Aquisição de Alimentos, em sua modalidade Compra Direta Local Agricultura Familiar constitui um verdadeiro desafio,



que a cada passo conquistado, mostram outros tantos a serem desenvolvidos, principalmente, devido à falta de fontes bibliográficas que enfocam a relação da EJA com a economia solidária, ou da relação da EJA com a agricultura familiar ou programas referidos a agricultura familiar.

Na verdade, falar da educação de jovens e adultos no contexto do Compra Direta Local da Agricultura Familiar implica em termos, abordar uma série de questionamentos que vão desde o perfil dos agricultores até os campos onde os mesmos produzem.

Observa-se que não é visível a todos, o desenvolvimento da EJA no decorrer das ações do referido programa, o que objetiva esse projeto de pesquisa a mostrar qual a relação que a Educação de Jovens e Adultos tem com o compra direta, procurando assim mostrar as possíveis contribuições que um pode dar para o outro.

Portanto, é importante que essas modalidades trabalhem em conjunto em prol dos agricultores, propondo assim aos mesmos o conhecimento necessário para exercer a sua cidadania.

#### 4 REFERÊNCIAS

ANTONIO, C. A. **Por uma Educação do Campo: Um Movimento Popular de Base Política e Pedagógica para a Educação do Campo no Brasil**. 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ARANHA, M. L. A. **História da educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BELLO, J. L. P. **Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL**. História da Educação no Brasil. Período do Regime militar. Pedagogia em foco, Vitória 1993, Disponível em: [www.pedagogiaemfoco.pro.br](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br). Acesso em: 02 de setembro de 2013.

BENINI, E. A. **Economia solidária, Estado e sociedade civil: um novo tipo de política pública ou uma agenda de políticas públicas?** Org & Demo, UNESP, Marília, n. 4, 2003.

BOTELHO FILHO, F.B. *et al.* Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões nordeste e sul do Brasil. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**, n.5, 2007.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, Diário Oficial da União, 05/10/1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes para uma Política Nacional de Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC/FNUAP, 1994.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação: 2003-2007**. Brasília: MTE, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes da Terra: Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com Qualificação Social e Profissional para Agricultores(as) Familiares**. Brasília: MEC, out. 2005.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária (SE-NAES). **Atlas da Economia Solidária no Brasil - 2005**. Brasília, 2006.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA: a perspectiva dos beneficiários**. Brasília: CONAB, 2007.

CUNHA, G. C. In: **Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária / André Ricardo de Souza, Gabriela Cavalcanti Cunha, Regina Yoneko Dakuzaku (orgs)**. São Paulo. Contexto, 2003.

- DORETTO, M.; MICHELLON, E. **Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos**. Sociedade e desenvolvimento rural. v.1, n.1, 2007.
- DI PIERRO, M. C.; ANDRADE, M. R. **Escolarização em Assentamentos no Estado de São Paulo: Uma Análise da Pesquisa Nacional de Educação na Reforma Agrária 2004**. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 14, n.41, p.246-391, Maio/Agosto. 2009.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, P. Educação e participação comunitária. *In*: CASTELLS, Manuel. **Novas perspectivas críticas em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 140p.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 5. Ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002. (Guia da Escola Cidadã; v. 5).
- GOMES, A.; BASTOS, F. **Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco**. Sociedade e desenvolvimento rural. v.1, n.1, 2007.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Tradução de Hélio Pólvoira). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação brasileira**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, nº 14. Rio de Janeiro: mai/ago, 2000.
- IRELAND, T.; MACHADO, M. M.; PAIVA, J. (orgs.). Declaração de Hamburgo sobre educação de adultos – V CONFINTEA. *In*: **Educação de Jovens e Adultos**. Uma memória contemporânea 1996 – 2004. Brasília: MEC: UNESCO, 2004. (Coleção Educação para Todos). p. 41-49.
- LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar: comparação internacional**. Tradução de Ângela M. N. Tijiwa. Campinas: Unicamp, 1993. v. 1. (Coleção Repertórios).
- MATTEI, L. **Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina**. Sociedade e desenvolvimento rural. v.1, n.1, 2007b.
- MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do Estado de Santa Catarina. *In*: **Anais XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Fortaleza: SOBER, 2007c.
- MDS. Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso: em 16/09/2013.
- MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br). Acesso em: 17/09/2013.
- MEC/SECAD, Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos. *In*: **Alunas e Alunos da EJA**. Brasília – 2006.
- MOURA, M. G. C. **Educação de jovens e adultos: um olhar sobre sua trajetória histórica**. Curitiba: Educarte, 2003.

- PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1983.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. *In*: GADOTTI, M.; GUTIÉRREZ, F. (orgs). **Educação comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez, 1993.
- RIBEIRO, V.M.M. (Org.) **Educação para Jovens e Adultos: ensino fundamental: proposta curricular – 1º segmento**. São Paulo: Ação Educativa: Brasília: MEC, 2001.
- SINGER, P. **Uma utopia militante**. Repensando o socialismo. Petrópolis, Vozes, 1998.
- SINGER, P. Incubadoras universitárias de cooperativas: um relato a partir da experiência da USP. *In*: SINGER, P.; SOUZA, A. (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. Economia Solidária. *In*: CATTANI, A.D. **A outra economia**. Porto Alegre, Veraz Editores, 2003.
- SINGER, P. **As grandes questões do trabalho no Brasil e a economia solidária no Brasil**. Revista Proposta. Junho/agosto de 2003b, n.97, p.12-16.
- SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. *In*: KRUPPA, S.M.P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 11-31.
- SOARES, L. J. G. **A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 2, n. 11, p. 27-35, out./nov. 1996.
- SPAROVEK, G. et al. Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região nordeste. *In*: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS**, n.5, 2007.
- UNESCO. **Declaração de Hamburgo**, Alemanha, 1997.
- TAUILE, J. R. **Do socialismo de mercado à economia solidária**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Teoria de desenvolvimento no novo século, junho de 2001.
- TIRIBA, L. Vargas. **Los trabajadores, el capitalismo y la propiedad colectiva como estratégia de supervivencia y de solidad: Rastreado el debate histórico**. Contexto e educação. Abril/junho de 1997, n.46, p-07-34.
- WANDERLEY, M. N. B. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1996. Cap. 1, p. 21-55.

# **A importância da Educação de Jovens e Adultos para os presidiários no Brasil: um enfoque voltado à garantia da dignidade da pessoa humana**

*Janny Eyry Farias Souza de Araújo  
Juliana Fernandes Moreira  
Jacyara Farias Souza*

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente artigo objetiva analisar de forma concatenada as técnicas utilizadas no processo de ensino-aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos (EJA) para os presídios brasileiros, enfocando a utilidade dessas novas metodologias para preservação da dignidade da pessoa humana dos apenados e o desenvolvimento econômico e social do Brasil e. Para tanto, se utilizará do método de abordagem dedutivo, partindo da análise metodológica dos mecanismos aplicados no processo ensino-aprendizagem e como estes se aplicam as especificados do EJA nos presídios brasileiros, partindo de uma experiência vivenciada na cadeia pública de Pombal-PB. Como técnica de pesquisa será feita uma revisão bibliográfica dos principais autores e teorias clássicas sobre o tema, especialmente, a legislação pertinente à temática com aportes interdisciplinares na área educacional, sociológica e jurídica. Serão abordados também: a aplicação das ferramentas metodológicas da EJA nacionais; a necessidade de profissionalização qualificada para a Educação dos Jovens e Adultos por meio da qualificação profissional. Ainda serão feitos aportes pontuais sobre os espaços sociais onde melhor se adequariam as políticas públicas voltadas para a legislação de jovens e adultos, destacando-se, neste ponto, a adoção das práticas pedagógicas do EJA nos presidiários brasileiros, o que fomentará o necessário processo de ressocialização. Por fim, serão elencadas as alternativas para o melhoramento da Educação de Jovens e Adultos nos presídios brasileiros.

## **2 A LEGISLAÇÃO QUE VERSA SOBRE A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: ANÁLISE DE SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA**

A educação sempre foi indicador primordial para a caracterização do desenvolvimento econômico e social de um país já que ela é a mola mestra para a formação dos cidadãos. Sob esse aspecto, toda a construção histórica do Brasil foi pautada na tentativa de criação de melhores mecanismos educativos visando a formação de bases cidadãs sólidas.

Mesmo diante das precárias condições de distribuição de renda no país, a construção de instrumentos mais eficazes para a educação foi disseminada durante toda a história brasileira. Percebeu-se que tais políticas eram somente direcionadas para as crianças, no entanto, os processos educativos, métodos e demais técnicas devem ser voltados no país para milhares de jovens e adultos que ainda não eram sequer, alfabetizados. Nesse grupo se incluem também os apenados brasileiros.

A necessidade de um povo alfabetizado é crucial na construção das bases cidadãs de uma nação. Somente o conhecimento é capaz de garantir participação efetiva nos processos decisórios do país, ou seja, por meio da educação é que se constrói a cidadania.

Para que sejam combatidos os malefícios da falta de conhecimento dos cidadãos brasileiros e em face dos altos de analfabetismo verificados construiu-se um Programa voltado para a educação de jovens e adultos, destinado não somente para atender a deficiência legal, mas também, a dívida social no Brasil.

De acordo com o Decreto nº 7.274 de 19/04/1879 que trata da reforma de ensino apresentado por Leôncio de Carvalho já existia a previsão de criação de cursos para adultos analfabetos libertos, do sexo masculino. A sistemática previa aulas de duas horas diárias de duração no verão e três horas diárias no inverno com as mesmas matérias do diurno.

Mas somente na década de 70, com a criação do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) foi que a legislação reservada à educação de jovens e adultos teve início. O objetivo do citado movimento era alfabetizar as pessoas que não foram alfabetizadas no tempo escolar certo, ou seja, quando crianças. No entanto, desde 1960, Freire (1998, p.67) já apontava para a necessidade de se realizar uma educação crítica, destacando:

Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever que se reconhece a força dos condicionamentos a enfrentar [...] saber que devo respeitar a autonomia é a identidade do educando e exige de mim uma prática em tudo coerente com este saber.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 4.024/61, previa no art. 7º que: “O ensino é obrigatório a partir dos 07 anos e só será ministrado na língua nacional”. Esse diploma legal também disciplinava que para aqueles que iniciassem o processo educacional depois dessa idade seriam formadas classes especiais.

Mais modernamente foi editada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96. Esse diploma legislativo regulariza o sistema educacional brasileiro de acordo com o disciplinamento constitucional que surgiu depois da normatização editada em 1961 seguida de uma versão reformulada em 1971. O processo de redemocratização inaugurado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/88)<sup>1</sup> culminou com a edição da citada norma em 1996, trazendo em seu bojo uma seção específica que trata da educação de jovens e adultos.

Deste modo, pode-se perceber que desde a gênese da história constitucional brasileira havia uma preocupação em alfabetizar a população. Da Monarquia ao estabelecimento da Carta Constitucional de 1934, na criação do Mobreal, e nos dias atuais, se vislumbrava a preocupação com o combate ao analfabetismo no Brasil. A educação de jovens e adultos veio para selar esse compromisso e ao mesmo tempo operacionalizar esse instrumento visando a quitação de uma dívida social brasileira; era preciso que a população se escolarizasse para que os direitos de cidadania pudessem vir à tona. As crianças, jovens e também adultos (sejam aqueles que gozam de liberdade ou àqueles que cumprem penas em estabelecimentos prisionais estatais) deveriam voltar aos bancos escolares com todo o empenho dos educadores, dos educandos e os poderes públicos, na busca de construir um diálogo eficaz no processo de ensino-aprendizagem.

Essa união de forças transformou o Programa EJA em modalidade de Ensino. É preciso ainda ressaltar a importância do Ministério da Educação (MEC) nesse processo, pois inseriu o citado programa nas escolas buscando concretizar um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil tencionando erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, através do desarraigamento do analfabetismo no Brasil.

## **2.1 A aplicação das ferramentas metodológicas nacionais da EJA**

No processo ensino-aprendizagem, especialmente, na educação de jovens e adultos, a maior ferramenta que o educador do Programa EJA dispõe é o fato de deter em suas mãos a realidade de vida do educando, suas vivências, pois na medida que ele incorpora essa realidade no conteúdo ministrado na aula há o despertar pelo interesse nos conteúdos trabalhados. Isso

---

<sup>1</sup> Assim dispõe o art. 205 da CF/88 sobre os princípios norteadores da educação: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.



ocorre porque a principal motivação do adulto não é no conteúdo programático em si, mas sim, a capacitação para o mercado de trabalho que objetivo ser inserido ou no qual já está.

Percebe-se também que os educandos de EJA estudam usando as suas realidades sociais através de oficinas produtivas usadas como cooperativas, evita-se a evasão escolar e os prepara mais eficazmente para o mercado de trabalho, como demonstra Freire (1979, p. 72):

A alfabetização não pode se fazer de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajustado pelo educador. Esta é a razão pela qual procuramos um método que fosse capaz de fazer instrumentos também de educando em não só do educador que identificasse como claramente observou um jovem brasileiro (Celso Besivel) o conteúdo da aprendizagem como o processo de aprendizagem. Por essa razão não acreditamos nas cartilhas que pretendem fazer uma montagem de sinalização gráfica como uma doação e que reduz o analfabetismo mas à condição de objeto de alfabetização do que de sujeito da mesma.

Diante de tais considerações, percebe-se que desde essa época já se vislumbrava a preocupação com as ferramentas arcaicas manejadas no processo alfabetizador. Infelizmente essa problemática persiste até os tempos atuais. Com a adoção das práticas que não ensejam uma metodologia construtivista. Essa preocupação é transmitida por Freire (1996, p. 60) quando ele propõe a reflexão sobre as novas práticas educativas:

A alfabetização não pode ser reduzida a um aprendizado técnico-lingüístico, como fato acabado e neutro, ou simplesmente como uma construção pessoal e intelectual. A alfabetização passa por uma questão de ordem lógica-intelectual, afetiva, sócio-cultural, política e técnica.

Assim, buscam-se através dessa reflexão, novas ferramentas que estejam adequadas à realidade do educando (criança, ou especialmente o sujeito dessa pesquisa: o adulto/encarcerado no Brasil). O educador nesse processo bilateral não é apenas um transmissor de conhecimentos, mas sim, um mediador da aprendizagem que oferta prioridade ao conhecimento que o educando trás da sua vida e ajuda-o a transpor para o conhecimento letrado, aquele que irá ser necessário na sua vida cotidiana, e principalmente, no mercado de trabalho. O processo de ensino-aprendizagem é uma troca contínua de conhecimentos no qual se busca o “o aprender a aprender”, e adotando-se esse propósito sempre serão atuais as temáticas tratadas.

## **2.2 A necessidade de qualificação profissional para os educadores do EJA**

A construção de mecanismo e aportes educativos, principalmente para o EJA, é passada pela imensa necessidade de se ter um apoio maior por parte do Estado brasileiro na profissionalização de educadores, além da uma sólida base pedagógica como a criação de um currículo próprio para o EJA.

Para os gestores do Estado brasileiro a recorrência de prática política e habilitação dos educadores ignoram a produção acadêmica dando a entender que para ser alfabetizado basta saber e ler e escrever ou fazer um bom curso de capacitação. No entanto, esse ideário, não é posição pacífica, nem um discurso unísono. Existem correntes de pensamento bastante distintas e que priorizam a qualificação dos educadores, o manejo de novas técnicas no processo ensino-aprendizagem entre outros mecanismos fomentadores de uma educação de qualidade.

Não se pode, no entanto, aceitar de forma pacífica o pensamento segundo o qual, para ser educador, especialmente aquele que trabalha com os jovens e adultos é desnecessária a qualificação. Contudo, este cenário passa por mudanças estruturais significativas, até a própria sociedade já vislumbra o EJA como um programa eficaz e inovador que vem a fazer parte de um



currículo. Estes pensamentos mais democráticos farão com que os investimentos tão necessários cheguem as bases e façam com que o educador se qualifique de forma coerente e adequada à realidade educacional, incentivando-o, inclusive ao retorno à sala de aula para capacitações que vislumbrem o melhoramento das técnicas empregadas no processo de aprendizagem.

Em sendo assim, se faz necessário que os educadores sejam e ajam realmente como mestres e que nas suas práticas cotidianas saibam valorizar a aprendizagem do educando ouvindo suas experiências, relatos e incluindo esses saberes nas suas aulas fazendo assim uma mediação do conhecimento para que haja uma troca profícua de conhecimentos a partir do momento que ele está adquirindo aprendizagem através de pesquisas.

Sobre este aspecto pontua Knowles (1970) destacando que os adultos já possuem uma bagagem de conhecimentos e não precisam ser tratados com crianças sendo que, a partir das suas próprias experiências de vida é que se formula o seu ensino-aprendizagem e direcionam o professor a dar maior ênfase ao aluno e suas experiências do que a aula propriamente dita, já que esta muitas vezes se encontra fora da realidade vivenciada pelos educandos.

Em sendo assim, pode se afirmar que o profissional que trabalha com educação de jovens e adultos adotando a postura de professor/mediador tanto transmite conhecimento de forma mais apurada, como, principalmente, se aprende de forma mais ampla e diversificada. É nesse cenário que se constrói o processo ensino-aprendizagem de forma bilateral.

### **3 APORTES SOBRE OS ESPAÇOS SOCIAIS NOS QUAIS MELHOR SE ADEQUAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EXECUÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

As políticas públicas são instrumentos garantidores dos direitos esculpidos na CF/88. Elas atuam nos espaços sociais nos quais o Estado, por determinação legal, intervém para garantir condições dignas de vida como na educação, moradia, saúde, saneamento básico, dentre outras searas.

No que tange a educação, objeto da presente da pesquisa, muitos programas sociais foram criados visando elevar os índices de escolaridade no país. Tais programas tiveram suas primeiras raízes depois da Constituição de 1934, mas só ganharam força nas décadas de 60 e 70.

Essas políticas estão voltadas para aqueles educandos que não conseguiram cursar a escola no tempo devido. Dentre eles se enquadram são trabalhadores rurais já maduros com larga experiência de vida e profissional ou ainda adultos sem escolaridade nenhuma, inclusive os presidiários.

Até este momento, os presidiários, não haviam sido incluídos dentre os destinatários desses programas. Isso se deu em face da formulação do regime de cumprimento das penas dos mesmos, bem como a ausência de espaços destinados para a escolarização, além da carência de profissionais capacitados e técnicas para o exercício da alfabetização em estabelecimentos prisionais.

É preciso destacar que diversos espaços públicos podem ser constituídos como adequados para a execução dessas políticas, desde escolas do ensino básico, associações de bairros, albergues, que abrigam moradores de ruas, clubes de serviços que atendem populações carentes e/ou em situações de risco, clínicas de recuperação de dependentes químicos, estabelecimentos prisionais, casas de recuperação de menores infratores, sede de grupos religiosos que atuam nas áreas sociais, dentre muitos outros.

No entanto, a grave situação da educação no país e do sistema prisional brasileiro gera uma profunda reflexão quanto as políticas públicas estão equivocadas para Educação de Jovens e Adultos. As políticas públicas têm que se voltarem para o que tem sido chamado de “universalização do atendimento a escola básica” deixando de ser, portanto, elitizada e passando a atender também as classes populares e/ou pessoas desprovidas de assistência estatal. E se

esses programas forem executados atendendo o que dispõe as suas propostas educacionais, os destinatários além de aprenderem a ler e escrever se tornarão cidadãos críticos aptos a exercer os seus direitos e deveres em um país democrático.

### **3.1 A EJA para os presidiários brasileiros**

A implantação do Programa EJA nos presídios brasileiros se deu por diversos fatores, como a necessidade de serem implantados programas educacionais nos presídios já que este é um dos primeiros passos para o processo de ressocialização. Além disso, o MEC, por meio do PROEJA (2001) desenvolveu uma pesquisa e descobriu que jovens infratores de 18 a 29 anos, têm uma escolarização precária, e que privados da liberdade passam a ser despojados de qualquer chance de escolarização pela insuficiência de atendimento no sistema penitenciário.

Dados do PROEJA (2001) colhidos nas penitenciárias por meio do Ministério da Justiça demonstram a necessidade de implantação da EJA já que: 53% dos internos integram a faixa etária de 18 a 24 anos que somados a 19% de 25 a 30 anos totalizam uma população de condenados 72% com menos de 30 anos. Com se observa, além de privados da liberdade, gera-se sobre a guarda do Estado uma nova exclusão agora destinada ao direito de acessar a escolarização, por não ser ela ofertada para sujeitos apenados na maioria dos estabelecimentos prisionais como dever do Estado. O governo, conhecedor dessa situação, tem buscado mudar essa realidade por meio da implantação e execução desses programas sociais.

Várias dificuldades podem ser constatadas na implementação do Programa EJA nos presídios brasileiros. Os fatores são os mais variados: ausência de infra-estrutura, investimentos precários na manutenção dos programas, dificuldades previstas pela própria legislação que emperram a sua execução e até mesmo preconceito, tanto por parte da comunidade, que não vislumbra um processo de ressocialização, quanto dos próprios agentes públicos.

No entanto, pôde-se constatar através do trabalho desenvolvido no ano de 2011 no sistema carcerário na cidade de Pombal - PB que a implantação da EJA para esses apenados, mesmo com tantos entraves têm gerado efeitos bastantes positivos comprovados através dos bons resultados no processo ensino-aprendizagem, e especialmente, a execução de forma concreta do processo de ressocialização, uma vez que se traz esperança de um novo recomeço de vida aos apenados.

## **4 A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, A EJA E A LEI DE EXECUÇÃO PENAL**

A condição do encarcerado no Brasil carece de mecanismos que promovam o melhoramento das condições de cumprimento das penas, bem como de processo eficaz de ressocialização. A afronta diuturna aos direitos e garantias fundamentais se constitui o ponto fulcral da fragilidade do sistema prisional brasileiro.

Neste norte, é preciso pontuar que há uma intrínseca relação entre os postulados da Dignidade da Pessoa Humana, os princípios norteadores do EJA, e também, o procedimento estabelecido pro meio da Lei de Execução Penal (LEP), como instrumentos garantidores do processo de ressocialização dos apenados no Brasil.

A Dignidade da Pessoa Humana é princípio vetor de todo conjunto normativo adotado nos países tidos como democráticos. Partindo dessa premissa, todos os outros direitos, devem se amoldar a seus preceitos. Esse princípio vai muito mais além do que a simples garantia que o Estado oferece contra as práticas arbitrárias e desumanas, do próprio Estado para com a “pessoa humana”, como também entre elas, numa relação de paridade. Para alguns autores, especialmente, àqueles que não são afetos a área jurídica, a expressão “pessoa humana” é tida como redundante, desnecessária, e por vezes, empregada de forma incorreta. No entanto, é preciso perceber que o intuito dela é preservar e proteger direitos intrínsecos, fundamentais ao

ser humano, para que se possa ostentar a condições humanas mínimas de sobrevivência: liberdade, saúde, educação, alimentação, lazer, propriedade, dentre outras. Os destinatários dessa expressão são difusos<sup>2</sup>, enquadrando-se nesta definição todos aqueles que ostentem a condição humana, independente de serem cidadãos nacionais, ou estrangeiros. É uma esfera protetiva assegurada independentemente do espaço territorial, destinada a todos em todos países e com critérios igualitários.

Não se perfaz uma tarefa fácil conceituar a Dignidade da Pessoa Humana principalmente por este ser considerado o princípio basilar de todo ordenamento jurídico, quando se refere ao homem atinente à sua condição de vida que origina outros direitos. Sobre estas características explicita Moraes (2006, p. 48):

[...] O direito à vida privada, à intimidade, à honra, à imagem, dentre outros, aparece como consequência imediata da consagração da *dignidade da pessoa humana* como fundamento da República federativa do Brasil. Esse fundamento afasta a idéia de predomínio das concepções transpessoalistas de Estado e Nação em detrimento a liberdade individual[...] (Grifos do autor).

Vê-se que a dignidade não é elemento da utopia, mas, se faz perceptível, no preconceito de origem, raça, cor, sexo e idade e condição social tanto quanto na ausência de garantia de condições dignas de vida para o homem como cidadão integrante de um Estado Democrático duplamente responsável pelo cumprimento da lei e a salvaguarda dos direitos e garantias fundamentais. É constatada ainda perceptível as maiores violações quando o próprio Estado é responsável por salvarguardar os direitos ( no caso dos encarcerados).

A problemática quanto à definição e a própria implementação do Princípio da Dignidade Humana em um país democrático, como é o modelo adotado no Brasil, emerge justamente da densidade e inexatidão de seu conceito que deve partir necessariamente da idéia de que todos os homens possuem um valor único incomensurável e que se aplica indistintamente a todos os seres humanos independentemente de suas qualidades pessoais, morais, éticas, raciais ou religiosas.

Sobre esta ideia, escreveu com maestria Rabenhorst (2001, p.49) com uma dose de inspiração emocional que é própria ao conceito de dignidade, observado o que assegura Joel Freniberg reconhecendo que o valor humano estaria no mesmo patamar valorativo do amor, no qual se ama indistintamente, inclusive àqueles que não dispõem de atrativos ou valores ou os mesmos posicionamentos, escolhas de vida, cultura, religião ou gostos, simplesmente, se ama e o Estado nesse sentido, deve assegurar a todos, indistintamente a dignidade, assim comenta:

[...] De fato o amor que temos por uma pessoa não pode estar simplesmente condicionado às suas qualidades. Claro que o pai pode admirar mais o filho estudioso que outro que tira notas baixas na escola, mas se amor (e também suas obrigações) não podem flutuar em função destas variações de mérito. O reconhecimento que todos os seres humanos possuem um valor não podem admitir gradação ou hierarquia. Se admitirmos a existência de uma comunidade moral a qual todos os homens pertenceriam, tal comunidade não pode ser vista como um clube cujos sócios podem aderir ou serem expulsos a qualquer momento em função de suas qualidades. Se há uma comunidade moral, os patifes e os párias também fazem parte dela. E se eles não reconhecem o valor dos outros indivíduos, isso não nos autoriza a negar-lhes este mesmo valor. O máximo que podemos fazer é puni-los respeitando suas dignidades.

---

<sup>2</sup> A expressão “difuso” é empregada no contexto para designar que os destinatários da Dignidade da Pessoa Humana estão espalhados, difundidos e intrínsecos, em cada pessoa humana.

A Dignidade da Pessoa fomenta os valores expressos também no EJA, através do Plano Nacional de Educação (PNE). Entre as suas propostas está a busca ativa de pessoas em idade escolar e aquelas que não estão em idade escolar e que não estejam matriculadas em instituição de ensino e monitoramento do acesso e da permanência na escolar. Por uma interpretação teleológica esse objetivo se enquadra perfeitamente ao direito à educação que é previsto constitucionalmente, bem como assegurado pela Lei de Execução Penal (LEP).

Atrrelado ao PNE encontra-se o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Este programa esboçou o diagnóstico da do panorama dos direitos humanos no Brasil. Já existem três versões do PNDH. As versões I e II foram publicadas durante o governo do então Presidente Fernando Henrique Cardoso, e a última, ou PNDH III, foi publicada no final de 2009, no governo Lula.

O objetivo primordial do PNDH foi interligar o Brasil nos sistemas global, da Organização das Nações Unidas (ONU) e regional, da Organização dos Estados Americanos (OEA) de promoção e proteção dos direitos humanos, por meio da continuidade da política de adesão a pactos e convenções internacionais de direitos humanos e de plena inserção do país no sistema interamericano de direitos humanos.

O art. 26 da Declaração dos Direitos Humanos da ONU de 1948, também privilegia o direito à educação. Veja-se:

#### Artigo XXVI

1. Toda pessoa tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito.

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos.

Ainda sobre o processo educacional dos apenados no Brasil, encontram-se as regras mínimas da ONU para o tratamento dos presos. Tal regramento quis esboçar parâmetros mínimos para os estabelecimentos prisionais brasileiros, bem como o tratamento dados aqueles privados de sua liberdade esboçados nos princípios garantidores da Dignidade da Pessoa Humana. Prevê, dentre outros aspectos, a isonomia e o respeito a individualidade do preso, quanto a crença, idade, sexo, cor, etnia e posicionamento filosófico. Recomenda ainda um registro único dos presidiários, garante aos presos a separação por categorias, especialmente, no que tange ao tipo de atitude delitiva cometida; esboçam as condições mínimas de salubridade dos locais de cumprimento das penas, alimentação, necessidade de exercícios físicos, serviços médicos, como também, os critérios a serem estabelecidos para sanções e instrumentos de coação. Em contrapartida, os presos terão diretos a canais de comunicação como mundo exterior, biblioteca, religião e outros direitos.

No que tange a educação indicam as regras mínimas da ONU no item 77:

#### Educação e recreio<sup>77</sup>.

1. Serão tomadas medidas para melhorar a educação de todos os presos em condições de aproveitá-la, incluindo instrução religiosa nos países em que isso for possível. A educação de analfabetos e presos jovens será obrigatória, prestando-lhe a administração especial atenção.

2. Tanto quanto possível, a educação dos presos estará integrada ao sistema educacional do país, para que depois da sua libertação possam continuar, sem dificuldades, a sua educação.

78. Atividades de recreio e culturais serão proporcionadas em todos os estabelecimentos prisionais em benefício da saúde física e mental dos presos. (Grifos nossos)

Percebe-se claramente que a real intenção das regras citadas acima é principalmente garantir que seja desenvolvido dentro dos sistemas prisionais um processo eficaz de ensino-aprendizagem que vislumbre capacitação básica e promova a possibilidade de reinserção do egresso no sistema educacional do país.

Nesse sentido, comenta Marcão (2007, p. 22):

A assistência educacional tem por escopo proporcionar ao executado melhores condições de readaptação social, preparando-o para o retorno à vida em liberdade de maneira mais ajustada, conhecendo ou aprimorando certos valores de interesse comum. É inegável, ainda, sua influência positiva na manutenção da disciplina do estabelecimento prisional.

A nível nacional, a LEP, Lei nº 7.210/84, estabeleceu todo o procedimento de cumprimento das penas no Brasil, entendimento já esboçado no seu art. 1º “ A Execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.” No entanto, para o aporte que se quer atribuir à temática, deve-se ater ao processo ressocializador (e não punitivo, castigador, violador de direitos e pautado na vingança privada). O Estado (com o apoio da sociedade) deve, durante o encarceramento, promover políticas públicas voltadas à reinserção social daquele que cometeu uma conduta delitativa. Dentre eles, está o acesso à educação, prevista em diversos dispositivos de citada legislação, dentre ele mencionem-se os arts. 17 a 21 da LEP:

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Art. 19. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

Parágrafo único. A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Art. 20. As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Art. 21. Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

O direito à educação que os apenados são detentores encontra vertentes democráticas no Brasil. A primeira delas é o direito a remição, ou seja, a compensação/detração/diminuição do tempo trabalhado ou destinado ao estudo no cômputo geral da pena. A LEP, neste aspecto, sofreu alterações através da Lei nº 12.433/11 e o critério estabelecido não foi o que fixava a proporção de 01(um) dia de estudo menos 01 (um dia) na pena, até porque o objetivo primordial não é premiar o apenado ou diminuir o tempo de encarceramento. O principal desiderato é o acesso à educação, conforme previsão do art. 206 da CF/88. Deste modo, tem-se que para cada 4 (quatro) dias de aula, com 4 (quatro) horas aula cada dia, será remido 1 (um) dia de pena.

Assim, o art. 126 da LEP, com as alterações dadas pela Lei nº 12.433/11, dispõe:



Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 10 A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de ensino fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias;

II - 1 (um) dia de pena a cada 3 (três) dias de trabalho.

§ 20 As atividades de estudo a que se refere o § 10 deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

§ 30 Para fins de cumulação dos casos de remição, as horas diárias de trabalho e de estudo serão definidas de forma a se compatibilizarem.

§ 40 O preso impossibilitado, por acidente, de prosseguir no trabalho ou nos estudos continuará a beneficiar-se com a remição.

§ 50 O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do ensino fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação.

§ 60 O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto e o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 10 deste artigo.

O Programa EJA elenca dentre os seus objetivos promover a educação dos aprisionados no Brasil. Na maioria dos casos, o governo federal, programa tais políticas educacionais através das Secretarias Estaduais de Educação. No entanto, percebe-se que nem a LDB nem a CF/88 atribuiu a um ente federado determinado a obrigatoriedade de prestação da educação nos presídios brasileiros. Por analogia, com a maioria dos estabelecimentos prisionais são mantidos pelos governos estaduais, cabe a estes a prestação educacional. Muitas vezes, desprovidos de recursos ou dada a ausência de programas de alfabetização de jovens e adultos de forma concatenada e sólida os programas não são implementados ou quando o são se dão a partir de um Programa Nacional.

Sobre este ponto, destaca Julião (2011, p.147):

Os Estados da Federação também não definiram uma proposta político-institucional de atuação que oriente o cotidiano profissional no cárcere. Nesse sentido, é imprescindível que cada Estado crie a sua proposta política estadual, sistematizando e elaborando normas e regulamentos para a atuação profissional em espaços de privação de liberdade. É preciso implementar uma política de formação inicial e continuada para os servidores e criar planos de cargos e salários, além de dar condições de trabalho, com infraestrutura digna e humana tanto para os profissionais quanto para os internos.

Partindo de tais premissas, as propostas não são bem executadas nem contam com um padrão único no território nacional e a maioria dos profissionais recebe uma bolsa de apoio pela execução do projeto, deste modo não há valorização, nem capacitação específica com aportes pedagógicos direcionados ao alunado alvo. Seria viável que a implementação da educação nos presídios brasileiros fosse mantida de forma permanente pelos governos estaduais, com o apoio de um programa nacional, e se necessário fosse, também se vislumbrasse a colaboração dos municípios.

Contudo, não é uma realidade positiva e garantidora da Dignidade da Pessoa Humana aquela pela qual perpassam o sistema prisional e os apenados no Brasil, especialmente, no que tange ao processo de ensino-aprendizagem, mecanismo fortalecedor do processo de ressocialização. Segundo Carreira e Carneiro (2009, p.29):

[...] informações e análises de diversas apontam a profunda precariedade do atendimento educacional no sistema prisional brasileiro que enfrenta graves problemas de acesso e de qualidade marcados pela falta de profissionais de educação, projeto pedagógico, infra-estrutura, formação continuada, materiais didáticos e de apoio; descontinuidade; resistências de agentes e direções de unidades prisionais; desarticulação entre organismos do Estado, falta de planejamento e políticas de estado, baixo investimento financeiro, inexistência de diagnósticos precisos, entre outros.

A educação dentro do sistema penitenciário deve priorizar conceitos fundamentais, de convivência fraterna, solidariedade, preservação do meio ambiente, amor, dignidade, liberdade, cidadania, cultura, governo, eleição, e principalmente projetos de vida para os egressos do sistema prisional. Nesse processo, já não são mais crianças que precisam ser alfabetizadas com métodos lúdicos; têm-se adultos com histórias de vida interrompidas pelo cometimento de atos ilícitos. Muitos destes são desprovidos de qualquer perceptiva de convivência humana sadia, e especialmente, dos valores intrínsecos aos seres humanos.

Nesse cenário, é preciso fomentar nos apenados a capacidade de reflexão e de mudança de perspectiva de vida, fazendo-os compreender a realidade para que de posse dessa compreensão, possam então desejar sua transformação. O sistema penitenciário necessita de uma educação que se preocupe prioritariamente em desenvolver a capacidade crítica e criadora do educando, capaz de alertá-lo para as possibilidades de escolhas, baseada na premissa que só a educação liberta.

#### **4.1 O regime de cumprimento das penas e a ressocialização através da educação**

A educação é um direito social e um dever do Estado, sem excluir a família e a sociedade desta responsabilidade. O seu delineamento passa a ser uma ilha do saber intrincada num processo de descentralização ações. Para tanto, é preciso que se garanta qualidade de ensino (para os apenados/educandos e também para profissionais) com vertentes direcionadas à ressocialização.

Atualmente, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tem buscado mapear os estabelecimentos prisionais brasileiros, destacando a salubridade do ambiente de cumprimento da pena, bem como o asseguramento dos direitos e garantias fundamentais em consonância com a legislação nacional e os princípios norteadores de países democráticos. Situações de flagrante violação aos direitos estão sendo verificadas, seja quanto as condições físicas dos ambientes prisionais, ineficácia do processo de ressocialização, dentre outros e aos processos e condições do cumprimento das penas (CNJ, 2013).

Em contrapartida, propostas de fomento a educação estão sendo executadas em diversos Estados da Federação. Dentre eles, citem-se: O Tribunal de Justiça do Amazonas que lançou no ano de 2009 o Projeto Reeducar para ex-presidiários. A estas ações somem-se os resultados obtidos através do mutirão carcerário que revisou mais de 295 mil processos, permitindo a libertação de milhares de pessoas (CNJ, 2013).

Ora, se no ambiente escolar tradicional já são encontrados entraves ao processo de ensino-aprendizagem, que vão desde a concepção pedagógica e metodologia utilizadas, o local apropriado, a obediência aos critérios de cumprimento das penas, até o direcionamento dos educandos ao mercado de trabalho, esses fatores se agravam ainda mais quando são implementados em um programa educacional nos estabelecimentos prisionais. Vários fatores emperram a execução de um sistema concatenado e eficaz, no entanto, a principal delas é ausência de um órgão que coordene as políticas educacionais nos presídios brasileiros a nível nacional.

Ademais, nos presídios, os programas educacionais executados só são direcionados ao ensino fundamental, não havendo um plano efetivo que vise o acesso amplo ao ensino médio e nem ao ensino superior para os apenados do regime fechado. Tal situação afronta flagrante-

mente a proposta do Estado brasileiro que é a de promover melhores formas de acesso e permanência na escola, a todos indistintamente.

Aqui são importantes as palavras de Mesquita Júnior (2003, p. 107):

O sistema que se adota é o de convênio para a instrução de 1º a 4º séries do 1º grau, com instrução no interior do presídio. A partir da 5ª série, até a conclusão do 2º grau, opta-se pelo ensino supletivo em que o condenado estuda determinada matéria no presídio, só se deslocando para o estabelecimento escolar nos dias dos exames. E o terceiro grau? Este é um nível educacional pouco alcançado pela população brasileira. Entre os condenados do Distrito Federal, em torno de 1% da população carcerária cursou ou está cursando o terceiro grau. Destarte, não há um sistema que facilite o oferecimento da assistência educacional para aqueles que têm melhor nível escolar.

A educação na prisão relaciona-se a uma perspectiva positiva de futuro como pessoa humana, capaz de conviver sem maiores problemas com os seus pares, de buscar novas oportunidades de capacitação profissional e que a sociedade deve estar preparada para recebê-los.

Focault (1987, p. 198) descreve a ótica na qual a prisão deve ser compreendida; propõe ainda a destituição velha e retrógrados conceitos pejorativos e denegridores da condição humana:

A prisão não deve ser vista como uma instituição inerte, que volta e meia teria sido sacudida por movimentos de reforma. [...] a prisão fez sempre parte de um campo ativo onde abundaram projetos, os remanejamentos, as experiências, os discursos teóricos, os testemunhos, os inquéritos. Ao se tornar punição legal, ela carregou a velha questão jurídica-política do direito de punir legal, com todos os problemas, todas as agitações que surgiram em torno das tecnologias corretivas do indivíduo.

A situação nos presídios brasileiros é caótica e não acompanha a contento a proposta essencial da pena que tem como ponto fulcral e prioritário: a recuperação do apenado. É necessário que sejam implementadas políticas públicas voltadas para a organização desse sistema e promover uma melhor efetivação da do direito à educação nos estabelecimentos prisionais.

Uma proposta que se enquadraria perfeitamente no cenário vivenciado pelo sistema penitenciário brasileiro e os novos moldes da educação no Brasil é a implantação do ensino à distância para os encarcerados. Muitos entraves poderiam ser superados com novos esses inovadores métodos: a dificuldade das instalações físicas da sala de aula; o papel do educador que proporciona o apenado pensar e vivenciar a liberdade, colocando-o no mesmo patamar de igualdade que qualquer outro estudante, já que a sua condição de encarcerado não o impede de participar ativamente do processo de ensino-aprendizagem (que nessa modalidade de ensino se constrói no espaço virtual), além de serem manuseadas tecnologias que garantem segurança e o regime disciplinar nos presídios. A função da tecnologia deve ser o aumento da eficácia do processo de ensino-aprendizagem

Da escolaridade redundo o significativo aumento pela vontade de inserção no mercado de trabalho. A educação liberta, não só do cárcere, mas também e especialmente da situação de oprimido, excluído, àquele que está à margem da sociedade. Com a educação o egresso tem mais um fator positivo que garanta a eficácia de seu processo ressocializador.

Nesse processo de implementação da educação nos presídios brasileiros, é destacável com primazia o papel desenvolvido pela Pastoral Carcerária, da igreja católica, que recebe apoio material da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e outros órgãos e associações não governamentais que executam programas para o melhoramento do processo de ensino aprendizagem nos presídios brasileiros.



## 5 ALTERNATIVAS PARA O MELHORAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NOS PRESÍDIOS BRASILEIROS

Como o processo ensino-aprendizagem é algo contínuo e bilateral pode-se identificar na execução do Programa EJA nos presídios brasileiros, tanto nas capacitações para os profissionais, como também, no desempenho do programa, vários aspectos que podem ser utilizados para o melhoramento das atividades. Dentre eles, citem-se: divulgação mais ampla da importância desse programa para o processo de reinserção social; melhoramento na qualidade de vida dos presidiários durante a execução da pena; boas perspectivas de enfiletamento e inclusão no mercado de trabalho quando ocorrer o fim cumprimento da pena; diminuição dos índices de reincidência, como também, elevação dos índices de alfabetização e conseqüentemente e o melhoramento da formação cidadã.

Tais mecanismos superam as dificuldades encontradas constantemente no cenário da educação nos estabelecimentos prisionais. Até porque não é fácil para o educador conseguir alcançar uma visão ampla da realidade da prisão, aliado ao fato do despreparo psicológico e contudista destas, tais fatores emperram as condições de realização de um trabalho eficaz voltado para ressocialização e construção de valores de cidadania.

Verifica-se uma premente necessidade da educação brasileira despertar para esse campo fértil e ao mesmo tempo carente de políticas implementadoras da aprendizagem. O país objetiva a construção de políticas nesse sentido, e a sociedade tem que tomar essa causa para si. A educação hoje se estende a atividades de formação profissional e de índole cultural. Neste aspecto, destaca Mirabete (2007, p. 77):

O ensino profissional poderá ser em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico para aqueles que já tiveram a formação básica profissional antes da prisão. Nessa hipótese, ao iniciar-se o cumprimento da pena privativa de liberdade, deve ser feita uma previsão quanto a sondagem de aptidões do condenado, iniciando-se o ensino para a instrução profissional, tendo-se em vista o tempo em que o condenado deverá permanecer preso.

No decorrer do ano de 2011, tomando por base o trabalho desenvolvido no Presídio de Pombal - PB e a convivência com a realidade carcerária, percebeu-se que além de ler e escrever os apenados necessitam de incentivos psicológicos, motivacionais, literários, oficinas de artesanatos, cursos técnicos profissionalizantes, além de uma boa infraestrutura apropriada tanto nas áreas de convivência individual do apenado onde eles permanecem reclusos, ou em locais de uso coletivo especialmente salas de aula, para os programas educacionais, além da implantação de uma biblioteca apropriada para a realização de pesquisas.

Verificou-se também a premente necessidade de capacitação e incentivo dos profissionais dessa área, através de cursos para o melhoramento e desenvolvimento das práticas pedagógicas nessa realidade de reclusão, aprisionamento e descaso, seja por parte do Estado, seja por parte da sociedade. Assim, também os professores que trabalham em estabelecimentos prisionais se “auto-libertam” dos estereótipos, preconceitos, medos e carências que o sistema carcerário traz em seu bojo. Somente com professores libertos a sociedade terá egressos também libertos das amarras da falta de educação e imbuídos de uma perspectiva cidadã pois esta se constitui o primeiro requisito para a liberdade física.

Com a implantação dessas mudanças estruturais e com educadores capacitados e comprometidos por meio da EJA podem ser desenvolvidos projetos eficazes no processo de ensino aprendizagem e inserção no mercado de trabalho dos egressos no Brasil, e proporcionar incentivos significativos para o processo de ressocialização além de garantir a diminuição da reincidência. E o mais importante, garantir aos apenados a efetivação do princípio da Dignidade da Pessoa Humana oferecendo-lhes um sentimento de pertença a uma sociedade crítica e construtiva.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebeu-se que a história educacional brasileira percorreu um longo caminho e ainda busca novos mecanismos para a implementação de práticas e técnicas pedagógicas mais eficazes, especialmente no que tange a Educação de Jovens e Adultos, aquelas implementadas nos estabelecimentos prisionais brasileiros.

O processo de redemocratização trouxe em seu bojo princípios que norteiam o Estado visando garantir educação de qualidade aos jovens e adultos, como também inserir os presidiários nesses processos fomentando a ressocialização já que seria inconcebível pensar em um processo de reintegração social sem um processo educativo e principalmente qualificador para o mercado de trabalho.

Neste norte, apesar das opiniões divergentes, a ausência de investimentos e práticas concretas para o fomento dessa política educativa, a LDB inovou e dedicou uma seção específica para tratar da Educação de Jovens e Adultos norteando a prática pedagógica nestas situações. Além desse diploma legal há todo um direcionamento internacional garantidor do direito à educação para os encarcerados: A Declaração dos Direitos do Homem da ONU, de 1948 e as regras mínimas para os presos, também da ONU. A nível nacional, tem-se as precisões da CF/88, da LEP, bem como das regras dispostas no PDE e o PNDH.

As propostas de ressocialização através da educação orbitam em torno de uma política pública a nível nacional que favoreça o processo de ensino-aprendizagem dos egressos. Visam também o melhoramento das condições que este se desenvolve tanto no que tange as instalações físicas, e ainda à capacitação dos professores que tenham vontade de ensinar nas prisões desvelando o mundo promissor para os egressos, além objetivar incluir novas tecnologias nesse processo: como os mecanismos da educação à distância.

Por meio da efetiva implementação da educação nos estabelecimentos prisionais o aluno/detento será estimulado a se identificar como agente ativo desse processo e poderá compreender que a realidade na qual está vivendo é transitória e poderá se remodelada para a construção de um futuro próspero. Garante também a desmistificação do estereótipo que constantemente lhe é atribuído (o: segregado, coitado, excluído da sociedade, o atrasado no processo de ensino-aprendizagem) e lhe traz os reais conceitos de cidadania.

Na execução do Programa EJA no presídio de Pombal – PB puderam ser constatados vários aspectos que emperram a sua execução. Contudo, os benefícios por ele trazidos superam os malefícios como o melhoramento do processo ensino-aprendizagem, sobretudo, a execução de forma concreta do processo de ressocialização, uma vez que traz esperança para um novo recomeço de vida.

Ressalte-se ainda que, com a implantação das políticas públicas voltadas para a Educação de Jovens e Adultos, especialmente, aquelas direcionadas para os presidiários, tem se garantindo a implementação dos direitos sociais previstos na CF/88. Além do que se tem proporcionado a “universalização do atendimento à escola básica” o que gera uma contribuição eficaz à formação cidadã contribuindo para o desenvolvimento econômico e social.

Por fim, é preciso que a sociedade tome uma atitude comissiva na busca de implementação das políticas públicas voltadas para a ressocialização. Através, principalmente, da implementação eficaz da legislação vigente e a obediência aos princípios universais norteadores do cumprimento de penas. É importante que se compreenda que a educação é um mecanismo eficiente para garantir a liberdade dos presos e a liberdade da sociedade brasileira, somente neste norte poderá ser construída uma sociedade sob a égide dos pilares da Dignidade da Pessoa Humana.



## 7 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Nacional de Educação (CNE). Câmara de Educação Básica (CEB). **Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010**. Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 20, 20 maio 2010. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em: 26 set. 2013.
- BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP). **Resolução nº 3, de 11 de março de 2009**. Dispõe sobre as diretrizes nacionais para a oferta de educação nos estabelecimentos penais. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 22, 25 mar. 2009. Disponível em: [www.redlece.org](http://www.redlece.org). Acesso em: 26 set. 2013
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 12 fev. 2012.
- BRASIL. **Decreto 7.247, de 10 de abril de 1974**. Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município e da Corte e o Superior em todo o Império Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br). Acesso em: 20 ago.2013.
- BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www6.senado.gov.br](http://www6.senado.gov.br). Acesso em: 18 fev. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [www.pedagogiaemfoco.pro.br](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br). Acesso em: 18 fev. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a lei de execução penal. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 15 ago. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 20 fev. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 12.433, de 29 de junho de 2011**. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 20 set. 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Especial**. Disponível em: [www.cei.edunet.sp.gov.br](http://www.cei.edunet.sp.gov.br). Acesso em: 18 fev. 2012.
- BRASIL. **Resolução 14, de 11 de novembro de 1994**. Fixa as regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil. Disponível em: [www2.mp.pr.gov.br](http://www2.mp.pr.gov.br). Acesso em> 20 ago. 2013.
- CARREIRA, D.; CARNEIRO, S. **Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação: Educação nas Prisões Brasileiras**. São Paulo: Plataforma DhESCA Brasil, 2009. 116 p. Disponível em : [www.dhescbrasil.org.br](http://www.dhescbrasil.org.br). Acesso em: 16 ago. 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (BRASIL). **Mutirão Carcerário analisou 295 mil processos em dois anos**. Disponível em: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br). Acesso em: 28 set. 2013.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (BRASIL). **TJAM lança projeto Reeducar para ex-presidiários**. Disponível em: [www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br). Acesso em: 28 set. 2013
- DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA ONU. Disponível em: [www.portal.mj.gov.br](http://www.portal.mj.gov.br). Acesso em: 25 set. 2013.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e. Terra, 1996.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- HADDAD, S. Educação continuada e as políticas públicas no Brasil. *In*: RIBEIRO, Vera (org.) **Educação de Jovens e Adultos – novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado das Letras, ABL, Ação Educativa, 2001.
- JULIÃO, E. F. A ressocialização do estudo e do trabalho no sistema penitenciário brasileiro. *In*: **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 86, p. 141-155, nov. 201. Disponível em: [www.emaberto.inep.gov.br](http://www.emaberto.inep.gov.br). Acesso em: 20 ago. 2013.
- KNOWLES, M. **The Adult Learner: a neglected species**. 4. ed. Texas, USA, Golf Publishing Company, 1990.
- MARCÃO, R. **Curso de Execução Penal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva.
- MESQUITA JÚNIOR, S. R. **Manual de Execução e Prática: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (BRASIL). Secretaria de Educação e Pesquisa Tecnológica. PROEJA - Programa Nacional de Integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de EJA. **Educação profissional técnica do nível médio/ensino médio**. Brasília: Agosto, 2007.
- MIRABETE, J. F. **Execução Penal: comentários à Lei nº 7.2010, de 11-7-1984**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MORAES, A. **Direitos Humanos Fundamentais**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- RABENHORST, E. R. **Dignidade Humana e Moralidade Democrática**. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

# A percepção dos alunos da Educação de Jovens e Adultos em relação à Economia Solidária

Rossana Barros Cardoso  
Juliana Fernandes Moreira

## 1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema Economia Solidária na Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi motivada pelo interesse de levar os alunos a conhecerem ou ampliar seu conhecimento em relação a esta economia, no intuito de promover a construção de novos saberes através de atividades de sensibilização voltadas a mesma.

Desta forma, pretendeu-se refletir sobre as possibilidades de inserir a economia solidária na EJA em escolas municipais de Pombal. Nesta perspectiva, surge a oportunidade de propor um trabalho voltado à economia solidária para este público, no intuito de promover novos valores relacionados à vida em comunidade, tendo em vista a cooperação entre os participantes do grupo.

Assim, de acordo com Ireland et al. (2005, p.98):

O que se observa com a busca de uma outra lógica de geração de emprego e renda, como no caso das experiências ligadas à Economia Solidária, é que a EJA tem um papel fundamental nesse processo, não apenas no sentido de contribuir para que os jovens e adultos coloquem-se diante das relações capital e trabalho por outro prisma, mas também, porque esse pode ser o caminho de mudanças dos próprios prismas da escolarização para esses alunos.

Neste sentido, discute-se a possível relação entre a EJA e a economia solidária no sentido de promover uma sensibilização dos alunos com respeito a esta economia voltada à solidariedade, à cooperação e à cidadania entre os sujeitos envolvidos na mesma.

Neste contexto, analisamos a percepção dos alunos jovens e adultos em relação à economia solidária em duas escolas municipais de Pombal, antes e depois de intervenções pedagógicas, com o objetivo de inseri-la na EJA a partir de atividades relacionadas à mesma.

## 2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

De acordo com Di Pierro et al (2001), a EJA é um campo de práticas e reflexões que ultrapassa os limites da escolarização em sentido estrito, entretanto, devido aos elevados índices de analfabetismo no Brasil, ela é vista como uma dívida social não reparada para com aqueles que não tiveram acesso a leitura e a escrita como bens sociais (BRASIL, 2000).

Para Strelhow (2010), a EJA “é uma modalidade de ensino complexa porque envolve dimensões que transcendem a questão educacional”, pois esta não se restringe apenas ao ato de aprender a ler e escrever, mas envolve práticas voltadas ao exercício da cidadania.

A Resolução CNE/CEB nº 1 que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos afirma em seu artigo 5º parágrafo único que:

...a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio (BRASIL, 2000).

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu art. 37 a educação de jovens e adultos destinar-se-á as pessoas que não tiveram acesso ou oportunidade de continuar os estudos em tempo regular. E ainda no mesmo artigo parágrafo 1º, afirma que os sistemas de ensino deverão assegurar aos jovens e adultos, oportunidades educacionais adequadas considerando as particularidades dos alunos (BRASIL, 1996).

De acordo com o art. 208 da Constituição Federal de 1988, o Estado deve ofertar obrigatoriamente educação àqueles que não tiveram acesso à escolaridade no tempo adequado (Brasil, 1988), porém de acordo com Haddad (2007, p. 199) não havia política pública específica para a EJA, segundo ele:

... vários governos municipais progressistas, a partir da inspiração e presença do professor Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo em 1990, passaram a desenvolver programas de alfabetização e escolarização de jovens e adultos, com a participação da sociedade civil, resgatando o ideário das experiências anteriores ao regime militar.

Segundo Neiva (2010), Paulo Freire orientava ações políticas voltadas para as classes populares desde a organização do Programa Nacional de Alfabetização.

Neste contexto, ele contribui para a EJA na medida em que cria uma concepção de alfabetização baseada em palavras geradoras e contextualizadas, no sentido de promover uma educação libertadora (NEIVA, 2010). Esta educação consiste em superar a contradição educador-educando, de forma que ambos se façam educadores e educandos (FREIRE, 1987, p.34).

Nesta perspectiva, Freire afirma que a educação não pode ser depósito de conteúdos, pois ela deve estar baseada na problematização dos homens ao relacionarem-se com o mundo, fazendo-se assim uma educação dialógica. Na educação problematizadora

...vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1987, p.41).

Nesta prática o conteúdo nunca é depositado, mas é organizado e constituído na visão de mundo dos educandos, onde se encontram seus temas geradores, portanto, renovando-se e ampliando-se. Desta forma, podemos perceber a importância de superar a educação bancária para que haja uma interação professor-aluno no processo de ensino e aprendizagem.

Cabe destacar alguns programas voltados à EJA, dentre eles podemos citar: Brasil Alfabetizado, Programa Nacional de Educação na reforma Agrária (Pronera), Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e o Programa Recomeço.

O Programa Brasil Alfabetizado, foi criado em 2003 no intuito de promover a superação do analfabetismo entre jovens, adultos e idosos, bem como a continuidade destes no processo educativo, contribuindo para universalização do ensino fundamental no país (BRASIL, 2011).

O Pronera é um programa do governo federal, criado em 1998 com o objetivo de fortalecer a educação nas áreas de reforma agrária, propondo projetos educacionais a partir de metodologias voltadas as especificidades do campo tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004).

O ProJovem foi criado em 2005, sendo uma extensão da Política Nacional da Juventude divide-se em quatro modalidades: adolescente, urbano, campo e trabalhador. O programa busca colaborar com a formação profissional dos jovens de baixa renda, permitindo desta forma a inserção desta parte da população no mercado de trabalho (BRASIL, 2013).

O Programa Recomeço foi criado em 2001, com o objetivo de dar apoio financeiro aos estados e municípios das regiões norte e nordeste e outros municípios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH). Segundo Neiva (2010, p.30),

ele integrou o Projeto Alvorada que, durante o governo FHC, articulava programas sociais, de infra-estrutura e desenvolvimento do governo federal, que tinham como objetivo a redução das desigualdades regionais e a melhoria das condições de vida em regiões carentes do país.

É possível perceber que há políticas públicas voltadas para a EJA, no entanto torna-se imprescindível refletir se as mesmas contribuem de fato para o fortalecimento desta modalidade de ensino, levando em consideração as especificidades dos sujeitos envolvidos na mesma.

De acordo com Dourado (2007), nas políticas educacionais há o envolvimento e compromisso dos diferentes atores do processo escolar, assim, é necessário que haja um trabalho coletivo, onde todos estejam engajados nas decisões a serem tomadas.

Nesta perspectiva, é importante destacar a EJA como um espaço onde todos os envolvidos estejam comprometidos com uma educação de qualidade, em uma constante busca de novos conhecimentos para que possam realizar um trabalho coletivo e assim levar em consideração a realidade dos alunos, para que os mesmos tenham um aprendizado efetivo.

### **3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A economia solidária vem sendo discutida recentemente e alguns autores como Paul Singer e Maurício Sardá, contribuem nestas discussões em seus trabalhos sobre a mesma.

Com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) no Ministério do Trabalho e Emprego em 2003, houve a possibilidade do desenvolvimento de políticas públicas relacionadas à promoção de empreendimentos econômicos solidários e sua inclusão na agenda pública como alternativa de geração de trabalho e renda (FARIA; SANCHEZ, 2011).

Desta maneira, Paul Singer (2011, p. 407) afirma que “o Estado brasileiro reconheceu um processo de transformação social em curso, provocado pela ampla crise do trabalho que vem assolando o país desde os anos 1980”. De acordo com ele, esta crise fomentou a criação de cooperativas de trabalho pelas pessoas atingidas pela mesma, gerando trabalho e renda para cada membro.

A prática da economia solidária exige de seus participantes um comportamento social pautado na solidariedade, sustentando que a cooperação entre estes torne possível o sucesso de todos, caracteriza-se pela propriedade coletiva dos meios sociais de produção, como também pela união em associações ou cooperativas de pequenos produtores, sendo assim, todos que trabalham em uma empresa solidária tem os mesmos direitos de decisão (SINGER, 2005).

Segundo Ireland et al. (2005, p. 98), esta economia “propõe-se a refletir sobre a organização da produção e reprodução da sociedade de modo a diminuir as atuais desigualdades e difundir os valores da solidariedade humana”.

Nesta perspectiva, a economia solidária tem a pretensão de mudar a qualidade e a postura do sujeito em relação à vida e a organização da sociedade, portanto “baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão” (KRUPPA, 2005, p. 27).

Podemos dizer que um sistema de produção baseado na economia solidária apresenta as seguintes características: ausência de um proprietário do sistema produtivo, pois todos os participantes são donos do empreendimento; todos têm os mesmos direitos de decisão sobre o destino do empreendimento; e todos recebem partes iguais das sobras da produção.

Benini (2011), afirma que é possível considerar esta economia como um movimento situado no âmbito do trabalho associado que promove inúmeras combinações e possibilidades. Segundo Faria e Sanchez (2011, p. 414),



Trata-se de um movimento que busca afirmar a sua identidade e plataforma de luta e reivindicações, que ganha fôlego e se estrutura em princípios associados a valores humanistas, materializados na efetivação de iniciativas econômicas solidárias de geração de trabalho e renda, instituições de assessoria e fomento e políticas públicas nas três esferas de governo.

Neste contexto, a economia solidária permite a adoção de novos valores e atitudes entre as pessoas, de maneira que estas reflitam sobre a possibilidade de desenvolver novas formas de trabalho que proporcionem o bem estar de todos os envolvidos neste processo.

Nesta perspectiva, a inserção da economia solidária no currículo escolar da EJA poderá contribuir para a ampliação de novos valores voltados à economia de mercado, bem como o desenvolvimento de atividades condizentes com a solidariedade e autonomia das pessoas de um determinado grupo que se propõe a desenvolver um trabalho relacionado a esta economia.

#### 4 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizadas como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental, pesquisa de campo, pesquisa-ação e a realização de entrevistas semiestruturadas acompanhadas de atividades que proporcionassem uma sensibilização dos alunos quanto à economia solidária.

De acordo com Marconi e Lakatos (2009), a pesquisa bibliográfica é aquela que abrange toda bibliografia pública relacionada ao tema de estudo, desta maneira faz com que o pesquisador tenha contato com tudo que já foi escrito, dito ou filmado sobre um assunto.

Na pesquisa documental “tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais” (SEVERINO, 2007, p. 122, 123).

Para Marconi e Lakatos (2009, p.188), a pesquisa de campo é utilizada no intuito de obter “informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Segundo Severino (2007), a pesquisa-ação é aquela que compreende e visa interagir na situação com vistas à modificação da mesma. Desta maneira, propõe aos sujeitos envolvidos mudanças que levem a um aprimoramento das práticas analisadas.

Devido à variedade de respostas dos alunos utilizou-se também uma técnica desenvolvida por Vasconcelos (2005 apud PEREIRA; FARRAPEIRA; PINTO, 2006), que considera três categorias de respostas: “Satisfatórias” para as respostas onde os alunos demonstraram ter um conhecimento significativo do assunto; “Parcialmente satisfatórias” onde os alunos demonstraram ter um conhecimento mínimo do assunto; e “Insatisfatórias” para aquelas onde os alunos demonstraram não saber nada sobre o assunto ou ainda quando deixaram as questões em branco, adaptando-a no contexto de entrevistas.

As atividades foram desenvolvidas no período de julho a agosto de 2012 na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Matilde de Castro Bandeira e março a abril de 2013 na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Francisco José de Santana, a partir do diagnóstico da percepção dos alunos da EJA do ensino fundamental em relação à economia solidária através de entrevistas semiestruturadas.

As atividades apresentaram um período de intervalo (2012-2013), pois a princípio seriam realizadas apenas em uma escola devido ao curto tempo para o desenvolvimento das mesmas, porém ao longo do curso percebemos a importância de desenvolvê-las em outra escola para obtermos dados mais significativos.

Após o diagnóstico, foram desenvolvidas algumas atividades através de: palestras, vídeos e debates no intuito de contribuir para a construção de novos valores em relação à economia solidária.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas antes e depois da intervenção educativa (pré-teste e pós-teste) para avaliar o aprendizado dos alunos. No pré-teste o total de 15 alunos das duas escolas participaram das entrevistas e no pós-teste o total de 12 alunos participaram das mesmas.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

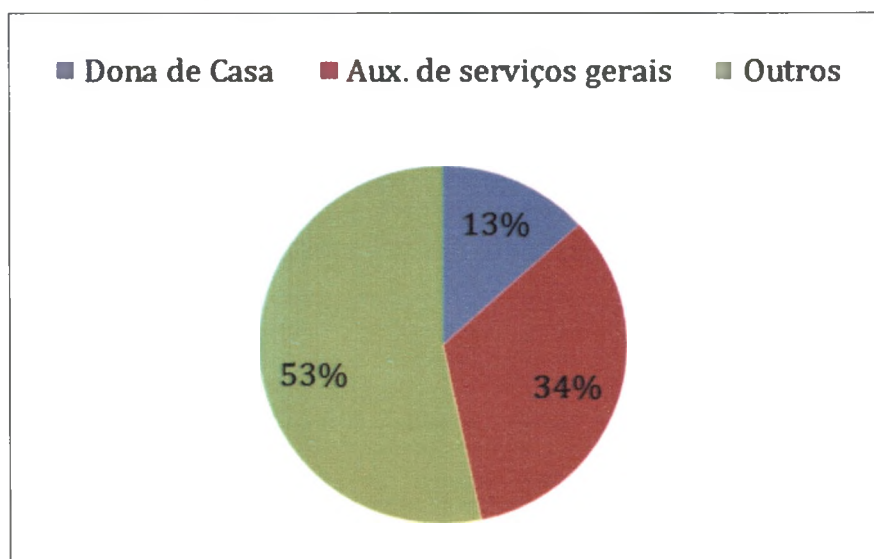
### 5.1 Pré-teste

No pré-teste foram realizadas entrevistas com 15 alunos (n=15 - total de alunos), com o intuito de diagnosticar a percepção destes sobre a economia solidária. Todos os alunos moram na zona urbana, consideramos esta informação, pois pretendíamos investigar a percepção dos alunos da zona urbana e da rural, indagamos também sobre sua atuação profissional, como mostra a Figura 1.

De acordo com a figura, os alunos trabalham em diversas áreas, sendo a maioria auxiliar de serviços gerais. Conforme as entrevistas os alunos estão na modalidade de EJA entre um e cinco anos, a maioria deles é motivada a frequentar as aulas porque gostam de estudar, gostam de ir para escola e querem aprender a ler e escrever.

Em parte os alunos pararam de estudar quando adolescentes para trabalhar, outra parte parou de estudar quando criança, devido a poucas oportunidades de estudo como também moravam longe da escola. Neste contexto, os educandos afirmam ter mais oportunidades de acesso à educação atualmente e querem aprender a ler e escrever, por isso sentem-se motivados a continuar na escola.

**Figura 1 – Atuação profissional dos alunos da EJA das EMEF Matilde de Castro Bandeira e EMEF Francisco José de Santana; a categoria outros representa (pensionista, aposentado, estudante, doméstica, cozinheira, revendedora, agricultor), (n=15).**

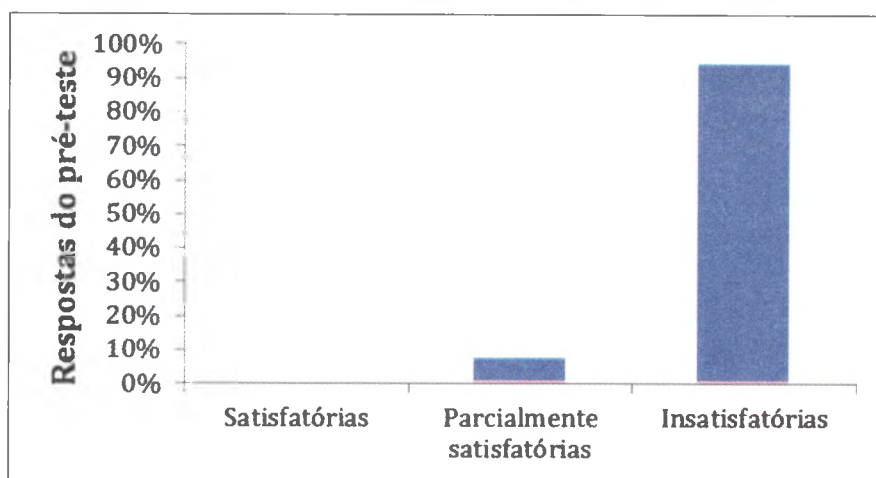


Fonte: Pesquisa de campo, 2012/2013.

Com relação à economia solidária os alunos demonstraram não ter conhecimento prévio sobre o assunto, pois eles nunca tinham ouvido falar em economia solidária, como também

não trabalhavam com esta, como podemos ver na Figura 2, onde a maioria das respostas foi insatisfatória.

**Figura 2 – Respostas sobre a percepção dos alunos das EMEF Matilde de Castro Bandeira e EMEF Francisco José de Santana em relação à economia solidária, (n=15). Fonte: Pesquisa de campo, 2012/2013.**



Fonte: Pesquisa de campo, 2012/2013.

Portanto, podemos perceber que a temática da economia solidária não é trabalhada no processo educacional de maneira que o aluno busque novas formas de trabalho que envolva a solidariedade e cooperação entre os sujeitos envolvidos, pois 93,33% das respostas foram insatisfatórias. Porém, sabemos que é importante inserir novas temáticas no campo da educação no intuito de contribuir para adoção de novos valores pelos educandos, em especial da EJA com relação à sua prática laboral.

Neste sentido, realizamos intervenções educativas nesta modalidade de ensino no intuito de fortalecer o aprendizado dos educandos em relação à economia solidária, levando-os a refletir sobre a mesma. Em seguida abordaremos como foram desenvolvidas estas atividades.

## 5.2 Intervenções

Foram realizadas atividades de intervenção com os alunos da EJA na EMEF Matilde de Castro Bandeira no período de julho de 2012 e na EMEF Francisco José de Santana no período de março a abril de 2013. As duas atividades foram desenvolvidas na mesma semana.

Na primeira atividade foi exibido um vídeo sobre a economia solidária, em seguida houve uma conversa informal em relação ao mesmo, mostrado na Figura 3.



**Figura 3 – Exibição de vídeo sobre economia solidária, apresentado aos alunos das EMEF Matilde de Castro Bandeira e EMEF Francisco José de Santana.**



Fonte: A autora, 2012/2013.

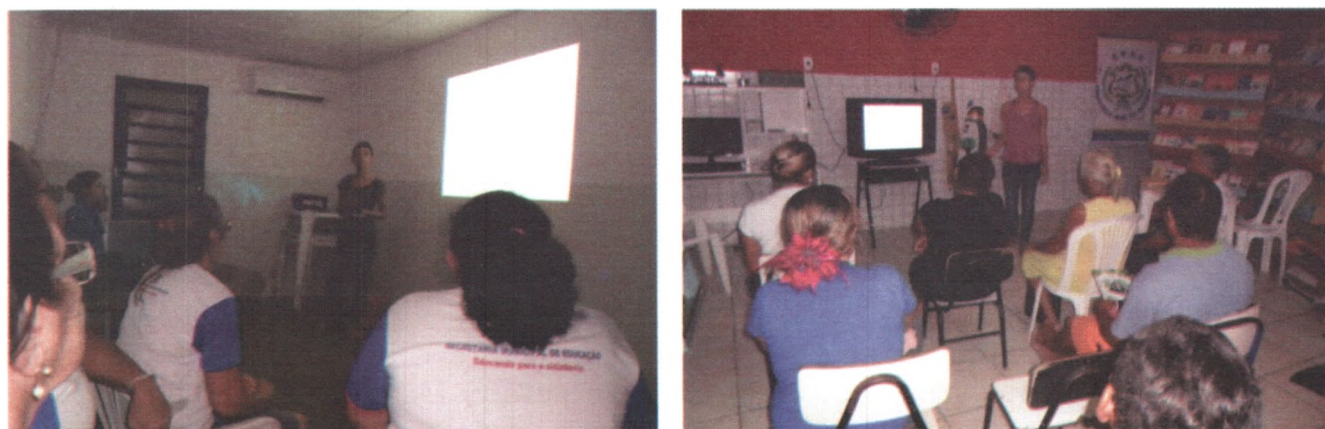
Nesta atividade foram utilizados os seguintes materiais para o desenvolvimento da mesma: televisão, DVD e computador de acordo com a disponibilidade da escola.

Os alunos demonstraram atenção e interesse na discussão do tema, pois a maioria opinou fazendo reflexões acerca desta nova forma de trabalhar, levando em consideração a solidariedade, a coletividade e cooperação entre os envolvidos. Neste contexto, Singer (2005) afirma que podemos pensar a economia solidária como uma forma de superação do sistema capitalista.

Na segunda atividade foi realizada uma palestra no intuito de fazer um paralelo entre a economia capitalista e a economia solidária, ambas exemplificadas, após a atividade houve uma discussão acerca das mesmas. Esta atividade foi realizada através de data show e televisão de acordo com os recursos disponíveis na escola.

Nesta atividade uma das alunas da EMEF Matilde de Castro Bandeira relacionou a economia solidária a um trabalho de agricultura desenvolvido em uma cidade próxima a Pombal. De acordo com ela há um grupo de pessoas que planta alface, se reúne para vender e divide o lucro por igual para todos. A Figura 4 mostra o desenvolvimento desta atividade.

**Figura 4 – Palestra apresentada aos alunos das EMEF Matilde de Castro Bandeira e EMEF Francisco José de Santana sobre economia solidária.**



Fonte: A autora, 2012/2013.

### 5.3 Pós-teste

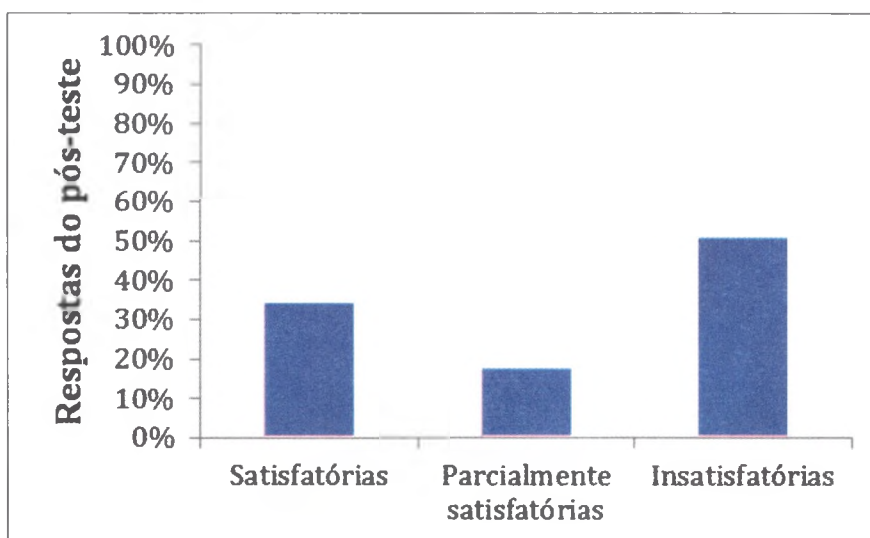
Após as atividades de intervenção foram realizadas novas entrevistas com doze alunos (n=12 – total de alunos) para avaliar o aprendizado destes em relação à economia solidária. A FIG 5 mostra o resultado das mesmas.

Comparando as Figuras 2 e 5, podemos perceber que após as intervenções houve 33,33% de respostas satisfatórias, 16,66% de respostas parcialmente satisfatórias, e 50% de respostas insatisfatórias, com isso é possível considerar que obtivemos resultados positivos, pois antes das intervenções a porcentagem de respostas satisfatórias foi de 0%.

Desta forma, notamos que as atividades poderiam ser desenvolvidas em um período maior para que possivelmente houvesse um número mais elevado de respostas satisfatórias, porém mesmo devido ao curto tempo de intervenção foi possível contribuir para a formação dos educandos, visto que eles tiveram acesso a um novo conhecimento e também puderam refletir sobre a economia solidária.

Os alunos também puderam comparar algumas atividades desenvolvidas em seu cotidiano com a economia solidária, contudo algumas delas não representavam um trabalho cooperativo e solidário, podemos citar como exemplo o trabalho de catadores que vendem o material coletado para atravessadores, não caracterizando assim um trabalho voltado a solidariedade. Pois na economia solidária todos trabalham igualmente, assim como as sobras são divididas por igual para todos.

**Figura 5 – Respostas sobre a percepção dos alunos da EMEF Matilde de Castro Bandeira e da EMEF Francisco José de Santana em relação à economia solidária, após as atividades de intervenção, (n=12).**



Fonte: Pesquisa de campo, 2012/2013.

Podemos afirmar que a grande quantidade de respostas insatisfatórias no pós-teste pode ter ocorrido devido ao desenvolvimento de poucas intervenções nas escolas como também porque nas turmas de EJA estudadas havia alguns alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com Vivian (2012, p.09), a relação entre a EJA e a economia solidária como alternativa de geração de emprego e renda volta-se para:

A transformação, ou seja, uma nova possibilidade de se formar uma relação entre a educação e o trabalho, fundamentando a economia e as relações sociais como trajeto possível para a construção do conhecimento e a superação do trabalho como mercadoria precarizada.



Assim, a educação está voltada à cidadania e a autonomia do sujeito na medida em que permite ao mesmo pensar uma alternativa de trabalho que se contrapõe aos interesses do sistema capitalista, levando-o a adotar novos valores neste processo.

Segundo Singer (2005), a prática da economia solidária exige uma reeducação, e esta deve ser coletiva porque se apenas um indivíduo tem a visão de cooperativismo, o que vai predominar é a competição o que não caracteriza tal economia. Ele ainda afirma que:

Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a economia solidária dê os resultados almejados (Singer, 2005, p. 16).

Nesta mesma linha de pensamento Kruppa (2005, p.30), diz que “nesse processo de formação coletivo são necessários jogos pedagógicos que possibilitem aproveitar as ideias nomeadas individualmente, num processo que preserve a igualdade de condições entre os trabalhadores, com direito a diferentes pontos de vista”.

De acordo com Nascimento (2005, p.59), no campo da economia solidária a qualificação amplia a cidadania promovendo um “processo democrático e um movimento cultural e ético que transforma as relações intersubjetivas, com vistas a um projeto de desenvolvimento e de nação”.

Desta forma, percebemos a importância de inserir esta economia no processo educativo possibilitando aos educandos uma educação de qualidade e voltada a uma alternativa de trabalho que proporciona igualdade nas tomadas de decisões.

Neste contexto, propomos intervenções nas escolas no sentido de que estas possam contribuir também na promoção da economia solidária como forma de inserção no currículo educacional através dos atores envolvidos nesta, pois assim os educandos poderão refletir sobre suas práticas e ampliar seus saberes.

Assim, de acordo com Ireland et al. (2005, p. 97),

A luta pela cidadania não está restrita a prática e ao discurso políticos, apesar de serem essas as suas bases, mas perpassam pequenos detalhes operacionais como o domínio de recursos tecnológicos e técnicas profissionais que possibilitem aos jovens e adultos a inserção social, bem como a compreensão e leitura crítica da realidade, tendo em vista a conquista da liberdade.

No entanto, sabemos que a conquista de práticas condizentes com a cidadania na EJA ou em outra modalidade de ensino dependem de um longo processo de sensibilização, a partir de atividades que proporcionem uma interação dos sujeitos permitindo que os mesmos sintam-se inseridos no espaço escolar onde haja a valorização de seus conhecimentos prévios e da realidade a qual estão inseridos para que se reconheçam como sujeitos ativos.

## 6 CONCLUSÃO

Através desta pesquisa é possível perceber a importância de inserir a economia solidária na EJA, visto que podemos proporcionar novas formas de se pensar o trabalho a partir da cooperação e da solidariedade.

Desta maneira, propõe-se que a economia solidária seja abordada pelos professores no ambiente escolar considerando a aprendizagem dos alunos de acordo com a realidade em que estão inseridos. Assim, torna-se imprescindível inseri-la no currículo educacional, sobretudo na modalidade de educação de jovens e adultos tendo em vista a promoção de novos valores em relação ao trabalho por parte dos alunos.

Neste contexto, as atividades realizadas nas escolas contribuíram para que os alunos da EJA pudessem conhecer esta economia, construir novos conhecimentos relacionados à mesma, e possivelmente fortalecer sua prática no âmbito educacional.

Portanto, o estudo da economia solidária tornou-se imprescindível na EMEF Matilde de Castro Bandeira e na EMEF Francisco José de Santana, na medida em que levou os alunos a conhecerem e a refletirem sobre esta economia que envolve valores solidários. Considera-se também que obtivemos resultados positivos, pois após as intervenções houve um aumento de 0% para 33,33% de respostas satisfatórias em relação à economia solidária.

Sugere-se que as atividades nas escolas sejam mais duradouras a partir de atividades de campo, oficinas, palestras e vídeos proporcionando maior contato dos educandos com a economia solidária para que haja um aprendizado mais efetivo.

Desta forma, propomos a continuidade de estudos voltados a esta temática, pois foi possível notar que esta pesquisa teve bons resultados, visto que possibilitou a aquisição de importantes conhecimentos acerca da EJA e da economia solidária. Assim encorajamos abordagens mais aprofundadas sobre as mesmas.

## 7 REFERÊNCIAS

BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práxis de economia solidária. *In*: BENINI, E. A.; FARIA, M. S. de; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br), acesso em 14/10/2013.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Brasília, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm), acesso em 31/01/2013.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Resolução CNE/CEB nº1/2000**. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br), acesso em 25/03/2013.

BRASIL. **Princípios, diretrizes, estratégias e ações de apoio ao Programa Brasil Alfabetizado**: elementos para formação de coordenadores de turmas e de alfabetizadores. Brasília, 2011. Disponível em: [www.portal.mec.gov.br](http://www.portal.mec.gov.br), acesso em 23/08/13.

BRASIL. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), **Manual de Operações**. Brasília, 2004. Disponível em: [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br), acesso em 23/08/13.

BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br), acesso em 23/08/13.

DI PIERRO, M. C.; JOIA, O.; RIBEIRO, V. M. **Visões da educação de jovens e adultos no Brasil**. Cadernos Cedes, ano XXI, n. 55, 2001.

DOURADO, L. F. **Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas**. Educ. Soc. v.28, n.100 – Especial. Campinas, 2007. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br), acesso em 08/10/2013.

FARIA, M. S. de; SANCHEZ, F. J. B. A Economia Solidária no Governo Federal: intersectorialidade, transversalidade e cooperação internacional. *In*: BENINI, E. A.; FARIA, M. S. de; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.). **Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas da economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- HADDAD, S. **A ação de governos locais na educação de jovens e adultos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 35, maio/ago. São Paulo, 2007. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br), acesso em 27/03/13.
- IRELAND, T. D.; MACHADO, M. M.; IRELAND, V. E. J. C. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: KRUPPA, S. M. P. org. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. Disponível em: [www.ceeja.ufscar.br](http://www.ceeja.ufscar.br), acesso em 30/05/2012.
- KRUPPA, S. M. P. **Uma outra economia pode acontecer na educação**: para além da Teoria do Capital Humano. Economia solidária e educação de jovens e adultos. Brasília: Inep, 2005. Disponível em: [www.ceeja.ufscar.br](http://www.ceeja.ufscar.br), acesso em 30/05/2012.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- NASCIMENTO, C. Educação como elemento estruturante da Economia Solidária. In: KRUPPA, S. M. P. org. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. Disponível em: [www.ceeja.ufscar.br](http://www.ceeja.ufscar.br), acesso em 30/05/2012.
- NEIVA, D. A. A. **Letramento literário e os sujeitos da EJA**: práticas, eventos e significados atribuídos. Dissertação, 2010. Disponível em: [www.acervo.paulofreire.org](http://www.acervo.paulofreire.org), acesso em 26/03/13.
- PEREIRA, E. M.; FARRAPEIRA, C. M. R.; PINTO, S. L. **Percepção e educação ambiental sobre manguezais em escolas públicas da região metropolitana do Recife**. Revista eletrônica do mestrado em educação ambiental. V.17, 2006.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SINGER, P. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. org. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005. Disponível em: [www.ceeja.ufscar.br](http://www.ceeja.ufscar.br), acesso em 30/05/2012.
- SINGER, P. A Economia Solidária no Governo Federal. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S. de; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (orgs.). **Gestão Pública e Sociedade**: fundamentos e políticas públicas da economia solidária. 1ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- STRELHOW, T. B. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil**. Revista Histedbr On-line, n.38, p. 49-59, Campinas, 2010. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br), acesso em 25/03/2013.
- VIVIAN, D. **A educação de jovens e adultos e a economia solidária**. Disponível em: [www.anpae.org.br](http://www.anpae.org.br), acesso em 23/05/2012.

# A realidade socioeconômica e ambiental da Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pombal-PB: desafios e possibilidades para a inclusão social

*Marly Cordeiro da Costa  
Patrício Borges Maracajá*

## 1 INTRODUÇÃO

Diante das mudanças socioeconômicas e das exigências do mercado de trabalho formal, os trabalhadores excluídos desse contexto passaram a vivenciar situações que tinham a geração de renda imediata como regra de sobrevivência.

Uma nova realidade no mundo do trabalho, com atores sociais e objetivos que estimularam os trabalhadores cooperados ou associados a se organizarem de forma que a economia solidária fosse vista como alternativa para a inclusão social e possivelmente a geração de renda autônoma, colocando em destaque debates com temáticas inerentes a meio ambiente, sustentabilidade e reciclagem. O que nos instigou à realização deste estudo sobre a realidade social dos catadores cadastrados na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pombal-PB (ASCAMARP).

Partindo de um contexto geral desses trabalhadores, a nível nacional, foi traçado um perfil comum aos catadores, destacando os riscos individuais e os benefícios coletivos proporcionados por esta atividade, os fatores desencadeadores de exclusão, e, através de um breve relato histórico foram identificados os principais movimentos de luta pela valorização de seu trabalho e reconhecimento da atividade de catador de material reciclável como categoria profissional.

Processo que nos permitiu analisar a forma como os catadores da cidade de Pombal-PB estão organizados e conhecer não só a realidade socioeconômica e ambiental desses trabalhadores, como também, o processo de formação da associação e suas potencialidades de autogestão. Questionando, sobretudo, se a realidade na qual estão inseridos os catadores da ASCAMARP retrata-se como instrumento de inclusão social.

Através de estudo de caso in lócus descrevemos os fatores responsáveis pela inserção do público-alvo nesta atividade; a relação dos catadores com os atravessadores no processo de compra e venda do material coletado; e os benefícios proporcionados por esta atividade para preservação do meio ambiente, refletindo sucintamente sobre a conscientização dos catadores em prol da sustentabilidade ambiental.

Ressaltando a desvalorização desses trabalhadores, os dilemas dessa profissão e a exclusão camuflada pela inclusão 'perversa', refletimos sobre os reais desafios e possibilidades de inclusão dos catadores da ASCAMARP no cenário político, econômico, cultural e social desta cidade.

## 2 CATADOR DE MATERIAL REICLÁVEL

### 2.1 Breve contexto histórico

Após a Revolução Industrial, intensificou-se a quantidade e a diversidade de resíduos sólidos nas áreas urbanas, em especial. A multiplicação de produtos de consumo em larga escala e a introdução das embalagens descartáveis no mercado, identificadas como questões econômica e ambiental, respectivamente, passaram a ser vistas como meio de sobrevivência para muitos trabalhadores, vítimas da exclusão, proporcionada pelo processo industrial e capitalista.



Durante a década de 1990, evidenciou-se no Brasil uma nova forma de produção, com vários acontecimentos que favoreceram a diminuição da utilização de mão de obra não especializada e a força de trabalho empregada. Trata-se do crescimento industrial, impulsionado pelo processo de globalização e pela expansão das multinacionais (que passaram a incorporar ao processo produtivo novas tecnologias) e a supervalorização da moeda - a partir do Plano Real - aumentando a importação, e, conseqüentemente, a competitividade por produtos estrangeiros, que acabou gerando problema para as empresas e aumento na taxa de desemprego (SEVERO, 2008).

A busca pela sobrevivência através de trabalhos informais também aumentou. E, em meio a essa confirmação destaca-se o número de trabalhadores na atividade de catador de materiais recicláveis, antes empregados do setor industrial 'agora' substituídos por máquinas e funcionários qualificados, confirmando as palavras de Freitas, Carvalho e Almeida (2011, p. 4), quando dizem que, *no ritmo acelerado do capital, a sobrevivência dos trabalhadores depende das condições impostas pela própria natureza do sistema capitalista*.

Ainda segundo Severo (2008), na atualidade é cada vez maior as exigências do mercado de trabalho formal e das grandes indústrias, firmadas numa complexa relação entre idade, escolaridade, qualificação profissional e outros fatores socioeconômicos de grande relevância para os interesses lucrativos do capitalismo.

Nesse contexto, um grande número de homens, mulheres, adultos e idosos são excluídos deste mercado de trabalho, encontrando como única alternativa para sobrevivência, a atividade de catador, como forma de garantir renda imediata. Embora coloque seus participantes às margens da sociedade, que se mostra preconceituosa e indiferente aos benefícios que esta atividade possa causar ao meio ambiente e ao bem estar da coletividade.

## 2.2 Perfil dos catadores

Contrário ao que se observa no mercado de trabalho formal, não existe critérios de seleção para se ingressar na atividade de catador de material reciclável. Identificados, relativamente, como um público com grau de escolaridade abaixo da primeira fase do ensino fundamental. Tais atores sociais geralmente apresentam idades acima dos trinta anos, muitos atingem a terceira idade (OLIVEIRA, 2011).

Severo (2008) acrescenta também, que os catadores de materiais recicláveis não possuem experiências anteriores de emprego formal, são oriundos da zona rural ou de situações de extrema pobreza. Trata-se de pessoas que passaram a trabalhar de forma autônoma, em condições subumanas e sem garantia dos seus direitos trabalhistas, objetivando encontrar meios para a sua sobrevivência e de suas famílias.

Em síntese, os catadores de materiais recicláveis são trabalhadores que convivem com a exclusão e sobrevivem das sobras da sociedade consumista.

Dessa forma, o autor acima citado apresenta as seguintes características que são comuns na atividade de coleta de materiais recicláveis:

- a) utilização de carrinhos de mão ou charretes;
- b) risco de problemas de saúde;
- c) dificuldades de acesso ao material;
- d) grande concorrência, principalmente, pelo papelão, garrafas PET e latinhas;
- e) e prejuízos nas negociações com os atravessadores.

Em seu dia a dia, os catadores são classificados segundo sua forma de organização e lugar de atuação. Assim, segundo Silva (2008), tem-se:

- a) catadores garimpeiros: que trabalham diariamente nos lixões;
- b) catadores autônomos e catadores associados: atuantes nas ruas, no comércio, nos domicílios e no próprio lixão.



No geral, os catadores de materiais recicláveis desenvolvem uma atividade de baixo custo e constituem o primeiro elo de produtividade na cadeia de reciclagem. E mais, (...) se não fosse a mão de obra barata do catador, o processo de reciclagem não seria lucrativo a ponto de estimular empresários a investirem nesse nicho de mercado (FERRAZ; GOMES; BUSATO, 2012, p. 764).

As formas de auto referência dos catadores, que oscilam entre a positividade - quando ressaltam a importância de seu trabalho para o meio ambiente - e a negatividade - sobre as condições de trabalho e o preconceito -, também nos faz refletir sobre as experiências individuais anteriores a sua inserção na atividade de catador e sobre o baixo nível de escolaridade e de conhecimentos formais, como elementos que favorecem a desvalorização dos seus trabalhos por parte dos próprios catadores.

Uma vez, que boa parte dos catadores de materiais recicláveis é “desconhecedor” do significativo trabalho de sustentabilidade que desenvolvem, das contribuições para o meio ambiente, para a economia local, para o desenvolvimento social, e, principalmente, da sua atuação como cidadãos corresponsáveis com o seu meio (GONÇALVES, 2004).

Um trabalho que, em tese, os destaca como sujeitos protagonistas do processo de geração de renda e de cidadania, agentes de transformações sociais e ambientais.

### **2.3 Riscos e benefícios da atividade**

Indiferentes às responsabilidades com o processo de gerenciamento do lixo e “reféns” de um modelo de desenvolvimento e cultura, que impõe um estilo de vida cujo padrão e conforto se baseiam no consumismo. Os consumidores compreendem que o lixo descartado é objeto de preocupação exclusiva dos responsáveis pela sua coleta e tratamento. Momento em que os catadores passam a atuar com a capacidade de gerar renda e auxiliar na resolução da grande problemática da sociedade moderna: o excesso de produção de resíduos sólidos.

Na verdade vivenciamos momentos de grandes intensidades. Todos os fatos bons ou não são transmitidos e repassados de maneira rápida e, a sociedade passa então a ser uma “consumidora” de vários elementos, sejam eles objetos concretos ou mesmo objetos imateriais (...). Somos uma sociedade dos descartáveis. (SALES et al., 2012, p. 10)

Nessa sociedade dos descartáveis, muitas são as situações em que os catadores estão expostos a vários riscos, dentre os quais se destacam o contato com lixos hospitalares, materiais químicos, radiativos, poeira e as mudanças climáticas, inevitáveis àqueles que trabalham nos lixões; as doenças musculoesqueléticas - em razão do grande esforço físico -, acidentes por atropelamento e colisões, muito presentes no cotidiano dos que coletam material nas ruas; e o odor, as situações de estresse - ocasionada pelas condições de trabalho, pela sobrecarga e pela falta de apoio social -, fatos dos quais todos estes trabalhadores não estão isentos, independente do lugar de trabalho.

De acordo com Silva (2006), os acidentes de trabalho nessa atividade têm como principal motivo a não utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). O contato direto com objetos perfurantes e contaminados exige essa medida de segurança como mínima condição de trabalho. No entanto, o que se vê na prática é catadores totalmente desprotegidos em contato com os mais variados tipos de materiais descartados.

A rotina que os catadores têm no dia a dia é muito cansativa, e é realizada em condições arriscadas, um trabalho exaustivo, submetendo-se a problemas de saúde e a várias discriminações mediante a sociedade que não reconhece o grande trabalho destas pessoas que são sofredores, mas deveriam ser considerados guerreiros, pessoas que

submetem-se puxar ou empurrar um carrinho por toda a cidade e por varias horas, para conseguirem um pouco de dinheiro pra manter suas famílias. (MEDEIROS et al., 2012, p. 162).

Essa busca por renda suficiente para sobrevivência proporciona aos catadores uma jornada de trabalho, que além de exaustiva, os torna dependentes dos atravessadores, intermediários ou sucateiros, que são responsáveis pela compra e envio do material coletado para as indústrias de reciclagem.

Vale ressaltar, que os atravessadores atuam de forma seletiva, determinando valores para os diferentes materiais abaixo do esperado pelos catadores, deixando-os — em sua maioria — insatisfeitos com a exploração a que são submetidos. Pois, ao comprarem o material dos catadores autônomos — não cooperados —, os atravessadores acabam ficando com a maior parte dos lucros (MAGALHÃES, 2012).

O resultado é uma relação que se estabelece isenta de qualquer tipo de contrato ou salário formal, denominada entre ambos como uma relação de freguês e comerciante, onde a desorganização política e econômica dos catadores é fator culminante para existência e manutenção desses intermediários no processo de reciclagem.

Segundo Gonçalves (2004), o trabalho nas usinas de reciclagem é visto pelos catadores como melhores condições de trabalho e inclusão, mas na prática as condições precárias e excludentes continuam fazendo parte do seu dia-dia.

A vulnerabilidade, as fragilidades e as precariedades em que vivem os catadores revelam um processo de ‘inclusão perversa’, que camufla a exclusão. Ou seja, as restrições econômicas, políticas, culturais e sociais colocam em questão suas potencialidades e possibilidades de participação, de modo preconceituoso e excludente, fazendo com que os catadores continuem às margens da sociedade.

Destacam Ferraz, Gomes e Busato (2012, p. 767) que, (...) *o catador faz parte de um circuito produtivo pelo lado perverso, já que não possui poder de negociação, e a barganha, muitas vezes, é explorada pelo detentor do capital.*

Uma realidade que impõe ao catador a dualidade entre trabalho versus marginalidade. No entanto, mesmo diante da ausência de direitos trabalhistas, das condições injustas de trabalho, dos riscos à saúde, dos preconceitos e da exploração, eles preferem optar pela atividade de catador que ingressar no mundo da criminalidade.

Na opinião de Costa e Pato (2010), os reflexos desse sistema que tem o domínio do mercado e a concentração das riquezas nas mãos de poucos, têm como consequência, dentre outras, a falta de perspectiva de futuro e a revolta dos catadores sobre a forma como são tratados em seu trabalho.

Também vale ressaltar, que a atividade de catador possui pontos positivos e negativos. Pois, ao mesmo tempo em que os expõe a situações de exploração, também os identifica como agentes ambientais. Mesmo que grande parte desses trabalhadores atue de forma inconsciente, eles contribuem para a redução dos impactos ambientais e da exploração dos recursos naturais não renováveis. Dessa forma, os catadores são agentes em benefício do bem-estar coletivo. E essa condição exige uma nova visão por parte da sociedade e do poder público sobre o lixo e seu significado, almejando mudanças na realidade desses trabalhadores.

Nesse cenário, a coleta seletiva, que significa uma importante atitude de cooperação com o trabalho dos catadores, bem que poderia ser incentivada, evitando, assim, que os catadores tivessem um contato direto com o lixo e com os riscos lá encontrados. No entanto, a promoção da coleta seletiva exige um trabalho de reeducação social, que pode ser associado à mobilização dos catadores em prol do reconhecimento de sua atividade como um trabalho digno.

## 2.4 Profissão *versus* sobrevivência

A partir dos anos 90, com apoio de representantes da sociedade civil, do poder público e de iniciativa privada, evidenciaram-se vários movimentos em defesa dos direitos, da criação de políticas públicas e da organização dos catadores.

Segundo Besen (2011), como exemplos dessas ações destacam-se:

- a) o Fórum Lixo e Cidadania Nacional (iniciativa da UNICEF) criado em 1998, e posteriormente outros nas esferas regionais, estaduais e municipais, oferecendo subsídios para o fortalecimento da organização desses trabalhadores;
- b) o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNRC) criado em junho de 2001, que refletiu a mobilização dos catadores a nível nacional e tinha dentre outros objetivos a valorização e o reconhecimento da atividade como categoria profissional, a autogestão e o controle da cadeia de reciclagem;
- c) e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei de nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alterando a Lei de nº 9.605/98 (dos Crimes Ambientais).

Elaborada a partir de uma mobilização conjugada do MNRC com a atuação governamental, a PNRS, segundo Magalhães (2012), destaca-se pelos seguintes pontos:

- a) prevê a redução na geração de resíduos sólidos;
- b) institui a responsabilidade compartilhada no processo de geração e gerenciamento de resíduos;
- c) impõe que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, contribuindo com a eliminação dos lixões;
- d) e simboliza a ascensão da preocupação com a questão ambiental e com a inclusão dos catadores de materiais recicláveis.

Essa ascensão do discurso ambiental no meio social também favoreceu ao processo de autovalorização do trabalho dos catadores. A implantação de programas governamentais e políticas públicas de ambientalistas em defesa do meio ambiente estimularam - em parte - a conscientização dos catadores sobre a relevância do seu trabalho para o bem estar social, fazendo com que incorporassem em sua luta a bandeira ambiental levantada por esses programas e políticas. E não apenas a questão da sobrevivência, do reconhecimento e valorização de seu trabalho - por parte da sociedade, do poder público e demais segmentos não governamentais - que vigoram até os dias atuais.

Apesar de ser reconhecida como categoria profissional, pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) desde 2002, muitos são os desafios a serem enfrentados por esses profissionais, que isentos de direitos trabalhistas, expostos a preconceitos e condições insalubres de trabalho, são estigmatizados por estereótipos de marginalização e de algo que é sujo - o fato de muitos catadores serem moradores de rua faz com que tenham sua imagem ligada a criminalidade e ao lixo, quando na verdade deveriam ser compreendidos como detentores do poder de transformar aquilo que está no lixo em mercadoria. Pois,

(...) Embora o catador não represente o único elo da cadeia que existe entre o descarte do resíduo (condição de lixo) e a sua reutilização na indústria, é ele quem promove a transformação do *status* do material. Se o produto é criado pela indústria e o lixo advém da sua utilização pelo consumidor, o material reciclável *como tal* é, de fato, criado pelo catador. (MAGALHÃES, 2012, p. 44)

Situação que nos faz refletir mais uma vez sobre o ponto de vista dos catadores em relação a esta atividade que, como profissão, proporciona maior liberdade que nos empregos formais, possibilidade imediata de garantir renda lícitamente e oportunidade de contribuir com uma cidade mais limpa. E, enquanto sobrevivência - sinônimo de resistir, escapar - termo

muito presente na vida dos catadores de materiais recicláveis, deve superar a relevância da competição em suas atividades diárias. Considerando a economia solidária como caminho para melhores condições de vida, no combate ao preconceito e a exclusão social, através da solidariedade, do companheirismo e do trabalho coletivo.

## **2.5 Economia Solidária: uma nova realidade no mundo do trabalho**

O aumento da informalidade e do trabalho precário, influenciado pelas mudanças socioeconômicas, tem levado os trabalhadores a situações onde a sobrevivência está acima da garantia dos seus direitos sociais e trabalhistas. Em meio a este cenário, outras formas de organização do trabalho vêm surgindo, a exemplo do trabalho coletivo e da geração de renda autônoma. Uma nova realidade no mundo do trabalho, com novos atores sociais e objetivos que vão além dos valores lucrativos individuais (SENAES/MTE).

Identificada como alternativa de inclusão social para os trabalhadores excluídos pelas exigências do mercado de trabalho formal, a Economia Solidária (ES) traz como grande diferencial: o trabalho coletivo, a autogestão, a emancipação e a preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente. Ou seja, uma prática oposta ao modo de produção dominante - o capitalismo (SINGER, 2002).

Representada pela sociedade civil, a economia solidária conta com o apoio de entidades ligadas a Igreja (católica ou não), Sindicatos e Universidades para a difusão dos conhecimentos básicos e necessários para a criação de Empreendimentos de Economia Solidária (EES), tais como: treinamentos em autogestão; realização de negócios; e relacionamentos interpessoais para o grupo.

Com vista para melhores condições de vida. Melhoras essas, que dizem respeito à democracia, a autonomia e a corresponsabilidade comunitária com o progresso coletivo e a sustentabilidade ambiental. A ES propõe redescobrir os autores dessa nova forma de organização no trabalho como sujeitos produtores de conhecimentos, uma vez que,

(...), para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002, p. 112).

Processo no qual, os catadores de materiais recicláveis precisam estar inseridos com formação para práticas solidárias através da transformação dos trabalhadores em instrumentos produtores de desenvolvimento e autogestão.

As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), inseridas nas universidades são exemplos concretos de expansão e difusão da economia solidária. Responsáveis pela organização e formação das comunidades em cooperativas.

## **2.6 Organização dos catadores em associações**

Há uma grande dificuldade de precisar o número exato de catadores de materiais recicláveis no Brasil. Segundo dados publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2012), isso se deve essencialmente ao preconceito em torno da profissão, que faz com que muitos dos trabalhadores ainda não se sintam confortáveis em assumir tal atividade como profissão, e sim como ocupação provisória.

Considerando o intervalo de tempo e as informações entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Cáritas Brasileira e o MNRC, dentre outras fontes, o Comunicado do IPEA (2012) afirma que o número de catadores no Brasil fica entre 400 e 600 mil. E que destes, apenas cerca de 10% participam de alguma organização coletiva.



Um número relativamente baixo diante da necessidade destes estarem unidos na luta por uma política de coleta seletiva concreta, que lhes garanta o direito de desempenharem sua profissão com condições dignas de trabalho, quando concretizado o fechamento dos lixões, previsto pela PNRS.

Já é fato comprovado que essa atividade se torna ainda mais discriminada e com baixa lucratividade quando desempenhada individualmente, mas em contrapartida a essa realidade existe o MNCR, os Fóruns e demais entidades defensoras da democracia, da solidariedade e da autogestão oferecendo reforço no trabalho e na organização dos catadores de materiais recicláveis em Cooperativas ou Associações. O que facilita o acesso às políticas públicas e apoio institucional por parte da administração pública na organização inicial das mesmas.

As organizações de catadores têm obtido recursos para: aquisição de equipamentos, construções de centrais de triagem, cursos de formação, melhorias nas condições sanitárias e de trabalho e fortalecimento de redes entre as organizações visando ampliar as vendas coletivas dos recicláveis para a indústria na lógica do comércio e com preços mais justos. (BESEN, 2011, p. 39 - 40)

Essas ações refletem também na forma como os catadores são vistos atualmente pela sociedade no geral, que apesar do preconceito ainda evidente, muito se tem evoluído sobre o reconhecimento e apoio a esses profissionais. Entretanto, os desafios pela legitimação de seus direitos colocam os catadores diariamente diante da falta de informações, problema ocasionado, principalmente, pelas precárias condições de vida que não lhes favorecem acesso à escola nem aos demais meios transmissores de informações. Daí a explicação para o fato de que muitos dos idealizadores desses movimentos de organização de catadores em associações serem as ONG's e as entidades religiosas, principais envolvidos com os trabalhos em defesa dos excluídos e marginalizados pela sociedade.

### ***2.6.1 Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pombal-PB (ASCAMARP)***

A ideia de formar a associação de catadores partiu da Paróquia Nossa Senhora do Bom Sucesso, influenciada pela proposta do seu pároco, Pe. Ernaldo José de Sousa, de ajudar as famílias que sobreviviam da atividade de coleta de materiais recicláveis, na época (2003), conhecidas como as famílias que sobreviviam do lixo.

Vista pelos seus idealizadores como uma alternativa de unir os catadores na luta para suprir suas necessidades, a associação passou a ser atrativa para estes últimos pelo fato de que o cadastramento de tais famílias lhes daria o direito a uma feira mensal - doada pela prefeitura, como também, facilitaria a ajuda em outras necessidades - intermediadas pelo Pe. Ernaldo com participação de ONG's e da sociedade local.

A partir do ano de 2007, com auxílio dos integrantes da Cáritas □ entidade que trabalha na promoção e atuação social em defesa dos direitos humanos, da seguridade alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário - e do Programa de Ação Social de Políticas Públicas da Diocese de Cajazeiras (PASPP), foi elaborado o Estatuto e demais documentos necessários, passando a funcionar oficialmente a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de Pombal - PB (ASCAMARP), com CNPJ registrado a partir de 2010.

A ASCAMARP conta atualmente com o registro de 43 sócios, distribuídos entre os diferentes cargos. Dente estes, destaca-se a sócia Erivânia de Sousa Firmino, escolhida em eleição aberta pelos demais sócios como presidente da associação, no ano de 2012 e reeleita por igual processo em abril de 2013.

As reuniões e encontros dos sócios acontecem em um galpão doado pela prefeitura desta cidade. O espaço físico, que tem uma parte coberta com telhado e outra aberta, também



é disponibilizado para separação e armazenamento do material coletado. Quanto à coleta e venda desse material, a escolha fica a critério de cada catador para coletar em diferentes locais e vender aos diferentes sucateiros existentes na cidade de Pombal.

Entre os principais colaboradores e parceiros de atividades da associação destacam-se a Cáritas e o PASPP, auxiliando na burocracia de documentos, organização do trabalho em rede e inscrições em projetos; o Centro de Educação Integrada “Margarida Pereira da Silva” (CEMAR), com a aplicação de cursos, capacitações e oficinas de confecção de produtos a partir do material coletado, entre outras ações; e o projeto de Fortalecimento do Associativismo e Cooperativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis (CATAFORTE), com formações para a autogestão, assistência técnica e planejamento de atuação em rede. Outras instituições, entidades e ONG’s também atuam com projetos temporários de incentivo ao trabalho coletivo e a sustentabilidade ambiental, ou seja, a Economia Solidária.

Nesse contexto, destacou-se que a atuação de voluntários do Rotaract Club junto à associação, tinha em vista além da geração de renda imediata através da confecção de produtos reciclados ou reaproveitados, disseminar conhecimentos sobre o meio ambiente e o trabalho autogestionário. A exemplo do projeto de extensão desenvolvido por professores e alunos do curso de Engenharia Ambiental da UFCG em parceria com o CVT - Pombal (Centro Vocacional Tecnológico).

Nas reuniões procuramos palestrar sobre temas que abordassem, principalmente, a relação da reciclagem e o desenvolvimento sustentável, focando a grande relevância desse contexto para a comunidade e para o mundo, também foi discutido a importância desse trabalho para a sociedade e para o meio ambiente assim como a importância da organização e do cooperativismo e como o trabalho em equipe pode vir contribuir para a ASCAMARP e para o benefício próprio de cada um deles, visto que em um ambiente organizado resulta um melhor desempenho e bem estar no ambiente de trabalho. (FERREIRA et al, 2012, p. 487)

Sales et al. (2012) acrescenta também, que fortalecer os laços de cooperação e coletividade dentro da ASCAMARP, significa um grande passo para a efetivação da economia solidária e do trabalho em rede. Pois, apesar dos catadores participarem de cursos e formações que vissem essa nova forma de organização no trabalho, ainda prevalece na prática o trabalho individual e o descompromisso — de alguns sócios — para com a associação.

### 3 METODOLOGIA

Localizada no Sertão Paraibano, há 371 km da capital, a cidade de Pombal possui 32.110 habitantes, segundo dados do IBGE (CENSO Demográfico 2010). De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud 2010) seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0.634, identificado como o 18º da Paraíba.

Como a cidade não oferece campo de emprego vasto em indústrias ou cooperativas, a economia local é denominada basicamente pela agricultura, comércio local, setor de serviços e algumas fábricas. A População Economicamente Ativa (PEA) com renda de até um salário mínimo é de 8.981 pessoas - dados do IBGE (CENSO 2010) - e entre estas se encontram os catadores de materiais recicláveis: trabalhadores autônomos quanto à coleta e venda do material; atuantes em diferentes pontos da cidade; independentes e organizados em associação - conforme mencionado no capítulo anterior.

Através da leitura e avaliação de livros, teses, dissertações, periódicos e artigos, disponíveis eletronicamente e impressos, foi possível ampliar os conhecimentos sobre o trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Brasil, com foco na realidade social dos catadores cadastrados na ASCAMARP.

Para delimitação do objeto de estudo, a coleta de dados foi realizada por meio de um Estudo de Caso, com Pesquisa de Campo. Não sendo possível identificar o número total de catadores em atividade na cidade de Pombal-PB, apenas aqueles cadastrados na ASCAMARP, optou-se por trabalhar com uma amostra de vinte e cinco sócios, dos quarenta e três cadastrados na associação.

Trata-se de um estudo de caráter quantitativo e qualitativo, onde através das visitas in lócus foi observada a realidade dos catadores, analisando os dados inerentes ao perfil socioeconômico e ambiental, e, ao processo de inclusão social dos catadores, com seus principais desafios e possibilidades de efetivação. Destacando também as ações e parcerias da associação.

Apoiando-se nos objetivos apresentados, foram utilizados como instrumentos para a coleta de informações, além da observação direta, três tipos de questionários típicos de uma pesquisa semiestruturada, que foram aplicados à presidente da associação, aos vinte e cinco sócios disponibilizados e ao comerciante identificado pelos catadores como dono da sucata, responsável pela compra do material.

Em virtude das especificidades do público-alvo, os questionários foram aplicados por meio de entrevista documentada de forma escrita e gravada — com devida permissão dos entrevistados, para o caso das questões abertas, desde que permanecesse o seu direito de anonimato —, almejando, desta forma, melhor compreensão por parte dos sujeitos envolvidos e maior fidelidade às informações coletadas, durante a análise e discussão dos dados.

Os encontros com este público-alvo totalizam o número de quatro momentos diferentes: duas reuniões no galpão da associação, uma visita ao lixão e uma visita à sucata. Nas ocasiões também foi coletado o material fotográfico.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da aplicação dos questionários constatou-se que embora predomine maior número de catadores do sexo masculino cadastrados na ASCAMARP, 56% homens e 44% mulheres, o número de mulheres atuantes nessa atividade é relativamente alto, considerando as condições de trabalho e os riscos a que estão expostas essas pessoas.

O quadro e o gráfico abaixo com os dados sobre a idade e a escolaridade dos catadores, respectivamente, nos remetem aos discursos analisados nas revisões literárias, quando Oliveira et al. (2011) descrevem a atividade de catador de material reciclável como uma categoria profissional sem grandes exigências.

**Quadro 1 – Faixa Etária dos catadores.**

IDADE	FREQUÊNCIA	PORCENTAGEM
Entre 18 e 25 anos	4	16%
Entre 26 e 35 anos	3	12%
Entre 36 e 45 anos	7	28%
Entre 46 e 55 anos	5	20%
Entre 56 e 66 anos	6	24%
TOTAL	25	100%

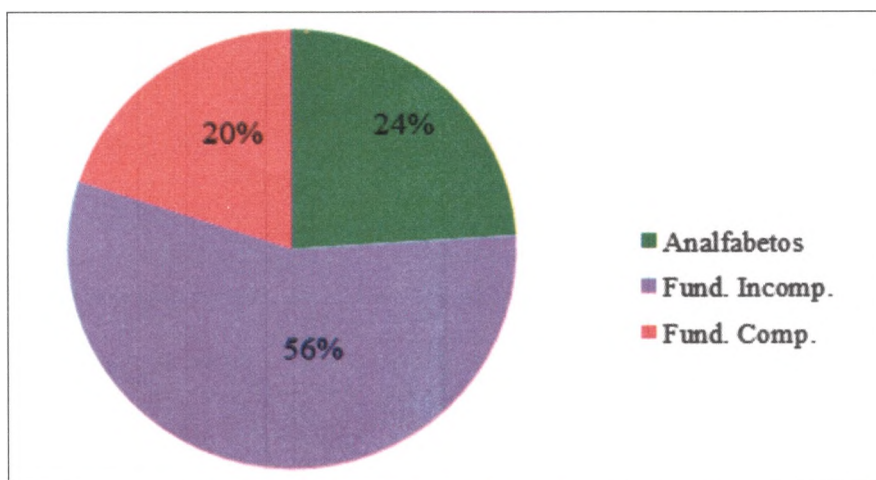
Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

O fato de 44% desses trabalhadores com idade acima dos 45 anos estarem sem emprego formal e de 56% dos entrevistados serem analfabetos e os demais terem apenas iniciado ou

concluído o ensino fundamental (como mostra gráfico abaixo), confirma a relação dos fatores idade e escolaridade com a exclusão das pessoas do mercado de trabalho formal.

Uma realidade que as coloca as margens da sociedade e, conseqüentemente, inseridas nesta categoria profissional.

**Figura 1 – Escolaridade dos catadores.**



Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

Quando indagados por que foram trabalhar como catador, 80% dos entrevistados responderam que foi por estarem desempregados — com idade avançada e sem formação ou qualificação profissional —, ou seja, por necessidade de sobrevivência. Os outros 20% afirmaram que preferem ser catador por causa da autonomia no trabalho e também para terem uma ocupação.

Embora, as condições de trabalho sejam subumanas, 32% dos catadores responderam que não trocariam de trabalho porque já estão acostumados e até gostam da atividade, principalmente, da liberdade de horários que lhes proporciona. Os demais disseram que trocariam, almejando melhores condições de trabalho e perspectivas de futuro, mas ressaltaram a discriminação por sua idade ou seu nível de escolaridade, como mostram algumas das respostas abaixo destacadas.

Sim, eu trocaria, mas como não tenho leitura e também quem vai me dá trabalho nessa idade. (Catadora A, 65 anos)

É difícil porque não tenho estudo, mas eu trocaria de emprego sim. (Catadora B, 59 anos)

Aliás, a discriminação e o preconceito são elementos que fazem parte da realidade desses trabalhadores. Enfrentar ‘caras feias’ ou serem chamados de lixeiros foram discursos presentes em boa parte das falas dos catadores, no entanto, também foi destacado por alguns que isso não lhes atinge, alegando o fato de que todo trabalho é digno.

Preconceito não. As vezes eu fico assim porque em muitos “canto” a gente acha quem ajude, já traz tudo na sacolinha. Já em outros a gente vai tirar aí diz: ei num deixe o lixo espalhado não, “ajunte” tudo quando a senhora terminar. Outros dizem: num tem nada aí dentro não, a senhora vai pegar é uma doença, isso é sebo. É aquele tipo da coisa... a gente até num se sente bem, mas fica pra gente, eu mesma nunca levei nada a sério. A gente fica triste porque eles acham que esse é um tipo de trabalho que não é digno, mas a gente num leva em conta não... (risos). (Catadora C, 66 anos)



Embora as respostas quanto ao preconceito tenham sido bastante divididas, eles não hesitaram em destacar que entre as diversas dificuldades enfrentadas na prática da coleta de materiais recicláveis está a aceitação dessa atividade como profissão.

O preconceito as pessoas sempre tem, as vezes até na própria família. Eles não aceitam isso como um trabalho ou profissão. (Catadora D, 59 anos)

Situação que se caracteriza primordialmente, segundo Ferreira et al (2012), pela precariedade do trabalho, que envolve não só a má remuneração e a instabilidade financeira, como também, o não reconhecimento, a restrição aos direitos trabalhistas e a falta de perspectiva de crescimento profissional. Problemas estes, também mencionados pelos catadores da ASCAMARP:

A maior dificuldade que eu encontro é o ganho que quase não dá pra viver, mas eu vou porque é o jeito, o “caba” tem que trabalhar mesmo. (Catador E, 40 anos)

A dificuldade é porque além de não ter carrinho pra carregar o material, a população também não ajuda, bota as coisas tudo misturada, a gente tem que mexer no lixo até achar alguma coisa pra reciclagem. (Catadora F, 47 anos)

Trabalho que apesar de ser considerado perigoso pela grande maioria dos catadores, 64% dos entrevistados afirmaram não utilizar equipamentos de proteção, senão, chapéus e camisas longas, em especial o público feminino. Confirmando assim, aquilo que Silva (2006) diz, no capítulo anterior, sobre os acidentes de trabalho nesta atividade.

### **Figura 2 – Catadores no lixão. / Figura 3 – Separação do material no galpão.**



Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

As situações a que estão expostos os catadores de materiais recicláveis nos remetem a questionarmos sobre o atendimento as necessidades básicas desse público. Em que condições humanas eles sobrevivem? Habitação, acesso à saúde? Sua renda como catador, é suficiente para que proporcionem uma qualidade de vida digna para sua família? Além é claro, da vulnerabilidade aos vícios e aos problemas cotidianos de quem trabalha na rua.

Com base nestes questionamentos propostos por Sales (2012), em um estudo sobre este mesmo público desta cidade, e nos questionários aplicados aos catadores da ASCAMARP, que afirmaram trabalhar de dois a oito dias por semana, num intervalo de tempo que varia de três a dez horas diária, foi possível identificar a composição da renda familiar mensal desses trabalhadores, apresentada através do seguinte quadro:



## Quadro 2 – Composição da Renda Mensal dos catadores.

COMPOSIÇÃO DA RENDA	%	RENDA MENSA	%
Catador de Material Reciclável	40	Menos de 1 SM	72
Catador + Bolsa Família, Pensão ou Aposent.	48	1 SM	4
Catador + Bicos em outras atividades	12	De 1 a 2 SM	24

Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

Dados que retratam a realidade de quem, apesar de ultrapassar a carga horária estimada para o trabalho semanal, não consegue sobreviver exclusivamente com o que ganha em sua profissão. Ficando a mercê de ajuda de programas governamentais, de atividades extras ao seu trabalho, ou até mesmo em algumas situações, submetendo-se a empréstimos por parte do atravessador (dono da sucata). Condição que acaba influenciando também na relação entre ambos, gerando situações que variam entre amizade, companheirismo e até mesmo de desconfiança, como relata uma das catadoras:

Às vezes a gente faz uma conta do material que coletou quando vai lá vender é outra completamente diferente, mas ninguém pode fazer nada, que ninguém vai agravar o outro sem ter prova, tem que respeitar né. (Catadora C, 66 anos)

Apesar de alguns catadores demonstrarem insatisfação, através dos depoimentos, quanto ao processo de compra dos materiais por parte do dono da sucata, o mesmo afirmou que existe uma boa relação entre ambos e que a insatisfação dos catadores é resultado do baixo valor no mercado de produtos coletados e que isso não é de sua responsabilidade.

### Figura 4 – Trabalhadores da sucata. / Figura 5 – Máquina de Prensar na sucata.



Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

Tratar as questões de inclusão/exclusão como situações das quais se definem em estar ou não estar empregado, significa deixar de lado aqueles que trabalham e não vivenciam um cotidiano específico de quem está incluído no mercado de emprego formal. Vivenciando, portanto, formas sutis de exclusão que conduzem a uma aparente inclusão, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis (MEDEIROS e MACÊDO, 2006).

Nesse cenário de restrições e desvalorização, onde os catadores tem sua força de trabalho explorada e nem assim conseguem garantir condições dignas de sobrevivência, resalta-se mais uma vez a relevância da união dessa categoria profissional através do trabalho coletivo.

Na luta por uma efetiva inclusão social dos catadores, a ASCAMARP enfrenta uma diversidade de desafios, destacando-se entre eles o desinteresse e a participação dos sócios nos assuntos inerentes a associação, que acaba refletindo na trajetória de todos.

**Figura 6 – Reunião da ASCAMARP. / Figura 7 – Construção de galpão no lixão.**



Fonte: Pesquisa de Campo 2013.

Apesar de a associação ter grande histórico de projetos em parceria com a Cáritas, o PASPP, o CEMAR, o Rotaract Club, a UFCG e atualmente com o Cooperar e a Prefeitura (na construção do galpão no próprio lixão), a falta de interesse dos sócios foi o principal motivo para que não se registrem grandes resultados nos projetos e para que não fossem dada continuidade beneficiando todo o grupo. Uma vez, que a demonstração de interesse por parte do público alvo faz toda diferença, como relata a própria presidente da ASCAMARP:

Querendo ou não a falta de interesse dos sócios hoje é a maior dificuldade enfrentada pela associação. Porque desde o início se eles colocassem a mão na consciência e quisessem reerguer a mais tempo algo pra nós mesmo, pra ter o nosso salário bem certinho, com a união de todos a gente já estava onde nós queremos chegar agora, que é a construção do galpão. A questão é essa, muita falta interesse de quem mais deveria ter. (Presidente, 29 anos)

Isso também é confirmado em relação à frequência dos sócios às reuniões mensais (a cada dia 30):

Eu diria que frequência nas reuniões é mais ou menos. Porque nem sempre todos participam, dos 43 vem 15, e as vezes até menos... (risos). Mas tá dando pra gente levar... agora quando é algum por fora, vem todo mundo, todos querem participar, principalmente das viagens... (risos). (Presidente, 29 anos)

Embora o desinteresse pelos assuntos da associação e a baixa frequência nas reuniões tenham sido destacados como obstáculos no andamento de suas ações, a presidente ressaltou que a relação entre os sócios é boa. A compreensão sobre o funcionamento e as atribuições dos cargos melhorou bastante, pois os problemas e desentendimentos são encaminhados para o momento das reuniões.

A cada três meses, a Cáritas em conjunto com o PASPP, promove um encontro em João Pessoa, com dois dias de reuniões e um dia para lazer junto aos catadores de diferentes cidades. Projeto que tem em vista capacitar e unir o grupo de catadores na luta por melhores condições de vida.



Em relação ao apoio e reconhecimento da sociedade sobre a importância da associação e do trabalho desenvolvido pelos catadores, a presidente deixou claro que,

(...) Um tempo atrás eu diria que não. Nós não temos apoio de ninguém, mas agora boa parte da sociedade está nos ajudando. Hoje têm mais gente nos valorizando, alguns já tão até separando o material. Nosso trabalho tá indo pra frente, mas sem o apoio da sociedade não tem como a gente se reerguer. (Presidente, 29 anos)

Afirmção esta, que não cai em contradição com as respostas dos catadores, quando 56% disseram que boa parte da comunidade local reconhece a relevância do seu trabalho para preservação do meio ambiente. Embora muito ainda tenha que ser feito a respeito da conscientização social e da aceitação dos catadores como agentes ambientais.

Para Ferreira et al. (2012), envolver os próprios catadores em projetos de educação ambiental na comunidade escolar desta cidade, reforça o sentido de inclusão social dos catadores provocando na sociedade um novo olhar sobre a importância desses trabalhadores para a limpeza da cidade, e, conseqüentemente, para o meio ambiente.

O autor acrescenta que,

(...), despertar a importância destas pessoas para a sociedade faz com que eles próprios reconheçam o valor de seu trabalho e, neste aspecto eles irão entender melhor a realização de seu trabalho e, a dignidade que este pode o proporcionar, se estiverem bem organizados. (FERREIRA *et al.*, 2012, p. 486)

Outra grande alternativa em vista da inclusão social deste público é colocar em prática as propostas de economia solidária e empreendedorismo, trabalhadas durante os mini cursos disponibilizados pelo CEMAR junto aos catadores da ASCAMARP. Uma vez, que na prática prevalece o trabalho individual dos catadores e nenhuma atividade é desenvolvida por parte da associação que possa gerar renda extra para os sócios, além do trabalho de coleta dos materiais recicláveis. Ou seja, as possibilidades de inclusão, assim como os obstáculos, estão presentes na realidade da ASCAMARP. Restando aos sócios, organização, interesse e coletividade para resolução dos problemas e conquista de melhores condições de vida para todo o grupo.

## 5 CONCLUSÕES

Diante do que foi analisado no material tomado como referencial e a partir dos dados coletados na pesquisa de campo, observou-se que o perfil socioeconômico e ambiental dos catadores de materiais recicláveis cadastrados na ASCAMARP tem características condizentes com aquelas apresentadas pelos diferentes autores.

Constatou-se que este grupo de trabalhadores tem maior número de homens, com faixa etária entre os 18 e 66 anos de idade, e que 24% são analfabetos, os demais apenas iniciaram ou concluíram o ensino fundamental.

Com sua força de trabalho explorada, 72% dos catadores de materiais recicláveis sobrevivem com renda mensal que não chega a um salário mínimo - exceto aqueles que recebem ajuda de programas do governo federal, aposentadorias ou complementam com outras atividades.

Os fatores desencadeadores da inserção dessas pessoas no trabalho de coleta de materiais recicláveis, identificados por um grupo de 40% dos catadores, evidenciaram a relação entre as exigências do mercado de trabalho formal e os elementos idade, escolaridade e qualificação profissional.

Nesse contexto, confirmou-se que isentos de direitos trabalhistas 64% dos catadores trabalham sem a utilização de equipamentos de proteção. Atuando sob precárias condições de trabalho e submetidos a situações de preconceito e discriminação.

Não se pode desconsiderar, diante das análises realizadas, que fazem parte do cotidiano da ASCAMARP iniciativas que almejam a inclusão social dos catadores. Porém, o principal obstáculo é o compromisso e a falta de interesse dos sócios com os assuntos da associação.

O desafio configura-se, portanto, na prática de um processo de reeducação social. Voltado para os sócios da ASCAMARP, no sentido de incorporar em seu trabalho a solidariedade e o coletivo como pressupostos para o progresso do grupo. E para a sociedade, no sentido de despertar a valorização do trabalho dos catadores e que o indivíduo reconheça-se como cidadão comprometido com o meio ambiente e o bem-estar coletivo.

A partir dos resultados apresentados nesta pesquisa, espera-se que outros estudos sejam desenvolvidos, colocando como foco as situações de inclusão/exclusão dos catadores de materiais recicláveis. E que as discussões e reflexões sobre a realidade dos catadores da ASCAMARP sejam ampliadas, favorecendo a disseminação de políticas públicas de inclusão social e melhores condições de vida para estes trabalhadores.

## 6 REFERÊNCIAS

BESSEN, G. R. **Coleta seletiva com inclusão de catadores: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade.** Tese (Doutorado) São Paulo: Faculdade de Saúde Pública da USP, 2011.

BRASIL, Secretaria Nacional de Economia Solidária. I CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Anais.** Brasília: SENAES/MTE, 2006.

COSTA, C. M. e PATO, C. **A trajetória de vida dos catadores de materiais recicláveis: uma infância marcada pela exclusão.** Entrelaçando: Revista Eletrônica de Culturas e Educação. N. 1, p. 80 - 96, Ano I (out/2010).

DIAS, A. R. **Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR).** Dissertação (Mestrado). São Paulo: s.n., 2002, 105p.

FERRAZ, L.; GOMES, M<sup>a</sup> H. A.; BUSATO, M. A. **O catador de material reciclável: um agente ambiental.** Cadernos EBAPE.BR, v. 10, n<sup>o</sup> 3, opinião 5, Rio de Janeiro, set. 2012, p. 763 - 769.

FERREIRA, P. M. L. et al. A educação ambiental contribuindo com o processo de transformação social a partir da associação dos catadores de materiais recicláveis de Pombal-PB. *In: I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM GESTÃO AMBIENTAL COLABORATIVA - Cigac Semiário.* Sousa-PB. **Anais**, 2012, p. 486 - 489.

FREITAS, C. A. L. L.; CARVALHO, T. K. P.; ALMEIDA, R. B. **O trabalhador catador em situação de lumpemproletariado na moderna configuração do capital.** Revista Pedagoga, vol. especial 31 julho 2011, p. 03 - 19.

GONÇALVES, R. S. **Catadores de Materiais Recicláveis: trajetória de vida, trabalho e saúde.** Dissertação (Mestrado). FIOCRUZ/ENSP. Rio de Janeiro, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br). Acesso em: 05/09/2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos: diagnóstico dos resíduos sólidos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores.** Comunicado 145. Abril de 2012.

MAGALHÃES, B. J. **Liminaridade e exclusão: os catadores de materiais recicláveis e suas relações com a sociedade brasileira.** Dissertação (Mestrado). UFMG/FFC, Belo Horizonte-MG, 2012.



MEDEIROS, L. F. R. e MACÊDO, K. B. **Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?** *Psicologia e Sociedade* [online], v. 18, n. 2, Porto Alegre, mai./ago. 2006, p. 62 - 71.

MEDEIROS, M. C. et al. Trajetória de luta e trabalho convivendo com a exclusão social: estudo de caso do catadores de materiais recicláveis de Pombal-PB. *In: I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL EM GESTÃO AMBIENTAL COLABORATIVA - Cigac Semiárido. Sousa-PB. Anais*, 2012, p. 161 - 162.

OLIVEIRA, M. M. *et al.* **A sobrevivência como foco: cotidiano e perspectivas de futuro dos catadores de materiais recicláveis.** *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica. Viçosa*, v. 22, n. 1, 2011, p. 06 - 24.

PORTAL BRASIL. **Economia solidária promove inclusão social.** 2009. Disponível em: [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br). Acesso em: 20/09/2013.

SALES, L. G. L. *et al.* **Desafios para a transformação social dos catadores de materiais recicláveis de Pombal-PB.** *Revista Educação Ambiental em Ação. N° 41. 03/09/2012.*

SEVERO, R. G. **Catadores de Materiais Recicláveis da Cidade de Pelotas: Situação de Trabalho.** Dissertação (Mestrado). UFPEL/ISP, Pelotas-RS, 2008.

SILVA, M. C. **Trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis em uma cidade do Sul do Brasil.** Tese (Doutorado) UFPEL/Faculdade de Medicina, Pelotas-RS, 2006.

SILVA, M<sup>a</sup> S. F. e JOIA, P. R. **Situação sócio-econômica dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Aquidauana/MS.** *Terr@Plural*, v. 2 n. 1, Ponta Grossa, jan./jun. 2008, p. 25 - 39.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** 1<sup>a</sup> ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

# **Economia Solidária com toque feminino: o caso da Associação Comunitária Mulheres do Piranhas**

---

*Elbanneide Bezerra de Medeiro  
Alfredina Dos Santos Araújo*

## **1 INTRODUÇÃO**

A individualidade e a competitividade do sistema capitalista faz procriar uma sociedade desigual e drasticamente excludente. As vítimas desse processo sem alternativas aparentes rendem-se e acabam por alimentar com seu trabalho e mão de obra, o enriquecimento de uma minoria que perpetua as condições desse sistema cruel. Em meio a esse contexto, estão inseridas as dez mulheres do Piranhas, moradoras da zona rural, excluídas do processo educacional tradicional e cuidadoras de seus lares e famílias que buscam melhores condições de vida por meio das suas habilidades e capacidades de produção é através do exemplo de suas vidas e ações que enviesaremos sobre o conceito da economia solidária e seus impactos sobre a vida dos sujeitos e suas coletividades.

A sociedade dos últimos tempos, embora bastante heterogênea, parece se dividir em dois contextos: rico e pobre. A distinção entre ricos e pobres dá margens a outras distinções sociais e culturais que alimentam o preconceito e a intolerância as diferenças, agravando assim, os problemas de gênero, sexo, cor, entre outros. De acordo com Singer (2002) a problemática capitalista atinge as mais diversas esferas sociais, efetivando em todas elas a exclusão e a desigualdade e só é possível contrariar essa realidade se o caráter competitivo da economia passar a ser solidário. Se nos moldes da economia for inserida uma nova lógica mercantilista mais preocupada com o ser humano, com a preservação e a sustentabilidade, com o trabalho direcionado para a melhoria da vida (BRASIL, 2013).

Foi com a perspectiva de contrariar e refutar essa realidade que surgiu o movimento que hoje conhecemos por Economia Solidária. Regida pelos valores de igualdade, cooperação, solidariedade, autonomia e coletividade. A economia solidário veio como forma de resistência às formas de exploração impostas pelo capitalismo e como resposta dos trabalhadores, maltratados e excluídos desse sistema, à pobreza e ao desemprego.

Diante dessas constatações o presente trabalho objetivou discutir características, especificidades e gestão do empreendimento em análise, considerando as dificuldades vigentes de uma especificidade social do grupo gestor: a condição de serem Mulheres.

## **2 A SOLIDARIEDADE NO CAMPO DA ECONOMIA**

A iniciativa de integração de valores mais humanitários à economia acontece em um momento em que o trabalho deixa de ser um elemento de transformação, realização e identidade para se tornar sinônimo de sofrimento e exploração. Quando o avanço do capitalismo industrial passa a provocar grandes mudanças econômicas e sociais em todo o mundo, as camadas sociais mais pobres que não podiam acompanhar o ritmo da evolução tecnológica e da competitividade alastrante no mercado de trabalho consequentemente enfraquecem ainda mais.

O espaço da economia solidária começou a ser construído em todo o mundo a partir do século XIX, mas segundo o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, no Brasil essa movimentação ocorre com mais intensidade um pouco mais tarde:

No Brasil, a economia solidária surge no final do século XX como resposta à exploração e exclusão no mundo do trabalho. A partir desta data teve início a expansão de

instituições e entidades que apoiavam iniciativas comunitárias e articulações populares. (...) Uma grande massa de desempregados foi obrigada a optar pela informalidade e a se submeter a formas indignas de trabalho para sobreviver. Dessa forma, a lógica capitalista desigual abriu espaço a um modo de comercialização mais humano e autogestionário, que gera trabalho e distribui igualmente a renda, sem distinção de idade, gênero ou raça. (BRASIL, 2013)

Pereira (2007) faz uma reflexão histórica a respeito da constituição da Economia Solidária no contexto brasileiro, onde as cooperativas de trabalho de maior expressão só começaram a surgir em nossos territórios a partir de 1985. Antes da década de 1980 só havia existido experiências de cooperativas de crédito, habitacionais e agrícolas. A autora acrescenta que as cooperativas de trabalho surgiram em consequência da reorganização dos modos de produção nas empresas e da adoção de medidas neoliberais no país possível depois do fim do período militar. Tudo isso ocorreu pela iniciativa de trabalhadores que passaram a assumir o controle das empresas atingidas pela crise formando cooperativas a partir de empresas recuperadas.

Uma década depois passaram a surgir instituições interessadas em assessorar as iniciativas autogestionárias de geração de renda, como a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (ACCMV) e as Incubadoras Universitárias de Cooperativas Populares/ITCPs. Tais ações impulsionaram a difusão de debates acadêmicos e expandiram as possibilidades de efetivação da Economia Solidária no Brasil.

Segundo Singer (2002), historicamente a economia solidária resulta de diferentes concepções de boa sociedade e de lutas de trabalhadores, e a importância do apoio de intelectuais foi principalmente a propagação de suas práticas. Desse modo ao mesmo tempo em que a economia solidária representa uma projeção revolucionária e também uma realidade de enfrentamento.

Enquanto buscavam a sobrevivência às margens da lógica capitalista as pessoas passaram a incluir em seus modos de organização do trabalho práticas mais solidárias que culminaram num movimento de expressão maior. Mas, de acordo com Moura et al. (2004) o termo “Economia Solidária sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico que se baseia em novas e antigas formas de solidariedade”.

Oliveira (2005) cita a solidariedade em um sentido mais abrangente do termo, que ele chama de “cultura de solidariedade” ainda estaria adormecida e nos tempos atuais apresentava-se muito mais raramente e com dificuldades devido à ascensão do individualismo e da competição naturais do capitalismo vigente. O autor alerta que o individualismo encoleriza a intolerância as diferenças e eleva as vaidades impedindo a percepção do outro como um coadjuvante no cenário da vida social. E assim “nós vivemos num ambiente adverso à formação da cultura de solidariedade” (OLIVEIRA, 2005, p.35).

Desse modo cabe aqui advertir conforme o pensamento de Barcelos & Noelle (2008) que afirmam considerar as desigualdades como simples questões econômicas não é suficiente, é extremamente necessário considerar também os aspectos políticos, sociais e culturais que as constituem. Esta concepção que distingue a economia solidária do cooperativismo empresarial ou projetos solidários, que não são autogestionários. Pois, “não se trata mais, simplesmente, de criar por decreto soluções para a geração de renda e trabalho, mas de atacar o autoritarismo social e a hierarquização das relações sociais” (BARCELOS e NOELLE, 2008, p. 6).

Sobre essa distinção Lima (2004) explica que a Economia Solidária descende do cooperativismo surgido das lutas de resistência durante a Revolução Industrial ao longo do século XIX e XX. E que o cooperativismo também é oriundo do contexto do capitalismo industrial e surgiu como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. Nesse contexto, a primeira aparição de uma economia mais solidária se afeioou em uma alternativa para os excluídos e desempregados,

de modo que pudessem conviver com o sistema capitalista, que apesar de preponderante não conseguia atender a toda uma população ativa.

A Economia Solidária nos tempos atuais se configura como um modelo de organização econômica, capaz de apreender os valores da democracia dentro do contexto econômico. Em seus moldes estão previamente determinados o trabalho coletivo e a igualdade entre os membros, assim como a divisão do poder de decisão e a fidelidade na representatividade do grupo, estabelecendo como elementos centrais da sua atuação no movimento econômico a igualdade e a democracia.

Mas de acordo com as inferências de Moura et al. (2004) o conceito de Economia Solidária, nos formatos que se procura estabelecer hoje, ainda está em fase de constituição para que possa se adequar as diversas realidades. Nesta perspectiva várias abordagens se apresentam em discussão, no entanto, duas correntes são destacadas:

Dentre as várias correntes que concebem a Economia Solidária, destacamos duas. A primeira corrente entende Economia Solidária como um modo alternativo de regulação socioeconômica para aqueles excluídos pelo capitalismo (convivência de lógicas). A segunda corrente a interpreta como uma alternativa àqueles que não querem permanecer na esfera do mercado capitalista e que lutam por um mundo melhor (enfrentamento de lógicas) (MOURA et al., 2004, p. 2)

O que se destaca nas divergentes concepções de economia solidária é que enquanto uns acreditam na convivência possível entre economia solidária e economia capitalista, outros colocam a economia solidária em um espaço completamente contrário ao capitalismo. Mas, embora existam correntes distintas sobre a proposta da Economia Solidária, todas se assemelham quanto a proposta inicial de cooperação, autogestão e solidariedade.

A autogestão para economia solidária é um ponto fundamental para efetivação de seus objetivos, pois concebe que os trabalhadores e trabalhadoras sejam proprietários/as de seu trabalho, considerando que apenas na posição de atuantes, sujeitos de suas próprias ações, é que eles tornam-se capazes de reconhecer o seu valor e se sobressair do processo de opressores e oprimidos, onde trabalho alienado é imposto, retirando-lhes o poder de produção.

Em autogestão a decisão não é centrada apenas em um dono como ocorre na heterogestão, pois isso bloqueia a ação do trabalhador sobre a sua própria produção. Para que ela se efetive, o que deve existir é a consciência coletiva de todo o processo produtivo, onde devem-se aniquilar as dicotomias e preconceitos que supervalorizam a função e o saber de um em detrimento a de outro. Nas palavras de Kruppa:

Essa divisão do saber legítima que o engenheiro saiba o que o peão da fábrica não sabe, sem que se pergunte por que isso ocorre. O conhecimento da Física pertence ao físico, o conhecimento da Química ao químico, mas o trabalhador na Usina Catende, ao produzir o açúcar, provoca uma série de fenômenos físico-químicos, cujos processos precisam, na autogestão, ser compreendidos e renomeados por ele próprio na relação ensino aprendizagem, o que pode, também, consolidar, ainda mais, os mecanismos da autogestão. (KRUPPA, 2005, p. 24)

Mas o estabelecimento da autogestão não é tarefa simples, as contradições e incompletudes perpassam os espaços das teorias e da economia e se estendem a ética, a moral, e a todas as especificidades das relações com o homem e com a natureza. Por isso, aqui, condicionaremos as nossas observações à apreensão da atividade autogestionária em sua atuação solidária e democrática. No caso específico das Mulheres do Piranhas a autogestão se estabelece ainda mais como uma escolha, um caminho percorrido em busca da possibilidade de construção, através de práticas cotidianas, as vezes conscientes e as vezes não, de um mundo melhor.



### **3 ESPECIFICIDADES E CARACTERÍSTICAS DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS**

A Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE) define como Empreendimentos Econômicos Solidários as organizações coletivas permanentes (associações, cooperativas, empresas autogestionárias ou grupos de produção) supra familiares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as ou rurais e proprietários/as ou co-proprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.

Dessa forma, infere-se como advento para economia solidária a unidade entre posses e uso dos meios de produção e distribuição, e em essencial a socialização dos lucros. Como explica Singer (2003, p. 13):

Na economia solidária, a unidade típica da economia é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado), ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados, após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Como vimos anteriormente a autogestão é emblemática na economia solidária e o ponto de maior oposição ao modelo capitalista, cuja marca é a heterogestão. Para que um empreendimento se constitua solidário é necessário que a apropriação e a distribuição dos excedentes sejam coletivas: “Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital” (SINGER, 2005, p. 42). Nesse contexto se faz necessária, também, a transformação das relações de trabalho por base na inversão rotineira dos níveis hierárquicos e deve haver constante interação entre trabalho manual e intelectual e entre produção e gestão.

A Autogestão deve se estabelecer, também, como uma escolha. Uma construção consciente de práticas cotidianas na direção deste outro cenário social e econômico que se anseia construir com base na ação coletiva. Os empreendimentos solidários atingem especialmente a parcela da população que se encontra privada dos meios produtivos. O público alvo são os cidadãos de baixa renda ou desempregados que com a participação em empreendimentos solidários, podem reinserir-se no mercado de trabalho, promover renda e desenvolver as comunidades no qual estão inseridos.

### **4 UM OLHAR SOBRE O CONTEXTO SOCIOECONÔMICO DA ASCOMP**

O cenário de concentração de renda para uma minoria da população e da exclusão socioeconômica para maioria é voraz no sertão nordestino. Mulheres agricultoras do município de Paulista com pouca escolaridade e desfavorecidas economicamente tornam-se perfil certo para esta população de exclusão socioeconômica.

Paulista, município localizada no sertão paraibano é espaço de atuação da Associação Comunitária Mulheres do Piranhas (ASCOMP), tem uma população estimada em 11.788 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo 2010. Possui uma área de 577 km<sup>2</sup>. Estar a 410 Km distante da capital do estado, João Pessoa. Sua economia é sustentada pela atividade agropecuária, sendo considerada uma das maiores bacias leiteiras da região e comércio interno. No entanto, o número de fabricas no município é muito pequeno e o comércio não consegue manter postos de trabalho suficientes para empregar toda a população. As atividades agrícolas e de pecuária também não se sustentam devido à localização geográfica do município que o torna vulnerável aos períodos de seca provocando instabilidade econômica para os ruralistas.

A atual conjuntura municipal conta com recursos governamentais que incidem de programas sociais e Previdência Social, consideradas muitas vezes pelos ruralistas como sendo fundamentais para o seu sustento, pois em tempos de estiagem torna-se as únicas rendas presentes e seguras. Percebe-se desse modo,

(...) que as ações de geração de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária podem configurar-se tanto como tentativa de resposta à miserabilidade da população e mecanismo de distributividade não tutelada, quanto como elemento que compõe a reprodução ampliada de uma força de trabalho informalizada e desqualificada para as novas exigências do mercado (SILVA, 2002, p. 129).

A produção artesanal torna-se uma alternativa de produção de trabalho e renda, pois pode ser obtido sem recurso ou meios sofisticados ou técnicas elaboradas ou industriais. Porém, por ser artesanal não quer dizer que não necessite de capacitação, pois se a produção será para geração de renda o trabalhador que produz torna-se de certa forma um empreendedor e necessita ter noções de empreendedorismo.

No caso específico da ASCOMP, esse meio de produção além de alternativa viável de construção de renda, se tornou uma forma de trabalho capaz de suprir a necessidade de realização pessoal e coletiva.

Antes cabe aqui aproximar a esse contexto as observações de Freire (2002) quanto à realização dos homens e mulheres na sua atuação livre no mundo do trabalho. Mas se a relação com o trabalho for de dependência, insegurança e ameaça essa realização se transfigura. “O trabalho não livre deixa de ser um que-fazer realizador de sua pessoa, para ser um meio eficaz de sua reificação” (FREIRE, 2002).

Por essa razão, a economia solidária deve se efetivar nos mecanismos com vistas a proporcionar a esses indivíduos que estão à margem da vida social, a oportunidade de realizar-se. Nesse sentido, Lima (2004) aponta duas formas de gestão emergentes do processo de precarização do trabalho, a informalidade e os empreendimentos solidários, mas é o segundo movimento que possibilita a reinserção social desses indivíduos.

A política igualitária dos empreendimentos solidários propicia a expansão do espaço de atuação das mulheres e desconstrói a ideia assimilada socialmente da superioridade masculina nas atividades laborais geradoras de renda. Assim, as mulheres excluídas do mercado de trabalho estão conquistando participação destacada nesses espaços.

No cenário sertanejo da cidade de Paulista, mais especificamente na comunidade rural da Barra da Caiçara, dez mulheres resolveram transformar suas vidas e principiaram um processo de construção socioeconômica e solidário que aqui muito nos acrescenta em análise.

## 5 MULHER E TRABALHO: UMA HISTÓRIA EM CONSTRUÇÃO

As discussões a respeito da posição da mulher no mercado de trabalho tem se intensificado desde o século passado. Isso porque um conjunto de acontecimentos especialmente relacionados ao processo de urbanização e desenvolvimento das cidades provocou transformações no espaço econômico e acelerou à entrada das mesmas no mundo do trabalho com muito mais vigor. A partir daí a autonomia e independência financeira delas diante do homem propiciou um processo de mudanças nos usos, costumes, valores e projetos de família.

A entrada da mulher no âmbito do trabalho repercutiu na organização e na estrutura de funcionamento familiar. Os papéis tiveram e ainda estão tendo de ser reconfigurados e a imagem da mulher como figura indissociável aos cuidados do lar, dos filhos e do marido passou a ser desconstruída.

Bruschini (1992) lembra que os estudos sobre as relações de gênero que priorizam a observação da condição social da mulher, objetivavam desde sempre conhecer e descrever a

situação de indivíduos socialmente discriminados para que esses consequentemente pudessem superar essa condição. Desse modo, a condição feminina moveu a perspectiva transformadora e alcançou uma dimensão política.

As questões de gênero destacam principalmente os aspectos relacionais entre as mulheres e os homens, pois de acordo Soihet (1997) não se pode compreender por completo o universo de qualquer um dos dois considerando-os separadamente, onde as relações entre feminino e masculino estão intrínsecas as simbologias que regem a compreensão social, e segundo Confortin (2003), essas relações são, na verdade, construções sociais e históricas formadoras de um sistema simbólico que valoriza e cria hierarquias relacionando sexo às formações culturais.

A esse respeito Neves (2000) esclarece que o século XX foi permeado pelas análises em torno da divisão sexual do trabalho que incorporaram a dimensão do gênero. Com isso a compreensão da divisão do trabalho como questão meramente econômica foi desmistificada. Percebeu-se que a divisão entre os sexos se fazia muito mais presente e norteava a dimensão simbólica e cultural do trabalho.

O movimento de reestruturação do capitalismo e as transformações tecnológicas que intensificaram as formas de produção expandiram a abertura econômica e a terceirização da economia. Conforme Araújo (2005), desse movimento começaram a surgir mudanças econômicas, sociais e políticas e a mulher pôde se inserir nos novos espaços que se construía. Com o tempo a inserção das mulheres no trabalho tornou-se ainda mais intensa e elas passaram a conquistar postos mais altos e mais importantes.

Mas, Bruschini e Lombardi (2003) averiguaram os resultados dessa inserção e perceberam que as mulheres, mesmo tendo ocupado determinados espaços importantes, não alcançaram em termos de rendimentos e escolaridade uma alteração tão alastrante como se imaginava. Em 1998, pesquisas destacaram que mais de 36% da força de trabalho feminino ou 10 milhões de mulheres situavam-se em nichos precários do mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja realizando atividades não renumeradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar.

Tal disparidade ocorria e ainda ocorre porque a geração de empregos não acompanha o crescimento da globalização. De acordo Pochmann (1998) um dos efeitos mais proeminentes do processo de globalização é a diminuição contínua dos postos de emprego. Esse processo fomenta a desigualdade e a pobreza que consequentemente afeta especialmente as mulheres, pois são elas as primeiras vítimas do desemprego e da precarização das relações de trabalho.

Mas a verdade é que tais fenômenos impactam em todos os setores. No trabalho, como saída para os setores de produção as empresas inclinam-se pela flexibilização das relações de trabalho. Mas isso, além de não sanar por inteiro o problema, gera dois novos: a desregulamentação e a precarização do trabalho.

Cappellin (2004) declara que por essa e outras razões a entrada das mulheres no mercado de trabalho não se deu com paridade salarial em relação aos homens. Elas se inseriram mais rapidamente em trabalhos irregulares, com contratos temporários, regulações parciais e nos trabalhos em domicílios e informais. Esse fato contribuiu significativamente para a continuidade das diferenças de relações de gêneros no mercado de trabalho, acentuando a disparidade de remuneração e a marginalização das mulheres.

As mulheres com baixa qualificação, baixa escolaridade e pobres, em sua maioria, ficaram em maior desvantagem frente a todo esse processo. A falta de qualificação bloqueia suas possibilidades de inserção do mercado através de empregos bem remunerados com direitos trabalhistas. A impossibilidade de direcionar ou dividir os cuidados do lar e dos filhos devido à má condição financeira faz com que elas renunciem os empregos. Dessa forma, terminam às margens do sistema e perdem os vínculos sociais fundamentais para a vida em sociedade.



De acordo com Singer (2002) as iniciativas populares de geração de trabalho e renda, baseadas no associativismo e em princípios de autogestão e cooperação tem se constituído uma alternativa para a solução desses problemas. Ele diz que buscando a sobrevivência ao próprio capitalismo, organizações coletivas constituem-se em defesa dos indivíduos enquanto cidadãos, moradores, consumidores e trabalhadores.

Contudo, mesmo diante de todas essas problemáticas a acentuada inserção das mulheres no mercado de trabalho deve ser percebida com olhar mais significativo. Pois a força dessas mulheres tem se destacado em meio a tantas controvérsias e suas ações provocam transformações positivas tanto de cunho econômico, quanto de cunho cultural para suas vidas e para as comunidades em que se estabelecem.

Elas conseguiram romper com a visão limitadora de que o labor feminino se restringia aos trabalhos domésticos e a educação dos filhos. Estudos mostram que nas últimas décadas as mulheres são cada vez mais as responsáveis por prover financeiramente seus lares. Essas conquistas lhes garantem o direito perene de desenvolver cada vez mais suas habilidades e aos poucos as disparidades de gênero vão sendo dissolvidas em detrimento dos novos referenciais de autonomia individual feminina. A maior das conquistas está na liberdade e na igualdade de divisão social dos sexos, que lhe foram negados ao longo da história.

É importante lembrar, no entanto, que esses novos espaços femininos ainda estão em construção. Os avanços sociais para a ruptura do preconceito que limitava a atuação identitária da mulher ainda não alcançou uma completude e nem atingiu todos os contextos sociais. O problema com a desigualdade de sexos é vivenciado ainda na atualidade e precisa ser pensado dentro das novas estruturas simbólicas que se inserem nesses contextos.

Guérin (2005) afirma que em algumas realidades, as mulheres continuam recebendo menos que os homens no exercício da mesma atividade. Segundo sua pesquisa elas são as maiores vítimas do desemprego, no trabalho ocupam menos cargos de chefia e estão cada vez mais ocupando postos de trabalho marcados pela precarização.

No caso específico das mulheres populares, contexto em que se inserem as dez mulheres do Piranhas, colaboradoras de nossa pesquisa, as figuras femininas permanecem frágeis e sofrem significativas dificuldades diante dos direitos sociais e para alcançarem os benefícios necessários para o processo da cidadania ativa submetem-se as mesmas condições e papéis que sempre lhes foram impostos. Ao contrário de uma libertação, elas acabam por acumular muito mais funções e sobrecarregam-se no exercício do trabalho irregular dentro e fora de seus lares.

No meio rural trocamos apenas a precariedade estrutural das máquinas para as dificuldades de relação com a terra. Mesmo no campo o fenômeno da invisibilidade e subordinação feminina aparece e a superioridade do masculino e a subordinação feminina reafirmam o tratamento desigual entre os sexos.

Mas as mulheres que regem o rumo dessa pesquisa com a colaboração de suas histórias de vida e empreendimento apegam-se aos caminhos da solidariedade para reverter esse quadro. A partir da iniciativa da prática da economia solidária em suas vidas elas passam a compor o bonito contexto descrito por Julio (2002, p.136):

A vida profissional compartilhada com as mulheres tem se revelado mais ativa, mais colorida e mais interessante. Esse intercâmbio de conhecimentos e sensibilidades tem se mostrado proveitoso para ambas as partes. Troca-se razão por criatividade, matemática por poesia, disciplina por afetividade. E vice-versa. Reafirmo a necessidade de aprendizado permanente e as mulheres são boas professoras por natureza. Enfim, diria que não importa o sexo ou a opção sexual. Quem aspira a uma carreira de sucesso tem que assumir, de agora em diante, um perfil mais feminino. E este conselho vale também para as mulheres que ainda não descobriram suas próprias virtudes.



## 6 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa pretende alcançar fatos e dados da realidade, utilizar um ou vários métodos combinados de observação, buscando entendê-la, explicá-la e também aplicá-la ou contestar em favor de outros episódios semelhantes. Diante da proposta deste trabalho, optou-se por utilizar o método quantitativo/qualitativo, no qual se caracterizou por uma pesquisa de campo em um estudo de caso na ASCOMP através de visitas, entrevistas e análises de dados acerca dos aspectos econômicos e estruturais em um empreendimento solidário. Além disso, foram feitas revisões bibliográficas do tema proposto. O interesse do estudo é analisar as relações de trabalho e gênero no contexto de exclusão social que se inserem as mulheres da ASCOMP dentro de uma gestão democrática do empreendimento.

A ASCOMP está localizada na Comunidade Rural Barra da Caiçara, no município de Paulista – PB, é composta por 10 mulheres, moradoras da zona rural, cuidadoras de seus lares e famílias que almejam melhores condições de vida por meio das suas atividades de produção artesanal, através da associação que enveredou as suas ações produtivas sobre o conceito da economia solidária. As mesmas aceitaram fazer parte da pesquisa, responderam e entregaram os questionário no prazo estabelecido.

No intuito de obter as informações relativas a gestão e as relações de trabalho e gênero, é que optou-se pela aplicação de questionário semiestruturado, como método para coleta de dados e as informações necessárias para produção do trabalho. Os questionários foram entregues as 10 associadas (100%) em uma das reuniões semanais da associação e respondidos de acordo com o entendimento e opinião de cada participante, que tiveram um período determinado de quinze dias para entrega dos mesmos.

Para alcançarmos os objetivos propostos, desenvolvemos a pesquisa de campo nas seguintes etapas: no primeiro momento se deu por meio de conversas informais, em seguida foram entregues os questionários e posteriormente realizamos uma visita à associação, objetivando maiores conhecimentos.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 7.1 A ASCOMP e as dez mulheres do caiçara

Neste ponto trataremos da constituição da ASCOMP em seus aspectos econômicos e estruturais. Contaremos um pouco da história da ASCOMP e das mulheres que as compõe.

A realidade sócio política que desenha o cenário dos sertões paraibano, as políticas públicas voltadas a economia solidária mostram-se bastante ausentes e não existem muitas iniciativas concretizadas nesses solos. Mas derrogando este cenário surge alguns grupos e associações como a Associação Comunitária Riacho dos Currais, localizada no município São Bentinho-PB que desenvolve a atividade da Apicultura produzido mel e cera bruta, o Grupo Doce Vida que fica localizado no município de Cajazeiras-PB que tem como atividade a fabricação de frutas cristalizadas e balas. No município de Pombal-PB, em uma comunidade rural, também encontramos atividades econômicas solidárias como o Grupo Ponto do Sabor onde uma de suas atividades é o beneficiamento de polpas de frutas. Portanto, raros exemplos encontrados no sertão paraibano que abonam o estudo.

As dificuldades para encontrarmos um objeto de estudos em economia solidária que a representasse em efetivação, onde pudéssemos ter contato com a sua aplicação em um contexto real, tornou-se bem presente nos passos iniciais dessa pesquisa. A ASCOMP além de se estabelecer nesse cenário era constituída apenas por mulheres, fato que no mínimo merecia uma observação. Conhecemos a Associação de Mulheres do Piranhas através do resultado de sua produção.

A aproximação se deu no primeiro momento de modo sempre informal, pois as dificuldades de localização das associadas que moravam muito distantes uma das outras e não tinham um lugar de estabelecimento próprio para a Associação já se revelavam um problema. Foi através da senhora Francisca Pereira, conhecida por Neta, que se deu a maior parte do desenrolar dessa pesquisa.

As visitas quase sempre eram adiadas por motivos pessoais, pois as mulheres da ASCOMP, são também as mulheres donas de seus lares e cuidadoras de suas famílias. E por essa razão o questionário (em anexo) chegou até todas as associadas através de Neta. O primeiro encontro formal registrou-se no dia 20 de Maio de 2013 na cidade de Paulista e nesse dia elas narraram todo seu contexto.

As associadas da ASCOMP são mulheres simples, a maioria casadas, donas de casa, que até pouco tempo o único trabalho que tinham fora dos afazeres domésticos se concentrava na lavoura e na pecuária em ajuda aos familiares. Dentre elas apenas uma é professora, e a mesma foi a articuladora da maioria dos contatos. Quase todas fazem parte do grupo desde a sua fundação em 04 de janeiro de 2008 quando Dona Maria José, amiga e família de algumas mulheres da Comunidade Rural Barra da Caiçara, esteve lá para uma visita.

Dona Maria José morava em São Paulo e já havia tido experiências de associativismo e cooperativismo. Logo elaborou com as mulheres da comunidade uma forma de trabalhar com olericultura, desenvolvendo hortas comunitárias. Mas como não tinham recursos para comprar os materiais necessários para as hortas decidiram fabricar doces e comercializá-los para angariar fundos. A arrecadação não surtiu o efeito que esperavam e provocou o surgimento de uma nova ideia; a de produzir jogos de cozinha artesanais. A segunda tentativa da Associação adquiriu ótimos resultados e as estimulou a continuar a produção.

Tempos depois, as habilidades de cada uma foram sendo reveladas e elas passaram a dividir suas tarefas de acordo com as atividades que mais se identificavam: algumas pintavam, outras faziam crochê, outras bordavam e outras costuravam. As peças confeccionadas pelo grupo passaram a ser comercializadas no município, nas cidades circunvizinhas e em São Paulo onde mora alguns de seus familiares que as ajudaram como revendedores.

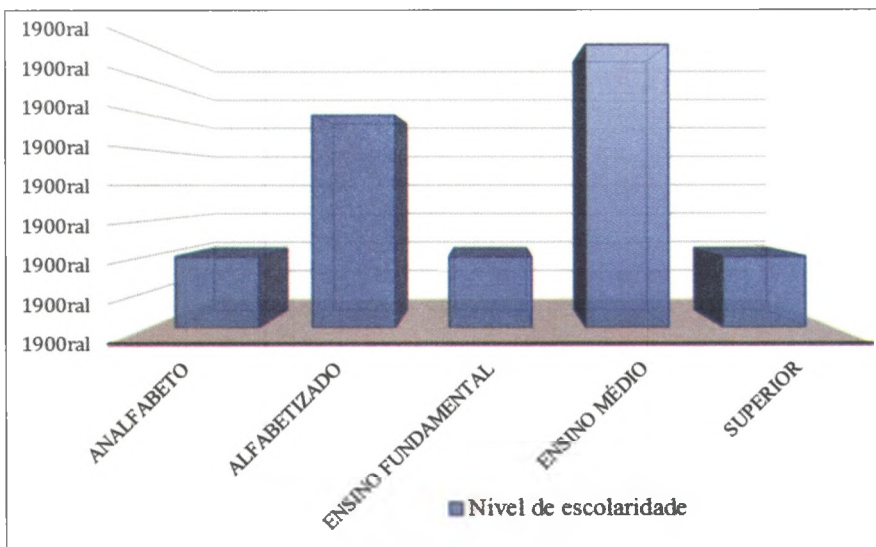
Assim formou-se a associação que uniu mulheres com baixa renda familiar e com idades e formação acadêmica diversa. Mulheres que se privavam de uma vida social por falta de oportunidades e hoje se dizem felizes com a movimentação que as ocupa. Vivem como elas mesmas descrevem, no ritmo de muitas conversas e partilhas e satisfeitas com sua produção e renda.

## **7.2 ASCOMP: Um perfil socioeconômico em construção**

A formação do empreendimento solidário promoveu para as mulheres do Piranhas mudanças e resultados que impactaram positivamente nas suas vidas tanto no âmbito econômico como no social. Suas habilidades adormecidas pela falta de oportunidades foram despertadas, suas rotinas foram transformadas e independência financeira alcançada.

Embora elas enfrentem muitas dificuldades com relação à inadimplência dos clientes, ao processo de formalização da Associação, às assessorias incompletas, à falta de formação e escolarização que as deixavam alheias às informações quando buscadas em encontros e feiras, a falta de um espaço concreto de atividades coletivas, entre outros; as mulheres da ASCOMP descrevem sempre com ênfase a felicidade que as envolve na realização de seus trabalhos (Figura 1).

É possível perceber claramente algumas das características da economia solidária em suas experiências. Identificamos o processo autogestionário onde ocorre a sociabilidade dos problemas e a elaboração de decisões em conjunto. As decisões sobre todo o desenrolar das atividades desde a produção às vendas são democraticamente e com participação de todas as associadas (Figura 2).





grande respeito pela opinião umas das outras e a capacitação acaba ocorrendo ali mesmo em suas reuniões no repasse entre conversas quando algumas das associadas participam de eventos, entre outros.

Suas atividades perpassam o campo da produção e todas as atividades são realizadas coletivamente, incluindo a comunidade local, como quando realizam festas de tradição regional para arrecadação de dinheiro para a Associação.

Ao serem questionadas 100% das associadas afirmam que suas vidas tiveram significativas transformações. Os depoimentos relatam que, um dos maiores benefícios trazidos pela criação da ASCOMP foi a mudança na qualidade de suas vidas pois além de melhorarem suas rendas, a participação na associação lhes trouxe vida social, porque, fora as reuniões do grupo, não existem outras atividades que façam longe de suas casas como vemos nas afirmações a seguir:

“Melhorou minha renda, trabalhamos em grupo, e participamos de cursos.” (Associada da ASCOMP 01).

“Eu pude aprender muitas coisas novas, artesanatos, entre outros. A renda a mais me ajudou bastante.” (Associada da ASCOMP 02).

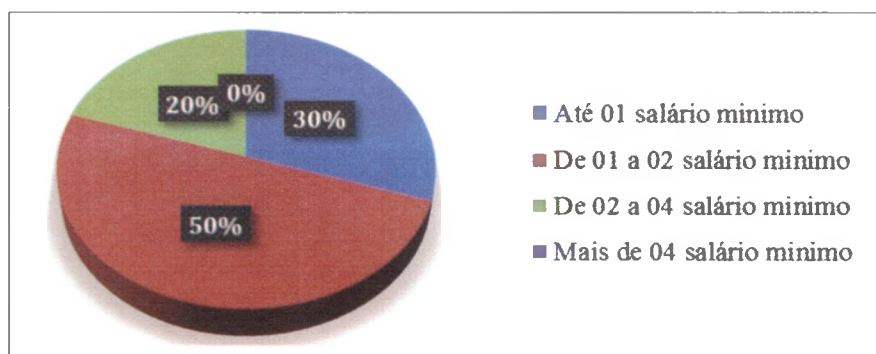
“Porque pude me ocupar com trabalhos artesanais ao invés de me ocupar só com os trabalhos domésticos.” (Associada da ASCOMP 03).

Nesse último relato fica transparente a imposição social sobre a condição de ser mulher que limita a vida das mulheres da ASCOMP. Elas não abandonam seus lares porque são mães e donas de casas e só mantem-se na Associação porque as atividades são flexíveis em horários e ritmo, elas não precisam sair de suas casas para produzir e os horários e metas são adaptados a cada uma delas de acordo com sua realidade pessoal.

Outra situação relatada pelas mulheres do Caiçara, revela o preconceito matizado socialmente sobre a condição da mulher no trabalho. Algumas associadas disseram ter uma grande vontade de aprender, de buscar formações que as ajudem a desenvolver e crescer como empreendedoras, mas outras demonstram medo e apreensão quando se cogita a necessidade de saírem da comunidade ou das proximidades para isso. Elas revelam temer a repreensão de seus familiares e dizem não poder se afastar de suas obrigações como dona de seus lares.

Apesar das associadas não apresentarem renda familiar expressiva e que atendam às necessidades básicas de uma família, 100% delas afirmam que melhorou sua renda e seu padrão de vida, conforme mostra a Figura 4.

**Figura 4 – Percentual da renda familiar das associadas da ASCOMP.**



Fonte: Elaborado pelo autor (2013).

Mas quanto à formação técnica para a produção dos artesanatos não existem problemas aparentes, pois as associadas que costumam frequentar cursos e feiras trazem as novidades para as demais. A maioria delas já tinha a habilidade de bordar, costurar e pintar em tecidos, o que se renovam são os modelos e desenhos que vão sendo reformulados conforme as



observações de suas vendas e as exigências de mercado. As associadas mais recentes quando não entram com as mesmas habilidades que as antigas procuram aprender com todas no ritmo do trabalho e fazem cursos em órgãos como o CEMAR (Centro de Educação Integral Margarida Pereira da Silva) em Pombal-PB.

O problema mais evidente na estruturação da ASCOMP é a ausência de um espaço fixo para exposição e comercializarem de seus produtos. As vendas são realizadas de porta em porta pela cidade e parte dos produtos repassados para sacoleiras, amigos e parentes revendedores. A associação tem apoio da EMATER e em articulação com o CEMAR em Pombal, na participação de cursos de capacitações de bordado e costura.

Essas articulações são importantes, pois o empreendimento autogestionário, como qualquer outro empreendimento, precisa estar atento aos cenários externos e aos concorrentes, buscando atingir a fidelidade e a conquista de novos clientes por meio da oferta de produtos diferenciados, com qualidade e preços competitivos.

Por fim, a ASCOMP configura-se como um empreendimento solidário ainda em crescimento, onde os seus principais desafios estabelecem-se sobre a necessidade de capacitação constante, pela ausência de uma consciência empreendedora por parte da maioria das associadas, pela expansão de mercado de vendas e principalmente estrutura física.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ASCOMP como uma ideia generosa nascida da união de mulheres que precisavam de uma oportunidade para melhorar suas vidas dá um passo de cada vez. E cada passo tem uma importância ímpar na vida delas que estavam excluídas não só do processo de produção, mas de uma vida social ativa.

Foi no trabalho coletivo e na solidariedade que as mulheres do Caiçara descobriram para si uma oportunidade de ser e aparecer socialmente sob o valor daquilo que fazem e produzem. É o fazer da vida em sua forma mais simples e bela, como no artesanato, que lhes garante emprego e renda.

Com autoestima mais elevada elas gerem uma organização que impacta a estrutura de suas vidas e da comunidade em que vivem. Tanto pela movimentação que promovem quanto pelo exemplo que firmam. Mulheres com baixa escolaridade, que estavam fora do mercado de trabalho, sem exercer nenhuma atividade de produção e sem formação em gestão e gerenciamento criaram com a apropriação de suas habilidades artesanais um empreendimento solidário que representa seu sustento e fonte de renda.

Com toque feminino a ASCOMP surge impactando socialmente e economicamente na comunidade do Caiçara revelando nos moldes da economia solidária um novo caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária onde todos independente de sexo e classe social podem obter emprego e renda através dos esforços e do controle de suas próprias produções.

## 9 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Â. M. C. Gênero nos estudos do trabalho. *In: Gênero nas fronteiras do sul*, 2005.
- BARCELOS, E. da S.; NOELLE, M. P. L. **Autogestão**: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. *Revista Katálysis*, v.11, n.1. Florianópolis, jan./jun, 2008.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portal do Trabalho e Emprego**. Disponível em: [www.portal.mte.gov.br](http://www.portal.mte.gov.br). Acesso em: 17 ago. 2013.
- BRUSCHINI, C. O uso das abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. *In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Maria Cristina A. Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

- BRUSCHINI, C. LOMBARDI, M. R. Mulheres e homens no mercado de trabalho brasileiro: um retrato dos anos 1990. *In: MARUANI, Margareth e HIRATA, Helena. As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho.* São Paulo: SENAC, 2003.
- CAPPELLIN, P. Gênero, Trabalho e Cidadania em Tempo de Crise do Emprego. *In: II Encontro de Intercâmbio de experiências do Fundo de Gênero no Brasil.* Brasília, 2004.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** A era da informação: economia, sociedade e cultura. V.1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CONFORTIN, H. Discurso e Gênero: a mulher em foco. *In: GHILARDI-LUCENA, M.I. (Org.). Representações do Feminino.* Campinas, Editora Átomo, 2003. p. 107-123.
- FREIRE, P. **A educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: paz e Terra, 2002.
- FRANÇA FILHO, G; LAVILLE, J. **Economia Solidária uma abordagem internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- GUÉRIN, I. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- IBGE. **Censo demográfica – 2010**, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.censo2010.ibge.gov.br](http://www.censo2010.ibge.gov.br). Acesso em: 2 abril. 2013.
- JULIO, C. **Reinventando você: a dinâmica dos profissionais e a nova organização.** Rio de Janeiro: Campus, 2002. Disponível em: [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br). Acesso em: 05 set. 2013.
- KRUPPA, S. M. P. (org). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** Brasília: Ministério da Educação, 2005.
- LIMA, J. C. **O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado.** Rev. Brasileira de Ciências Sociais, Oct. vol.19, no.56, 2004. p.45-62.
- MOURA, M. S. S.; SILVA JUNIOR, J. T.; MAGALHÃES, Ó. A. V.; TEIXEIRA, L. R.; SILVA, M. R. Especificidades da gestão de empreendimentos na economia solidária: breve estado da arte sobre o tema. *In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE INVESTIGADORES DO COOPERATIVISMO*, 2004, São Leopoldo. **Anais**, 2004.
- NEVES, M. de A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. *In: ROCHA, Rosa Maria B. da (org.). Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.* Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG, 2000.
- OLIVEIRA, P. S. de. Cultura Solidária, um aprendizado sem fim. *In: MELLO, Sylvia Lesser (org). Economia Solidária e Autogestão: Encontros Internacionais.* São Paulo: PW, 2005. p. 34-40.
- PEREIRA, M. C. C. **Experiências autogestionárias no Brasil e na Argentina.** Dissertação (mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2007. 165 p. Disponível em: [www.bibliotecadigital.unicamp.br](http://www.bibliotecadigital.unicamp.br). Acesso em: 08 set. 2013.
- POCHMANN, M. **Emprego e desemprego no Brasil: as transformações nos anos 90.** Campinas: Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT), Unicamp, 1998. (Mimeo).
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. de. **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.
- SILVA, M. O. S. e (Org.). **O Serviço Social e o popular: resgate teórico metodológico do projeto profissional de ruptura.** São Paulo: Cortez, 2002.
- SOIHET, R. História, Mulheres, Gênero: contribuições para um debate. *In: Neuma Aguiar (Org.). Gênero e Ciências Humanas: desafios as ciências desde as perspectivas das mulheres.* Rio de Janeiro: Record: Rosas do Tempo, 1997.

# Economia Solidária no Brasil: uma política pública de formação e libertação

*Maria Cliucia Medeiros Bezerra Segunda  
Edivan Silva Nunes Júnior*

## 1 INTRODUÇÃO

O problema da desigualdade no Brasil repercute no desemprego, na precarização, na exploração presente nas relações de trabalho e na estrutura socioeconômica desumana, vestígio do período escravocrata e da nossa própria constituição histórica. Essa precariedade justifica as revoltas e crises sociais que fomentam a criação de movimentos comandados por trabalhadores que buscam melhoria de trabalho e vida. A economia solidária surge como resgate a essas lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX. (MTE, 2013)

No Brasil, a economia solidária surge com mais intensidade em resposta à desigualdade social no século XX e como forma de resistência às mudanças ocorridas nas relações de trabalho que efetivavam os modelos de exploração e exclusão da sociedade. Ela ressurge como apresenta Singer, “como resposta à pobreza e ao desemprego” (SINGER, 2002, p. 82):

Como defesa contra a exclusão social e a queda da indigência, as vítimas da crise buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho autônomo, individuais e coletivas. Quando coletivas, elas optam, quase sempre, pela auto-gestão, ou seja, pela administração participativa, democrática, dos empreendimentos. São estes os que constituem a Economia Solidária.

Conforme explica Leite (2009) procuravam-se novas formas de regulação social com base em uma auto-organização econômica e política da sociedade. Como essência a economia solidária atribui os conceitos de cooperação e solidariedade, e embora instigue a inserção econômica, sua relevância social está, antes de tudo, na promoção dos sujeitos nos espaços sociais, dando-lhes oportunidade de exercer com autonomia seu papel social e de evoluir conforme o seu fazer na vida.

Com essa perspectiva, vê-se a cada dia o surgimento de novas cooperativas e organizações não governamentais engajadas em difundir a ideia de cooperação e de se produzir uma renda e melhoria da qualidade de vida de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

O surgimento dessas iniciativas se dá, em sua maioria, por incentivo da sociedade civil organizada e dos próprios trabalhadores que com anseio de encontrar alternativas de sobrevivência aos que estão excluídos do sistema produtivo iniciam práticas baseadas na colaboração solidária e inspiradas por valores culturais. Essas práticas, no entanto, com o mesmo imediatismo com que surgem podem findar, devido à carência de ferramentas e conhecimento suficientes para a gerência dos empreendimentos, da renda e da sua manutenção. Assim, a economia solidária surge já com a necessidade iminente de investimento em políticas públicas capazes de sanar, além da falta de emprego, a falta de sustentação dos novos empregos gerados por vias da economia solidária.

Um empreendimento solidário impulsiona o crescimento econômico e a evolução social à medida que interaciona desde sua constituição o preparo e a prática. Toda iniciativa sócio econômica impele planejamento e gestão, mas a parcela da sociedade afetada pela desestruturação social, vítima da desigualdade e da exploração, e principais necessitados dos benefícios de uma economia solidária, não possui formação para condicionar e executar ações planejadas. As ações são estimuladas pela necessidade financeira, pelos interesses cul-

turais e, na maioria das vezes, passam longe de ser consequência de uma consciência trabalhada e bem definida.

A participação do poder público fomentando essas iniciativas e apoiando as já existentes tem importância significativa no desenrolar de todo esse processo. No entanto, na constituição das políticas públicas e da economia solidária atravessam concepções e práticas bastante divergentes. Por essa razão, compreender a complexidade de conceituação e aplicabilidade da economia solidária torna-se, portanto, primordial e justifica o modo como a análise reflexiva é conduzida neste trabalho que divide-se em um primeiro momento por uma apresentação sócio-histórica, num segundo momento pela percepção crítica da atuação de políticas públicas no Brasil frente a economia solidária e por fim pela constatação da importância da educação e formação no resultado concreto e efetivo dessa economia.

Dirigindo-se pela metodologia bibliográfica e seguindo as concepções apresentadas, o presente trabalho objetiva compreender, com foco na educação, a função e atuação do Estado e setores organizados da sociedade, na promoção da economia solidária e seu desenvolvimento.

## **2 A CONSTITUIÇÃO CONCEITUAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM UM CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO**

O conceito de Economia solidária está longe de uma completude. Saber como surgiu e definir a economia solidária não são tarefas fáceis, como assegura Lechat (2006), que em sua tese de Doutorado apresenta as diversas denominações dadas ao conceito:

[...] cooperativismo popular, cooperativismo popular e autogestionário, economia alternativa, economia autogestionária, economia cidadã, economia da dádiva, economia da simplicidade, economia de solidariedade e trabalho, economia do trabalho, economia moral, economia popular de solidariedade, economia popular solidária, economia popular e solidária, Economia Social, Economia Solidária, Economia Solidária e autogestionária, a outra economia, socialismo autogestionário, socioeconômica popular e solidária, socioeconômica solidária. É preciso também lembrar que esses nomes expressam coletivos, cujos componentes possuem, por sua vez, outras apelações como, por exemplo, projetos alternativos comunitários (LECHAT, 2006, p. 106)

Paul Singer (2001), teórico da temática na atualidade e Secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária – (SENAES), criada em 2003 como proposta dos movimentos sociais organizados, conceitua a Economia Solidária como forma de organização social que apresenta concepções variadas, mas está sempre associada à ideia de solidariedade e em contraposição ao individualismo competitivo, principal característica do comportamento econômico nas sociedades capitalistas. Para o autor, essa economia representa “a volta dos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentre os empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER, 2002, p.111)

De acordo com o Ministério do Trabalho e emprego:

[...] um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. (MTE, 2013)

Tratando-se da inserção da Economia solidária em um cenário mundial, todas as possibilidades de surgimento na Europa ou nas Américas estão intrinsecamente ligadas a períodos de crises econômicas, e representa uma solução para amenizar os problemas individuais e coletivos gerados. Em território brasileiro o termo “economia solidária” ressurgiu, segundo o mesmo autor, por volta dos anos 1980 e 1990. Mas na literatura científica consta ainda a



presença de outras nomenclaturas, como autogestão, cooperativismo, economia popular ou economia informal.

Embora a economia solidária envolva conceitos e termos, os mais diversos, que buscam definir teoricamente e dar conta do papel da economia solidária na diversidade de suas práticas, o que podemos extrair de comum nos discursos teóricos que a abarcam são a possibilidade de cooperação e solidariedade, o ser humano e a natureza, compromissos com a vida, e a busca do desenvolvimento com justiça social; são esses os aspectos mais comuns entre os autores que debatem o tema.

Numa definição mais pragmática:

A Economia Solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas — de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito — organizadas sob a forma de autogestão, ou seja, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens e serviços e pela participação democrática (uma pessoa, um voto) nas decisões dos membros da organização ou empreendimento (MTE, 2013).

Gaiger (2000, p.31) acrescenta para o conceito princípios a serem materializados pelos empreendimentos de economia solidária, são eles: a autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação no trabalho, autos sustentação, desenvolvimento humano e responsabilidade social.

Segundo sua concepção, para que um empreendimento possa ser caracterizado como uma economia solidária é preciso se atentar a algumas características fundamentais como todo processo de criação, produção e distribuição, pois a gestão, prioritariamente, ser compartilhada por um grupo associativo de trabalhadores que prezam pela sua manutenção e preservação sustentável. As modalidades de organização econômicas desses empreendimentos devem ser:

[...] originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade [...]. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão dos empreendimentos, minimizando a presença das relações assalariadas (GAIGER, 2000, p. 181).

Como consta no Ministério do Trabalho e Emprego, esses empreendimentos podem se manifestar nos mais diferenciados modos:

coletivos informais, associações, cooperativas de produção, de trabalho, de consumo solidário ou de serviços; cooperativas sociais (pessoas com deficiência e transtorno mental); e grupos de crédito solidário, bancos comunitários e fundos rotativos e cooperativas de crédito; redes de empreendimentos, produtores e consumidores; grupos e clubes de trocas solidárias e mercados de trocas solidárias, com ou sem uso de moeda social; empresas recuperadas pelos trabalhadores em autogestão; cadeias solidárias de produção, comercialização e consumo; centrais de comercialização, iniciativas de comércio justo, organização econômica de comunidades tradicionais (quilombolas, comunidades negras e terreiros de matrizes africanas, povos indígenas, ribeirinhas, seringueiros, pescadores artesanais, outros extrativistas, etc.); cooperativas habitacionais autogestionárias; grupos culturais; agroindústrias familiares, entre outras iniciativas, seja nas áreas urbanas ou no meio rural, respeitando a questão de gênero, raça, etnia e geração (MTE, 2013).

Essa nova forma de trabalho, em base da autogestão com logística cooperativa e solidária, baseada no coletivismo e na democracia participativa, dá ao trabalhador a possibilidade de compreender de forma integral todo o processo de iniciação, de prática e distribuição e re-

partição de todo o trabalho. A experiência de todo esse processo coletivo, e a junção de outros fatores extra comercial, de vivências, interações e experiências coletivas, fortalece as relações de cidadania e a criação de espaços e eventos coletivos.

A busca coletiva por emprego e renda impulsiona a formação de cidadãos mais comprometidos com os valores coletivos, diminui o individualismo e fortalece a inclusão social, pois fomenta o surgimento de novas Organizações não Governamentais (ONGs), cooperativas e empreendimentos auto gerenciáveis que são reflexos de pessoas carentes por uma sociedade mais justa, um comércio mais justo e um consumo solidário.

Desse modo, o que distingue bem a economia solidária e coloca-se indiscutível em qualquer conceituação é justamente a sua capacidade de promoção do ser humano e o trabalho para o centro da atividade econômica, estimulando a ação coletiva, a cooperação e a autogestão, dignificando o indivíduo e favorecendo a justiça social.

Diferente da produção capitalista o regime de economia solidária preza, também, por cuidados a natureza. Em geral, muitas atividades cooperativas são constituídas pela produção agrícola e artesã, que necessitam de matérias primas oriundas do meio ambiente, estabelecendo assim uma diferença característica do modo de produção capitalista que tem por base a acumulação riqueza privada.

Está posto de forma clara, dentre os diversos estudos e práticas existentes, que o principal foco da economia solidária é a geração de renda para os mais pobres e marginalizados, onde todos são importantes no processo de produção e da organização comunitária, diferenciando-se das formas tradicionais de emprego, com sua subordinação ao regime formal. O caráter de inclusão do regime solidário, a dignidade buscada, faz surgir na sociedade organizada, inúmeras cooperativas e redes de solidariedade, favorecendo a busca pelo crédito, a produção, cooperação mútua, comércio e visão do local como o principal item de articulação privilegiada desses fatores.

Contudo é importante ressaltar que a economia solidária se efetiva na força das iniciativas locais em intercâmbio com outros espaços de solidariedade global e não se esgota no fator econômico, pois exerce papel relevante nas três principais esferas de constituição social: Cultural, política e econômica. Isso por que, estimula a solidariedade entre os membros mediante a prática da autogestão e para com todos os outros trabalhadores e comunidades. Ela se estabelece através do respeito à cultura, da preservação do meio ambiente, dos cuidados com a saúde, da educação, do melhor aproveitamento dos recursos naturais e tecnológicos e do respeito ao próximo. E oportuniza, dessa forma, a compreensão do mundo a partir do modo como ele é produzido e reproduzido.

Esse processo não ocorre, no entanto, sempre de maneira consciente. Pois a concepção de economia solidária não está clara e bem definida por todos os atores e beneficiados dela. A população carente economicamente também é carente quanto à educação e formação. São na maioria das vezes, pessoas que foram excluídas do processo capitalista competitivo desde sua inserção e desenvolvem mais habilidades voltadas a atuação doméstica e agrícola, que apreenderam com o cotidiano de suas próprias vidas. A prática da economia solidária chega até eles como chega a necessidade natural de sobrevivência e é comungada da mesma maneira, sem objetivo de crescimento, sem a consciência de direitos e funções. Esse quadro é preocupante, pois diminui as possibilidades de crescimento qualitativo e econômico dos empreendimentos geridos por essas pessoas e aumenta as possibilidades falência.

Sobre as dificuldades de sustentação dos empreendimentos Cunha (2002, p.35 ) explica que a “Falta de formação e informação sobre objetivos e metodologia dos programas”, assim como a formação rápida e incompleta são as principais causas do fracasso de projetos e empreendimentos de economia solidária. Ela conta que, na maioria das vezes, “as comunidades costumam depender mais das ações governamentais, por isto a mudança na gestão pode acabar com o trabalho”. Ainda sobre essa problemática ela apresenta outro fator de risco:

a falta de informação e clareza sobre os objetivos políticos do programa pode levar à desarticulação de agentes de diferentes áreas atuando numa mesma região ou num mesmo programa. Por exemplo, quando ações emergenciais – como “bolsas”, ou “frentes de trabalho” atuando em áreas de infra-estrutura – não estão vinculadas a políticas mais duradouras de desenvolvimento e geração de trabalho, podem permanecer como meras saídas assistencialistas. (CUNHA, 2002, p. 35)

Nesse contexto, a economia solidária em sua busca de fortalecimento precisa do apoio e intervenção de várias formas organizativas, que amparem a prática das atividades ou deem suporte material, institucional, político e técnico para seu desenvolvimento e sustentação. Pois, para a consolidação de empreendimentos solidários oriundos do processo emergencial do desemprego e da necessidade de sobrevivência, partidos da iniciativa rápida e sem planejamento de atividades imediatas, a integração e o apoio de políticas públicas de formação torna-se uma condição quase *Sine Qua Non*.

### **3 O EMERGIR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ECONOMIA SOLIDÁRIA**

Como já tratado acima, para que a Economia Solidária alcance seus objetivos de modo concreto, gerando trabalho e renda e transformando a sociedade nas demais esferas que atinge, é necessário que haja políticas públicas que compactuem dos mesmos ideais. A necessidade do emprego e da geração de renda é trivial, mas para seu provimento os sujeitos dessa economia devem validar seus direitos, resistindo a exclusão e garantindo seu desenvolvimento.

De acordo com o MTE (2013, p. 7):

A Economia Solidária, enquanto estratégia de desenvolvimento, exige responsabilidade e cumprimento, por parte dos Estados Nacionais da garantia e defesa dos direitos universais dos cidadãos que as políticas neoliberais pretendem eliminar. Ela preconiza um Estado democraticamente ativo, empoderado, a partir da própria sociedade e colocado ao serviço desta; transparente e fidedigno, capaz de orquestrar a diversidade que a constitui e de zelar pela justiça social e pela realização dos direitos e das responsabilidades cidadãs de cada um.

É importante que a Economia Solidária se consolide em interação com suas organizações de apoio Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – (ITCP`s), ONG`s, prefeituras, etc, pois essas organizações influenciam positivamente na elaboração e execução de novas estratégias. Cunha (2003) alerta para a necessidade da intervenção das instituições políticas no apoio aos empreendimentos solidários, pois os mesmos formam-se em caráter de emergência à situações de grande precariedade e os grupos que a gerenciam possuem pouca experiência na organização de negócios e na disputa de mercados.

Dessa forma, o autor acredita que o apoio político influencia positivamente no processo de desenvolvimento dos empreendimentos que quase sempre enfrentam grandes dificuldades por inexperiência administrativa e falta de preparo para gestão.

Cunha (2003) afirma que para economia solidária existem dois caminhos. O primeiro enquanto atividade econômica como garantia de sobrevivência e o segundo a questão política, na interação com outros movimentos e com as instituições públicas onde predominam as práticas de organização sociais que são de muita importância para que a concretização da Economia Solidária ocorra em um espaço de maior abrangência.

Mas a organização política que cinge a Economia Solidária ainda apresenta escassez, pois ainda não possui um espaço considerado adequado dentro das políticas do Estado. Ainda conforme a opinião de Cunha (2003), essa realidade tende a se modificar. A autora cita a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – (SENAES), como medida viável para a expansão da economia solidária em visibilidade.



A SENAES tem como objetivo a qualificação dos sujeitos envolvidos com a execução de políticas públicas, visa à promoção de experiências e reflexões que contribuam para organização dos trabalhadores em autogestão para a geração de trabalho e renda. O apoio, também, de agentes governamentais e a adoção de políticas públicas específicas, culminam não apenas na consideração do contexto econômico social global, mas no reconhecimento do terreno concreto e dinâmico dessas entidades já historicamente constituídas.

No Programa de Desenvolvimento Regional, Territorial sustentável e Economia Solidária os objetivos constam:

1. Fortalecer a institucionalidade da política nacional de economia solidária, a articulação federativa e a integração das políticas de promoção das iniciativas econômicas solidárias nos processos territoriais sustentáveis e solidários de desenvolvimento.
2. Fomentar e fortalecer empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação em cadeias de produção, comercialização e consumo por meio do acesso ao conhecimento, crédito e finanças solidárias e da organização do comércio justo e solidário. (MTE, 2013)

Um fator que merece mais atenção, diante da apresentação dos objetivos dos setores institucionais e governamentais que apoiam a política da Economia Solidária é que a afirmação de aspectos sociais, culturais e comunitários está intimamente ligada à participação efetiva dos atores envolvidos e à absorção do ideário solidário conjuntamente com as transformações econômico-materiais.

Devido a essas transformações as políticas de apoio à economia solidária atingem hoje as três esferas governamentais. Isso demonstra a importância das políticas públicas como ações concretas e efetivas para o desenvolvimento econômico e social do país.

Cruz (2005) esclarece que as políticas públicas de fomento à economia solidária devem priorizar a sustentabilidade dos empreendimentos que independente de qualquer especificidade, necessita como condição essencial, de viabilidade econômica frente ao mercado em que está inserido e solidariedade interna que fortifica e prepara o grupo para enfrentar as adversidades futuras.

Para que isso ocorra, os programas e ações a serem desenvolvidas devem mover-se, primeiro, pela capacitação técnica dos trabalhadores associados, de modo que os prepare não apenas para o exercício profissional, como também para a gestão coletiva dos empreendimentos. As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – ITCP's, criadas sobre a geração de um projeto de extensão nascido em 1995 com a ideia de um centro de tecnologia que tornaria disponíveis os conhecimentos e os recursos acumulados na universidade pública para gerar, por meio do suporte à formação e desenvolvimento (incubação) de empreendimentos solidários autogestionários, e que hoje desenvolve inúmeros projetos e participa de programas de governos, impulsionando políticas públicas de geração de trabalho e renda são instrumentos de grande valor para o processo de capacitação dos trabalhadores.

A natureza das ITCP's é interdisciplinar e por estarem diretamente ligadas a Universidades, ONG's e algumas prefeituras alcançam de modo significativo comunidades diversas. A construção de novas ITCP's, principalmente em regiões menos abastadas de políticas públicas e a estruturação das já existentes deve ser incentivada, assim como pode servir de modelo para criação de novas ações e projetos que objetivem, além do apoio estrutural e financeiro, a formação basilar e continuada das pessoas envolvidas.

Sabe-se, contudo, que nem a mudança na promoção de políticas públicas e nem a construção de qualquer novo projeto ocorre de forma repentina. Toda e qualquer ação voltada para o campo político/econômico depende de uma correlação de forças e de investimentos planejados. Mas, tratando-se de investimentos para área social, o princípio se dá, sem dúvidas, pela educação.



## 4 O BEABÁ SOLIDÁRIO

Quando se pensa em desenvolvimento econômico no sentido qualitativo a educação torna-se essencial. É a educação que conduz o processo solidário de desenvolvimento, pois é ela quem primeiro concebe a interação social com a promoção dos valores, da ética e da cidadania. Valores esses, intrínsecos ao processo econômico que é movido pelas relações sociais.

O elo natural entre Educação e Economia é percebido por Cruz:

Qualquer um que se ponha a pensar sobre a relação que há entre educação e economia, porém, imediatamente desvendar múltiplos elos entre ambas as esferas do processo social. Os processos educativos são condicionados pelas relações econômicas – o montante de trabalho e de recursos disponíveis e/ou dedicados ao processo educativo; os objetivos da formação geral e específica relacionados à reprodução da força de trabalho, à produção de novos conhecimentos ou à qualificação de quadros profissionais e dirigentes; a possibilidade de acesso e permanência no sistema educativo, por parte dos alunos, também depende de suas condições materiais de vida (entre outras coisas) etc. Os processos econômicos, por sua vez, são condicionados pelas práticas educativas – a qualidade e a capacidade da força de trabalho empregada e/ou do conhecimento e da tecnologia utilizados; o comportamento econômico dos agentes em relação às estruturas e dinâmicas da economia; a capacidade de inovação e adaptação das estruturas econômicas diante de mudanças e transformações no mercado etc. (CRUZ; GUERRA, 2009, p. 90)

Pensando a educação como parte do processo político e ação política como parte do processo educativo como colocam os autores acima, constata-se facilmente que o analfabetismo e a má formação, consequências de uma estrutura social excludente, representam um grande problema para as tentativas de construção de uma economia solidária de acesso a todos. A educação intervém ativamente nas condições do mundo, sua intervenção é capaz de sorver desde as mudanças mais comuns no campo da economia, das relações humanas, de propriedade, do direito ao trabalho, à terra, à educação, à saúde e às mudanças radicais na sociedade.

A economia Solidária enxerga como caminho para mudança social a geração de trabalho e renda, considera a cooperação e a possibilidade de autonomia financeira uma resposta a favor da inclusão social. Mas para que os trabalhadores compreendam seus empreendimentos como representação de uma construção coletiva que busca uma sociedade mais justa e igualitária minimizando gradativamente a desigualdade social, a economia e o trabalho devem ser apreendidos como um ato pedagógico, um processo crescente e que deve ser contínuo. Por essa razão as políticas públicas de economia solidária devem aspirar para um apoio em formação contínua articulando os princípios da Economia Solidária com trabalho e reeducando os trabalhadores para a gerência autônoma de sua prática.

Embora existam no Brasil ações políticas de incentivo a economia solidária que invistam na formação inicial de pessoas para o exercer de determinadas atividades produtivas, o que se percebe, geralmente é que essas ações de incentivo surgem de maneira bastante imediata e não contemplam todas as dificuldades vigentes na realidade de seus beneficiados.

Pitaguari e Câmara (2013) enquanto citam Vieira (2005), atentam para o fato de que grande parte das pessoas envolvidas no processo da economia solidária estão preocupados unicamente na melhoria de sua condição de vida efetuando assim os principais motivos dos fracassos com os empreendimentos: fragilidade, inexperiência e deficiência gerencial dos grupos. Nesse e em outros aspectos, “Singer vê no apoio governamental um dos fatores essenciais para o desenvolvimento de qualquer iniciativa que almeje ser uma alternativa em larga escala” (Pitaguari e Câmara 2013, p.47).

O apoio do governo é essencial para perpetuação de uma economia solidária de acesso a todos, no entanto para essa concretização é necessário que se invista no problema que os autores citados consideram basilar:

O primeiro desafio é o baixo nível de qualificação profissional dos trabalhadores solidários, e a inadequação das tecnologias tradicionais para a produção em pequena escala. (...) os estudiosos e defensores da economia solidária apoiam o envolvimento das universidades, particularmente nas suas atividades de pesquisa e de extensão, para a superação dessas duas dificuldades, a produção e transmissão de conhecimento técnico-científico, que são condição fundamental para que os trabalhadores associados em empreendimentos solidários realizem as inovações necessárias, tanto em produtos como em processos de produção, para competir com as empresas capitalistas. (Pitaguari e Câmara, 2013, p.48).

Constata-se nesse caso, a relevância da formação profissional e a necessidade de iniciativas de incentivo a essa formação. E de acordo com Cruz e Guerra:

Evidentemente, a transição do trabalho assalariado ao trabalho associativo pressupõe um processo educativo, isto é, um processo de mudança na valoração das relações simbólicas dos trabalhadores entre si, mas também destes com outras esferas da vida social – o Estado, o mercado, o meio ambiente, as diversas frações distintas da classe social (étnicas, de gênero, de geração etc.), seu entorno territorial... Experimentar a economia solidária, por outro lado, é parte desse processo educativo, é onde se forja a dialogicidade que permite aos coletivos constituírem-se como proprietários de seu próprio trabalho, abrindo uma janela para possibilidade de sua construção como sujeitos históricos. Este processo educativo, como qualquer um, está repleto de contradições e de dialogicidade (CRUZ e GUERRA, 2009, p. 94)

O processo educativo da economia solidária está incluído em campo de contradições assim como está o próprio conceito de educação. A educação tem como função principal a formação do indivíduo, desenvolvendo sua percepção de mundo de modo que possa agir com autonomia e responsabilidade ao interagir com o meio em que vive exercendo sua cidadania. Mas como um espaço aberto de construção e ebulição de cultura, a educação é pautada de acordo com as influências do espaço social e se a percepção do mundo externo aos espaços acadêmicos é capitalista e competitiva, a educação passa naturalmente a assumir a mesma postura. Torna-se, portanto, parte de todo o contexto excludente da sociedade.

Contudo, como fruto do pensamento de Paulo Freire que via a educação como o elemento transformador da sociedade nasce a Educação Popular. Cruz e Guerra (2009) veem a Educação Popular e a Economia Solidária como estipulantes de um mesmo objetivo:

A primeira convergência diz respeito à necessidade que ambas as expressões têm de qualificar-se, isto é, de acrescentar um termo que marque a diferença entre o convencional e aquilo que elas querem representar, ou seja: não se trata de discutir educação em seu sentido geral, mas do caráter específico de uma prática pedagógica vinculada à vida e aos interesses sociais dos setores populares; não se trata de uma economia orientada pelos valores do mercado e da concorrência, mas de uma economia vinculada à vida e aos interesses de setores sociais excluídos – ao menos parcialmente – das esferas de realização da economia global (p. 91)

A educação popular rompe os espaços formais da Educação e busca a aproximação entre saberes de diferentes lugares da sociedade e da cultura. Para Paulo Freire (2002) a problemática principal da educação é a libertação das pessoas concretamente em suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social. Desse modo a dimensão política das práticas

educativas populares tem uma intenção social diferente das tradicionais primando pela formação para a efetivação do conhecimento e para a atuação na vida. Considera que ação humana sobre o mundo muda não somente o mundo, mas também os sujeitos desta ação. Neste último ponto, principalmente, educação popular e economia solidária se cruzam.

Educação popular e Economia solidária instigam práticas transformadoras e de inclusão nos diversos âmbitos sociais, mas ambas precisam manter sustentáveis. Para Coraggio (2003) a sustentabilidade atravessa o espaço da economia e ingressa na questão social em busca de melhores condições tanto material quanto simbólica. Assim, quando se pensa em empreendimentos solidários compreende-se iniciativas que consolidem uma história ininterrupta de transformações sociais e políticas, empreendimentos que se façam sustentáveis.

Torna-se visível, portanto, a importância da Educação em diálogo com a Economia Solidária frente à exclusão social e histórica daqueles que foram marcados pela desigualdade social e regional e que buscam através do trabalho solidário melhorias para suas vidas e suas comunidades. Ressalta-se, também, a necessidade de um trabalho mais atencioso para aqueles que vivenciaram a exclusão escolar e não tiveram oportunidades de formação profissional. Para estes, o apoio político deve dialogar com os princípios da Economia Solidária através de processos contínuos e gradativos, garantindo a preparação real desses trabalhadores para o enfrentamento das dificuldades da sustentação de seus empreendimentos no mercado o melhor controle e aproveitamento de suas rendas.

Um trabalho realizado assim proporciona liberdade de crescimento, pois reconhece o conhecimento como construção dentro de um contexto sociocultural e econômico, subsidiando mudanças duradouras e multiplicativas na qualidade das pessoas envolvidas nesse processo, mudanças individuais e coletivas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que a economia solidária tem se expandido impetuosamente nos últimos anos como expressão da ação de diferentes segmentos sociais em revolta aos processos de exclusão trabalhistas e culturais. Percebe-se, contudo, que a economia solidária se estabelece em um espaço conceitual bastante heterogêneo e que estando longe de assumir uma forma homogênea dentre os discursos teóricos que a rodeiam, na prática ela também precisa passar por reformulações.

Por tratar-se de uma política de desenvolvimento a economia solidária deve ser concebida não apenas em ações específicas de fomento a geração de emprego e renda, mas em ações transversais que articulem o desenvolvimento qualitativo nos diversos setores sociais, partindo da educação ao desenvolvimento econômico.

Educação e economia devem dialogar no processo constituinte e na aplicabilidade das políticas públicas para garantir efetivamente um contexto propulsor da emancipação e da sustentabilidade. Os dois processos inserem-se em um mesmo processo de tentativa de transformação social e por isso devem estar integrados em todas as ações. Não se pode pensar em produção e desenvolvimento sem que haja a formação mínima necessária para a gestão de uma economia. Assim como ferramentas e instrumentos se configuram uma necessidade essencial dos trabalhadores para a execução de suas atividades laborais, a formação também o é.

A Economia Solidária compõe-se em um processo social, econômico e político e esses processos são compreendidos e transformados a partir do desenvolvimento humano no processo educativo. Sem a ação educativa que garantem ao homem a capacidade de gerenciamento e manutenção de suas produções qualquer estrutura, por melhor que seja, se desfaz.

Nesse contexto reflexivo, nota-se extremamente necessária no cotidiano das ações que permeiam o universo da economia solidária a presença de planejamento e avaliação tanto por parte das associações na evolução de suas práticas como por parte do poder governamental na formulação de suas políticas públicas.

A economia solidária considerada nessa perspectiva interpola o reconhecimento dos sujeitos sociais possibilitando-lhes a autonomia e a constituição de seus espaços de atuação na esfera social, além disso, possibilita que as novas formas de produção, reprodução e distribuição social, configure-se como uma oportunidade real de inclusão de todos.

## 6 REFERÊNCIAS

CORAGGIO, J. L. Economia do trabalho. *In: Economia Solidária*. Cadernos da Fundação Luiz Eduardo Magalhães. Salvador: FLEM, 2003.

CUNHA, G. C. Dimensões da luta política nas práticas da Economia Solidária. *In: SOUZA, A. R. de et al. Uma outra economia é possível: Paul Singer e a Economia Solidária*. (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2003.

CRUZ, A. **Uma contribuição crítica às políticas públicas de apoio à economia solidária**. 2005. Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br). Acesso em: 14 de agosto de 2013.

CRUZ, A.; GUERRA, J. S. *In: HERBERT, S. et al. Participação e práticas educativas: a construção coletiva do conhecimento*. São Leopoldo: Oikós, 2009. p. 90-105.

FREIRE, P. A educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: paz e Terra, 2002.

GAIGER, L. I. Significados e tendências da economia solidária. *In: CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT*. set. 2000. p. 29-42.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. Cadernos Unijuí, série Economia Solidária. Ijuí: Unijuí, 2006.

LEITE, M. P. **A economia solidária e o trabalho associativo: teorias e práticas**. Revista Brasileira de Ciências sociais, São Paulo, v. 24, n. 69, 2009.

PITAGUARI, S. O.; CÂMARA, M. R. G. **As motivações e desafios para a consolidação da Economia Solidária**. Economia Solidária em londrina: Aspectos conceituais e a experiência institucional. Disponível em: [www.uel.br](http://www.uel.br). Acesso em: 24 de setembro de 2013

Portal do Cooperativismo Popular. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares**. Disponível em: [www.itcp.coppe.ufrj.br](http://www.itcp.coppe.ufrj.br). Acesso em: 13 de agosto de 2013.

Portal do Trabalho e Emprego. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: [www.portal.mte.gov.br](http://www.portal.mte.gov.br). Acesso em: 13 de agosto de 2013

SINGER, P.; SOUZA, A. R. **A Economia Solidária no Brasil: a Autogestão como Resposta ao Desemprego**. São Paulo: Contexto, 2001.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.



# Educação: releitura do Projovem trabalhador e da EJA em consonância com a ECOSOL em Pombal-PB

*Bizantina Silvino Dos Santos  
Mônica Tejo Cavalcanti*

## 1 INTRODUÇÃO

Os programas assistências no Brasil têm um papel bastante notório quando se deseja garantir ao ser humano um pouco de condição de dignidade, mesmo diante de um cenário bastante contrastante no que se refere às prerrogativas negativas de representação de contextos socioeconômicos desprestigiados.

Assim, este trabalho monográfico tenciona demonstrar as funções desses programas no seio da sociedade, mais especificamente do Programa Social Projovem Trabalhador Juventude Cidadã (MTE) no Município de Pombal PB em 2012, demonstrando suas inferências no corpo da sociedade.

Pensando-se nas conquistas que o referido programa poderia proporcionar aos beneficiários que fazem parte da população vulnerável assistida pelo Projovem, acentuando as possibilidades de geração de rendas e, também pensando nos desgastes oriundos daqueles contemplados que necessitam de um trabalho de reeducação sobre compromisso social, é interessante levantar discussões sobre a importância do trabalho como ação de crescimento pessoal e social, fazendo com que os mesmos repensem valores intrinsecamente arraigados na desvalorização dos estudos escolarizados e na participação de cursos profissionalizantes.

É necessário, assim, criar preceitos de responsabilidade para que esse jovem deseje saciar todas as fomes persistentes do seu circunstante e perceba que as políticas públicas podem o ajudar nesse trajeto chamado vida dos excluídos socioeconomicamente. Em discurso, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando assinou o decreto que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, afirmou que:

*a fome não leva nenhum ser humano à revolução, a fome leva a humanidade à submissão, porque a pessoa com fome é tangida para onde quer que ela seja tangida, e ela não tem praticamente nem poder para se mobilizar. Somos nós que temos que ir atrás das pessoas necessitadas e dizer que o Estado brasileiro existe. (MDS, 2010).*

Com isso, as políticas públicas nascem das necessidades básicas da massa popular que quer sobreviver neste país das contradições, grandioso em território e em riquezas naturais e, excludente no que se refere às divisões de bens produzidas nele.

Segundo Gennari este paradoxo remete-se a:

*esta parcela da população tende a crescer na fase do capitalismo globalizado e de serviço, mantendo um exército de pobres e miseráveis que convivem no interior de uma das economias mais ricas do mundo, como a brasileira, na qual cerca de 77% das famílias no setor de agricultura familiar vivem no chamado setor de subsistência (GENNARI, 2011, p.29).*

Dessa maneira, pode-se perceber que há uma remota história na qual a maior parte da população encontra-se em desvantagens e, nesse cenário de desigualdades econômicas, apoiar as políticas públicas e ter consciência que elas podem transformar vidas para o bem estar social são formas acertadas de tentar minimizar os danos provindos pelos atrasos sociais que tendem a prejudicar, sobretudo, às camadas populares da sociedade.

Diante do exposto, surgem os seguintes questionamentos: Quais as intenções dos jovens que participaram do Programa Projovem Trabalhador Juventude Cidadã do Arco Ocupacional Alimentação no Município de Pombal PB em 2012? Quais motivos podem fazer com que alguns dos mesmos participaram também da Educação de Jovens e Adultos? E por que alguns desses jovens não conseguem superar costumes negativos arraigados na sua história de vida no que diz respeito à empregabilidade?

Dessa maneira, pretende-se compreender os motivos que levaram tais jovens a se escreverem no Projovem Trabalhador (Arco Opcional Alimentação) e na EJA na cidade de Pombal PB em 2012, como também, tentar compreender o perfil desses jovens brasileiros que apesar de fazerem cursos profissionalizantes e participarem da Educação de Jovens e Adultos ainda encontram-se em situação de desemprego.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS: PROJOVEM TRABALHADOR JUVENTUDE CIDADÃ**

As políticas públicas podem se tornar extraordinárias ferramentas de prática de justiça social, garantindo a efetividade da lei constitucionalmente – ou mesmo infraconstitucional – de direitos e garantias fundamentais ao ser humano. Dessa forma, elas exigem muito mais que a afirmação formal em documentos jurídicos ou políticos, pois essas estão pautadas em princípios que garantem ao indivíduo uma assistência para que o mesmo viva com dignidade humana.

Sabe-se que a “origem dos trabalhadores pobres e despossuídos do século XXI, faz parte de uma longa trajetória que tem início na população escravo e nos trabalhadores da economia de subsistência cujo início se confunde com a própria atividade colonizadora e com introdução do trabalho escravo” (GENNARI, 2011, p.28).

Com isso, percebe-se que a história da subsistência do ser humano está arraigada na história de exploração do próprio homem na luta constante para garantir meios de sobrevivências.

De acordo com a Constituição de 1988, a cidadania em seu texto é regulamentada através de princípios que apresentam a universalidade da cobertura das políticas sociais, o reconhecimento dos direitos sociais e a afirmação do dever do Estado como agente responsável pelas ações de proteção social.

Tendo assim a seguridade social como modelo proposto em seu texto, sobretudo a partir do artigo 194. Porém esses princípios passariam a ser executados a partir de um sistema de descentralização e de participação que aflora elos com as políticas sociais vigentes no Brasil contemporâneo.

Dessa forma, as ações do Estado de um lócus estatal/governamental passa a ter uma ampliação de atores envolvidos nesse contexto, constituído o espaço público. Criando-se estratégias na execução das políticas universalizadas com uma visão de co-gestão entre governo e sociedade. Possibilitando uma ação local mais influente no que se refere à atuação de políticas públicas eficazes. De maneira que os Estados e os Municípios passaram a serem entes federativos autônomos.

Com isso, as transferências de atribuições de responsabilidades sobre as políticas sociais se dariam com base nas adesões dos governos locais que terão que compreender as linguagens técnicas e tecnológicas para estarem a frente de uma determinada questão pública, constituindo a co-gestão que atenderá cada política setorial como também os “requisitos institucionais postos pelas políticas prévias, as regras constitucionais e a própria engenharia operacional de cada política social” (ARRETCHE, 1999, p. 112).

É sabido que os programas sociais são exemplos de Políticas Públicas que vêm oportunizando grande parte dos indivíduos carentes que necessitam de auxílio para organizar-se no seu contexto socioeconômico e cultural. Pode-se ver que “O Brasil é hoje modelo para

qualquer política social a ser implantado em outros países”, disse o ex-presidente, Lula em 2003.

Desse modo, destacou ainda que a injustiça social só será superada pela vontade coletiva da nação, que poderá garantir o bem-estar, o desenvolvimento econômico e o fortalecimento da autonomia do povo, podendo assim promover habilidades a serem vislumbradas com a conquista de se ter um trabalho que dê garantia de empregabilidade, quando se participa de um programa de capacitação profissional.

Como foi mencionado, os programas são oriundos de parcerias e/ou adesões dos Estados ou dos Municípios de acordo com os interesses que os mesmos mostrem em conquistar oportunidades que possam fazer com que tais membros carentes destes locais sejam beneficiados.

Nesse contexto, encontra-se o Projovem Trabalhador Juventude Cidadã, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), direcionado aos jovens de 18 a 29 anos, tendo como objetivo prepará-los para ocupações com vínculo empregatício ou para outras atividades produtivas geradoras de renda, conforme o art. 37, disposto na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que trata da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção no mundo do trabalho (BRASIL, 2005).

Com isso, o Projovem Trabalhador Juventude Cidadã é um programa federal proveniente das Políticas Públicas Sociais.

Segundo o Art. 7º o Termo de Adesão consiste na manifestação formal de ente federado de que trata o art. 2º em aderir ao Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, submetendo-se, sem reserva de qualquer espécie, especialmente às disposições da Lei nº 11.692, de 2008, do Decreto nº 6.629, de 2008, desta Portaria e do Termo de Referência constante do Anexo I desta Portaria. § 1º O Termo de Adesão deverá ser assinado e apresentado uma única vez, permanecendo arquivado no MTE, acompanhado de cópia autenticada dos documentos pessoais do Governador ou Prefeito, conforme o caso, em especial, Carteira de Identidade e CPF, e cópia autenticada do diploma eleitoral, ou por representante legal, devendo neste caso, encaminhar cópia autenticada dos documentos pessoais e publicação da portaria de nomeação e do instrumento que delegue competência para representar o ente. (MTE, 2008).

Como se ver, há todo um processo protocolado necessário para a sua implementação e há também uma responsabilidade pautada na confiança entre o Ente Parceiro, no caso exposto à Prefeitura de Pomba- PB, e MTE para executar o referido programa que percorre uma trajetória de fazer conquistas constantes.

O jovem, na fase inicial do programa, a qualificação social, não poderá ter vínculo empregatício; a partir da segunda etapa, por se tratar da qualificação profissional, este jovem já pode ser inserido no mercado formal de trabalho, uma vez que uma das propostas do programa é esta (BRASIL, 2008).

Com isso, esse programa assistencial pode ser renovado pelo Ente Parceiro desde que se cumpram as metas previstas pelo programa para poder beneficiar outros cidadãos desta mesma localidade/cidade que se encontrem na mesma situação de vulnerabilidade social dos que já se beneficiaram. Assim, dentre as metas, pode-se destacar a inclusão/empregabilidade de 30% dos jovens atendidos por esse programa.

Dessa forma, o Projovem Trabalhador dar oportunidades para os jovens que vivem em situações de risco e que desejam adquirir uma qualificação profissional para que possam atender os seus anseios/necessidades como cidadãos. Pois, acredita-se que a crença em uma sociedade mais justa não é utópica, quando se ver nela pessoas engajadas em construir projetos que possam fazer um diferencial no contexto circunstante. Não há assim, algo predestinado ao fracasso da humanidade. Os programas sociais vêm superando empecilhos que são visto por alguns como imposições de uma sociedade elitizada.

É sabido que grande parte das pessoas com o nível menor de conhecimento escolarizado têm dificuldades para se organizarem socioeconomicamente e, por isso, encontram-se na margem da sociedade. Não tendo estímulos que impulsionem a superação de tais carências.

De tal forma, os programas sociais, como o Projovem Trabalhador Juventude Cidadã, procuram dar um novo direcionamento à vida das pessoas que são assistidas por eles. Para isso, os jovens devem ter renda familiar de um salário mínimo por pessoa, estejam desempregados e tenham concluído o ensino médio, ou que estejam matriculados na EJA, ou no ensino regular (fundamental e médio).

Com isso, esse programa assistencial oferece a tais jovens cursos profissionalizantes que são denominados pelo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como Arcos Ocupacionais. Dessa forma, há uma grande diversidade no campo de atuação desses arcos que são selecionados na hora da adesão ao programa pela Entidade Parceira (município ou estado) de acordo com a realidade/ necessidade de cada local.

Pôde-se ver que o município de Pombal PB foi contemplado com a adesão a tal programa federal, tendo a oportunidade de ofertar cinco Arcos ocupacionais a quinhentos jovens que podem construir histórias de superação socioeconômica.

Dessa maneira, durante seis meses, ocorrem as referidas qualificações: Social e Profissional, cujas são remuneradas, pensando talvez na aquisição de materiais que posteriormente podem ser usados pelo jovem/profissional. Segundo a Lei nº 11.129, de junho de 2005, dispõe no § 3º que poderão ser pagos até 6 (seis) auxílios financeiros conforme com acompanhamento da frequência escolar, considerando 75% (setenta e cinco por cento) de frequência. (BRASIL, 2005). Sendo que a primeira qualificação tem duração de cem horas e a segunda de duzentas e cinquenta horas. Contabilizando o total de trezentas e cinquenta horas/aulas.

Na Qualificação Social, os jovens têm aulas de empreendedorismo, direito do trabalho, português, matemática, informática, higiene no trabalho e outros que vão subsidiá-los a projetar e/ou articular os planos futuros em relação ao que aprendera nos cursos profissionalizantes. Já na Qualificação Profissional, há direcionamento do ensino de acordo com a opção do arco ocupacional escolhido pelo os jovens no ato da inscrição.

Em Pombal PB em 2012, a entidade parceira optou por cinco arcos: Beleza Estética, Joalheria, Construção de Reparos, Vestuário e Alimentação. A escolha foi feita mediante a realidade circunstante para poder suprir carência no mercado local, dando aos jovens assistidos a chance de poderem ter a oportunidade de se inserir no mercado de trabalho.

Dentre dos referidos arcos, pretende-se analisar neste trabalho o comportamento dos jovens que participaram do Arco Ocupacional Alimentação, sobretudo, aqueles que também possam ser alunos da EJA.

Sabe-se que a alimentação é uma ação que promove a vida, uma vez que os seres humanos ingerem os alimentos para garantir o fortalecimento do organismo. Assim, os valores nutritivos e seu preparo devem ser considerados primordiais para quem deseja exercer uma profissão desta natureza.

Saber manusear o preparo de alguns pratos não é suficiente para um profissional dessa área. Pensando-se no imediatismo que se vive neste século, na presença de alimentos instantâneos como também na presença de outros alimentos considerados um risco à saúde do indivíduo, nasce à necessidade de investir em profissionais que repensem tais valores.

Dessa maneira, o Projovem Trabalhador por meio do Arco Opcional Alimentação tem apresentado esses direcionamentos a fim de formar profissionalmente jovens conscientes que possam contribuir com a Economia Solidária em consonância com a EJA na cidade de Pombal.



### 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AUTOGESTÃO: PROPOSTAS QUE PODEM VIABILIZAR A MELHORIA DE VIDA DA POPULAÇÃO CARENTE APOIADAS EM TECNOLOGIAS SOCIAIS

O sistema capitalista apresenta características que inibe a exclusão de contingentes populacionais do acesso a bens materiais e serviços, elementares à condição humana.

Tais características como o acúmulo de bens produzido pela população de forma desordenada, o individualismo, a exploração da mão de obra e a supremacia da mais valia faz com que a sociedade se distancie de sua própria condição de ser humano, e não vivencie tanto atos de humanização do que é do povo, é para o povo.

De modo que diante desse cenário surge então à necessidade de se querer pôr em prática alternativa para fazer frente às contradições entre capital e trabalho. Ao vislumbrar uma outra economia, que seja solidária não apenas na nomenclatura, e proponha algo diferente do despotismo do capital selvagem.

Este ver o homem coisificado como uma máquina de trabalho forçado a esquecer do que são princípios de solidariedade e vivencie, sobretudo, a produção para que outrem consuma alegremente sem ver as ações maléficas de desumanização que estão por trás desses produtos ostentados com orgulho por eles.

Dessa maneira,

A Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES surgiu como expressão, no campo da política de Estado, de um amplo movimento social assentado nas diversas formas de existência da Economia Solidária, que significa uma nova expressão do movimento cooperativista frente à nova etapa do capitalismo, caracterizada pelo desemprego estrutural e pela precarização do trabalho, sob hegemonia da globalização financeira. A reinvenção da Economia Solidária porta em si uma espécie de ressurreição de valores que fazem parte da cultura do movimento operário: solidariedade, autogestão, autonomia, mutualismo, economia moral, e outros (NASCIMENTO, 2004, P. 2.)

Diante disso, acredita-se que pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica possam gerir oportunidades, buscando se organizarem em grupo para mutualmente formarem cooperativas que desenvolvam trabalhos voltados para a valorização do ser como um trabalhador/cidadão e não alguém que produza a mais valia, bens de produção provindos da exploração da mão de obra trabalhista por uma empresa ou por outros serviços de mercado.

Dessa forma, as ideias de se ter princípios auto gerenciários e/ou de ter caráter empreendedor é muito mais que uma tomada de consciência. É uma atitude sensata para quem almeja produzir não para se ter lucros imediatos, mas para aquele que sabe galgar de forma significativa.

Com isso,

Economia Solidária e Autogestão, se não são sinônimos, são termos que caminham juntos. Podemos mesmo afirmar que não há autogestão sem economia solidária e que não pode haver economia solidária sem autogestão. Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”. (NASCIMENTO, 2004, P. 2.)

Assim, a sociedade trabalhadora e/ou aquela que pretende gerir sua vida por meio de uma empregabilidade deve reconhecer o seu próprio valor para quebrar as amarras impostas pelo sistema capitalista, e organiza-se em uma conjuntura mais sólida.

Este deve ver o trabalhador como um ser que deseja viver com dignidade, valorizando a si e o outro de forma cooperativista. Acredita-se, portanto, que essa sociedade trabalhadora tenha que buscar essas ideias autogestionárias como forma de uma transformação social.

Para tanto, é preciso lembrar que o grupo de trabalhadores deva discutir em reuniões/ assembleias as demandas de decisões que possam vir a adotar, assim, haverá uma autogestão. Nesta, todos os membros gerenciam o serviço, fazendo trabalhos rotativos para que todos conheçam a importância de cada etapa da produção na sua totalidade e ganhem uma quantia igualitária para a valorização de todos trabalhadores. Desse modo, o serviço cooperativo deve ser tratado pelo o grupo. E o mesmo deve conhecer a comunidade na qual esteja inserida a cooperativa para nortear melhor o que se pretende fazer.

De acordo com Morais e Borges

O território tende a se fortalecer como o espaço de construção da vida, da cultura, da política e também das relações econômicas. É necessário pensar numa mudança da cultura do desenvolvimento, em que uma comunidade deixa de ser vista como ator passivo, que espera pacientemente, para se converter no responsável pela construção de sua própria história e transformações. Ao deslocar as iniciativas do desenvolvimento para o nível territorial, melhoram-se as condições de participação e de decisão por parte dos cidadãos que passam atuar com base em práticas e soluções articuladas a partir de demandas específicas e dos problemas do território (MORAIS; BORGES, 2010, p.19)

Com isso, a referida participação e responsabilidade dessa comunidade pode proporcionar, de maneira significativa, um caminho para os trabalhadores obterem uma maior autonomia e emancipação no conjunto referencial do próprio capitalismo ou no conjunto de uma outra economia, que seja vista como

A alternativa socialista que tem por base a economia solidária e a autogestão e apresenta três instâncias fundamentais:

- 1] A socialização dos meios de produção, implicando a abolição da propriedade privada dos recursos produtivos e sua substituição pela propriedade social, ou seja, a AUTOGESTÃO SOCIAL;
- 2] A socialização do poder político, a participação dos cidadãos livres e iguais na formação coletiva de uma vontade política e no exercício direto da autoridade, ou seja, a DEMOCRACIA DIRETA;
- 3] enfim, a transformação do mundo das relações intersubjetivas, no sentido da afirmação da solidariedade, ou seja, a REVOLUÇÃO CULTURAL do COTIDIANO. Seminário Nacional de Autogestão. Joinville, Santa Catarina – 13 e 14/12/03 (NASCIMENTO, 2004, p.06)

Dessa forma, o processo de construção de ação coletiva, autogestionária, é um instrumento social que pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da construção de relações solidárias, de maneira que promova o desenvolvimento da economia solidária, materializando-se através da organização social de dada comunidade, gerenciando o empreendedorismo social, marcado por início de uma cultura do trabalho que acredite em valores sociais do povo e para o povo.

O desenvolvimento de um trabalho social nesse sentido pode ter uma melhor viabilidade quando se têm tecnologias sociais que alavanca as ideias de produção geridas pela equipe trabalhadora.

O aparato teórico dessas tecnologias pode alicerçar o projeto dessa classe trabalhadora por meio de estudos que levantaram estratégias de mercado, adequação do serviço, cursos para

aprimorar técnicas de trabalho, assistência no campo jurídico para garantir a institucionalização dessa equipe e um serviço adequado que atenda melhor a demanda do mercado.

#### **4 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA RESPOSTA ÀS REPRODUÇÕES NEGATIVAS DO COMODISMO SOCIAL ENTRE POPULAÇÃO CARENTE DO SEMIÁRIDO**

A necessidade de conhecer a realidade circunstante é o ponto inicial de se educar a população do semiárido para o desenvolvimento com sustentabilidade. Historicamente o contexto dessa região é vislumbrado pelo atraso e pela insustentabilidade da vida nesse espaço.

De tal forma, isso fez gerar durante anos a evasão escolar e consecutivamente a emigração do seu povo que foge em busca da sobrevivência e se depara, na maioria das vezes, com uma situação frustrante, na qual o torna vítima das inúmeras dificuldades que o faz ficar ainda mais na margem da sociedade.

Dessa forma, sabe-se que o Desenvolvimento Sustentável pode dar viabilidade a tal sertanejo que paira de uma historicidade sofrível.

Nos embates ocorridos nas reuniões de Estocolmo (1972) e Rio (1992), nasce à noção de que o desenvolvimento tem, além de um cerceamento ambiental, uma dimensão social. Nessa, está contida a ideia de que a pobreza é provocadora de agressões ambientais e, por isso, a sustentabilidade deve contemplar a equidade social e a qualidade de vida dessa geração e das próximas. A solidariedade com as próximas gerações introduz, de forma transversal, a dimensão ética (NASCIMENTO, 2012, p. 51).

Assim, é preciso reverter essa situação, vendo o cenário da Educação no semiárido brasileiro apreciado com um novo olhar. Conforme Silva e Bueno (2005, p.70) “em cada lugar onde se pensa a educação, a partir das especificidades e potencialidades do lugar nessa região, nasce aí mais um espaço de articulação e disseminação da idéia de convivência”.

Aprender a conhecer as especificidades e as múltiplas possibilidades que podem ser vistas como alternativas de produção para garantir não só a permanência de seu povo, mas dar aos mesmos a dignidade de uma vida melhor que nasça do saber oriundo deste rico e heterogêneo cenário que compõe o chamado semiárido.

A Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB) tem como estratégia “motivar o exercício do diálogo entre os saberes científicos ( sob responsabilidade mais direta da escola) e o saber produzido no cotidiano da existência (o chamado saber popular)” ressalta Silva e Bueno ( 2005,p.68).

Assim, pode-se desfazer essa imagem negativa e excludente que paira sobre essa região e sua população.

É sabido que o ser humano tem capacidade destruir todo bem natural, como a sua própria vida, como também tem o poder de reverter situações consideradas degradantes. Isso se pode ver por meio das respostas/ações propagadas na sociedade

Acredita-se, portanto, que as políticas públicas existentes no semiárido devem desenvolver trabalhos educativos embasados em pesquisas realizadas nesse território por pessoas especializadas no assunto como também pela participação da população que reside em tais áreas, de forma que, procure junto, encontrar alternativas que garanta a permanência da população local.

Com isso, este trabalho de valorização deve ser iniciado, primordialmente, pela presença do currículo diversificado, LDB 20 de dezembro - Lei 9394/ 96 de forma efetiva e não mictória. Assim, as descobertas evidenciadas nesse trabalho podem servir como indícios de ideias a serem propagadas em projetos de extensão, apoiados, por exemplo, pelas universida-

des, e direcionados ao cotidiano desses sujeitos para fazer o diferencial na promoção do desenvolvimento sustentável centralizado na qualidade de vida.

Segundo Ignacy Sachs (2007) há várias outras dimensões sobre o Desenvolvimento Sustentável, contudo, pode-se visualizar, neste trabalho, essencialmente estas três dimensões.

Com essas dimensões, podem-se avaliar alguns termos conceituais do Desenvolvimento Sustentável e pensando no espaço educativo do circunstante proposto neste trabalho, observa-se que o semiárido brasileiro apresenta contrastes que podem ser norteados para o bem estar de sua população.

Muitos desses jovens, referenciados aqui, são filhos de pais agricultores que foram expulsos da zona rural por causa das condições cruciais evidenciadas pela seca. E que, por isso, apresentam uma visão negativa dessa região a tal ponto que preferem uma vida ociosa na cidade, sem perspectivas de empregos, a sofrer trabalhando no campo.

A descrença trazida na bagagem desse sertanejo faz este não querer enxergar que há outras saídas/alternativas para se viver bem, com dignidade. A permanência no sertão, na zona rural, por exemplo, requer trabalhar técnicas de manejo para valorização das culturas agrícolas que garanta oportunidades ao homem do semiárido que pretende viver da labuta do campo.

Todavia, para que isso ocorra se faz necessário um trabalho preparatório juntamente com órgãos que possam fazer estudos sobre a viabilidade cultural que venha a se adaptar a determinada região.

Sabe-se que para isso é preciso tempo para se conseguir um resultado positivo e o jovem sertanejo juntamente com seus pais devem colaborar para o desenvolvimento das técnicas indicadas.

De acordo com Silva e Bueno (2005, p.79) “Redimensionar o currículo na perspectiva da convivência com o Semi-árido exige mais do que acompanhar a dinâmica do contexto, exige compreender o mundo em suas múltiplas dimensões”

O jovem ainda deve se preparar procurando direcionar os seus estudos institucionalizados para se voltarem ao conhecimento específico do semiárido uma vez que em um dado momento sintam-se capacitado para intervir na realidade de seu lugar de modo a contribuir para a valorização do circunstante, atuando-se como um engenheiro agrônomo ou um engenheiro de alimentos, um especialista em apicultura, um biólogo, técnicos provindos de cursos profissionalizantes e outras ocupações de áreas que possam contribuir para o fomento da viabilidade socioeconômica e cultural dessa região.

Porém, caso o evadido pelo êxodo pretenda viver de fato na cidade, é preciso também que o mesmo procure se qualificar por meio de cursos profissionalizantes ou de estudos escolares para sobressair da situação que o fez abandonar suas raízes rurais do semiárido. É sabido que o que se propõe aqui não é algo simples de ocorrer, mas sabe-se que a força de vontade e a persistência nesses casos faz toda a diferença.

Contudo, se o indivíduo, ainda assim, se compraz de uma vida ociosa na cidade, corre o risco de se apregoar aos convites que o possa levar a vida dos vícios que contribuem para que o ser humano encontra-se em estado de degradação social. E assim, distancia-se da figura do sertanejo descrito por Graciliano Ramos em *Vidas Secas* quando afirma que “o sertanejo é antes de tudo um forte”. De modo que não se pode chamar de forte aquele que não tem força de vontade para lutar se quer por si mesmo.

As amarras do mundo capitalista são dilacerantes, mas o ser humano quando se encontra centrado no seu objetivo/projeto de vida, não se deixa morrer diante das mazelas da vida. E luta mesmo quando a vitória parece ser tão improvável. E luta para ser “uma metamorfose ambulante” como diz uma canção de Raul Seixas.

Acredita-se com isso, que um dos maiores desafios que o ser excluído socioeconomicamente possa encontrar está dentro dele próprio, quando não se ver como fonte de mudança para garantir a viabilidade do bem estar pessoal e circunstante.



A maior fonte de sabedoria do ser pode ser encontrada quando este ser excluído se ver parte do todo que nesse caso é a própria sociedade. Portanto, algumas oportunidades podem ser dadas por políticas públicas, como o Programa Projovem Trabalhador Juventude Cidadã, e outras, mas o sucesso das ações esperadas só irá de fato acontecer quando o povo reconhecer a sua condição e procurar se reeducar para obter uma consciência humanitária que trabalhe “o ser no outro”, compartilhando cooperativamente para a melhoria social e não acreditar “que apesar de tudo que fazemos, ainda somos os mesmos e vivemos como os nossos pais” como reflete a canção de Elis Regina.

Enfim, é preciso mudança que venha verdadeiramente ser brotada no seio social por meio da reeducação daqueles que sabem que é preciso lutar para ser vitoriosos nas histórias de vida dos que são excluídos.

## 5 METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e também descritiva. A primeira foi realizada durante este curso de especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano. Já a segunda foi realizada no final do curso profissionalizante, quando se concluía uma reunião realizada com a participação de dois membros da Coordenação do referido programa. Nessa, estes faziam um levantamento de dados importantes para inserir aqueles que ainda não tinham empregabilidade.

Isso ocorreu no auditório Paulo Freire localizado no CEMAR as margens da BR 230, saída para cidade de Sousa, com os jovens do Arco Ocupacional Alimentação do Programa Projovem Trabalhador Juventude Cidadã no município de Pombal em 2012.

Beuren (2006, p. 85) explica que “dados a esse tipo de pesquisa podem ser coletados com base em uma amostra retirada de determinada população ou universo que se deseja conhecer”.

Dessa maneira, essa pesquisa que teve como instrumento norteador a coleta de dados por meio de um questionário com onze perguntas objetivas direcionadas aos referidos jovens, especificamente a oitenta e cinco, a fim de satisfazer a pretensão indicada nos objetivos deste trabalho. Antes da entrega do questionário, foi explicado que o mesmo serviria como material de estudo para ser analisado no trabalho monográfico centrado, sobretudo, nas Políticas Públicas. E boa parte indagou se as respostas poderiam prejudicá-los no recebimento da Bolsa Família.

Assim, mais uma vez foi evidenciado que relevância desse questionário, para a coleta de dados, apenas era para fundamentar o estudo mencionado e que eles não eram obrigados a responderem.

Caso se propusessem a responder, não precisariam se identificar. Mas, fazia-se necessário que os mesmos que optassem por contribuir não faltassem com a verdade, fossem sinceros. Pois, isso seria bastante importante para o estudo.

Nesse instante, maior parte dos jovens se ausenta, os vinte e um que ficam, colaboram e questionam as perguntas entre si. Respondendo-as posteriormente.

Segundo Gil (1999), o questionário é “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

Assim, a coleta de dados, dessa maneira, deu subsídio para descrever a realidade dessa juventude, sabe-se que o universo de participantes não foi o esperado, pois se tornou um universo pequeno.

Contudo, esses vinte e um jovens demonstraram suas opiniões a respeito de algumas perguntas voltadas para a sua realidade circunstante como comportamentos sociais, Programas governamentais e escolaridade.

A temática: A relação entre Economia Solidária e a EJA vislumbrado os jovens do Arco Ocupacional Alimentação do Programa Projovem Trabalhador Juventude Cidadã no município de Pombal em 2012 teve como finalidade verificar se os jovens que participaram desse programa tinham, verdadeiramente, pretensões de entrarem no mercado de trabalho, ou ainda, apenas estavam reproduzindo um círculo social de acomodação oriundo muitas vezes dos seus próprios contextos socioculturais.

Em suma, a pesquisa foi embasada por meio de leituras bibliográficas e análise dos dados coletados no questionário direcionado aos referentes jovens.

De acordo com ambas, pretendeu-se compreender o comportamento desses jovens após o término de um curso profissionalizante, tendo em vista uma visão otimista e/ ou outra pessimista no que se refere ao comportamento de acomodação mesmo tendo acabado de participar de uma capacitação profissionalizante.

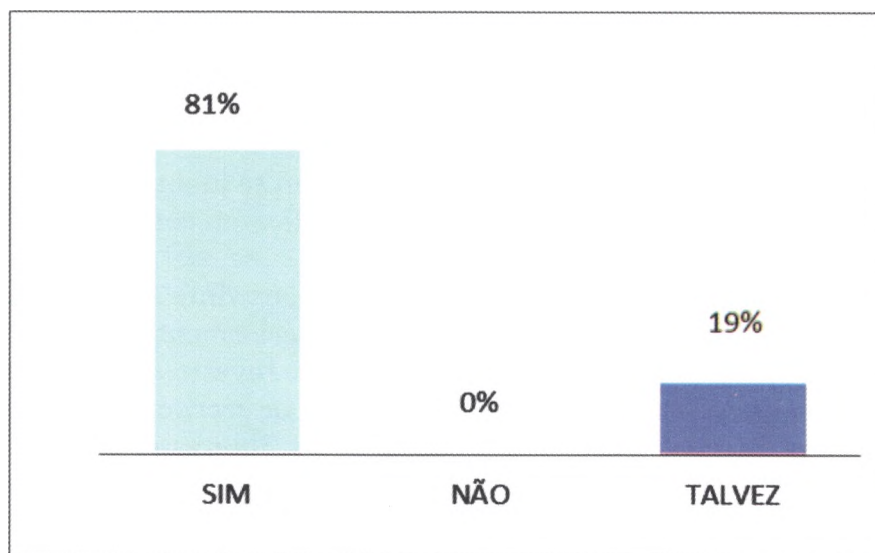
## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No final do curso propôs-se um questionário com onze perguntas para jovens das duas turmas A e B, do Arco Alimentação do Projovem Trabalhador Juventude Cidadã, com o intuito de conhecer o perfil dos mesmos como também o interesse deles em relação ao curso profissionalizante que concluíram.

Dessa maneira, foi explanado o motivo pelo qual si proporia o questionário, uso de dados para o TCC sobre Políticas Públicas. Contudo, apenas vinte e um jovens dos oitenta e cinco se propuseram a responder. Um número pequeno. Os demais perguntaram, sobretudo, se o referido questionário era obrigatório ou se iria prejudicá-los em relação à Bolsa Família. Porém, mesmo sendo explicada a pretensão desse estudo novamente, uma grande parte de cada turma não quis participar e si ausentaram do local.

A Figura 1 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: O Arco Ocupacional alimentação pode contribuir para que você entre no mercado de trabalho?

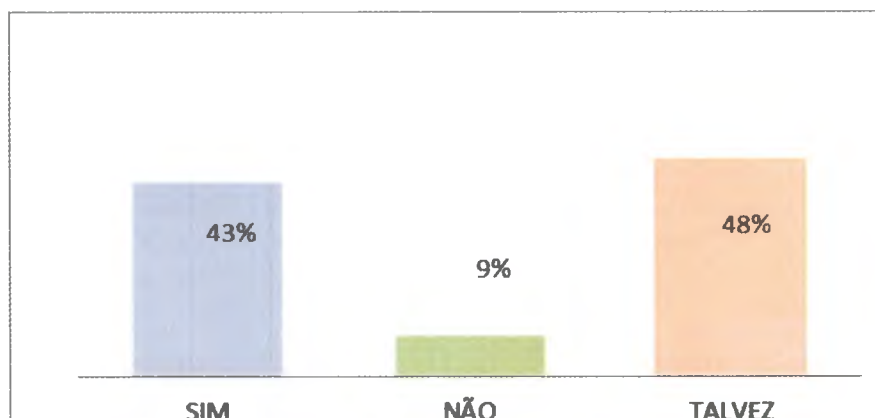
**Figura 1 – Curso profissionalizante pode contribuir para que ele pudesse entrar no mercado de trabalho.**



Dos jovens entrevistados, 81% afirmaram que o curso profissionalizante apresenta uma contribuição positiva sobre a inserção no mercado de trabalho, 19% responderam que talvez contribuisse e nenhum respondeu que não.

A Figura 2 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: É do seu interesse formar um bufê cooperativo para atender a demanda do mercado local?

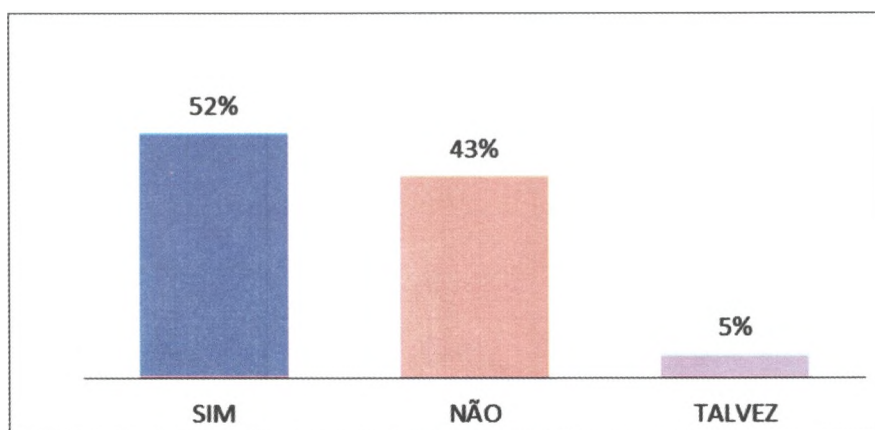
**Figura 2 – Formar um bufê cooperativo para atender a demanda do mercado de local.**



Dos jovens entrevistados, 43% responderam que sim, 48% responderam que talvez e 9% responderam que não. Conforme mostra a figura 02.

A Figura 3 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: As Políticas Públicas devem atender apenas temporariamente a quem necessita? Como esse programa que você participou.

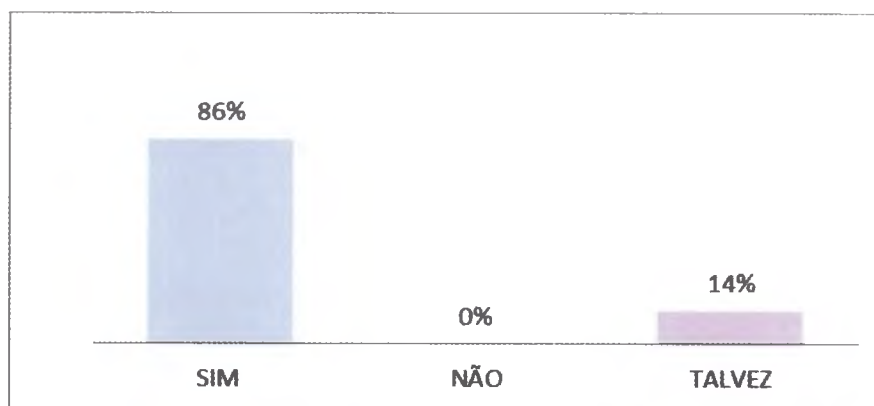
**Figura 3 – Políticas Públicas devem atender de forma apenas temporária.**



Dos jovens entrevistados, 52% disseram que sim, 43% disseram que não e apenas 5% disseram que talvez.

A Figura 4 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: Após essa qualificação profissional, você tem capacidade de entrar no mercado de trabalho?

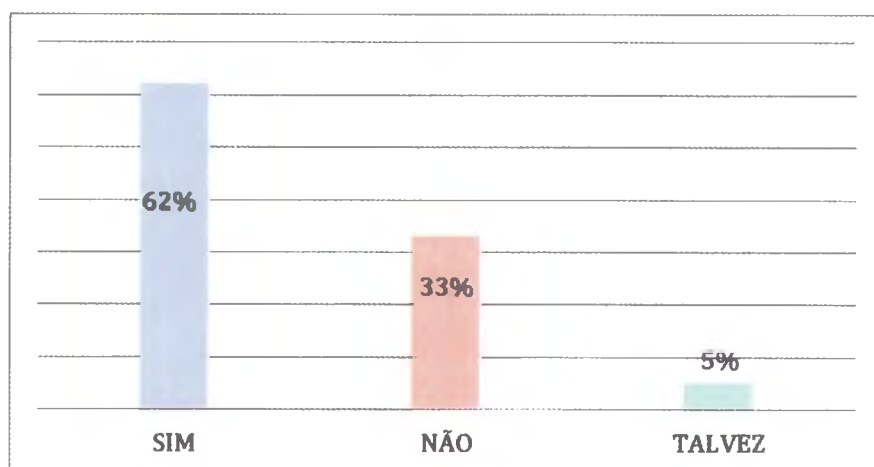
**Figura 4 – Qualificação profissional teria o capacitado para que esse entrasse no mercado de trabalho.**



Dos jovens entrevistados, 86% responderam que sim, nenhuma disse não e apenas 14% disseram talvez.

A Figura 5 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: Quando você conclui uma qualificação profissional, fica esperando alguém convidá-lo para trabalhar? Ou sai a procura?

**Figura 5 – Quando o jovem conclui uma qualificação profissional, ele fica esperando alguém convidá-lo para trabalhar.**

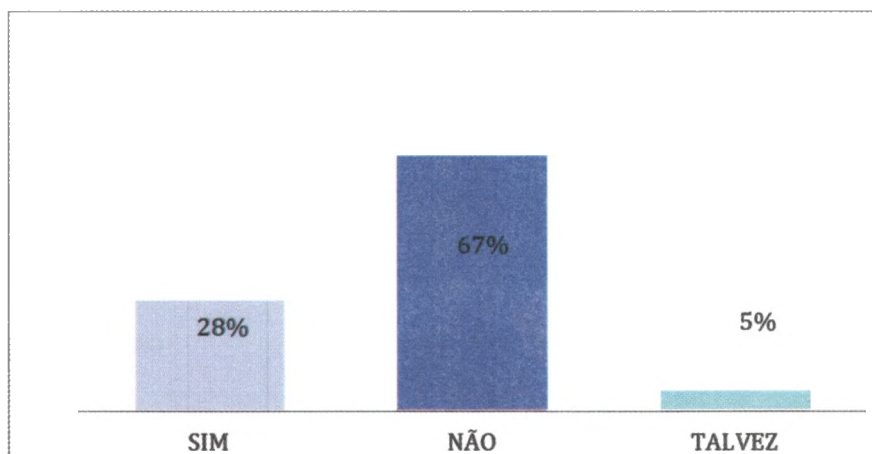


Dos jovens entrevistados, 62% responderam que sim, 33% responderam que não e 5% disse que talvez.

A Figura 6 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: Você se considerava uma pessoa acomodada?



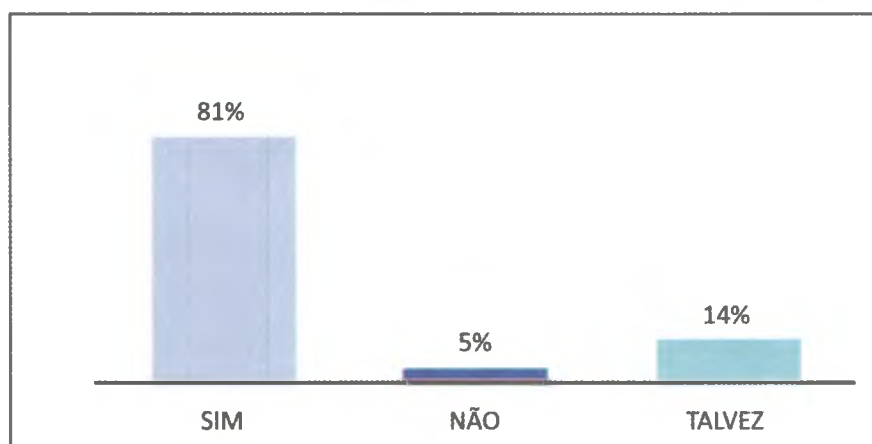
**Figura 6 – Este jovem se considerava uma pessoa acomodada.**



Dos jovens entrevistados, 67% disseram que não, 29% disseram que sim e 5% não.

A Figura 7 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: Você tem vontade de trabalhar como autônomo?

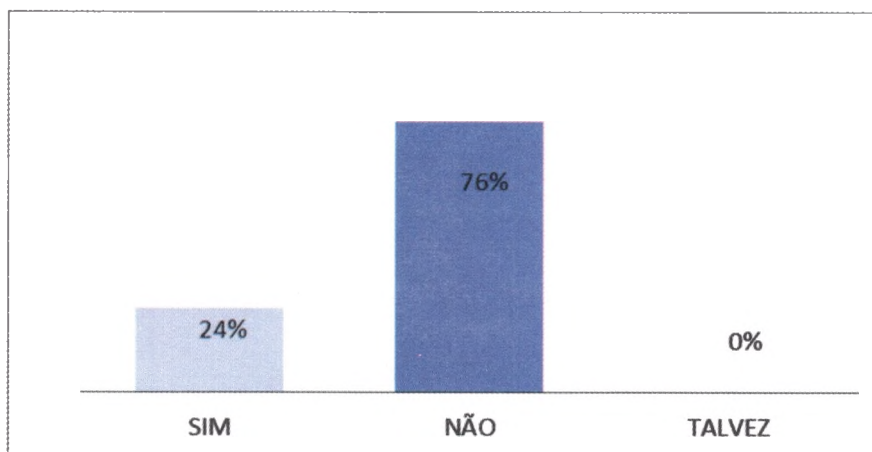
**Figura 7 – O jovem tem vontade de trabalhar como autônomo.**



Dos jovens entrevistados, 81% responderam que sim, 14 responderam que talvez e 5% que não.

A Figura 8 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: Já participou de outro curso na área de alimentação?

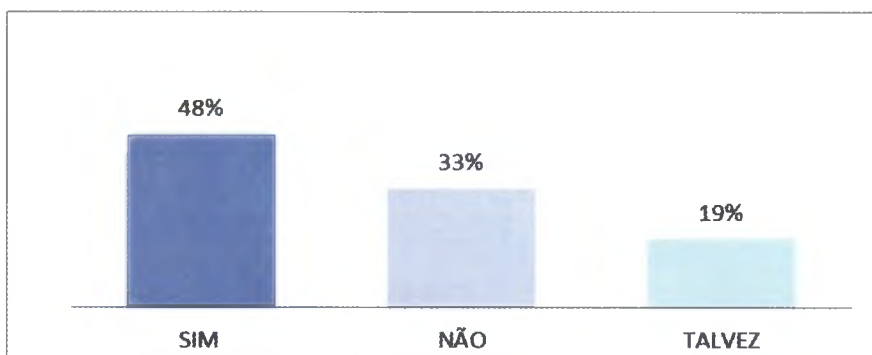
**Figura 8 – O jovem já teria participado de outro curso na área de alimentação.**



Dos jovens entrevistados, 76% disseram que não, nenhuma talvez e 224% sim.

A Figura 9 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: A sociedade local ajuda a inserção dos jovens no mercado de trabalho?

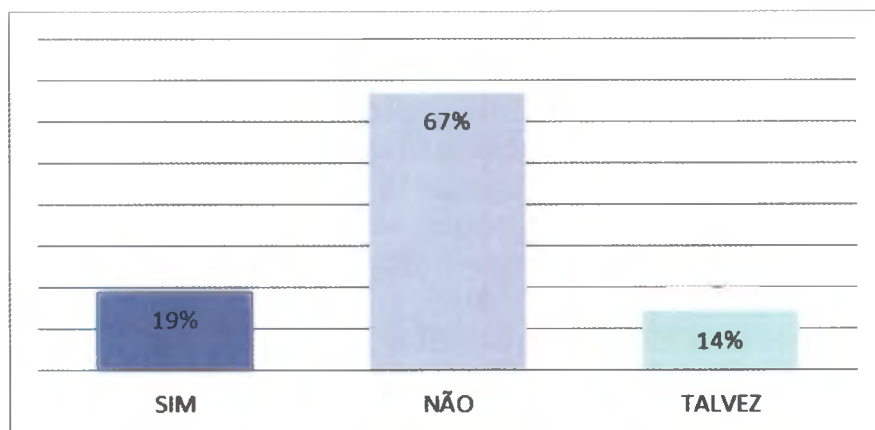
**Figura 9 – A sociedade local ajuda aos jovens se inserirem no mercado de trabalho.**



Dos jovens entrevistados, 48% disseram que sim, 33% disseram que não e 19% disseram talvez.

A Figura 10 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta: Se você não necessitasse mais da Bolsa Família, daria baixa no seu benefício?

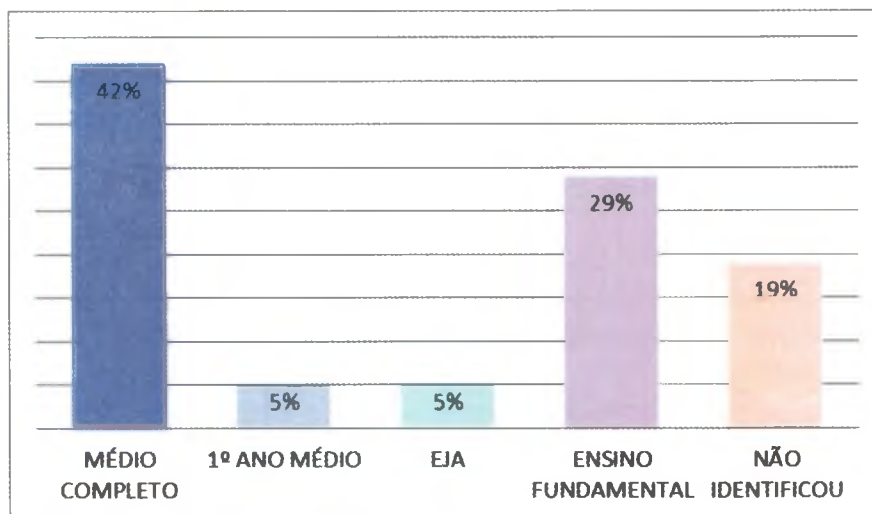
**Figura 10 – Esse jovem cancelaria o benefício da Bolsa Família.**



Dos jovens entrevistados, 19% responderam que sim, 67% responderam que não e 14% responderam que talvez.

A Figura 11 apresenta o gráfico relacionado às respostas referentes à pergunta oral: Qual o seu nível de escolaridade?

**Figura 11 – Nível de escolaridade.**



Dos jovens entrevistados, 43% têm o ensino médio completo, 5% estão cursando o primeiro ano do ensino médio, 5% cursam a segunda etapa do EJA, 29% cursam o ensino fundamental e 19% jovens não identificaram a escolaridade.

Diante do exposto, pode-se perceber que os programas assistências no Brasil têm um papel bastante notório quando se deseja garantir ao ser humano um pouco de condição de dignidade, mesmo diante de um cenário bastante contrastante no que se refere às prerrogativas negativas de representação de contextos socioeconômicos desprestigiados.

Dessa maneira, este trabalho monográfico apresentou o pragmatismo desses programas no seio da sociedade, sobretudo o Programa Social Projovem Trabalhador Juventude Cidadã (MTE) no Município de Pombal PB em 2012; questionando também as reproduções do sociocultural; a atuação da EJA, as viabilidades da Economia Solidária e da Autogestão para promoção do bem-estar social e por fim o Desenvolvimento Sustentável como resposta às reproduções negativas do comodismo social entre a população carente, sobretudo a do semiárido

nordestino. Como também, apresentou dados coletados em uma pesquisa desenvolvida com jovens do Projovem Trabalhador Juventude Cidadã com o Arco Ocupacional Alimentação com as turmas A e B.

Enfim, observou-se a necessidade de se desenvolver um trabalho de reeducação sobre compromisso social, discutindo a importância do trabalho como ação de crescimento dos jovens, fazendo com que os mesmos repensem valores intrinsecamente arraigados na desvalorização dos estudos escolarizados e na participação de cursos profissionalizantes.

Nota-se que as Políticas Públicas podem sim ser um instrumento norteador na vida dos jovens que se sintam politizados sobre sua função social. Não apenas proporcionando uma ascensão no que se refere ao mundo do trabalho.

Mas no diz respeito à formação cidadã daqueles que passaram boa parte da vida sem projetar absolutamente nada, e que após esse despertar de consciência, vejam não só um novo horizonte, mas uma nova maneira de enxergar o que estava sempre ali, ao seu lado, as amarras que os prendiam em despropósito de uma vida que pode ser considerada como acomodada.

Portanto, é preciso fomentar preceitos de responsabilidade para que esses jovens percebam que há viabilidades de empregabilidade para que os mesmos possam alavancar as tentativas excludentes que fez parte do meio social circunstante.

Mas, para que tais viabilidades ocorram em suas vidas é importante que eles se vejam como pessoas capazes de se ajudarem mutuamente, sejam com o auxílio das políticas públicas como Projovem Trabalhador Juventude Cidadã, da própria comunidade em forma de cooperativas e/ou associações de trabalhadores, das universidades com o serviço das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e outros auxílios que possam tornar verdadeiros projetos de formação de vidas, nos quais os seres deixam de ser um, para agir com a coletividade.

Essa em prol a valorização do ser humano que pode gerenciar dentro do capitalismo excludente o desenvolvimento da Economia Solidária ao garantir perspectiva de vida para aqueles que acreditavam que o sol brilhava forte lá no horizonte para castigá-los no seu cotidiano, e não para iluminar os dias de batalhas/ conquistas por meio do trabalho construído em equipe, na coletividade.

Logo, as necessidades básicas da massa popular podem dar força de vontade a esses desafortunados para submergir por meio da luta dessa classe social que pode ser trabalhadora desde que procure valorizar as oportunidades que lhe são apresentadas com ações reeducativas.

Nessas devem-se buscar o fortalecimento do grupo que almeja projetos para dar dignidade a quem tinha perdido, gerando renda para todos que se encontravam em situação de desemprego ou subdesemprego, sendo esses capazes de gerenciar em etapas diferentes atividades executadas pela equipe que trabalha com a rotatividade, dividindo experiências e as sobras, fruto de um trabalho coletivo, que valoriza o ser humano por igual.

Enfim, retira-se a figura do padrão, e surgem gestores que tomam decisões mediante reuniões com o grupo para o fortalecimento do mesmo, uma vez que as ações tendem a nascer com sabedoria pelo consenso das experiências da equipe. Portanto, tais ações reeducativas são formas acertadas e podem minimizar os danos provindos pelos atrasos socioeconômicos.

Por fim, já os dados analisados do referido questionário podem vislumbrar o perfil desses jovens que participaram do Programa Projovem Trabalhador Juventude Cidadã do Arco Ocupacional Alimentação no Município de Pombal PB em 2012.

Observou-se que a maioria deles acredita que capacitações profissionalizantes podem contribuir para a empregabilidade (Fig. 01), isso ressalta a importância de procurar se qualificar para ser um bom profissional, também pode ser visto com um bom começo para quem de fato pretende ser o diferencial no seu circunstante.

E ao mesmo tempo, analisando (Fig. 05), revela o comodismo pelo fato de 62% deles ficaram esperando alguém convidá-los para trabalhar após o término dos cursos profissionali-



zantes. Deixando a ideia de que há engavetamento de certificados por parte desses que podem estar tomando as oportunidades de outrem que poderia fazer um diferencial no seu meio circunstante.

Também, notou-se que alguns, 43%, reconhecem a possibilidade de se colocar um bufê, mesmo mostrando que a maioria, 48%, ainda revela-se indecisa (fig. 2); e que houve uma disparidade de opiniões quando se refere à temporalidade das Políticas Públicas (Fig.03), mostrando assim uma visão ainda distorcida da verdadeira intenção dessas políticas por parte desses beneficiários.

Observou-se (Figura 7) que a maioria dos jovens, 81%, têm vontade de trabalhar como autônomo, talvez esses sejam oriundos de desemprego ou subdesempregos, e pela própria experiência, desejam se reeducar para visualizar um projeto de vida melhor que pode ser não só seu, mas de outros com o mesmo histórico de trabalho.

Percebe-se que 76% dos jovens dizem não ter participado de outro curso na área de alimentação (Figura 8), isso não quer dizer que esses não tenham participado de outro e/ou outros cursos de capacitação.

As opiniões divergem quando se fala na inserção deles no mercado de trabalho local (Figura 9), obtendo-se ainda 48% para o sim, contudo, supõe-se que tal mercado ainda tende a dar emprego a pessoas do ciclo familiar ou também a outros por favores sociopolíticos, de modo que na maioria das vezes não reconhece o verdadeiro valor do trabalhador, deixando-se assim a desejar, gerando atos de desempregos ou de subdesempregos.

Notou-se ainda que 67% deles estão dispostos a cancelar o benefício da Bolsa Família se não necessitasse mais do mesmo (Figura 10), com isso, acredita-se que esse programa pode dar a ele uma visibilidade social, quando o torna capacitado para sustentabilidade socioeconômica.

Quanto ao nível de escolaridade dos mesmos (Figura 11), pode-se perceber que 42% dos jovens têm o ensino médio completo, 5% estão cursando o primeiro ano do ensino médio, 5% cursa a segunda etapa do EJA, 29% cursam o ensino fundamental e 19% dos jovens não identificaram a escolaridade. Mediante as divergências tanto a escolaridade, observa-se que uma parte significativa tem o ensino médio completo e outros estão com seus estudos em andamento, mas que mesmo assim, precisa está participando desse curso por não ter uma ocupação profissional ou ainda por desejar outro serviço que lhe trague mais satisfação socioeconômica.

Enfim, todo o estudo bibliográfico e a análise dos dados do questionário serviram como elementos norteadores para levantar reflexão sobre a postura da juventude que fez parte do Programa Projovem Trabalhador Juventude Cidadã do Arco Ocupacional Alimentação no Município de Pombal PB em 2012 como também da EJA no município de Pombal, PB, relacionando a Economia Solidária.

E com isso, acredita-se que as necessidades populares podem ser saciadas, desde que os jovens referenciados neste trabalho sintam a necessidade de tornarem-se pessoas politizadas, que procurem transformar o seu entorno para o bem-estar social, buscando, talvez para isso, o auxílio de parcerias da própria população, de instituições como universidades e/ou outros programas governamentais, como também de organizações não governamentais para que as amarras do comodismo sociocultural sejam quebradas de modo que faça o indivíduo jovem “acordar” para a sua condição maior, que é a de “ser um ser humano” mediante a coletividade na ajuda mútua e não na supremacia de alguns em detrimento de outros.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho pôde analisar que a Economia Solidária e a EJA entre os participantes do Arco de Alimentação do Programa Projovem Trabalhador Juventude Cidadã em Pombal PB em 2012 pode tornar-se possível ao visar o compromisso social.

Pelas pesquisas, bibliográfica e a descritiva, notou-se que os jovens podem deixar de serem meros reprodutores de contextos desprestigiados baseados, sobretudo, no comodismo e podem passar a valorizar o bem-estar coletivo.

Para isso, faz-se necessário um trabalho de educação, não só escolarizado, mas reeducação social que reconstrua a valorização do ser humano na sua coletividade por intermédio de palestras, programas motivadores, programas sociais como o mencionado aqui, e outros que tenham carácter de intervenção para empreender o fomento da consciência cidadã dessa juventude, discutindo, por exemplo, a importância do trabalho como ação de crescimento dos jovens, fazendo com que os mesmos repensem valores intrinsecamente arraigados na desvalorização dos estudos escolarizados e na participação de cursos profissionalizantes.

Mediante a isso, acredita-se que os jovens que participaram do curso profissionalizante desse programa social como também da EJA no município de Pombal, PB em 2012 podem relacionar a Economia Solidária em suas práticas sociais.

Portanto, sabe-se que tais ações reeducativas são formas acertadas que podem minimizar os danos provindos pelos atrasos socioeconômicos.

## 8 REFERÊNCIAS

BENINI, É. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. **Gestão Pública e Sociedade: Fundamentos e políticas da Economia Solidária**. 1ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

BEUREN, I. M. **Como Elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Portaria nº 991, de 27 de novembro de 2008**. ProJovem Trabalhador – Juventude Cidadã: Termo de Referência. MTE, 2008c.13p. Disponível em: [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br). Acesso em 22/03/11.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil, Subchefia para assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do BRASIL**. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 20/ jan/13.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394/96**. 1996 estabelecem as Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, 1996. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em 12. Fev. de 2013.

BRASIL. **Lei n.º 11.129, de 30 de junho de 2005**. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude – CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude. *In*: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 2005. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 22 Jan. 2011.

BRASIL. MEC/SETEC. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos: Formação Inicial e Continuada/Ensino Fundamental**. Documento Base. Brasília, agosto 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação...** - Ação Educativa. Disponível em: [www.acaoeducativa.org.br](http://www.acaoeducativa.org.br). Acesso em 24 fev. de 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em fev. de 2013.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Português: linguagens**. volume único. São Paulo: Atual, 2003.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 44. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SINGER, P. **Pedagogia do Oprimido**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

MACIEL, A. L. S. **Universidade em crise: uma travessia necessária para formação em Serviço Social**. Tese (Doutorado) — PUC-RS, Porto Alegre, 2006.

FERNANDES, R. M. C. **Documento: subsídios ao debate acerca das tecnologias sociais**. 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI). Porto Alegre: Fórum Social Mundial, jan. 2010.

LADEIA, C. R.; NATÁRIO, E. G. **Autogestão no capitalismo: uma equação complicada**. Disponível em: [www.sintracoopsp.com.br](http://www.sintracoopsp.com.br). Acesso em: 20/ jun. 2013).

NASCIMENTO, C. Brasília, maio de 2004. Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Seminário Nacional de Autogestão**. Joinville, Santa Catarina – 13 e 14/12/03.

NASCIMENTO, E. P. **Trajétoria da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico**. Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB). 2012.

MORAIS, L.; BORGES, A. (Org.) **Novos paradigmas de produção e consumo: experiências inovadoras**. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

SACHS, I. **Rumo à socioeconomia – teoria e prática do desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, A. P.; BUENO, R. J. **Educação para a convivência com o semiárido brasileiro**. Campina Grande, PB: EDUFPG, 2005.

# EJA e CRAS numa perspectiva da Economia Solidária no município de São Bentinho-PB

*Amanda Silva de Araujo  
Alfredina dos Santos Araújo*

## 1 INTRODUÇÃO

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, constitui-se como veículo básico para o desenvolvimento do ser humano como agente ativo e consciente de sua cidadania, cujo processo se desenvolve, segundo a lei 9.394/96, na convivência familiar, nas instituições de ensino, no trabalho e em todas as manifestações culturais.

Nesta perspectiva, constatando-se que o não acesso à educação institucional é um dos requisitos da marginalização social, observa-se a necessidade e importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma modalidade da educação básica destinada aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria (BRASIL, 1996), como fator primordial para a promoção da cidadania.

Sabendo-se que a economia solidária é um novo jeito de produzir e vender mercadorias baseando-se na autogestão e na solidariedade, e que seus trabalhadores deparam-se cotidianamente com situações complexas, especialmente em relação à autogestão do seu empreendimento, faz-se necessário combinar processos educativos de elevação da escolaridade de forma a contribuir para a formação de uma política cidadã e, portanto, para o fortalecimento da economia solidária enquanto uma prática social transformadora e emancipatória.

A partir da percepção de que diversos alunos da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Joaquina Cassimira da Conceição”, localizada no Município de São Bentinho - PB, concluíram vários cursos profissionalizantes no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade e que, apesar da coleção de diplomas que acumulavam, não desenvolviam qualquer atividade socioeconômica referente aos cursos realizados, surgiu então, a preocupação de entender as razões da não agregação de valores, por parte desses sujeitos, ao que lhes foram oferecidos.

Visto que, o CRAS é uma entidade governamental cujo objetivo é atender famílias em vulnerabilidade social e promover o desenvolvimento de potencialidades e a autonomia de seus usuários. A Economia Solidária, um modo de produção que acaba por “socorrer” esses sujeitos que ficaram às margens das estruturas socioeconômicas do país, uma proposta para a promoção social seria a inserção desses sujeitos na Economia Solidária.

Dessa forma, o presente trabalho busca compreender a importância e a contribuição da Educação de Jovens e Adultos (EJA) em sintonia com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) para a geração de trabalho e renda numa perspectiva da Economia Solidária no município estudado.

## 2 ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL E CRAS: UM BREVE HISTÓRICO

A construção do direito à Assistência Social é recente na história do Brasil. Seu marco é a Constituição Federal de 1988, que lhe confere o mesmo o status da saúde e previdência social enquanto seguridade social. Segundo a qual, em seu art. 194 a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. E ainda, A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 1998).



No ano de 1993 foi promulgada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), nº 8.742, estabelecendo normas e critérios da assistência social no Brasil. Na qual a Assistência Social é direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

Como forma de fortalecer a assistência social e interromper a fragmentação dos programas do setor, o governo Federal implementou em 2005, segundo determinações da LOAS, de modo a instituir efetivamente políticas públicas da assistência em direito, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que é:

Um sistema público coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) que organiza de forma descentralizada os serviços socioassistenciais no Brasil. Com um modelo de gestão participativa, ele articula os esforços e recursos de três níveis de governo para a execução e o financiamento da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), envolvendo diretamente as estruturas e marcos regulatórios nacionais, estaduais, municipais e do Distrito Federal (BRASIL, 2005).

O SUAS possui vários programas assistenciais, dentre eles, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que, segundo Ministério do Desenvolvimento Social é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias, e é a porta de entrada dos programas do SUAS.

Segundo Russo (2003), desde a sua implantação, o número de CRAS financiados pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, vem crescendo, e mais municípios e famílias vêm sendo atendidos.

De forma geral o CRAS busca promover o desenvolvimento de potencialidades e aquisições de capacidades, favorecendo o desenvolvimento humano e social e a busca da autonomia de seus usuários. São, prioritariamente, os responsáveis pela execução de serviços, projetos, programas e benefícios de proteção social básica, além da organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais locais.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), seguindo determinações da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em que a Assistência Social tem por objetivo a promoção à integração ao mercado de trabalho, também promove cursos profissionalizantes, dos quais são usuários muitos dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), objeto de estudo.

Sabe-se que não será o Centro de Referência de Assistência Social o único responsável pela promoção social. É preciso que haja uma rede de instituições que visem um objetivo comum. E, recebendo educação adequada, é que os usuários do CRAS poderão desenvolver melhor suas atividades socioeconômicas.

## **2.1 EJA E CRAS no município de São Bentinho-PB: uma parceria que pode dar certo**

São Bentinho é uma cidade do sertão da Paraíba, cortada pela BR 230, e distante aproximadamente 356 km da capital João Pessoa. Segundo dados do IBGE (Censo Demográfico 2010), possui uma população de 4.138 habitantes, distribuídos numa área de 195,965 km<sup>2</sup>, cuja densidade demográfica é de 21,12. Com sua economia baseada na agricultura e no setor de serviço seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,606 e sua população residente alfabetizada é de 2.647.

Desde 2002, ano em que iniciou a Educação de Jovens e Adultos no município, a Escola Municipal de Ensino Fundamental “Joaquina Cassimira da Conceição” formou aproximadamente 200 alunos no Ensino Fundamental I e 170 no Ensino Fundamental II. Em 2013,

a escola conta com um número de 95 alunos matriculados na EJA, distribuídos no Ensino Fundamental e Médio, sendo este último mantido em parceria com o SESI. Contudo, parte dos matriculados, como é comum em salas de EJA, não frequentam mais a escola, que conta, ainda, com uma equipe formada por 12 professores, secretária, supervisor, coordenador e equipe de apoio.

A implantação da Educação de Jovens e Adultos no município foi de fundamental importância para o desenvolvimento local, uma vez que proporcionou aos sujeitos excluídos das estruturas socioeducativas, uma nova chance de realização, pois a educação é a base de todo e qualquer processo produtivo.

Em pesquisa constatou-se que os educandos da EJA são o público alvo dos cursos oferecidos pelo CRAS do município. E, embora seja mínima, mas existe uma vinculação entre as duas instituições citadas e, fortalecendo este vínculo pode-se formar uma parceria de sucesso, uma vez tanto a Educação de Jovens e Adultos quanto o Centro de Referência de Assistência Social tem como objetivo articular-se com o mundo do trabalho.

Desde a sua implantação no município (2005) o CRAS já realizou diversos cursos, tais como: Confeção de biscoito, Pintura em tecido, Ponto Cruz, Corte e Costura, Cabeleireiro, Fabricação de produtos de limpeza, etc. Este ano, o Centro já ofereceu o curso de Manicure e Pedicure, e hoje promove os cursos de Inclusão Digital e de Serigrafia.

## **2.2 Educação de jovens e adultos e Economia solidária: uma receita de sucesso?**

A educação, segundo Brasil (1996), em seu artigo 1º deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. Mais especificamente, em se tratando da EJA, a lei determina, em seu artigo 37, inciso 3º que a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento.

Embora, segundo determinações legais, a EJA deva estar integrada ao mundo do trabalho, o que se percebe na prática, é que a Educação de Jovens e Adultos torna-se uma mera reprodução da alfabetização de crianças, sem levar em consideração a larga experiência de vida que os educandos trazem consigo, pois, segundo Ireland (2010) em entrevista cedida ao Portal do Professor, a partir do que o educando sabe, abrimos a possibilidade de uma nova construção baseada em diálogo e uma relação mais horizontal entre o educador e educando, reconhecendo que em várias áreas de conhecimento o próprio educando possui mais acúmulo que o seu educador.

Em se tratando da vinculação da EJA com o mundo do trabalho, Ireland et al. (2005), afirmam que:

Uma das inquietações presentes na construção da EJA, enquanto política pública, tem sido a necessidade de responder a um grande vácuo existente nas propostas curriculares, no que tange ao distanciamento entre essas e o mundo do trabalho. Embora no Plano Nacional de Educação (PNE) e na LDB (Lei nº 9.394/96), esteja explícita a necessidade de vinculação do ensino fundamental para jovens e adultos à formação para o trabalho, isso não tem ocorrido na prática. No máximo, o que se observa são práticas aligeiradas de treinamento profissional, às vezes vinculadas à elevação de escolaridade. (IRELAND et al., 2005, p. 97)

Percebe-se que um dos grandes desafios da EJA é mesmo sua vinculação com o mundo do trabalho, que, quase sempre não acontece. Sendo assim, uma das propostas que surge para tentar sanar esse problema é a introdução dos educandos dessa modalidade de ensino na Economia Solidária, uma vez que boa parte desses sujeitos está inserida no subemprego ou no mercado informal de trabalho, conforme afirma Arruda (2005) com pouco ou nenhum estudo, jovens e adultos trabalhadores ficaram limitados a ocupações informais ou ao subemprego, ou

são os primeiros a serem demitidos quando as empresas querem cortar custos, até que vem a EJA oferecer alguma formação.

Para tanto, essa educação tem que ser desenhada de forma a atender as condições de vida e de trabalho de pessoas que tem a ocupação de garantir o suficiente para si e muitas vezes para sua família. Dessa forma, a lei 9.394/96 define em seu artigo 37, inciso 1º que:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 1996)

A Economia Solidária (ES), segundo Singer (2002), é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual, resultando na solidariedade e igualdade, cujo protótipo é a cooperativa de produção. Neste empreendimento todos decidem coletivamente, em assembleias os rumos a serem seguidos. Os sócios não recebem salário, mas retirada. Não existem lucros, pois não é uma empresa capitalista, mas sobras. Como ressalta Singer (2005), na Economia Solidária (ES), cada trabalhador é responsável pelo que ocorre com a empresa, participando plenamente tanto das sobras quanto dos prejuízos.

A base para a consolidação da ES é a educação, mais especificamente a Educação de Jovens e Adultos pois, a Economia Solidária é um ato pedagógico em si mesmo, na medida em que propõe nova prática social e um entendimento novo dessa prática. A única maneira de aprender a construir a Economia Solidária é praticando-a, mas, seus valores fundamentais precedem sua prática, (SINGER, 2005, p. 19).

Sabe-se que a educação é a chave para a emancipação e formação cidadã como um todo, e, portanto de suma importância para a economia solidária, já que esta tem como uma de suas características a autogestão, que na prática marcaria o fim, ou apenas uma tentativa de por fim à alienação dos trabalhadores. Estes que para inserirem-se no mercado de trabalho precisam passar por processos educacionais.

É o que se pretende na Economia Solidária, a emancipação, pois muitos dos trabalhadores que se inserem nesse novo modo de se fazer economia foram formados e educados no sistema econômico capitalista, em que a competição é a sua grande marca, o que acaba provocando uma grande massa de excluídos social e economicamente. O que se busca na economia solidária é dar a esses trabalhadores uma nova oportunidade no mundo do trabalho, baseado na solidariedade, sem que os mesmos tenham que se sujeitar aos mandos de patrões que, muitas vezes, lhes tiram o que eles têm de mais precioso, a dignidade. Como afirma Singer:

Essa reeducação coletiva representa um desafio pedagógico, pois se trata de passar a cada membro do grupo outra visão de como a economia de mercado pode funcionar e do relacionamento cooperativo entre sócios, para que a Economia Solidária dê os resultados almejados. (Singer, 2005, p. 16)

Além dessa formação para a autogestão e baseada em laços de solidariedade, sabe-se que muitos desses trabalhadores que se dizem fazer parte da economia solidária chegam sem um mínimo de conhecimento sobre gestão, contabilidade, economia, entre outros, por isso a importância de uma educação que seja voltada para esse grupo específico, se enquadrando nas especificidades desses sujeitos-trabalhadores, que não os entendam como meras crianças crescidas, que é o que muito se percebe nas escolas que promovem a educação de jovens e adultos. Dai o questionamento de como solucionar esse problema. Singer nos dá uma proposta:



Trabalhadores, aparentemente simples e incultos, recebem empresas quebradas e as recuperam. Como aprendem a realizar tal proeza? Casando seu saber de homens práticos com o saber abstrato, politicamente motivado, dos formadores. E usando a solidariedade como organizador coletivo da atividade econômica, ao somar os saberes de dezenas ou mesmo centenas de trabalhadores, cada um com sua experiência de vida (SINGER, 2005, p.19)

Esses formadores seriam profissionais com experiência em gestão de empreendimento e principalmente, em economia solidária, para, dessa forma, dar suporte a essas associações ou cooperativas, que são exemplos de empreendimentos econômicos solidários. Esse suporte pode vir de incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES) espalhadas pelo Brasil. Também de outros órgãos como a EMATER.

Apesar dessa possibilidade da vinculação entre Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Economia Solidária (ES), alguns problemas podem ser enfrentados para que a ES complete-se em nosso país, pois

é fundamental que os praticantes aprendam que podem mudar o meio externo hostil, tornando-o amigável, pela difusão da Economia Solidária, pelos ramos que lhes são complementares. A Economia Solidária, nesse momento de sua história no Brasil, está sendo ensinada por educadores ou incubadores a praticantes, sua maioria jovens e inexperientes, que estão enfrentando a difícil tarefa de manter e desenvolver seus empreendimentos tecnologicamente atrasados e insuficientemente capitalizados (SINGER, 2005, p. 19)

Portanto, apesar de haver essa possibilidade, é necessário lembrar que problemas virão especialmente no que se refere a políticas públicas eficazes e constantes, pois, por ser um modelo econômico ainda em gestação no Brasil, há de se ultrapassar várias barreiras e dificuldades para se alcançar esse objetivo. No que se refere ao presente trabalho, se faz necessário promover uma estratégia que una a Educação de Jovens e Adultos ao Centro de Referência e Assistência Social para que se haja a emancipação desses sujeitos através da Economia Solidária.

### **3 METODOLOGIA**

O presente trabalho consiste numa pesquisa bibliográfica, através da leitura e avaliação de livros, artigos, sites da internet, revistas eletrônicas, etc., dessa forma sendo possível ampliar os conhecimentos sobre a assistência social no Brasil, bem como a relação existente e necessária entre a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e a Economia Solidária (ES).

Também foi realizada uma pesquisa de campo com características qualitativas e quantitativas, com base em questionário semiestruturado aplicado a 16 alunas da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de ensino Fundamental “Joaquina Cassimira da Conceição” que são, ou já foram usuários do Centro de Referência de Assistência Social. Além disso, foram feitas visitas ao CRAS da cidade de São Bentinho-PB, como forma de confirmar os dados obtidos em questionário, por meio de análises documentais.

Este estudo visa compreender a importância que tem a Educação de Jovens e Adultos e do Centro de Referência de Assistência social para a realização pessoal e profissional dos sujeitos entrevistados, levando em consideração as atividades socioeconômicas realizadas pelos mesmos e até que ponto tais atividades contribuem para sua autonomia e emancipação como cidadãos que têm direitos e que devem ser preservados.



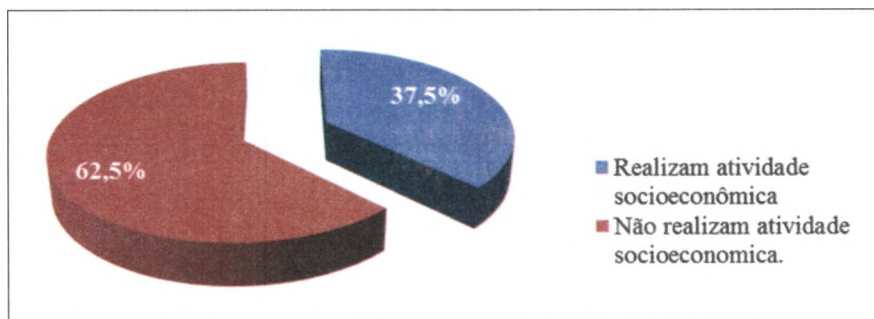
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados necessários para a realização do presente trabalho foram obtidos com aplicação de questionário (Check list) à 16 pessoas do sexo feminino, com faixa etária entre 18 e 52 anos, todas educandas da Educação de Jovens e Adultos da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Joaquina Cassimira da Conceição”, no município de São Bentinho-PB. Das entrevistadas, 62,5% são estudantes do nível médio e 37,5% do nível fundamental.

É importante destacar que todas já realizaram algum curso profissionalizante no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), e que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo este um dos pré-requisitos para o engajamento nos cursos promovidos pelo Centro.

A Figura 1 apresenta os resultados obtidos na aplicação do Check list quanto à realização de atividade socioeconômica referente aos cursos profissionalizantes oferecidos pelo CRAS.

**Figura 1 – Realização de atividade socioeconômica referente aos cursos profissionalizantes oferecidos pelo CRAS.**



Em relação à prática de atividades socioeconômicas referentes aos cursos profissionalizantes concluídos no CRAS, 62,5% das entrevistadas informaram que não realizam nenhuma atividade, enquanto que 37,5% afirmaram que exercem a função profissionalizante, embora apenas como forma de acréscimo à renda familiar.

Ressalta-se ainda que as entrevistadas que praticam atividades relacionadas aos cursos profissionalizantes conseguem obter renda superior às que não realizam, contudo esta renda não chega a atingir um salário mínimo, mesmo somando-se ao subsídio do Programa Bolsa Família. Ou seja, apesar de afirmarem que os cursos realizados no CRAS podem contribuir para sua realização pessoal, o ganho obtido por elas não é suficiente para sanar as necessidades básicas suas e de suas famílias.

As entrevistadas que não exercem nenhuma atividade usaram como justificativa a falta de recursos financeiros para iniciar seu empreendimento, a falta de oportunidade e algumas chegaram a declarar como razão a falta de interesse. Ou seja, o CRAS oferece os cursos, mas não mantém uma política de assistência a essas pessoas que realizaram os cursos. Esta é uma das razões do insucesso dessas jovens, pois se sabe que para iniciar um empreendimento econômico necessita-se de capital.

Ratificando as afirmações supracitadas seguem citações de algumas entrevistadas:

“Por falta de renda para montar meu próprio negócio” V.P.S. (Curso de *Biscuit*).

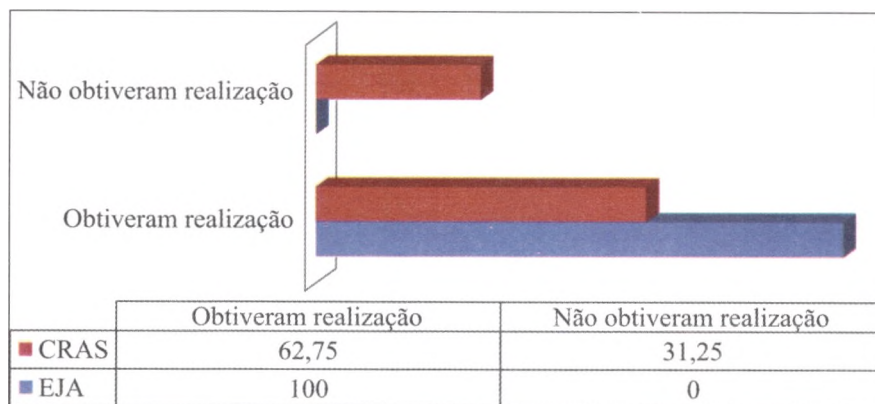
“Por que eu não tenho tempo. Porque eu trabalho como doméstica, faço curso de serigrafia a tarde e a noite estudo” J.A.B. (Curso de *Biscuit*).

Não. Porque eu não me interesso e não quero exercer essa profissão. J.F.A (Pintura em tecidos).

Como se percebe nas falas acima, além da falta de recursos para empreender seu negócio, tem também a falta de interesse das mesmas, como nos informou a entrevistada J.A.B, que é mais uma das que vai engavetar seu diploma, pois já realizou o curso de biscuit e hoje cursa serigrafia.

A Figura 2 apresenta o percentual de entrevistados que se realizaram profissional e pessoalmente por meio da EJA e dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo CRAS.

**Figura 2 – Percentual de entrevistados que se realizaram profissional e pessoalmente por meio da EJA e dos cursos profissionalizantes oferecidos pelo CRAS.**



Conforme as informações apresentadas na Figura 2, as entrevistadas asseguraram que o ensino da EJA (100%) e do CRAS (62,75%) contribuiu para sua realização profissional e pessoal. Para confirmar os dados informados pela Figura 2, segue as declarações de algumas entrevistadas.

“Por que dá muitas oportunidades para aquelas pessoas que não tiveram chance de estudar na adolescência, e que podem estudar agora no EJA”. (J.F.A., 20 anos)

“É que o EJA facilitou muito pra mim, porque se não tinha que estudar o ano inteiro. Agora facilitou para eu terminar mais rápido”. (F.M.O., 34 anos)

“Porque hoje eu ganho um dinheiro extra com esse curso de cabeleireiro (CRAS). Por que eu quero me formar e fazer um curso de assistente social (EJA)”. (F.S.A., 27 anos)

“Através do CRAS eu pude aprender uma profissão que é cabeleireira e manicure e com o EJA e o CRAS juntos posso ter mais oportunidade de me profissionalizar através dos cursos trazidos por eles” (L.S.F., 31 anos)

Expostos os dados cabe analisar até que ponto o CRAS e a EJA podem contribuir para a promoção social dos indivíduos estudados, uma vez que, apesar de algumas das entrevistadas afirmarem que as instituições supracitadas contribuíram para sua promoção socioeconômica, a renda obtida a partir dos trabalhos realizados não chega a lhes oferecer uma qualidade de vida em que as mesmas possam ter direito a tudo aquilo que se garante na constituição brasileira: saúde, educação e lazer. Ou seja, pouco resolve promover cursos e mais cursos, programas e mais programas se não existir uma articulação pública eficaz que possa garantir trabalho a esses sujeitos.

Oferecer oportunidades de trabalho marcadas pela provisoriedade, como as frentes de trabalho, tem sido uma das maneiras mais comuns de os Estados e municípios, com a questão do desemprego ou com a impossibilidade acentuada dos setores po-

pulares, obterem renda através de qualquer ocupação. Ainda mais tradicionalmente, oferecem-se cursos de qualificação profissional sem a necessária avaliação da possibilidade real de obter-se trabalho após a qualificação. Qualificar seria uma espécie de mágica que, pela sua simples aplicação, transformaria o trabalhador desempregado em empregado. (MELLO, 2005, p.47 )

Para que a Economia Solidária em consonância com a Educação de Jovens e Adultos se torne uma prática cotidiana na vida desses sujeitos-trabalhadores e que possam de fato favorecer a uma promoção social, é necessária uma rede de políticas públicas que atuem de forma efetiva. Para que jovens e adultos que se matriculam e concluem os cursos oferecidos pelo CRAS, por exemplo, possam, de fato, agregar valores ao que lhes foram oferecidos, é necessário que se haja um conjunto de interesses, sejam eles públicos ou privados. Ou seja, ao concluírem esses cursos, os participantes entendem que os seus problemas socioeconômicos irão se resolver, o que na prática a realidade é bem diferente, uma vez que nem todos os beneficiados alcançaram o objetivo desejado, pois alguns apenas engavetam seus diplomas por não se interessarem pelo curso, já que acabam se matriculando para garantir o Bolsa Família, outros requerem recursos para empreender seu negócio e não adquirem. Portanto, por diversas razões esses usuários do CRAS não conseguem alcançar o sucesso almejado.

Para alcançar esse desejado sucesso é necessário que hajam políticas públicas constantes e eficazes na vida desses sujeitos que querem conquistar sua autonomia e emancipação, que pode se dar por meio de programas que efetivem a vinculação entre EJA e o CRAS e a partir daí engajar esses sujeitos num projeto de Economia Solidária para a formação de um empreendimento econômico.

Mas sabe-se que, mesmo para os que realmente desejam desenvolver um empreendimento econômico solidário, os problemas são muitos, tem que haver um grupo firme e coeso, pois o trabalho em grupo não é fácil, pois fomos formados numa cultura individualista e para tal precisamos de uma reeducação para a cooperação e solidariedade, e mais, para a formação de sujeitos livres e emancipados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na análise das informações obtidas, observou-se que uma parcela mínima das alunas da Educação de Jovens e Adultos entrevistadas realiza alguma atividade socioeconômica referente aos cursos profissionalizantes concluídos no Centro de Referência e Assistência Social (CRAS). E que, embora tenham afirmado que as instituições citadas tem o papel de promotor social, a sua renda média mensal, somando-se a do Programa Bolsa Família, não atinge um salário mínimo, não sendo suficiente para atender as necessidades básicas das entrevistadas nem da sua família.

Dessa forma, já que o Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) não possibilita sozinho, o suporte necessário para a promoção da cidadania e emancipação desses sujeitos sociais, por que, então não se estabelecer uma política pública efetiva e constante que possa gerenciar uma parceria entre o CRAS e a Educação de Jovens e Adultos por meio de trânsito de informações, visto que a educação é a base de todo processo produtivo.

Nesse contexto propõe-se a inserção desses sujeitos no centro da Economia Solidária que, por se tratar de um novo modelo de produção econômica baseado na solidariedade e na autogestão, é necessário um longo processo de reeducação social por terem sido formados na economia capitalista, cruel e excludente.

Para tal é necessário que se tenha todo um trabalho de divulgação e assistência contínua por parte das Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários (IEES) e de outros órgãos como a EMATER para com os estudantes de EJA e usuários do CRAS que se interessem pela proposta para que possam organizar-se de forma associativa e a partir daí tornar-se um

empreendimento econômico solidário capaz de promover a emancipação e gerar trabalho e renda para o desenvolvimento socioeconômico do município.

## 6 REFERÊNCIAS

- ARRUDA, M. **Redes, educação e Economia Solidária**: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. Brasília: MEC, p. 31-40, 2005.
- BATISTA, M. H.; MATOS, T. G. R. **Centro de Referência da Assistência Social-CRAS**: Uma proposta Libertadora ou Assistencialista? Universidade de Fortaleza - CE. 2007.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acessado em 02/10/2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. LOAS ANOTADA, 2009.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br). Acesso em: 02/10/2013.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: [www.portaldoprofessor.mec.gov.br](http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br). Acesso em 02/10/2013.
- BRASIL. Presidência da República. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.
- COSTA, F. S. M.; AGUIAR, N. S. **Centros de Referência da Assistência Social – CRAS**: materializações e contradições da Política Nacional de Assistência Social.
- IRELAND, T. **Precisamos desenvolver métodos que tratem educandos como adultos e fortaleçam sua autoestima**. Portal do Professor. Edição 48 - Educação de Jovens e Adultos. 20/12/2010. Disponível em: [www.portaldoprofessor.mec.gov.br](http://www.portaldoprofessor.mec.gov.br). Acesso em: 03/10/2013.
- IRELAND, T. D.; MACHADO, M. M.; IRELAND, V. E. J. C. **Os desafios da Educação de Jovens e Adultos**: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. Brasília: MEC, p. 93 - 101, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível: [www.cidades.ibge.gov.br](http://www.cidades.ibge.gov.br). Acesso em: 03/10/2013 as 08:05h.
- MELLO, S. L. **Saber e fazer, fazer e aprender**: escola itinerante, política pública e Economia Solidária. Brasília: MEC, p. 47-53, 2005.
- SINGER, P. **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: MEC, p. 13-20, 2005.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- TONIATO, J. S; TAVARES, T; PESSINI, M. A. **As contribuições do centro de referência de assistência social (cras) às famílias em vulnerabilidade/risco social**. Akropolis Umuarama, v. 18, n. 4, p. 247-261, out./dez. 2010.



# Percepção ambiental e econômica dos alunos da EJA de Pombal-PB sobre resíduos sólidos

*Cayze Gauba Melo de Sousa  
Camilo Allyson Simões de Farias*

## 1 INTRODUÇÃO

Os problemas com os resíduos sólidos atingiram níveis alarmantes desde o processo de industrialização, e desde aquele momento sua geração está sendo ampliada cada vez mais. Diariamente o homem produz milhões de toneladas de resíduos que demoram centenas e até milhares de anos para decomporem. Em sua grande maioria, os resíduos são dispostos de forma inadequada, causando poluição dos recursos hídricos, do solo, do ar e danos à saúde da população.

Diante deste contexto de degradação ambiental, constata-se a necessidade de tomar algumas providências para amenizar a destruição que o homem vem efetivando no ambiente. Neste momento a escola adquire um papel de suma relevância na formação dos cidadãos, visto que é ela que propicia a educação, sensibilizando-os a obter uma mudança de mentalidade e, conseqüentemente, uma modificação nos seus hábitos em relação à problemática do lixo. De acordo com a Lei 12.305/2010, em seu art. 8º e inciso VIII, a Educação Ambiental apresenta-se como instrumento da Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

Uma das formas de levar a Educação Ambiental para a comunidade é por intermédio do educador, ator social essencial, pois propicia as condições para as transformações nas atitudes dos seus alunos, tornando-os multiplicadores da importância de se realizar ações certas para promover a preservação ambiental.

Partindo do pressuposto de que uma parte da população brasileira não tem informações suficientes para efetivar atitudes corretas com relação aos resíduos sólidos, optou-se por promover um estudo para detectar a percepção ambiental e econômica dos alunos das escolas: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio (E.E.E.F.M.) Arruda Câmara e E.E.E.F.M. Monsenhor Vicente Freitas com relação a esta temática.

## 2 METODOLOGIA

A referida pesquisa transcorreu inicialmente com a pesquisa bibliográfica, já que é presumível que todo trabalho científico tenha uma prévia pesquisa bibliográfica. (ANDRADRE, 2010).

Por conseguinte, para dar continuidade à realização da investigação, foi adotado o estudo de caso, pois abrange um estudo intenso até os mínimos pormenores de um ou poucos objetos possibilitando um vasto e minucioso conhecimento. (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010).

De acordo com Cervo (2007), o questionário é a maneira mais utilizada para obter dados, proporcionando condições para calcular e avaliar com precisão. Assim, a técnica utilizada na pesquisa foi à aplicação de questionário, com a finalidade de coletar dados sobre a percepção ambiental e econômica dos alunos da EJA de Pombal – PB sobre resíduos sólidos. Para tanto, utilizou-se de métodos qualitativo e quantitativo para então seguir uma análise e interpretação dos dados da pesquisa.

O presente estudo foi desenvolvido no mês de setembro de 2013, junto aos alunos que estão cursando o 1º, 2º e 3º anos do ensino médio na modalidade EJA, nas E.E.E.F.M. Arruda Câmara e E.E.E.F.M. Monsenhor Vicente Freitas, ambas localizadas no município de Pombal -PB.

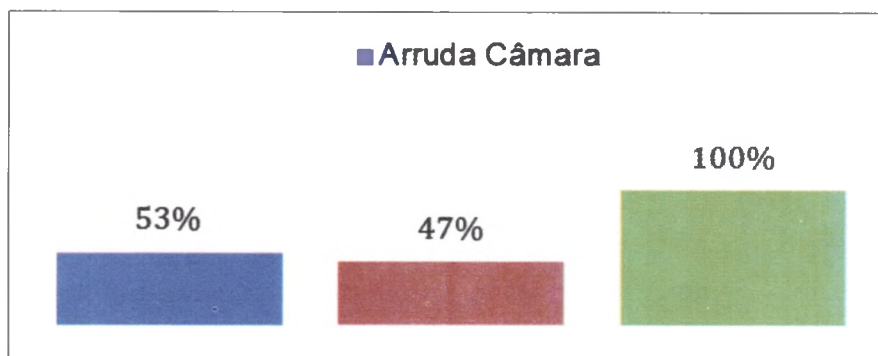
A EJA é uma modalidade de ensino que tem a finalidade de possibilitar ao indivíduo jovem e adulto, a chance de retornar a escola, visto que o mesmo não teve a oportunidade de estudar na idade convencional. O público alvo da pesquisa são estudantes cuja faixa etária varia entre 18 e 47 anos na E.E.E.F.M. Arruda Câmara e de 17 a 37 anos na E.E.E.F.M. Monsenhor Vicente Freitas.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Apresentar-se-á uma análise descritiva (exploratória) para determinar as dimensões qualitativa e quantitativa, com explanação de gráficos, cujos resultados foram obtidos por meio de números extraídos de questionários aplicados a 58 alunos do ensino médio modalidade EJA.

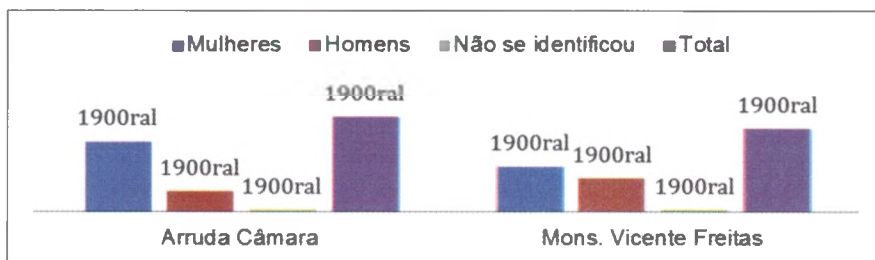
A quantificação dos alunos que responderam aos questionários está apresentada na Figura 1. A quantificação de alunos por gênero pode ser vista na Figura 2.

**Figura 1 – Quantificação dos alunos que responderam ao questionário.**



Fonte: Autoria própria.

**Figura 2 - Quantificação de alunos por gênero.**



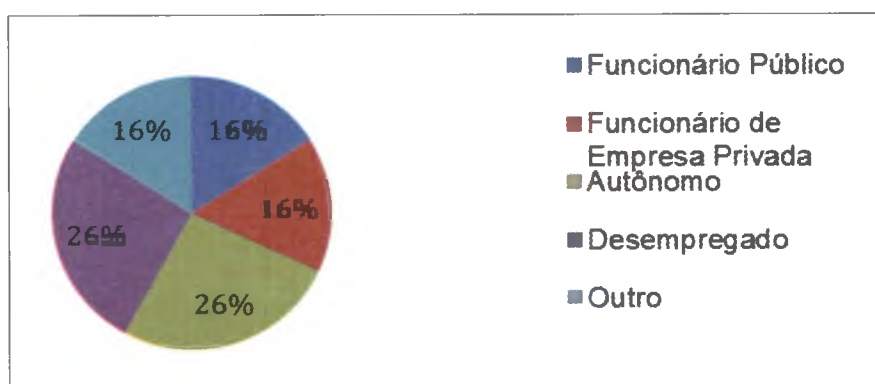
Fonte: Autoria própria.

Os resultados apresentados na Figura 1 mostram que 53% dos alunos questionados nesta pesquisa estudam na E.E.E.F.M. Arruda Câmara e 47% na E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas, ou seja, 31 alunos pertencem à escola Arruda Câmara e 27 são da escola Mons. Vicente Freitas, totalizando 58 alunos (100%).

Ao analisar os dados da figura 2, percebe-se que na E.E.E.F.M. Arruda Câmara, dos 31 alunos que responderam ao questionário, 74% eram mulheres, 23% eram homens e 3% não determinaram qual era o seu gênero, enquanto que na E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas, dos 27 alunos que responderam ao questionário, 56% eram mulheres, 41% eram homens e 3% não determinou qual era o seu sexo. É possível perceber que, em ambas as escolas, a maioria dos alunos que responderam ao questionário era do sexo feminino.

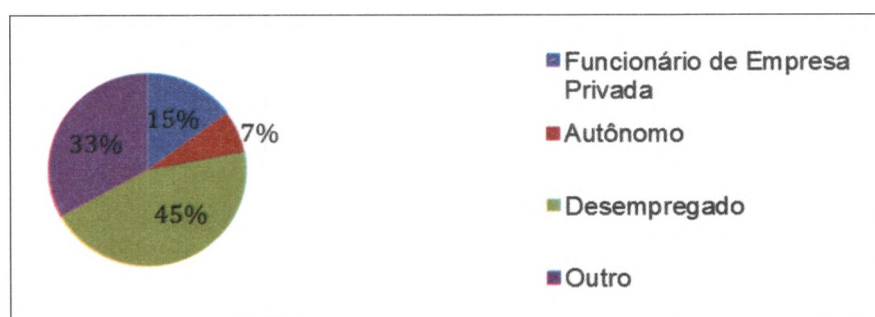
Os dados sobre a ocupação profissional dos alunos da E.E.E.F.M. Arruda Câmara e da E.E.E.F.M. Monsenhor Vicente Freitas estão mostrados nas Figuras 3 e 4, respectivamente.

**Figura 3 – Ocupação profissional dos alunos da E.E.E.F.M. Arruda Câmara.**



Fonte: Autoria própria.

**Figura 4 – Ocupação profissional dos alunos da E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas.**



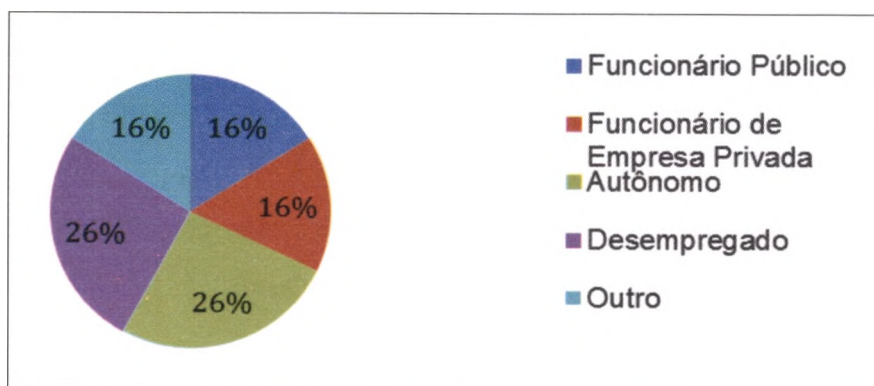
Fonte: Autoria própria.

Da Figura 3, pode-se constatar que a maioria dos alunos que estudam na E.E.E.F.M. Arruda Câmara encontra-se desempregado ou são autônomos, opções com 26% cada. Em seguida têm-se os funcionários públicos, funcionários de empresas privadas e outros, com todas as opções iguais a 16%. É provável que o percentual de desempregados seja maior, visto que o componente “outro” não contempla um emprego que ofereça segurança e estabilidade, mas algo eventual conhecido como “bico”, que é um trabalho transitório.

De acordo com os dados de ocupação profissional mostrado na Figura 4, a situação dos alunos da E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas é mais agravante, pois o percentual de desempregados de 45% é ainda maior. Em segundo lugar está “outro” com 33%, o que torna a situação ainda mais preocupante, visto que a soma destes dois resultados fornece um total de 78% de pessoas desempregadas ou com atuações em trabalhos eventuais.

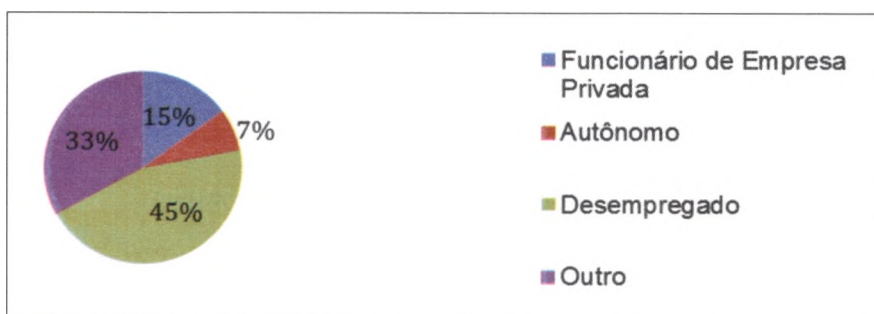
Os resultados com relação ao conhecimento dos alunos sobre resíduos sólidos estão apresentados na Figura 5. Ao analisar este gráfico, constata-se que em ambas as escolas a maioria dos alunos tem conhecimento sobre o que são resíduos sólidos. Na E.E.E.F.M. Arruda Câmara 71% responderam sim e 29% escreveram não, enquanto que na E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas 63% responderam sim e 37% escolheram não. Ao comparar os resultados, percebe-se que a E.E.E.F.M. Arruda Câmara apresenta os melhores resultados, com 8% de vantagem no tocante ao conhecimento sobre resíduos sólidos.

**Figura 3 – Ocupação profissional dos alunos da E.E.E.F.M. Arruda Câmara.**



Fonte: Autoria própria.

**Figura 4 – Ocupação profissional dos alunos da E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas.**



Fonte: Autoria própria.

Da Figura 3, pode-se constatar que a maioria dos alunos que estudam na E.E.E.F.M. Arruda Câmara encontra-se desempregado ou são autônomos, opções com 26% cada. Em seguida têm-se os funcionários públicos, funcionários de empresas privadas e outros, com todas as opções iguais a 16%. É provável que o percentual de desempregados seja maior, visto que o componente “outro” não contempla um emprego que ofereça segurança e estabilidade, mas algo eventual conhecido como “bico”, que é um trabalho transitório.

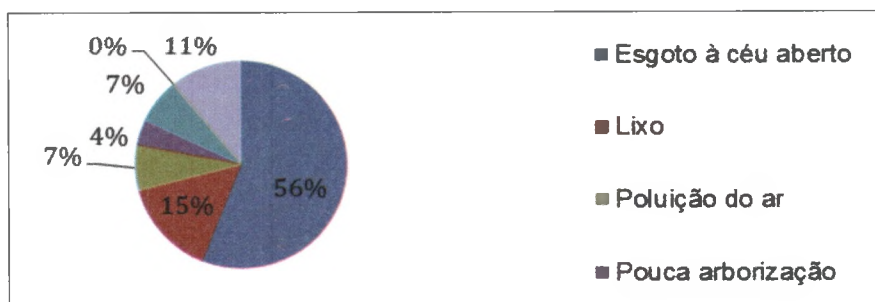
De acordo com os dados de ocupação profissional mostrado na Figura 4, a situação dos alunos da E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas é mais agravante, pois o percentual de desempregados de 45% é ainda maior. Em segundo lugar está “outro” com 33%, o que torna a situação ainda mais preocupante, visto que a soma destes dois resultados fornece um total de 78% de pessoas desempregadas ou com atuações em trabalhos eventuais.

Os resultados com relação ao conhecimento dos alunos sobre resíduos sólidos estão apresentados na Figura 5. Ao analisar este gráfico, constata-se que em ambas as escolas a maioria dos alunos tem conhecimento sobre o que são resíduos sólidos. Na E.E.E.F.M. Arruda Câmara 71% responderam sim e 29% escreveram não, enquanto que na E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas 63% responderam sim e 37% escolheram não. Ao comparar os resultados, percebe-se que a E.E.E.F.M. Arruda Câmara apresenta os melhores resultados, com 8% de vantagem no tocante ao conhecimento sobre resíduos sólidos.



sequência, 26% dos alunos citaram a qualidade da água, deixando 19% para o lixo e 6% para a pouca arborização. Os 10% restantes foram consideradas respostas inadequadas (em branco ou mais de uma resposta).

**Figura 8 – Principal problema da cidade segundo alunos da E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas.**



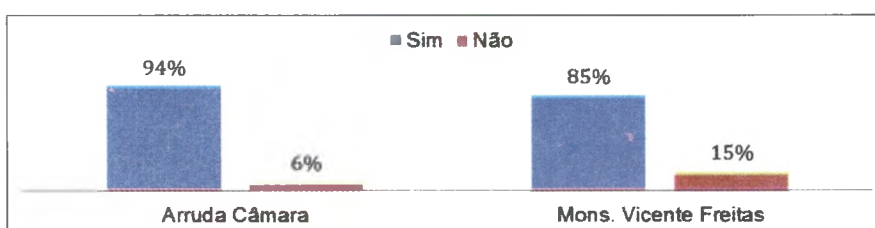
Fonte: Autoria própria.

Verifica-se na Figura 8 que a maioria (56%) dos alunos da E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas também citaram o esgoto à céu aberto como o principal problema ambiental da cidade. Em sequência, 15% dos alunos responderam o lixo, ficando com 7% a poluição do ar e a qualidade da água de beber e 4% para pouca arborização. Os 11% destas respostas restantes foram consideradas inadequadas.

Na Figura 9 estão apresentados os resultados da pergunta sobre o conhecimento do significado de Educação Ambiental.

De acordo com a Figura 9, nas duas escolas a maioria dos alunos responderam que têm conhecimento sobre o significado de Educação Ambiental, apresentando um percentual de 94% na E.E.E.F.M. Arruda Câmara e de 85% na E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas. Se compararmos os resultados, assim como no quesito sobre os conhecimentos acerca de resíduos sólidos, a E.E.E.F.M. Arruda Câmara novamente apresenta uma posição um pouco mais avançada que a E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas.

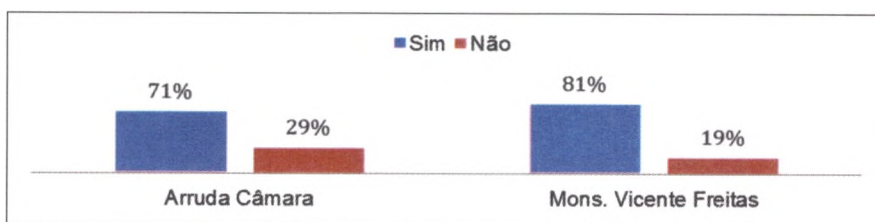
**Figura 9 – Quantificação dos alunos que sabem o que é Educação Ambiental.**



Fonte: Autoria própria.

Foi também questionado se os alunos de ambas as escolas praticavam alguma ação para proteger o meio ambiente e os resultados desta indagação estão ilustrados na Figura 10.

**Figura 10 – Quantificação dos alunos que praticam alguma ação para proteger o meio ambiente.**

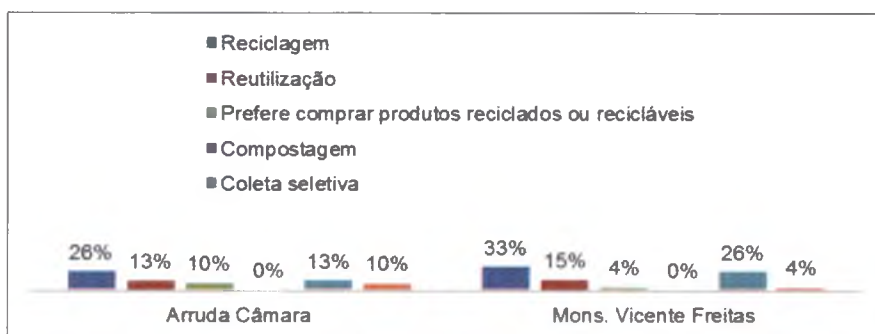


Fonte: Autoria própria.

Conforme os resultados apresentados na Figura 10, sobre as ações praticadas, é impressionante o cômputo, pois embora na questão anterior a E.E.E.F.M. Arruda Câmara tenha apresentado certa vantagem em conhecimento, a E.E.E.F.M. Mons. Vicente Freitas apresentou-se mais atuante em ações que preservem o meio ambiente, com um percentual de 81% contra 71% do E.E.E.F.M. Arruda Câmara na prática de alguma atividade que proteja o meio ambiente.

Com respeito aos resíduos sólidos, as ações de proteção ao meio ambiente mais praticadas pelos alunos de ambas as escolas estão mostradas na Figura 11.

**Figura 11 – Quantificação das ações que são mais praticadas para proteger o meio ambiente.**

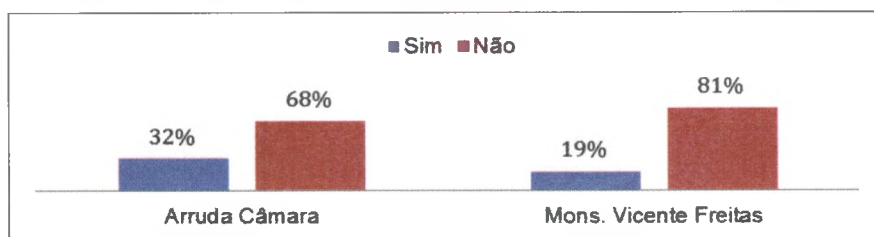


Fonte: Autoria própria.

Observa-se na Figura 11 que algumas respostas dos alunos podem estar equivocadas, pois parte dos mesmos aparentemente não estão distinguindo reciclagem de coleta seletiva. Na escola Arruda Câmara a reciclagem apresentou um percentual de 26% e a coleta seletiva de 13%, enquanto na escola Mons. Vicente Freitas a reciclagem foi de 33% e a coleta seletiva de 26%. Em ambas as escolas os alunos estão afirmando que praticam mais reciclagem do que coleta seletiva, sendo esta última uma atividade bem mais simples de praticar. Outro resultado interessante é a questão da compostagem nas duas escolas, nas quais a porcentagem foi 0%. Diante destes dados, é evidente que eles não têm conhecimento sobre o processo da compostagem e muito menos sobre suas vantagens.

O conhecimento dos alunos sobre o acondicionamento de resíduos também foi investigado e os resultados deste questionamento estão apresentados na Figura 12.

**Figura 12 – Quantificação dos alunos que sabem sobre o acondicionamento de resíduos.**

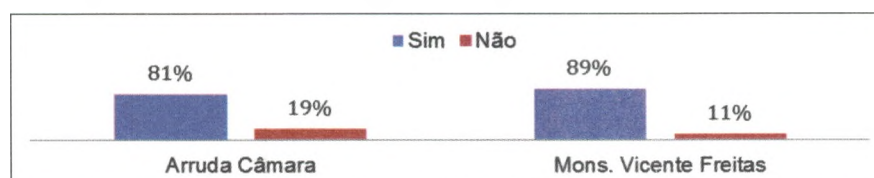


Fonte: Autoria própria.

De acordo com a Figura 12, percebe-se que os alunos não têm conhecimento suficiente sobre o acondicionamento de resíduos, com a maioria das respostas sendo não, tanto na escola Arruda Câmara, com 68%, quanto na escola Mons. Vicente Freitas com 81%.

Com respeito a pergunta sobre o que é coleta seletiva, os resultados estão apresentados na Figura 13.

**Figura 13 – Quantificação dos alunos que sabem o que é coleta seletiva.**

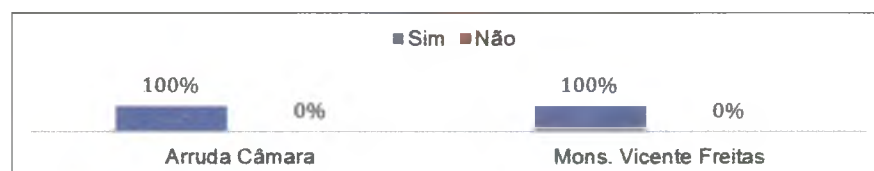


Fonte: Autoria própria.

Observa-se que na Figura 13 o resultado foi muito positivo, com 81% dos alunos da escola Arruda Câmara e 89% dos alunos da escola Mons. Vicente Freitas afirmando saber o que é coleta seletiva. Entretanto, quando os alunos foram justificar o que era coleta seletiva, muitos responderam erroneamente, mascarando o resultado real. Dessa forma, a porcentagem correta da escola Arruda Câmara diminuiu para 56% e a da escola Mons. Vicente Freitas para 42%.

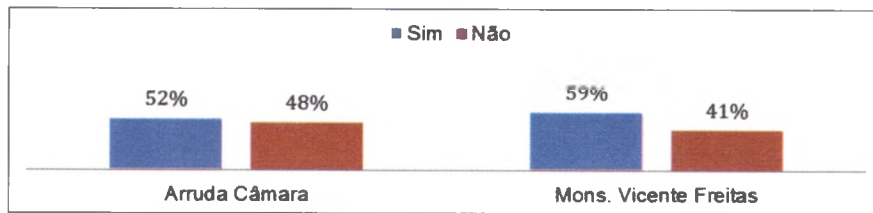
Os resultados com relação aos conhecimentos de reciclagem estão apresentados nas Figuras 14 a 16.

**Figura 14 – Quantificação de alunos que ouviram falar em reciclagem.**



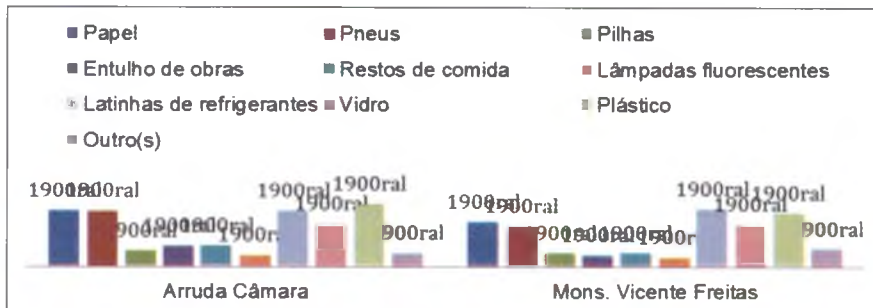
Fonte: Autoria própria.

**Figura 15 – Quantificação de alunos que participaram de algum trabalho relacionado com a reciclagem.**



Fonte: Autoria própria.

**Figura 16 – Resíduos que podem ser reciclados.**



Fonte: Autoria própria.

De acordo com a Figura 14, quando foi perguntado se os alunos já escultaram alguém proferir sobre a reciclagem, a maioria absoluta (100%) declarou que sim.

Ao analisar os resultados na Figura 15, observa-se que 52% dos alunos da escola Arruda Câmara já realizaram algum trabalho de reciclagem e 48% afirmam que não, enquanto na escola Mons. Vicente Freitas 59% afirmaram já ter desenvolvido algum trabalho com a reciclagem e 41% escreveram não. Apesar de em ambas as escolas a maioria dos discentes afirmarem que já realizaram trabalhos com a reciclagem, este resultados podem estar mascarados pela possível confusão entre os conceitos de reciclagem e coleta seletiva.

De acordo com a Figura 16 os alunos da escola Arruda Câmara consideram o plástico como o resíduo mais apropriado para a reciclagem, visto que o mesmo foi mais enumerado, obtendo 28 indicações. Em segundo lugar ficaram os pneus, as latinhas de refrigerantes e o papel, com 25 indicações cada. Em terceiro lugar encontra-se o vidro com 19 marcações e em quarto lugar estão os restos de comida e entulhos de obras com apenas 9 indicações. Em sexto lugar vem as pilhas que apresentam apenas 7 indicações e, por conseguinte, estão os outro(s) que foram marcados 6 vezes. Por último estão as lâmpadas fluorescentes que apresentam apenas 5 indicações.

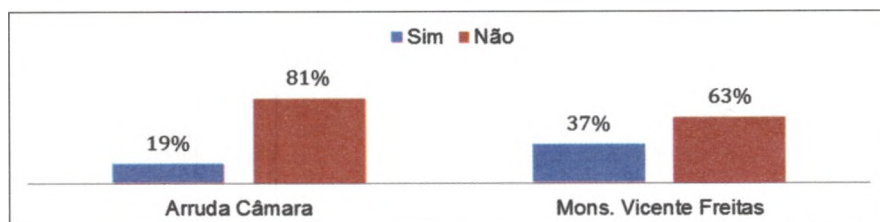
Para os alunos da escola Mons. Vicente Freitas, os resíduos mais adequados para a reciclagem foram as latinhas de refrigerante (alumínio) com 26 indicações; o plástico com 24 marcações; o papel, que foi assinalado 20 vezes; o vidro que foi apontado 19 vezes; os pneus com 18 designações; os outros com 8 escolhas; as pilhas e os restos de comidas com apenas 6 assinalações; os entulhos de obras com 5 enumerações; e por fim as lâmpadas fluorescentes com apenas 4 indicações.

Analisando as duas escolas, o resultado mais interessante diz respeito às poucas indicações para os restos de comida, já que os materiais orgânicos são a parcela mais representativa da composição gravimétrica dos resíduos sólidos. Com isso, constata-se a falta de conhecimento no tocante aos resíduos orgânicos que são passíveis de serem reciclados pelo processo da compostagem.



Os resultados com relação as perguntas relativas ao processo de compostagem estão mostrados nas Figuras 17 e 18.

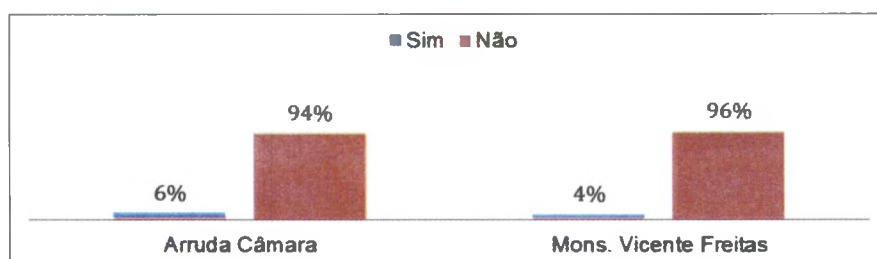
**Figura 17 – Quantificação dos alunos que já ouviram falar em compostagem.**



Fonte: Autoria própria.

Na abordagem sobre quantos alunos já escutaram algo sobre compostagem, a Figura 17 aponta um percentual de apenas 19% na escola Arruda Câmara e 37% na escola Mons. Vicente Freitas. Portanto, a maioria dos alunos nunca ouviu nenhum comentário a respeito da compostagem, confirmando a falta de conhecimento que foi ressaltada na discussão sobre a reciclagem de materiais orgânicos.

**Figura 18 – Quantificação de alunos que participaram de algum trabalho relacionado com a compostagem.**

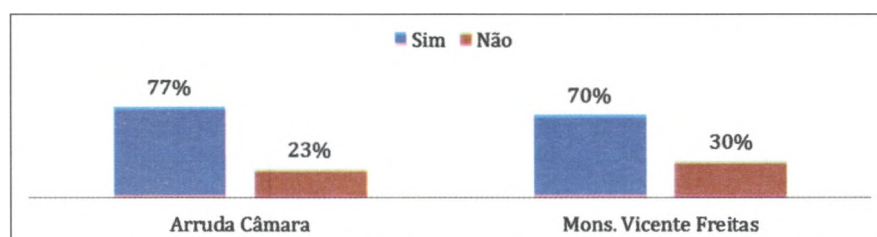


Fonte: Autoria própria.

Conforme os resultados expressos na Figura 18, a maioria quase absoluta nunca realizou um trabalho de compostagem, com o percentual de 94% na escola Arruda Câmara e 96% na escola Mons. Vicente Freitas. Este resultado evidencia que não há conhecimento sobre a possibilidade de utilização do processo de compostagem para reciclagem dos materiais orgânicos, sendo possível produzir o composto orgânico, um produto com valor econômico agregado.

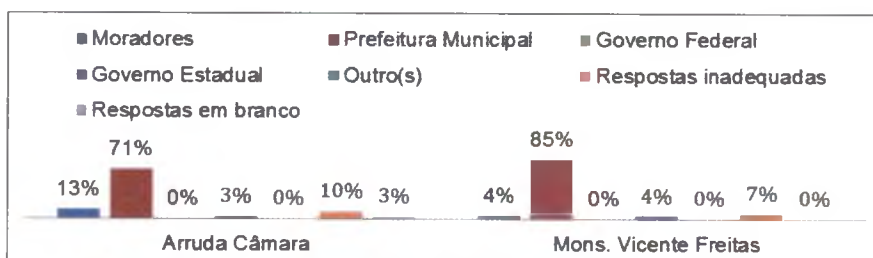
Com relação às questões sobre a responsabilidade e destino do lixo do município, assim como sobre o sistema de limpeza urbana, os resultados estão apresentados nas Figuras 19 a 22.

**Figura 19 – Quantificação dos alunos que sabem qual o principal destino do lixo da cidade após ser coletado.**



Fonte: Autoria própria.

**Figura 20 – Quantificação sobre a responsabilidade do destino do lixo gerado no Município.**

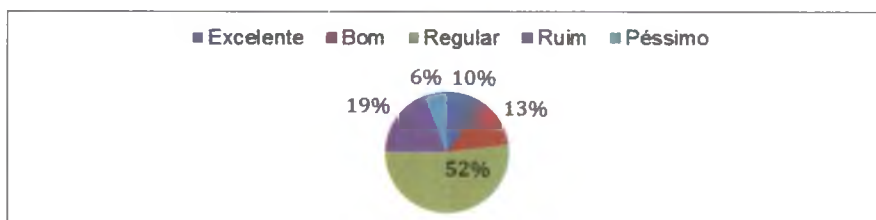


Fonte: Autoria própria.

Como é possível observar na Figura 19, há um considerável número de alunos que afirmam saber o destino final do lixo em Pombal - PB, atingindo um total de 77% na escola Arruda Câmara e 70% na escola Mons. Vicente Freitas. Contudo, esse percentual mascara o resultado real, pois quando perguntados sobre qual era o destino correto, uma parte dos alunos responderam incorretamente. Logo, feitas as devidas correções, conclui-se que apenas 60% dos alunos da escola Arruda Câmara e 38% dos alunos da escola Mons. Vicente Freitas sabe realmente para onde vai o lixo da cidade. De acordo com Noé (2013), os resíduos sólidos da cidade de Pombal - PB são colocados no lixão, situado na BR 230 no trecho que liga Pombal à Sousa, especificamente no Km 410.

De acordo com a Figura 20, percebe-se que a maioria dos alunos sabem de quem é a obrigação com a destinação final do lixo municipal, apresentando um percentual de 71% na escola Arruda Câmara e 85% na escola Mons. Vicente Freitas. Diante dos resultados expostos, a escola Mons. Vicente Freitas obteve um percentual maior em conhecimento com respeito ao responsável sobre a destinação final do lixo municipal.

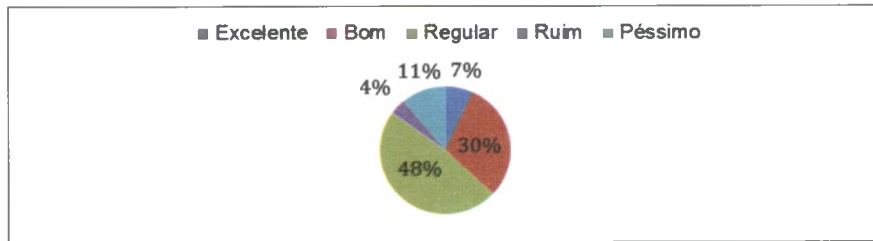
**Figura 21 – Classificação do sistema de limpeza pública do município segundo os alunos da Escola Arruda Câmara.**



Fonte: Autoria própria.

Na Figura 21 é perceptível que a maioria dos alunos da escola Arruda Câmara considera o sistema de limpeza pública regular. Ao analisar as outras classificações, observa-se que apenas 23% dos alunos do Arruda Câmara considera o sistema de limpeza pública bom ou excelente.

**Figura 22 – Classificação do sistema de limpeza pública do município segundo os alunos da Escola Mons. Vicente Freitas.**

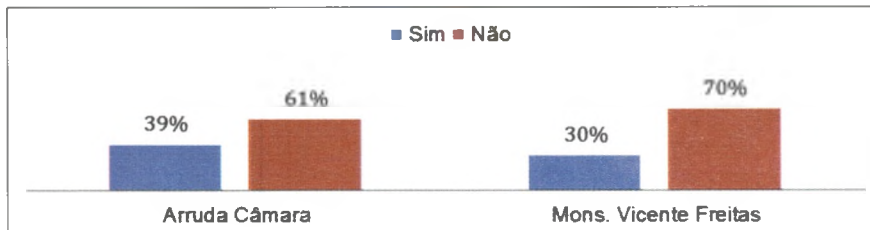


Fonte: Autoria própria.

Na Figura 22 fica evidente que a maioria dos alunos da escola Mons. Vicente Freitas também demonstram-se insatisfeitos com o sistema de limpeza pública, pois 48% classifica-o como regular. Apenas 37% dos alunos da escola Mons. Vicente Freitas consideram o sistema de limpeza pública bom ou excelente.

Os resultados das questões relacionadas com ES e participação em cooperativas ou associações estão apresentados nas Figuras 23 e 24, respectivamente.

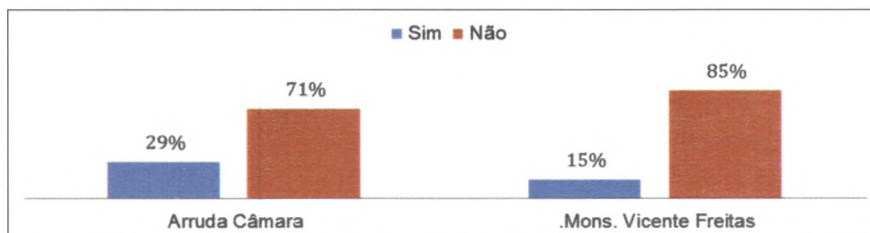
**Figura 23 – Quantificação dos alunos que sabem o que é Economia Solidária.**



Fonte: Autoria própria.

Conforme os resultados apresentados na Figura 23, nas duas escolas poucos discentes conhecem o significado de ES. Segundo os cálculos, a maioria dos alunos demonstraram não ter conhecimento sobre o assunto, sendo 61% a porcentagem na escola Arruda Câmara e 70% na escola Mons. Vicente Freitas.

**Figura 24 – Quantificação de alunos que participam ou participaram de alguma cooperativa ou associação.**

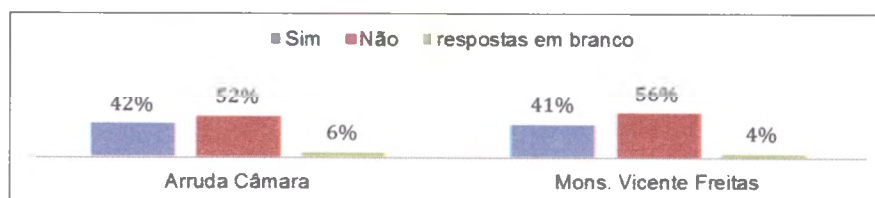


Fonte: Autoria própria.

De acordo com a Figura 24, constata-se que há uma maior quantidade de alunos que nunca participaram de cooperativas ou associações, conforme se comprova com o percentual da escola Arruda Câmara, que é de 71%, e da escola Mons. Vicente Freitas, com 85%. Portanto, são poucos os que realizam ou realizaram algum tipo de cooperativismo ou associativismo.

Os resultados da questão sobre a percepção dos alunos de ambas as escolas com relação a possibilidade de renda através dos resíduos sólidos estão apresentados na Figura 25.

**Figura 25 – Quantificação dos alunos que consideram a possibilidade de obter-se renda através dos resíduos sólidos.**



Fonte: Autoria própria.

Como é possível observar na Figura 25, nas duas escolas existe um considerável número de alunos que afirmam que não há possibilidades de obter qualquer renda com os resíduos sólidos. A porcentagem da escola Arruda Câmara é de 52% e da escola Mons. Vicente Freitas é de 56%. Esses resultados são impressionantes e contraditórios, pois ao mesmo tempo que os alunos afirmam ter conhecimento sobre a reciclagem, visto que o resultados demonstrados na Figura 15 foi um percentual de 100%, não sabem que os resíduos tem um grande potencial para geração de empregos e renda.

Pode-se analisar que dentre os alunos da escola Arruda Câmara que responderam sim (42%) para a possibilidade de ganhos com os resíduos, a maioria afirmou que as latinhas de refrigerante (alumínio) é o resíduo de maior valor e, em segundo lugar, o plástico. Na escola Mons. Vicente Freitas, dos alunos que responderam sim (41%) para a possibilidade de ganhos com os resíduos, a maioria também afirmou que as latinhas de refrigerante são os resíduos de maior valor e, em segundo lugar, declarou o vidro. Estes resultados comprovam que, dentro os alunos que responderam sim, há um conhecimento concreto sobre os resíduos que apresentam um maior valor no mercado.

Segundo Rodrigues (2009) os catadores recolhem o alumínio com mais intensidade porque conhecem o seu valor para o mercado, visto que este resíduo é o que tem mais valor se comparado aos demais resíduos.

A reciclagem do alumínio é mais rentável que qualquer outro resíduo sólido, tanto pelo seu valor comercial quanto pela economia de energia propiciada pela reciclagem. (LAYRARGUES, 2005).

“Dentre os recicláveis, aquele que apresenta o valor mais otimizado nesse mercado são os metais não-ferrosos, mais especificamente o alumínio presente nas latinhas”. (GRIPPI, 2006, p.113)

### **3.1 Interpretação dos resultados**

Neste diagnóstico, realizado nas escolas Arruda Câmara e Mons. Vicente Freitas, foram detectadas algumas deficiências com relação ao conhecimento que os alunos da EJA têm no que diz respeito aos resíduos sólidos, as etapas do seu gerenciamento e sobre as possibilidades de obtenção de renda com resíduos sólidos sob a óptica da ES.

Através desta pesquisa verificou-se que os alunos apresentam pouco conhecimento acerca dos resíduos sólidos. Esse déficit acaba refletindo na nossa realidade, visto que muitas pessoas não colaboram com a mitigação de impactos ambientais por falta de entendimento e informação. Dessa maneira, para que os alunos possam tomar as decisões corretas, eles precisam ter um sistema educacional mais eficiente.

Assim, a escola é o local mais indicado para atuar com esses discentes que são carentes de Educação Ambiental. Dessa forma, a escola é um importante canal para se produzir conhecimento, mediante a ação de ensinar. (SOUZA, 2007).



Em todo o mundo é nítido a preocupação com a questão do lixo, visto que ele é um dos maiores problemas causadores da poluição ambiental. O fato é que devemos agir rapidamente para reduzir a quantidade de lixo que produzimos, instigando os alunos da EJA a uma reeducação ambiental.

Com relação às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos, o resultado mostra que o conhecimento também é insuficiente, com dificuldades em conceitos como acondicionamento, coleta seletiva, reciclagem, compostagem e disposição final. Ademais, nota-se que alguns alunos ainda não têm a percepção quanto à relevância social, econômica e ambiental da reciclagem e principalmente da compostagem.

Quanto a ES foi verificado que o conhecimento ainda é muito limitado, e que é um campo que precisa ser mais instigado. Os resultados da pesquisa comprovaram que existem altos índices de desempregados, sendo assim, um dos caminhos é o estímulo a prática da Economia Solidária como alternativa de geração de trabalho e renda promovendo a inclusão social.

Segundo Gadotti (2009), a ES é uma nova prática de produção, sendo esta oposta ao modo de produção capitalista, ela é uma alternativa ao mundo do desemprego com princípios e valores antagônicos ao modelo capitalista, já que o modelo vigente não atende a todos com justiça social.

#### 4 CONCLUSÕES

Após as devidas análises e interpretações dos resultados desta pesquisa, pode-se concluir que os alunos da EJA do município de Pombal – PB possuem uma percepção limitada no que diz respeito aos conhecimentos sobre os resíduos sólidos, tanto no aspecto ambiental como no econômico. As principais conclusões são:

- A maior parte dos alunos da EJA está desempregada ou em atividades eventuais.
- Possivelmente existem interpretações confusas quanto aos termos reciclagem, coleta seletiva e reutilização.
- Os conhecimentos sobre as formas de acondicionamento do lixo, coleta seletiva e disposição final são limitados.
- O conhecimento sobre os processos de compostagem é praticamente inexistente, apesar de ser uma alternativa barata e acessível para o componente com maior porcentagem no lixo domiciliar, o material orgânico.
- O conhecimento sobre economia solidária é limitado.
- Os alunos possuem pouca informação sobre a possibilidade de obter ganhos econômicos com os resíduos sólidos.
- A maioria dos alunos considera o sistema de limpeza pública de Pombal – PB regular.

É importante observar que para ter qualidade de vida toda população precisa modificar suas posturas e ações com relação ao meio ambiente, e isso será possível com uma educação de qualidade que realmente promova a Educação Ambiental. Portanto, a Educação Ambiental é o instrumento essencial para se alcançar uma sociedade sustentável, principalmente no que diz respeito ao manejo dos resíduos sólidos.

Diante disso, detecta-se a necessidade de promoção de campanhas de Educação Ambiental e firmamento de parcerias e projetos que envolvam os resíduos sólidos com ênfase em Economia Solidária de forma que seja possível sensibilizar a população e melhorar a percepção ambiental e econômica com respeito à questão dos resíduos sólidos no município.

Por fim, espera-se ter oferecido uma pequena contribuição à educação do Brasil, em especial a do município de Pombal - PB, e que em estudos futuros esse quadro tenha se revertido.

## 5 REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.
- GRIPPI, S. **Lixo**: reciclagem e sua história: guia para as prefeituras brasileiras. 2. Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2006.
- KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna BA: Via Litterarum , 2010
- LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. P; CASTRO, R. S. de (orgs). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NOE, J. R. **Avaliação da área do lixão para instalação de aterro sanitário consorciado no município de Pombal-PB utilizando sig livre**. 2013. 84 f. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental) - Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, Pombal, 2013.
- RODRIGUES, C. S. **Gerenciamento integrado de resíduos sólidos urbanos**: desafios, possibilidades e limitações para implantação no município de Imbituba, SC. 2009. 154 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Engenharia Ambiental) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2009.
- SOUZA, J. M. F. **Educação ambiental no ensino fundamental**: metodologias e dificuldades detectadas em escolas de município no interior da Paraíba. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

# Perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio do município de Pombal-PB

*Francisco de Assis da Silva  
Caciana Cavalcanti Costa*

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino, que surgiu com o propósito de reparar ou sanar o tempo perdido por aqueles que por algum motivo não tiveram a oportunidade de concluir seus estudos no tempo certo, seja por oferta regular de vagas, pelas adequações do sistema de ensino ou até mesmo por falta de condições socioeconômicas, impossibilitando assim a permanência na escola.

Para tanto, este conceito está voltado para as características do sujeito no qual ela se destina ou se especifica: são homens e mulheres, trabalhadores que estejam empregados ou desempregados, ou até mesmo em busca do primeiro emprego, muita das vezes são sujeitos culturais e marginalizados desde a esfera educacional até a socioeconômica. Com isso tornam-se privados do acesso a cultura letrada e aos bens sociais. São pessoas que apresentam um tempo maior de escolaridade devido o número de repetições e interrupção durante a vida estudantil.

Apesar de todos os fatores norteantes que acabam marginalizando os educandos dessa modalidade, eles trazem consigo valores mais que importantes para sua formação, experiências que viveram na prática bem antes mesmo de estudar a teoria. Assim afirma Arroyo:

Essas diferenças podem ser uma riqueza para fazer o educativo. Quando os interlocutores falam de coisas diferentes, o diálogo é possível. Quando só os mestres tem o que falar não passa de um monólogo. Os jovens e adultos carregam as condições de pensar sua educação como diálogo. Se toda educação exige uma deferência pelos seus interlocutores, mestres e alunos, quando esses interlocutores são jovens e adulto carregado de tensas vivência, essa importância deverá ter um significado educativo especial. (ARROYO, 2006, p.35)

A decisão de voltar à escola por parte dos alunos da EJA não é nada fácil, pois esses têm que encarar durante o dia uma jornada excessiva de trabalho e durante a noite estudar, diante de tantos sacrifícios e dificuldades, muitos deles não conseguem permanecer na sala de aula. Para tanto a sala de aula deve ser um lugar acolhedor, dinamizador, para que os alunos sintam gosto e estímulo pelo que estão fazendo e até mesmo livrando-os da rotina do dia-a-dia. Para que isso ocorra é necessário que esta modalidade de ensino tenha um currículo direcionado as necessidades dos jovens e adultos, trabalhando em sala de aula temas geradores que eles vivenciam no seu cotidiano, outro pressuposto importante é a relação professor aluno, pois o docente precisar ter uma base pedagógica muito bem alicerçada para poder conseguir transmitir de forma concisa e clara o conteúdo para o aluno como também ter a paciência para entender as dificuldades e particularidade de cada educando.

De acordo com Brasil (2006) a visão de mundo de uma pessoa que retorna aos estudos depois de adulta, após um tempo afastado da escola, ou mesmo daquela que inicia sua trajetória escolar nessa fase da vida, é bastante peculiar.

Pode dizer que esses alunos que voltam a sua vida escolar trazem consigo grandes experiências de vida que dará suporte para sua formação.

Considerando que a EJA é uma alternativa viável para reparar os danos que a própria sociedade causou por não oferecer condições de ingresso e permanência na escola no tempo certo, admite-se o quanto esse público sofre com as discriminações, vergonhas, preconceito e

medo, afetando-o psicologicamente, o que vem a afetar no rendimento e aumentar o pensamento de desistência (VIANA E SOUSA 2012).

O perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos por sua vez, é considerado muito heterogêneo, pois estes apresentam índice de desistências da sala de aula, repetições de série e baixas perspectivas, isso muitas das vezes torna-se um gerador de exclusão que marca o jovem por toda sua vida. Nessa perspectiva alguns aspectos quando estudados, observados tende a mostrar a realidade da escola e do aluno tais como: motivação, aprendizagem, forma de gestão, evasão escolar, histórico e perspectivas (SOARES, 2007).

Segundo o que rege o documento Base do Programa de Educação Profissional Integrada a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA):

A EJA trabalha com sujeitos marginalizados pelo sistema, que apresentam atributos em consequência de alguns fatores adicionais como serem oriundos de quilombolas, indígenas, negros, camponeses, desempregados e trabalhadores informais, entre outros representantes que a sociedade brasileira promove-os como população desfavorecida socialmente, economicamente e culturalmente (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, faz-se necessário que o governo volte seu olhar com mais afincado sobre essa modalidade de ensino, que a cada dia vem crescendo. Pois é a partir daí que uma porcentagem consegue ingressar no mundo do trabalho, dignificando-se e aumentando sua autoestima.

Diversas discussões a cerca desse tema são constantemente encontradas na literatura, um dos aspectos importantes a ser analisado seria a cidadania e os direitos humanos inerentes a esses jovens e adultos que de uma forma ou de outra voltam à sala de aula. Neste sentido, alguns fatores precisam ser analisados para que ocorra um melhor desenvolvimento do educando. De acordo com Scocuglia (2010):

A ideia intencional é: atender criticamente ao conceito de cidadania, incorporar de forma dinâmica o tema formação cidadã nos currículos da EJA, favorecer o diálogo, o intercâmbio e a cooperação com as ONG's e os movimentos cidadãos; fortalecer a vigilância da cidadania organizada pelos compromissos assumidos pelos Estados nacionais. Como principais obstáculos para o exercício da cidadania, destacam-se: a privatização da cidadania frente a insegurança pública, a exclusão majoritária da população a existência de uma cultura de autoritarismo, clientelismo e desencanto com a política, o receio mútuo entre governo e sociedade civil, a predominância de uma pedagogia vertical e "bancária"; as mentalidades e os grupos conservadores (SCOCUGLIA, 2010, p.24)

## 1.1 A EJA e o trabalho

A EJA está relacionada e intimamente ligada ao mundo do trabalho, pois muitos dos alunos desta modalidade que voltaram à escola foram instigados pelo mercado de trabalho que nos últimos tempos vem exigindo uma qualificação profissional, ou seja, existe uma dimensão maior nesse aspecto, pois este ajuda na melhoria das condições de vidas da população que um dia foi excluída dando-as perspectivas de inclusão. Desta forma, o trabalho acaba por se tornar um princípio educativo. Em suma, segundo Scocuglia (2010) a Educação de Jovens e Adultos vinculada ao trabalho revela-se como caminho determinante para articular as exigências de desenvolvimento econômico e de equidade social.

Conforme Brasil (2007):

As finalidades da EJA vão além dos processos iniciais de alfabetização, buscando formar indivíduos capazes de se apropriar das múltiplas linguagens presentes na socie-



dade e de estabelecer um diálogo entre estas e suas experiências de vida e de trabalho. Trata-se de uma concepção de educação que se dá ao longo da vida, uma vez que fora enfatizada no Art. 3º da Declaração de Hamburgo, o qual defende que a educação de adultos engloba todo o processo de aprendizagem formal ou informal, em que as pessoas consideradas adultas desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade (BRASIL, 2007).

Podemos pensar em responder a seguinte pergunta. O que a escola significa para esses jovens e adultos que voltaram à sala de aula? É importantes perceber que a escola para eles se distingui em diferentes perspectivas, para alguns significa recomeço, transformação; para outros, continuidade, realização pessoal, e assim cada um voltou à escola por motivos propícios seja ele de qual relevância for mais cada educando teve um motivo para estar de volta a sala de aula.

A Economia Solidária por sua vez teria um papel fundamental na formação da EJA, pois essa seria uma alternativa viável onde trabalharia a profissionalização e o trabalho em grupo, aproveitando os saberes prévios adquiridos por cada educando e transformando-os para o desenvolvimento dos mesmos. De acordo com Gaiger (2008) Economia Solidária adquire relevância por envolver categorias sociais diversas e comportar variadas formas de organização, eliminando o mecanismo estrutural que separa e contrapõe os processos de produção, gestão e apropriação. Para Atlas (2006):

Pode se considerar Economia Solidária como qualquer atividade econômica autogeridas pelos seus trabalhadores de forma solidária, levando-se em conta a cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade de forma complementar, embora possam ser estudadas e compreendidas separadamente como categoria diferente (ATLAS, 2006).

Nesse sentido, a Economia Solidária busca gerar renda, e também acima de tudo tem como princípio a agregação de valores, buscando valorizar o indivíduo com a ação de projetos que promovam os valores humanos por meio de empreendimentos coletivos. Esses interesses partem do pressuposto da autogestão, onde cada um tem a oportunidade de opinar e gerenciar o seu empreendimento solidário, desta forma Mothé (2006) afirma que a autogestão é um processo de organização democrático que dá peso primordial a democracia direta. Para Albuquerque (2003) o exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações pessoais de cooperação entre pessoas ou grupos, independente dos tipos das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais. Ou seja, essa democracia é quando os cidadãos tem o poder de decisão em assembleias diretas sobre o empreendimento inserido.

Com a revolução industrial o Brasil e o mundo passou por processo de grandes transformações no mercado de trabalho, iniciando um processo de mão de obra qualificada exigindo assim dos operários uma qualificação profissional. Com esse avanço houve um aumento considerável nos meios de produção.

Nos dias atuais a qualificação profissional tornou-se algo muito exigido no mercado de trabalho. Com isso muitos jovens e adultos que haviam se distanciados da escola foram obrigados a voltarem à sala de aula em busca de qualificação, pois até mesmo para as profissões que bem antes era bem menos exigida, ou até mesmo nem exigiam escolaridade, hoje essas necessitam de um mínimo de formação possível, impondo assim as pessoas a buscarem uma formação adequada.

A EJA tornou-se o meio mais viável para essa qualificação, por apresentar um currículo “profissional” e por ocorrer em um menor espaço de tempo relacionado à educação regular.

Desse modo, este estudo tem como objetivo analisar a relação dos educandos da Educação de Jovens Adultos com o mundo do trabalho, no intuito de descobrir através do estudo do perfil desses alunos quais os reais motivos que levaram a abandonarem e, depois voltarem a sala aula, como também investigar se existem dentre esses jovens e adultos pessoas que exercem a Economia Solidária.

## 2 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em duas escolas da rede estadual de ensino, a Escola Monseñor Vicente Freitas e a Escola Arruda Câmara localizado no Município de Pombal-PB. Para a coleta de dados utilizou-se questionários com questões objetivas e subjetivas, possibilitando aos alunos justificar as resposta para cada indagação. A pesquisa foi realizada no mês de agosto de 2013, através de coleta de opiniões de forma individual e voluntária dentro da sala de aula. A pesquisa aconteceu com os alunos das 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, turno noite. A amostra constitui-se de 84 participantes com faixa etária entre 15 e 60 anos no qual foram aplicados os questionários.

Os parâmetros de trabalhos definidos foram: interrupção dos estudos, aspirações acadêmicas, aprendizagem, causa que levaram o discente ao estudo a noite, trabalho e profissão, motivos pelo qual voltou a estudar, participação em entidades comunitárias (associações, cooperativas e empreendimentos solidários), gênero, faixa etária, quantidades de filhos, percepção do professor, gosto pelos estudos, incentivos dos pais ou companheiros e gestão escolar.

## 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da população pesquisada 28% dos entrevistados estão cursando a primeira série do Ensino Médio, 33% a segunda série e os outros 39% estão concluindo o Ensino Médio.

De acordo com a tabela 1 verifica-se que o número de mulheres que estão na sala de aula é cerca de 10% maior que o número de homens, isso se deve a uma menor participação da mulher no mercado de trabalho com relação ao homem. Apesar da escola apresentar-se como pontapé inicial para qualificação para o trabalho, ela por sua vez não consegue atrair muitos dos trabalhadores, principalmente os homens por apresentarem uma excessiva carga horária de trabalho durante dia, não tendo disposição para enfrentar uma sala de aula no turno noite.

As mulheres por sua vez na sua maioria exercem o trabalho doméstico na sua própria residência conseguindo assim ter mais disposição para frequentar a escola no período noturno. O percentual de 45,2% de homens na sala de aula apesar de ainda ser menor que o das mulheres, apresenta um crescimento considerável em relação há anos atrás. Eles representam uma porcentagem no qual voltam a esse ambiente em busca de qualificação profissional, em vista que, o mercado de trabalho nos últimos tempos tornou-se muito competitivo e necessita de mão de obra qualificada isso ocorre por causa do alto grau de instrução/ ou especialização que é cobrado no mercado de trabalho nos dias atuais.

**Tabela 1 – Distribuição da amostra segundo o gênero.**

Sexo	%
Masculino	45,2
Feminino	54,8

Observa-se na Tabela 2 a distribuição por faixa etária dos Jovens e Adultos que estão inseridos na sala aula. Percebe-se que 50% da amostra estão na faixa etária de 18 a 25 anos de idade. Muitos desses Jovens e Adultos inseridos nessa faixa etária são pessoas com um alto grau de responsabilidade familiar, pois de acordo com tabela 5 mais de 50% são pais e mães de famílias, apesar de apenas 27% desses serem casados como é apresentado na tabela 3. Essa perspectiva evidencia que o mercado de trabalho seja um dos fatores preponderantes para a inserção desse público na sala de aula, visto que são jovens que estão iniciando um processo de profissionalização em busca de uma vaga no mercado de trabalho e, conseqüentemente de uma estabilidade financeira.

**Tabela 2 – Distribuição da amostra segundo a faixa etária.**

Faixa etária/anos	%
15 a 18	14,3
19 a 25	50,0
26 a 35	21,5
36 a 50	13,0
Acima de 50	1,2

O estado civil desses alunos diz muito sobre essa realidade, pois ainda de acordo com a tabela 3 mais de 50% são solteiros, apresentando assim uma maior facilidade para frequentar a sala de aula, tendo como principal impedimento o trabalho, pois de acordo com a Tabela 4, 65,5%, atualmente estão inseridos no mercado de trabalho, sendo que deste 54,4% são do sexo masculino e apenas 44,6% são do sexo feminino.

**Tabela 3 – Distribuição da amostra segundo o estado civil.**

Estado civil	%
Solteiro(a)	52,4
Casado(a)	27,4
Separado/divorciado (a)	7,2
Outros	13,0

Apesar de observar um grande índice de empregados na Tabela 4, constata-se que apenas 9% trabalham com carteira assinada, ou seja, gozam de direitos como: FGTS, férias, terço de férias e décimo terceiro salário. 55% são trabalhadores informais, não possuem estabilidade e muito menos direitos e vantagens e os outros 35% são autônomos. Foram diversas as profissões encontradas entre os pesquisados, Mecânico, Empacotador (a), Técnico de som, Eletricista, Cozinheira, Técnico de serviços expressos, Babá, Balconista, Agente comunitário de saúde, Secretário (a), Cabelereiro (a), Confeiteiro, Servente de obra, Professor de danças culturais, Recepcionistas, artesã, Comerciantes e Domésticas.

Assim, observa-se que a relação com o mundo do trabalho é algo que ainda se almeja para a maioria do público alvo, eles buscam na sala aula o direito e a oportunidade de crescerem profissionalmente e prestarem concursos públicos para se estabelecerem de vez no mercado de trabalho, garantindo assim uma aposentadoria para viver melhor na terceira idade.

**Tabela 4 – Distribuição da amostra segundo a relação de trabalho.**

Mercado de trabalho	%
Empregados (as)	65,5
Desempregado (os)	34,5
Com relação ao sexo	
Masculino	55,4
Feminino	44,6
Situação trabalhista	
Carteira assinada	9,0
Informal	55,3
Autônomo	35,7

Desses que estão no mercado de trabalho à maioria é do sexo masculino, mesmo tendo o menor índice percentual na amostra realizada em relação ao sexo feminino, isso pode explicar porque a participação das mulheres na sala de aula seja maior que os homens (Tabela 4).

Apesar das mulheres terem conquistado um espaço no mercado de trabalho nos últimos anos, ainda existe uma grande discrepância em relação ao homem. Nesse sentido essa realidade pode ser a causa de outros fatores como, por exemplo, a maternidade, onde na Tabela 5 mostra que 53,5% do público alvo têm filhos. Sendo que 41,6% está relacionada à maternidade e apenas 11,9% a paternidade.

**Tabela 5 – Distribuição da amostra de acordo com relação aos filhos.**

Filhos			%
	Masculino	Feminino	
Tem filhos	11,9	41,6	53,5
Não tem filhos	34,5	12,0	46,5

A maioria dos alunos entrevistados interromperam seus estudos por algum motivo. Observa-se na Tabela 6 que apenas 15,5% nunca interromperam seus estudos. Dos que pararam de estudar na idade certa 19,6% tiveram como motivo a necessidade de trabalhar e ajudar a família, sendo assim castrados de seu direito a educação.

Apesar da educação ser direito subjetivo de todos e dever do estado oferecer gratuitamente e dá condições de permanência na sala de aula, muitos desses alunos não tiveram esse privilégio, sendo obrigados a escolher entre o trabalho e a escola, e na situação em que se encontravam não existiria escolha, o trabalho falava mais alto, pois era algo necessário para sua subsistência.

A EJA surgiu com esse intuito de dá oportunidade aqueles que não conseguiram estudar no tempo certo. Mais também tem o objetivo de oportunizar aos jovens que se inserem no mercado de trabalho muito cedo, podendo trabalhar durante o dia e estudar durante noite.

Outra situação que levou a desistência da sala de aula foi o casamento 18,3% casaram cedo e tiveram que abandonar de vez os estudos, pois as responsabilidades seriam bem maiores, seguido pela gravidez que detém 16,9%. As mulheres por sua vez tiveram isto como empecilho e fator, muitas engravidaram muito cedo, sendo impossível frequentar a escola porque não teriam com quem deixar seus filhos, além de deixarem de estudar por tal aspecto ainda tiveram que deixar o trabalho para cuidar do filho (a), ficando a cargo do esposo a responsabilidade da renda familiar, tornando assim impossível frequentar a sala de aula, pois mesmo que



tivesse a oportunidade de estar lá, não conseguiria ter bom rendimento, pelo cansaço causado pelas ocupações do dia-a-dia.

A falta de oportunidade também se apresentar como um dos fatores de desistência, 4,3% dos entrevistados afirmaram que não estudaram por não terem oportunidade de chegar até a escola, por morarem na zona rural e não terem transporte para locomoção é nesse caso que entra a responsabilidade do estado para com esse público, a falta de acesso a sala de aula.

Outros 40% tiveram outros motivos, como: viagem, falta de incentivo e, até mesmo falta de interesse, isso pode ter ocorrido por não terem perspectiva de crescimento relacionada aos estudos na época, mais hoje voltaram à escola com um olhar totalmente aberto a nova realidade, encarando com afinco a importância da educação na vida e formação do ser humano.

**Tabela 6 – Distribuição da amostra de acordo com os motivos que interromperam os estudos.**

Interrompeu os estudos em alguma fase da vida	%
Interrompeu	84,5
Não interrompeu	15,5
Motivos	
Trabalho	19,6
Casamento	18,3
Gravidez	16,9
Falta de oportunidade	4,3
Outros	40,9

Eis alguns depoimentos acerca do abandono da sala de aula:

Eu tive que parar os estudos para trabalhar e ajudar a sustentar minha família (meus pais e meus irmãos), pois sou o filho mais velho. (Aluno A)

Interrompi meus estudos porque engravidei ainda na minha adolescência, então tive que mudar de minha cidade natal. (Aluno B)

Casei tive filhos, então não pude mais estudar, depois de alguns anos voltei e terminei o fundamental, mas parei novamente, e agora voltei para concluir o ensino médio. (Aluno C)

Parei de estudar, na época, por que me envolvi com pessoas erradas e acabei deixando os estudos de lado. (Aluno D)

No início por irresponsabilidade, depois por conta do trabalho. (Aluno E)

Por conta de problemas familiares e amizades ruins. (Aluno F)

Parei de estudar porque morava no sítio e era muito difícil, pois não tinha transporte para a cidade. (Aluno G)

Porque eu tive que trabalhar, e o horário de trabalho passava da hora do estudo. (Aluno H)

Parei de estudar no ano de 1985 para ajudar a minha mãe. (Aluno I)

Parei de ir a escola por falta de tempo e pelas dificuldades que tinha no dia-a-dia era muito cansativo. (Aluno J)

A idade que começaram a trabalhar (Tabela 7) diz muito sobre a realidade desses indivíduos, 37% começou a trabalhar antes dos 15 anos de idade, destes alguns relataram que

começaram a trabalhar a partir dos nove anos de idade, possivelmente isso já prejudicou a fase inicial dos estudos, ou seja, a base foi prejudicada. Apenas 15,5% nunca trabalharam sendo esses os que nunca interromperam os estudos. A relação com o mundo do trabalho sempre foi algo muito próximo desses jovens e adultos, haja vista que a economia local não era suficientemente forte e estruturada para dar condições de trabalho aos seus pais, sendo necessário que esses também fossem inseridos nos mais diversos trabalhos informais e na agricultura para ajudar no sustento da família e até mesmo ter o seu próprio dinheiro para comprar seus objetos pessoais.

**Tabela 7 – Distribuição da amostra segundo a idade que começaram a trabalhar.**

Idade que começou a trabalhar	%
Antes dos 15 anos	37,0
Entre 15 e 18 anos	38,0
Após 18 anos	9,5
Nunca trabalhou	15,5

Os alunos foram questionados também em relação à perspectiva de conclusão do Ensino Médio, cursar um Curso Superior ou chegar a fazer uma Pós-graduação.

Foi surpreendente ver que apesar de serem pessoas taxadas de terem um grau excelente de baixa estima e de pessoas que tem tantos problemas a resolverem, demonstraram possuir sonhos e desejos, 51% dos entrevistados têm perspectivas de fazer pelo menos um curso de graduação, enquanto 13% foram bem ousados e querem fazer até pós-graduação, 28% gostariam de terminar apenas os Ensino Médio e o restante ainda não tem perspectiva formada. (Tabela 8) Diante desse quadro, pode-se dizer que a Educação de Jovens e Adultos está em parte cumprindo seu papel quanto ao processo educacional, isso talvez venha ocorrendo não porque a modalidade de ensino tenha todos os artifícios de incentivo, pois na realidade este método ainda não oferece subsídios para um bom desenvolvimento do aluno, mas talvez seja o professor que esteja incentivando durante as suas aulas esses jovens e adultos a prosseguirem com os estudos, demonstrando que é direito deles e que eles têm capacidade para chegarem onde desejam.

**Tabela 8 – Distribuição da amostra segundo as perspectivas para com os estudos.**

Perspectivas com os estudos	%
Apenas terminar o Ensino Médio	28,6
Cursar uma faculdade	51,2
Chegar a fazer uma pós-graduação	13,1
Sem perspectiva formada	7,1

Também foi visto durante a pesquisa que muitos foram os motivos que trouxeram esses jovens e adultos a sala de aula, como: oportunidade de um trabalho melhor; realizar um sonho de cursar uma faculdade; incentivo da família e amigos; almejo de melhores condições de vida; arrependimento de ter deixado a escola; necessidade de voltar a estudar; pensando no futuro; servir de exemplo para os filhos; entre outros motivos. Conforme afirma Arroyo

(2004), que os jovens e adultos que trabalham durante o dia e, à noite frequentam a EJA são pessoas que valorizam a escola, pois sacrificam durante anos todas as noites mesmo diante de um excessivo dia de trabalho.

Seguem alguns relatos, dos motivos que levaram esses jovens e adultos a voltarem à sala de aula:

Voltei à escola por ter a visão de que sem os estudos eu não conseguiria alcançar meus objetivos. (A1)

Por ter muita vontade de terminar o Ensino Médio, cursar uma faculdade e poder me profissionalizar em alguma área de trabalho. (A2)

Eu voltei a estudar porque tenho muita vontade de fazer um curso de Medicina Veterinária. (A3)

Pretendo cursar Direito. (A4)

Porque quero fazer concursos para poder trabalhar e conseguir minhas idealizações que é ter meu próprio dinheiro. (A5)

Para garantir um futuro melhor para mim e minha família. (A6)

Conseguir um emprego melhor do que eu tenho. (A7)

Para ser alguém na vida e ter um emprego digno, onde me respeitem pela minha qualificação. (A8)

Para incentivar o meu filho, porque ele não gosta de estudar, assim quis dá motivo para ele se espelhar em mim. (A9)

Para melhor administrar minha empresa. (A10)

Desse modo, em vista dos depoimentos de cada estudante, podemos perceber que a educação é algo imprescindível na vida do ser humano, esta se tornou nos últimos tempos um fator predominante não só para o desenvolvimento intelectual, mais também para o desenvolvimento profissional e financeiro.

Assim, o mundo trabalho é o principal fator que traz de volta a sala de aula esses jovens e adultos. Muitos sonham em se profissionalizarem, a EJA por sua vez tem como papel fundamental na vida desses alunos por os instigarem e inseri-los no mundo do trabalho, mais para que isso aconteça é necessário que se tenha políticas públicas de qualidade e um currículo adequado em consonância com a realidade local. Desta forma Andrade (2004) reflete que, uma questão importante para EJA, é pensar os seus sujeitos além da condição escolar. O trabalho, por exemplo, tem papel fundante na vida dessas pessoas, particularmente por sua condição social, e, muitas vezes, é por meio dele que eles poderão retornar a escola ou nela permanecer.

Apesar de não ter sido detectado entre os amostrados o desenvolvimento de ações de economia solidária, sabe-se que ela por sua vez seria um pressuposto mais que interessante para o adiantamento desses jovens e adultos, pois, estaria trabalhando a ação conjunta, despertando o trabalho em grupo e a liderança, como também os levando a terem uma profissão.

Diante da pesquisa realizada foi constatado que quase todos os entrevistados responderam que não participam de nenhuma associação, cooperativa ou empreendimento solidário, visto assim, que o município de Pombal ainda fica muito a desejar no que concerne a criação de políticas públicas sociais. Neste sentido, as Escolas em estudo poderiam lançar projetos que levassem os seus alunos a desenvolverem seus potenciais, que são já realizados por eles fora da sala de aula como, artesanatos, entre outros. Assim unindo trabalho e educação ao mesmo tempo.

Com relação ao aprendizado todos estão satisfeitos com o aprendizado dentro da sala de aula, isso demonstra que os professores são pessoas capacitadas e com compromisso com a

educação, despertando assim nos alunos o gosto pela escola e incentivando-os a seguirem em frente, prova essa que uma grande maioria como mostrado na tabela 8 tem pretensão de cursar uma faculdade. Desse modo, Barcelos (2010) reflete que a postura do educador pode facilitar ou dificultar a relação do ensino aprendizagem. No trabalho com a alfabetização de Adultos, o cuidado nesse sentido deve ser redobrado. Na medida em que estamos frente a pessoas que, muito provavelmente, já passaram por experiências escolares, as quais não foram as mais democráticas, solidárias e pedagogicamente ecológicas.

Neste sentido, reflete que a postura dos professores desta modalidade nos dois estabelecimentos de ensinos pesquisados, são sujeitos facilitadores do conhecimento e que demonstram através do interesse e dedicação dos alunos, o cuidado necessário com prática pedagógica dentro da sala de aula.

Constatou-se na pesquisa realizada que muito dos alunos da Educação de Jovens e Adultos enfrentaram problemas que levaram a desistência da sala de aula. Com isso, pode-se perceber que um dos maiores motivos foi em relação ao trabalho. Nessa perspectiva, a Economia Solidária seria uma saída para o desenvolvimento desse público, pois além de conseguirem trabalhar e conseqüentemente ter uma renda sem precisar de patrão poderiam estudar livremente. Nesse intuito, as escolas poderiam inserir no seu currículo conteúdos relacionados ao desenvolvimento profissional como também fortalecer os laços de trabalho em grupo.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O perfil do aluno da Educação de Jovens e Adultos representa uma múltipla complexidade, pois, são pessoas com realidades distintas, que por sua vez tiveram motivos diferentes para deixar a sala de aula. Muitos deles sofreram com essa realidade, não era o objetivo desistir mais com as intempéries do dia-a-dia, a falta de planejamento e até mesmo de uma estrutura social viável, tornou-os que estes fossem suprimidos pelo sistema social e acabaram por pagar por essas conseqüências.

Constata-se que não há como falar ou avaliar o perfil do aluno da EJA sem mencionar a pluralidade de conhecimentos prévios desses indivíduos, pois são pessoas que já vivenciaram a prática bem antes da teoria, tornando-os seres mais que especiais, e que o professor precisa em sua didática pedagógica saber aproveitar os conhecimentos prévios para instigar e valorizar o educando em sua vida escolar, assim este poderá se sentir mais importante e menos desprezado, pois a sociedade em si já assume o papel de discriminação, ocasionando nesses alunos a baixa estima e levando-os até mesmo a não acreditar nas suas potencialidades.

Ao analisar a amostra de indivíduos, foram identificados três perfis distintos: o primeiro por jovens que nunca interromperam os estudos mais que tiveram reprovações e agora ingressaram na EJA para concluir o ensino médio com o menor índice de distorção de idade/série; o segundo por adultos que interromperam os estudos por algum motivo (trabalho, casamento ou gravidez) e que estão de volta a escola com intuito de terminar o ensino médio e até mesmo ingressar em uma faculdade na perspectiva de uma profissionalização e de um emprego digno e, o terceiro por jovens que interromperam os estudos sem motivos aparentes seja por falta de incentivo ou por falta de interesse

O trabalho tem uma íntima relação entre a sala de aula e o educando da EJA, este é pressuposto inicial que mais incentiva esses Jovens e Adultos a se dedicarem aos estudos, pois eles têm a plena consciência que o desenvolvimento do ser humano só se dá através da educação e do trabalho, e para que esse desenvolvimento ocorra é necessário que estes sejam inseridos na sala de aula, se profissionalizando e, conseqüentemente lançando-se ao mercado de trabalho.



## 5 REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. *In*: CATTANI, Antônio David. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- ANDRADE, E. R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. *In*: OLIVEIRA, I. B.de; PAIVA, J. (Org.). **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. *In*: GIOVANETTI, Maria Amélia, GOMES, Nilma Lino e SOARES, L. (Orgs.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006, p.19-50.
- ARROYO, M. **Imagens Quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- ATLAS da Economia Solidária no Brasil 2005, Brasília: MTE, SENAES, 2006 60p.: il.
- BARCELOS, V. **Formação de professores para Educação de Jovens e Adultos**. 4. ed. São Paulo: Ed. Vozes, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Documento Base - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA**. Brasília: SETEC, 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, Alunos e Alunas da EJA**. Brasília, 2006.
- GAIGER, L. I. G. **A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes**. *Rev. Katál. Florianópolis* v. 11 n. 1 p. 11-19 jan./jun. 2008.
- MOTHÉ, D. Autogestion. Économie Solidaire. *In*: LAVILLE, J.L.; CATTANI, A.D. (org.) **Dictionnaire de l'autre économie**. França:Ed. Editions Gallinmard, 2006. 720p.
- SCOCUGLIA, A.C. **A Educação de Jovens e Adultos na História do Tempo Presente**. João pessoa: UFPB, 2010.
- SOARES, M. A. F. **Perfil do Aluno da EJA / médio na Escola Dr. Alfredo Pessoa de Lima**. Bananeiras, 2007.
- VIANA, G. A. SOUSA. A. C. G. **A concepção da Avaliação da Aprendizagem na Perspectiva do Aluno da Educação de Jovens e Adultos**. Conex. Ci. e Tecnol. Fortaleza, 2012.

# Projeto de reciclagem e reutilização de resíduos sólidos na EJA: promoção do ensino-aprendizagem e geração de renda em Pombal-PB

Jacqueline Liedja Araujo Silva Carvalho  
Juliana Fernandes Moreira

## 1 INTRODUÇÃO

Diversos problemas ambientais são vividos pela humanidade, várias consequências da gestão ineficiente dos resíduos sólidos acarretam a poluição do ar, do solo e da água. Muitas vezes comprometendo a qualidade de vida dos seres humanos e animais. A escola como instituição propagadora dos valores cidadãos deve buscar a conscientização dos alunos para a preservação e conservação do meio ambiente natural, especificamente sobre os resíduos sólidos, para que os discentes despertarem para essas novas atitudes e sejam disseminadores da importância para redução, reaproveitamento e reciclagem.

A partir de 2012 origina-se o projeto desenvolvido de Reciclagem e Reutilização dos Resíduos Sólidos da turma da Educação de Jovens e Adultos – (EJA) da Escola Municipal do Ensino Fundamental Francisco José de Santana, localizada na zona periférica da cidade de Pombal/PB. Para Gadotti (apud VEIGA, 2001, p. 18): “Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação ‘possível, comprometendo seus atores e autores”.

A valorização do conhecimento de cada aluno da EJA e o despertar para melhor compreensão do mundo em que vive, surgiu a ideia de executar o projeto, visto que possibilita uma ação metodológica mais planejada e eficiente. Nesse sentido Vasconcellos (1995, p. 143) afirma:

O projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. E uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição.

Este artigo consiste em apresentar resultados decorrentes de um projeto pedagógico sobre os resíduos sólidos, realizado na turma multiseriada de ensino Fundamental I da modalidade EJA, da Escola Municipal Francisco José Santana, na cidade de Pombal – PB, fora iniciado no mês de março de 2012, e hoje, após mais de um ano de atividade encontra-se ainda em execução.

Este projeto desenvolve atividades pedagógicas interdisciplinares sobre a problemática ambiental e gestão correta dos Resíduos Sólidos; a importância da reciclagem e reutilização. Possibilitando assim a promoção da aprendizagem, despertar a consciência ecológica e a geração de renda alternativa extra nos educandos.

## 2 A QUESTÃO AMBIENTAL

Os efeitos do modelo de desenvolvimento vivenciado nos últimos 150 anos resultaram em avanços positivos para a sociedade, saltos tecnológicos, como, por exemplo, o sistema de transporte e de comunicação. No entanto, os valores desse desenvolvimento, baseado no modelo capitalista, que visa o lucro e o consumo exacerbado, originaram consequências negativas socioambientais. “Isso porque a modernização alcançada [...] além de proporcionar ao homem o bem-estar, o conforto e a praticidade, também lhe trouxe problemas de saúde, fome, falta de água, de energia, entre muitos outros” (BARBOUR & FARO, 2003, p. 4).

É a partir de meados do século XX que muitos problemas ambientais foram vistos em diversas partes do Globo:

Décadas de 1950 e 1960, diante de episódios como a contaminação do ar em Londres e Nova York, entre 1952 e 1960, os casos fatais de intoxicação com mercúrio em Minamata e Niigata, entre 1953 e 1965, a diminuição da vida aquática em alguns dos Grandes Lagos norte-americanos, a morte de aves provocada pelos efeitos secundários imprevistos do DDT e outros pesticidas e a contaminação do mar em grande escala, causada pelo naufrágio do petroleiro Torrey Canyon, em 1966 (BOVO, 2007, p.2).

Em função destes problemas ambientais de ordem global, no final da década de 1970, a sociedade juntamente com a comunidade científica e os governantes começam a se articular em prol da preservação ambiental e discutir os problemas ambientais do planeta. Á exemplo do primeiro evento ambiental, a Conferência de Estocolmo, realizada na Suécia, em 1972, “considerada um marco histórico político internacional, decisivo para o surgimento de políticas de gerenciamento ambiental, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais” (PASSO, 2009, p.1).

### **3 AVANÇOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE O MEIO AMBIENTE**

No Brasil, suas primeiras ações a favor do meio ambiente surgem na década de 1980, através de leis como a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei no 6.938/81) e Constituição Federal de 1988. O art. 225, caput, desta Constituição prescreve que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações.

A legislação ambiental brasileira torna-se referência para as demais nações, no entanto é na prática que se percebe que existem muitos problemas ambientais vivenciados pela sociedade e um desses problemas é a gestão dos resíduos sólidos. Para ter-se ideia da proporção do problema, segundo a última Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), apenas 18% dos 5.565 municípios brasileiros desenvolvem programas de coleta seletiva. No entanto, a maioria se localiza nas regiões Sul e Sudeste do país (IBGE, 2010).

Sabe-se que grande parte desses resíduos produzidos não tem destinação correta, resultando na contaminação do solo com bactérias e fungos; das águas dos rios e do lençol freático; aumento de animais patogênicos como ratos, baratas e moscas, disseminadores de doenças diversas; crescimento dos custos de produtos e serviços; entupimento das redes de drenagem das águas pluviais; assoreamento dos córregos e cursos d’água; incêndios de largas proporções e difícil combate; destruição da camada de ozônio, entre outras.

Em 2010 foi instituída a Lei nº 12.305, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos, marco regulamentário importante que faltava. Segundo Schaun e Sanchez (2012, p. 11) para que a Lei seja atendida:

[...] fabricantes, distribuidores, comerciantes e consumidores, terão de compartilhar responsabilidades para viabilizar o atendimento à legislação. As novas exigências que estão sendo discutidas nos vários setores da sociedade, responsabilizam de forma compartilhada a indústria e o varejo, pela destinação correta dos resíduos sólidos urbanos.

É necessária a responsabilidade compartilhada, participação efetiva de todos os setores da sociedade para que, juntos, possam construir a gestão eficiente dos resíduos sólidos. Um

dos instrumentos importantes na contribuição dessa perspectiva para despertar para o problema é a educação ambiental (EA). Para Camargo (2002, p. 22):

Educação Ambiental é uma proposta de filosofia de vida que resgata valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas. Seu objetivo é assegurar a maneira de viver mais coerente com os ideais de uma sociedade sustentável e democrática. Conduz a repensar velhas fórmulas e a propor ações concretas para transformar a casa, a rua, o bairro, as comunidades. Parte de um princípio de respeito à diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classe, de etnia e de gênero, a educação deve ser o portal para o desenvolvimento sustentável e essa sustentabilidade é o novo paradigma do desenvolvimento econômico e social.

No Brasil, a educação ambiental foi tratada de maneira específica em 27 de abril de 1999, através da Lei nº 9.795, que prescreve em seu art. 20 que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.

Percebe-se que ao longo dos anos a educação ambiental vem ampliando seus horizontes, para melhor alternativa na formação de uma sociedade baseada no conhecimento, nos direitos ambientais e sociais.

#### **4 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR**

De acordo com a Lei nº 9.795/99, em seu art. 10, § 1º dispõe que “A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino”. Mas sim integrada a diversas áreas dos conhecimentos (Português, Matemática, Artes, Ciências, Geografia, História dentre outras) nos programas educacionais desenvolvidos.

É necessário “integrar na educação formal e aprendizagem ao longo da vida, os conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável” (A CARTA DA TERRA, 2000, princípio 14), oferecendo aos discentes oportunidades educativas que possibilitem contribuir ativamente para o desenvolvimento sustentável.

Sobre o caráter formal, a escola como instituição de ensino pode e deve ser espaço para debater as questões atuais, como a problemática e o gerenciamento do lixo. É nesta ótica que foi desenvolvido um projeto pedagógico sobre o tema Reciclagem e Reutilização de objetos em uma turma da EJA, da escola Fundamental Francisco José de Santana, localizada na cidade de Pombal – PB. Especificamente na área geográfica que, sofre com esse problema, uma vez que os resíduos sólidos urbanos estão sendo lançados a céu aberto no lixão, localiza-se à distância de aproximadamente 4 km do centro da cidade, 800 metros da BR 230, saída da sede municipal. Não existe esgotamento sanitário, inclusive é despejado diretamente no principal curso pluvial da cidade, o rio Piancó, que é o responsável pelo abastecimento da população local.

Tornou-se importante para escola desenvolver estes projetos que despertam o olhar crítico dos educandos, têm efeitos sempre positivos para a prática cidadã. Portanto, trabalhar com a EJA favorece isso. Por ser um público composto de pessoas com a faixa etária que varia entre: jovens, adultos e idosos, busca-se aliar os construtos valorativos de cada aluno, por entender-se que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (FREIRE, 1990).

Nessa mesma perspectiva afirma Ireland (2007, p. 231):

Conceito da educação de jovens e adultos inclui a escolarização, mas, como toda boa educação, extrapola os processos escolares. A educação é muito mais que instrumental. Ela deve ser crítica e ativa, buscando aprofundar a nossa compreensão do mundo



e a capacidade de mudá-lo. A educação não é um processo externo à vida; ao contrário, é parte integral da vida, com força suficiente para transformá-la. Os conteúdos da educação vêm e retornam à vida. Por isso a centralidade da educação ambiental como eixo fundamental de educação de jovens e adultos.

O ideal é que cada conhecimento adquirido pelos educandos possam resultar em novas formas de entender e agir de maneira mais consciente, principalmente em relação aos resíduos sólidos. Com isso, espera-se que as informações adquiridas na sala de aula ultrapassem os muros da escola e possam resultar em benefícios individual, familiar e comunitário para um ambiente melhor.

## 5 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA EJA

Muitos dos alunos de escolas de Jovens e Adultos apresentam características próprias, geralmente com poucos recursos financeiros, à margem do sistema capitalista. Estão na sala de aula em busca de conhecimentos práticos e imediatos que possam melhorar o seu dia a dia, de forma cidadã. Como também, por meio da escolarização almejar aquisição de melhores empregos.

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação - LDB garante ao educando “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho” (Art. 37, § 1º). As oportunidades para os alunos da EJA podem ser oferecidas por meio da oferta de cursos e oficinas para capacitação profissional associada à economia solidária, ou seja, a valorização das experiências que rompe com a lógica do sistema econômico vigente.

Economia Solidária busca garantir renda, contudo, trabalha a questão da cidadania, do protagonismo dos trabalhadores, tendo como base sólida os princípios da igualdade e solidariedade (PASTORAL OPERÁRIA, 2005, p.1-2).

Esta pode ser concebida como um modo de produção sem propriedade subalterna. Seu princípio básico é a propriedade coletiva dos meios sociais de produção (além da união em associações ou cooperativas dos pequenos produtores).

Os valores centrais da Economia Solidária são o trabalho, o conhecimento e o atendimento das necessidades sociais da população, a partir de uma gestão responsável dos recursos públicos. A Economia Solidária representa instrumento de combate à exclusão social na medida em que apresenta alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades humanas, eliminando as desigualdades materiais e difundindo os valores da ética e da solidariedade (NASCIMENTO, 2006, p.8).

A prática da Economia Solidária, no seio do capitalismo, nada tem de natural. Ela exige dos indivíduos que participam dela um comportamento social pautado pela solidariedade e não mais pela competição, pensada como um modo de produção idealizado para superar o capitalismo. Agricultores familiares, garimpeiros, artesãos, catadores de lixo e tantos outros trabalhadores, que possuem seus próprios meios de produção, não se confundem com o capitalismo, antes, antepõem-se a ele e tendem a integrar a Economia Solidária.

É o que acontece quando se associam, de forma igualitária, em geral para aproveitar as vantagens pecuniárias de compras e vendas em comum, sem renunciar a autonomia de produtores individuais ou familiares.

[...] alunos e alunas da EJA percebem-se pressionados pelas demandas do mercado de trabalho e pelos critérios de uma sociedade onde o saber letrado é altamente valorizado. Mas trazem em seu discurso não apenas as referências à necessidade: reafirmam o

investimento na realização de um desejo e a consciência (em formação) da conquista de um direito. Diante de nós, educadores da EJA, e conosco, estarão, pois mulheres e homens que precisam, que querem e que reivindicam a Escola (FONSECA, 2002, p.49).

Na sala de aula os professores podem inserir uma proposta pedagógica envolvendo, dentre outros, um método de estímulo mostrando que com a criatividade é possível à geração de renda. Com base nos princípios da economia solidária. Segundo Nascimento (2006, p.9), propõe-se uma atividade econômica enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência.

## **6 MATERIAL E MÉTODOS**

### **6.1 Caracterização da pesquisa**

Quanto aos objetivos, este estudo trata-se de uma pesquisa Explicativa “Além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados procura identificar seus fatores determinantes, ou seja, suas causas.” (ANDRADE, 2007, p. 114), contribuindo, assim, para a transformação dos mesmos.

A abordagem do problema em estudo é analisada na perspectiva qualitativa. Pesquisa qualitativa “está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação ao estudo” (FLICK, 2009. p.16).

Silva e Menezes afirmam (2001, p. 20):

Uma pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas e é descritiva. O processo e seu significado são os focos principais da abordagem.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa foi realizada em duas partes: a primeira constituiu em uma revisão bibliográfica com base em documentos eletrônicos, sites especializados, artigos, revistas acadêmicas, dissertações sobre a temática desse estudo. E a segunda parte, constitui-se em um estudo de campo onde é executado o projeto pedagógico.

### **6.2 Localização da pesquisa**

A área de atuação desse trabalho é Pombal (Figura 1), município localizado no Sertão da Paraíba sendo um dos mais antigos municípios do Estado, possuindo 889 km<sup>2</sup>, o segundo município maior do Estado em área territorial e sua população contabiliza 32.110 habitantes, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. O projeto foi desenvolvido na Escola Municipal do Ensino Fundamental Francisco José de Santana – EMEFJS (Figura 2), localizada periferia da zona urbana da cidade.

**Figura 1:** Vista aérea de Pombal-PB. A – EMEFJS; B – Lixão, C – Praça Centenária e D – Rio Piancó.



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).

**Figura 2:** Escola EMEFJS de Pombal-PB.



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).

### 6.3 Perfil da escola

Faz-se necessário, nesse momento, caracterizar o perfil da escola objeto deste estudo, para que compreender-se melhor o contexto deste trabalho. No ano de 2013 a Escola Francisco José de Santana completa 27 (vinte sete) anos de funcionamento, atuando tanto no ensino fundamental quanto na EJA. Localiza-se no bairro Francisco Paulino, região periférica da cidade de Pombal – PB.

Na área interna (Figura 3) da unidade escolar possui 05 salas de aulas com ar-condicionado, 01 cozinha, 03 banheiros, 01 laboratório de informática, 01 área de lazer coberta, 01 biblioteca (Figura 4), espaço reservado para o áudio-visual com TV, vídeo, DVD, 02 retro-projetores.

**Figura 3:** Área interna da Escola EMEFJS - PB.



Fonte: Telmo Júnior (2013).

**Figura 4:** Biblioteca da Escola EMEFJS - PB (2013).



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).

A estrutura administrativa é composta por uma diretora, uma vice-diretora, uma supervisora pedagógica, uma secretária, dez professores e os demais funcionários que compõem



quadro do pessoal de apoio. Existe também uma coordenadora e uma supervisora, ambas exclusivas para a EJA. Durante o ano 2013 a escola conta com 253 (duzentos e cinqüenta e três) alunos distribuídos nos três turnos.

#### 6.4 Perfil dos alunos da EJA

O presente projeto de reutilização e reciclagem conta com 12 alunos da EJA, sendo em sua maioria mulheres. Estes discentes estão inseridos em uma turma multiseriada, que abrange 2º a 5º ano do ensino Fundamental, com uma faixa etária que varia entre os dezesseis os sessenta e cinco anos. Diante do perfil acima explícito, fez-se necessário a importância de primar pela relação dialógica entre o docente e os discentes, o respeito às diferenças, a fim facilitar e qualificar o trabalho pedagógico.

O perfil dos alunos é composto de: trabalhadores, donas de casa, empregadas domésticas, catadores de lixo, portadores de deficiências especiais e também desempregados. A maioria são moradores no bairro onde a escola está localizada a escola e nas proximidades do bairro. Por ser uma turma multiseriada, as atividades são direcionadas de maneiras diferentes, trabalhando com níveis diferenciados, visto que cada aluno tem seu tempo próprio de aprendizagem.

#### 6.5 O projeto pedagógico

O *Projeto de Reciclagem e Reutilização de resíduos sólidos na EJA* iniciado em março de 2012 foi composta por uma sequência didática e contém atividades didáticas distintas, aplicadas ao contexto escolar e a realidade dos próprios alunos. O trabalho inicial são séries de aulas teóricas expositivas acerca dos assuntos. Os recursos utilizados são lousa, textos impressos, internet e o áudio-visual. Todas as disciplinas são contempladas com a temática em estudo.

O momento prático consiste na confecção de produtos artesanais recicláveis e reutilização de resíduos sólidos, feitos de: caixa de leite, tampas de alumínio, plásticos e garrafa pets. São transformados em acessórios femininos: pulseiras, colares, tiaras etc., desenvolvidos pelos alunos na disciplina de Artes.

Após cada aula com as técnicas artesanais desenvolvidas, a aula seguinte é reservada à resolução de problemas matemáticos envolvendo as quatro operações de forma contextualizada com a produção artesanal da turma.

O projeto pedagógico após um ano de atividade encontra-se em execução durante o ano de 2013

### 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O *Projeto de Reciclagem e Reutilização de resíduos sólidos na EJA* teve início em abril de 2012 e atualmente está em pleno funcionamento. Inicialmente foram trabalhadas aulas expositivas com os alunos da EJA sobre a problemática dos resíduos sólidos no Brasil: Conceitos de resíduos sólidos, os efeitos negativos do lixo para o meio ambiente e ao homem, a importância da coleta seletiva e da reciclagem, etc., de forma que contemplasse a interdisciplinaridade das disciplinas de Português, Ciência, Artes e Matemática. A importância dessa metodologia de ensino encontra-se balizada nos ensinamentos de Freire (1996, p.14), o qual prescreve que:

Ensinar não se esgota no “tratamento” do objeto ou do conteúdo, superficialmente feito, mas se alonga à produção das condições em que aprender criticamente é possível. E essas condições implicam ou exigem a presença de educadores e de educandos criadores, instigadores, inquietos, rigorosamente curiosos, humildes e persistentes. (...) nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do edu-



gador, igualmente sujeito do processo. Só assim podemos falar realmente do saber ensinado, em que o objeto ensinado é apreendido na sua razão de ser e, portanto, apreendido pelos educandos.

Procura-se direcionar a percepção dos alunos para a importância da valorização ambiental, em especial sobre a reciclagem, transmitindo aos discentes a definição e valores da mesma. Desta forma, não se pode deixar de trazer para nosso estudo o entendimento de Rouquayrol e Almeida Filho (1999, p. 426), ao afirmarem que “a reciclagem consiste em submeter produtos existentes no lixo a processos de transformação, de forma a gerar um novo produto”.

Ainda no que diz respeito ao conceito do vocábulo reciclagem, Scarlato e Pontin (1992, p. 57) que, em sua obra, afirmam:

Considerada a [solução] mais adequada, por razões ecológicas e também econômicas: diminui os acúmulos de detritos na natureza, e a reutilização dos materiais poupa, em certa medida, os recursos naturais não renováveis.

No segundo momento, reforçando o tema teórico trabalhado através de aula expositiva e leitura, utilizou-se o recurso audiovisual, com vídeos documentários (Figura 5) “A História das Coisas” e a “Ilha das Flores”, tentou-se estimular os discentes ao debate sobre o tema proposto. Ambos os vídeos, trazem a reflexão sobre a ação da humanidade contra os recursos naturais, a produção, consumo e destinação final de forma insustentável. Além de pesquisa na internet (Figura 6) com observação de imagens e textos sobre a temática em estudo.

**Figura 5:** Alunos assistindo ao filme – EMEFJS - PB.



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).

**Figura 6:** Pesquisa na internet – EMEFJS - PB (2013).



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).

O momento seguinte do projeto fora a construção de textos, no qual os alunos foram estimulados, por todo o conteúdo debatido durante as aulas, a discutir o tema por meio da escrita. Todos os conhecimentos e entendimentos trazidos pelos alunos foram valorizados, tornando a aula em um constante momento de troca e aprendizado.

No momento da prática, fora confeccionado pelos alunos, os artesanatos a partir de materiais recicláveis, inseridos na disciplina de Arte e houve a integração de todos alunos, tanto as mulheres, quanto os homens na confecção dos artesanatos (Figura 7). Para tanto, foram utilizadas diversas técnicas, entre as quais: a) trançado em cordões, para confecção de enfeites de cabelo e colares; b) pintura em garrafa pet, utilizada na confecção de pulseiras; e, c) cartomagem, envolvendo a utilização de cartão e colagem, na produção de acessórios femininos. No

total, foram confeccionados 50 produtos sendo: 13 pulseiras; 06 colares; 12 tiaras; e, 19 prendedores de cabelo (Figura 8).

**Figura 7:** Alunos na produção artesanal – EMEFJS - PB.



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).

**Figura 8:** Prendedores de cabelo – EMEFJS - PB (2013).



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).

Com base na produção artesanal, a disciplina de Matemática fora ministrada, buscando ensinar através da vivência, na qual, ao final de cada aula, foram desenvolvidos problemas matemáticos, relatados de acordo com a produção artesanal da turma. Segundo Machado (1987, p.17), “a matemática é um conjunto de conceitos e procedimentos que englobam métodos de investigação e raciocínio, formas de representação e comunicação que devem ser reconhecidos pelo aluno em situações presentes no cotidiano”.

Os discentes tiveram oportunidades de apresentar seus trabalhos em duas exposições: a primeira no ano de 2012 durante o festejo junino de apresentações das quadrilhas das escolas de competência do município e, a segunda, exposição durante a Mostra Pedagógica organizada pela Secretaria Municipal de Educação na praça central da cidade, no dia 20 de julho de 2013, onde fora possível expor novos objetos confeccionados pelos alunos. Através de imagens fotográficas em banner, os visitantes puderam conhecer melhor o trabalho desenvolvido pelos discentes da EJA, além destes se sentirem valorizados por apresentar suas peças neste evento.

**Figura 9:** Visitantes da festa junina prestigiam os produtos artesanais produzidos pelos alunos EJA.



Fonte: Jacqueline Liedja (2012).

**Figura 10:** Exposição dos produtos artesanais construídos pelos alunos EJA na Mostra Pedagógica (2013).



Fonte: Jacqueline Liedja (2013).



A construção desse projeto pedagógico teve por essência estimular a capacidade dos alunos para compreensão do momento vivenciado por eles e da sociedade na qual estão inseridos; na finalidade de estimular os alunos para que se sintam protagonistas, responsáveis e capazes de exercer ações positivas e éticas diante do meio ambiente.

Villela (2006, p.43) afirma:

A escola pode estimular a capacidade dos alunos de encontrar a felicidade em um processo de compreensão da sociedade na qual estão inseridos e do momento que estamos vivendo; ela pode fazer com que os alunos sintam-se atuantes, responsáveis e capazes de interferir para modificar o meio sob uma ótica positiva e ética; ela pode inserir o empreendedorismo na escola para o resgate da auto-estima dos alunos; ela pode, enfim, aprimorar competências e habilidades através de estratégias diferenciadas. Cabe a cada um de nós fazer a diferença no ambiente em que atuamos persistir, manter o ritmo, realizar, amar aquilo que fazemos. Este é o verdadeiro motor do empreendedorismo na educação: a atitude de cada um de nós.

O projeto tem por finalidade despertar nos educandos a tomada de decisão a favor do ambiente na qual vivem e da sua própria história. De modo que eles possam se sentir agentes responsáveis individualmente das suas atitudes com consumidores, cidadãos e agentes propagadores com as pessoas mais próximos, demonstrando que nem tudo pode se transformar em lixo, muita coisa pode ser reciclado e reutilizado, enfim em uma gestão sustentável.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Sabe-se que a questão dos resíduos sólidos é um desafio para a sociedade brasileira. No campo teórico a legislação ambiental é exemplar, o grande avanço foi a Política Nacional de Resíduos Sólidos de 2010, referência essencial para metas e diretrizes de uma gestão correta. No campo prático percebe-se que é preciso avanços, a população como um todo não contribui para minimizar os impactos ambientais negativos dos resíduos sólidos, é precisa a participação dos governos, empresas, consumidores, etc.

A escola é um ambiente que deve trazer para debate esta questão; os professores devem desenvolver projeto de educação ambiental que possibilitem consequências positivas para ir além dos muros escolares, com intuito de ressaltar os deveres e os direitos para o exercício da cidadania dos educandos. Observou-se que este projeto trouxe diversos resultados positivo: a participação e socialização entre os discentes e o despertar por uma aprendizagem prazerosa, conseqüentemente, também diminuiu-se a evasão escolar.

Além de estimular a criatividade dos alunos, constatou-se que parte desses alunos estimulados continua além da sala de aula, esses momentos, pois estão fabricando diversos outros produtos artesanais recicláveis e vendendo para a comunidade, possibilitando uma renda extra. Além de ter favorecido a consciência ecológica dos educandos, de modo que o educador sentar-se responsável, diretamente, pelas suas atitudes com alunos trabalhadores, consumidores e cidadãos, tornando-se agentes propagadores juntos às pessoas mais próximas. Demonstra-se que nem tudo pode transforma-se em lixo, muita coisa pode ser reciclada e reutilizada em gestão e desenvolvimento sustentável.

Portanto, as experiências adquiridas nesse projeto confirmam que mesmo com alguns desafios como a pouca alfabetização dos discentes, é possível sim aplicar com sucesso projetos de educação ambiental com alunos da modalidade EJA.

Assim este trabalho alcança os objetivos propostos: desenvolver a aprendizagem, despertar a consciência ecológica e o despertar para a geração de renda. Considerou-se este estudo interessante, podendo o mesmo ser aplicado em outras escolas, instituições de ensino com

infraestrutura de equipamentos semelhante (TV, Vídeo etc.) e deve ser utilizado pelos professores, de maneira que torne as aulas mais prazerosas para os alunos.

## 9 REFERÊNCIAS

- A Carta da Terra.** Última versão em português. Um programa da UNESCO. Maio 2000.
- A História das coisas (The Story of Stuff).** Direção: Louis Fox; Roteiro e apresentação: Annie Leonard; Produção: Free Range Studios. EUA. 2007. Documentário (20min). Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com). Acessado: 1 jul. de 2013.
- ANDRADE, M. M. **Introdução a metodologia do trabalho científico.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- BARBOUR A. M & FARO, J. S. **Jornalismo Ambiental.** PIBIC – CEPE Curso de Jornalismo - Faculdade de Comunicação e Filosofia. Março de 2003. Disponível em: [www.cpap.embrapa.br](http://www.cpap.embrapa.br). Acesso: 03 de Jul. 2013.
- BOVO, M. C. **Desenvolvimento da educação ambiental na vida escolar: avanços e desafios.** Disponível em: [www.urutagua.uem.br](http://www.urutagua.uem.br). Acesso: 03 de Jul. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31. de agosto de 1981.** Política Nacional do Meio Ambiente. Brasília: Congresso Nacional, 1981.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.
- BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27. de abril de 1999,** que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso: 03 de jul. de 2013.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996,** que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação Edições Câmara, 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010.** Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 23/12/2010.
- CAMARGO, A. L. B. **As dimensões e os desafios do desenvolvimento sustentável: concepções, entraves e implicações à sociedade humana.** Florianópolis, 2002. 197f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, 2002.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FONSECA, M. C. F. R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- FREIRE, P. **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1990.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** São Paulo: Ega, 1996.
- Ilha das Flores.** Direção: Jorge Furtado. Casa de Cinema de Porto Alegre, 1989 [produção]. Documentário (13 min). Disponível em: [www.youtube.com](http://www.youtube.com). Acessado: 01 maio de 2012.



- IRELAND, T. D. A vida no bosque no século XXI: educação ambiental e educação de jovens e adultos. *In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.* Brasília. MEC. MMA. UNESCO, 2007.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico Indicadores de Desenvolvimento Sustentável.** Rio de Janeiro, 2008.
- MACHADO, M. M. A Educação de Adolescentes, Jovens e Adultos em Questão. *In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED, 19. Anais...* Caxambu, 1996, p. 223-233.
- NASCIMENTO, E. R. **Princípios da Economia Solidária.** Brasília, 2006.
- PASTORAL OPERÁRIA. **Experiência de trabalho alternativo.** São Paulo: Colegiado Nacional da Pastoral Operária, 2005.
- PASSO, P. N. C. de. **A Conferência de Estocolmo como Ponto de Partida para a Proteção Internacional do Meio Ambiente.** Disponível em: [www.apps.unibrasil.com.br](http://www.apps.unibrasil.com.br). Acesso: 03 julho de 2013.
- ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde.** 5. ed. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.
- SANCHEZ, P. S.; SCHAUN, A. **Jornalismo, Educação Ambiental e Sustentabilidade: Apontamentos para uma Discussão sobre a Política de Resíduos Sólidos.** In: II Conferência Brasileira de Estudos em Comunicação e Mercado - ECOM, 2012, São Paulo. ECOM 2012, 2012. p. 312-333.
- SCARLATO, F. C.; PONTIN, J. A. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação.** São Paulo: Atual, 1992.
- SILVA, E. L. e MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis: UFSC, 2001.
- VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo.** São Paulo: Libertat, 1995.
- VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- VILLELA, C. **Educação e cidadania.** Revista Pedagógica Pátio. Ano IX, n. 36, Porto Alegre: Artmed. Nov.2005/jan.2006.

# Realidades, desafios e tendências da EJA da zona urbana de Pombal-PB: um diagnóstico comparativo entre as Redes Municipal e Estadual de Educação

*Wiltemberg Lima Da Silva  
Roberto de Sousa Miranda*

## 1 INTRODUÇÃO

A educação na atualidade é considerada como instituição inicial e principal para a formação do indivíduo. A formação institucionalizada da alfabetização de jovens e adultos no Brasil acompanha a nossa história ao longo das últimas décadas a educação voltada para aqueles que não tiveram oportunidade de estudar, ganham diversas leis que se fundamentam na Constituição Federal de 1988 - Art. 208, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9394 de 20/12/096, consagrada pelos artigos 37 e 38. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, estabelecidas na Resolução CEB/CNE, nº 01/2000, Parecer 11/2000, entre outras disposições normativas.

Na década de 90 do século passado, com o modelo neoliberal e a flexibilidade do mercado de trabalho nacional, a situação de desemprego exagerada, opção para essa classe social foi articulação de forma democrática, contra o sistema vigente, surge a Economia Solidária, baseada na participação de todos de forma democrática, sem empregados e patrões.

Chega-se a 2013 com a percepção que os empreendimentos solidários estão sendo construídos e uma nova tendência estabelecida é articular a Educação de Jovens e Adultos com a Economia Solidária, devido a tantos pontos semelhantes entre ambas, especialmente, a exclusão social e econômica na maioria das vezes salve algumas exceções.

Pombal é uma dos municípios da Paraíba que enfrenta os mesmos problemas de analfabetismo que outras cidades do Brasil estão enfrentando. Alunos que moram na periferia da cidade, dos quais a grande maioria formada por trabalhadores com carga horária exaustiva durante o dia, no entanto, à noite buscam adquirir algum conhecimento com a finalidade de aprender o que não fora possível na idade própria. Articular a Economia Solidária é uma possibilidade para oferecer uma maior motivação para eles poderem dá continuidade nos seus estudos, neste contexto, o presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise comparativa da rede municipal e estadual de educação no ensino da (EJA) zona urbana de Pombal, identificar os desafios dessa modalidade de ensino e a articulação da (EJA) com a (Ecosol) a partir da percepção dos professores. Por entender que o ensinar vai além das transmissões de conhecimentos didáticos, ele cria possibilidades para uma educação mais produtiva.

## 2 O ENSINO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL

O ensino destinado aos jovens e adultos, de forma científica tem sua origem bem antes da chegada dos Portugueses, com os indígenas, através dos costumes do cotidiano onde os mais velhos repassavam seus ensinamentos e valores aos mais novos: “Os adultos eram responsáveis por todas as crianças, não cabendo somente aos pais o processo educativo. A educação fazia-se no cotidiano, não havia instituição escolar e, nesse sentido, confundia-se com a própria vida” (SOTTI, 2004, p. 13).

Após milênios de história dos nativos, a chegada dos Portugueses em solos brasileiros em 1500, começa a institucionalização da Educação brasileira: Os primeiros ensinamentos educativos ao povo do Brasil eram ministrados pelos jesuítas. A população adulta não tinha acesso ao ensino, prioritário apenas as crianças.

Afirmam Shigunov Neto e Machiel (2008, p. 173): “O Projeto Educacional Jesuítico não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira”.

Um século e meio depois dos portugueses chegarem ao Brasil, começa a enfraquecer o método educacional dos jesuítas e inicia o período Pombalino, sob a responsabilidade do Ministro português Marquês de Pombal e a ruptura com a educação Jesuítica.

Assim comentam:

Na administração de Pombal, há uma tentativa de atribuir à Companhia de Jesus todos os males da Educação na metrópole e na colônia, motivo pelo qual os jesuítas são responsabilizados pela decadência cultural e educacional imperante na sociedade portuguesa (MACIEL e NETO, 2006).

A organicidade da educação jesuítica foi consagrada quando Pombal os expulsou levando o ensino brasileiro ao caos, através de suas famosas ‘aulas régias’, a despeito da existência de escolas fundadas por outras ordens religiosas, como os Beneditinos, os franciscanos e os Carmelitas. (NISKIER, 2001, p. 34).

No período Imperial, os primeiros apontamentos do Ensino Noturno para Adultos foram denominados educação ou instrução popular. Com a chegada da Família Real no Brasil em 1808, há modificações positivas:

A chegada da família real, a educação começou a tomar novo rumo, isso porque a Corte portuguesa, instalada no Brasil, precisava criar estrutura para dar suporte à nova administração da Colônia. Poucas foram as realizações nesse seguimento, mas importantes para aquele momento político. Na fase monárquica, de 1808 a 1889, a educação não era prioridade para o Estado, uma vez que homens letrados colocavam em risco a própria soberania. (França, 2008, p. 75).

Durante a primeira década do século XX as mobilizações a favor da alfabetização se torna abundantes, por interesse na expansão dos eleitores, originando-se a expansão da rede escolar, e as “ligas contra o analfabetismo” anos 1910. Em 1915 surgem no Rio de Janeiro as Ligas, que se organizaram a exemplo da Liga Brasileira contra o analfabetismo. Método de desanalfabetização Abner Brito – Analfabetismo em sete lições, em busca de mudar o índice onde apenas 20% da população total são alfabetizados:

A campanha empreendida pela Liga encontrou apoio nos diversos cantos do Brasil, sobretudo através da atuação de Ligas estaduais e municipais. A análise destas ações evidencia que as Ligas atuavam em uma dupla direção ao coordenar ações de combate ao analfabetismo que incentivavam o engajamento e a mobilização da sociedade em favor da instrução e, ao mesmo tempo, chamar o Estado a atuar, exigindo sua intervenção em questões como a decretação da obrigatoriedade do Ensino Primário. (NOFUENTES, 2009).

Na década de 1920, foram iniciadas mobilizações em torno da educação como dever do Estado, sendo um período de intensos debates políticos, culturais, e da questão da identidade nacional e definição de nação, em um desses momentos é a Conferência Interestadual no Rio de Janeiro em 1921, ano da criação das escolas noturnas para adultos com duração de um ano. Quatro anos depois foi aprovado a Lei Rocha Vaz ou Reforma João Alves, em que “Poderão ser criadas escolas noturnas, do mesmo caráter, para adultos” (Decreto nº 16.782 - A, Art. 27, 1925), destinada ao Ensino Primário.

Na década de 1930 foi aprovado o Plano Nacional de Educação em 1936, que obrigava a gratuidade do ensino primário integral, de frequência obrigatória, extensiva para adultos. Esse Plano de Educação Nacional, este Plano acabou sendo suprimido em razão do advento do período ditatorial de Getúlio Vargas “A 10 de novembro de 1937, com o golpe que gerou o Estado Novo, houve o fechamento de todos os poderes representativos e, com isso, não foi possível o prosseguimento do Plano Nacional de Educação” (CURY, 2011, p. 803).

A educação de adultos só tornou-se oficial a partir da aprovação do Decreto nº 19.513 de 25 de agosto de 1945. Ano seguinte foi criado o SNEA – Serviço Nacional da Educação de Adultos, com finalidade de orientar e coordenar os trabalhos do Ensino Supletivo, assim gerou-se ações que permitiram a realização da 1ª Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA (1947), que no meio rural visava fixar o homem no campo, e no meio urbano objetivava a preparação de mão-de-obra alfabetizada para atender às necessidades do contexto urbano-industrial da época.

Em 1950 surge os Movimentos de Educação e Cultura popular, inspirados por Paulo Freire, seu método propunha uma educação dialógica que valorizasse a cultura popular e a utilização de temáticas geradoras. Desde o final da década de 1950 até meados de 1960, ocorre no país uma verdadeira efervescência no campo da educação de adultos. Em 1958, no II Congresso Nacional da Educação de Adultos, Paulo Freire, apresenta e defende uma educação de adultos que estimula a colaboração, decisão, participação e responsabilidade social e política, respeitando o conhecimento popular como ponto de partida da prática pedagógica.

Em 1967, com o objetivo de erradicar o analfabetismo e preparar mão de obra aos interesses capitalistas, priorizando a população rural, sem uma preocupação maior com a formação do homem, o Governo Federal criou o MOBREAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização, através da Lei número 5.379, de 15 de dezembro de 1967. No ano 1978 o MOBREAL contabilizou “quase 2 milhões de pessoas, atingindo um total de 2.251 municípios em todo o país” (CORRÊA, 1979, p. 459).

Em 1971 é implantado o ensino supletivo no Brasil e são criados em todo o país Centros de Estudos Supletivos, com o objetivo de escolarizar um grande número de pessoas, satisfazendo as necessidades do mercado de trabalho, que exigia cada vez mais uma maior escolarização. Mediante um baixo custo operacional, esses centros de estudos propunham um modelo de educação do futuro, atendendo às necessidades de uma sociedade em processo de modernização.

Começo dos 1980 iniciou um processo de abertura democrática, que possibilitou o retorno de inúmeros educadores que estavam fora do Brasil, dentre eles Paulo Freire, que trouxe consigo uma bagagem de experiências e novos conhecimentos que contribuíram para muitas conquistas na área de educação, principalmente para a alfabetização de adultos.

Em 1988, a nova Constituição trouxe importantes avanços para a educação de jovens e adultos, como a garantia do ensino fundamental gratuito aos que a ele não tiveram acesso na idade apropriada. A partir de 1990, com a nova LDB nº 9394/96, na seção V do Capítulo II da LDB, a Educação de Jovens e Adultos é definida como modalidade de ensino e são especificados os pareceres, resoluções e artigos de lei que a amparam.

A EJA direcionada para educação básica nas etapas do ensino fundamental e médio com especificidade própria passa a ser melhor adequação as novas exigências sociais. Dentre algumas alterações significativas são: redução da idade mínima (15 anos para o ensino fundamental e 18 para o ensino médio), defendendo uso de didática apropriada às características do alunado, condições de vida e trabalho, incentivando a aplicação de projetos especiais que proporcionem o alcance dos objetivos desejados.



### **3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA CIDADE DE POMBAL**

#### **3.1 Áreas de competências da Educação**

A LDB deixa claro o que compete ao Estado e aos Municípios, competências referentes aos seus diversos níveis de Ensino, conforme o que rege o Artigo 10 e 11 desta lei:

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei;

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

V – Oferecer educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino Fundamental- I e II, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência.

Portanto, a competência prioritária do Estado é o ensino médio e do município é oferecer a educação Infantil e Pré-escola, e, ensino Fundamental I e II.

#### **3.2 Rede Pública Estadual**

A modalidade (EJA) é implantada na Paraíba quatro anos depois da aprovação da LDB, ou seja, a “EJA foi implantada na Paraíba no ano de 2000, com o Programa Fazendo Escola” (SANTOS, 2007, p. 12).

Em Pombal a (EJA) originou-se em 2003, pelo Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Segundo Santos, “A Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Paraíba, por intermédio da Coordenação de Educação de Jovens e Adultos (COEJA), oferece exames supletivos e cursos presenciais, com avaliação contínua e no processo, para o Ensino Fundamental e Médio” (2007, p. 12). A Modalidade do Ensino Médio e Fundamental e seu certificado que terá validade em todo território nacional.

#### **3.3 Rede Pública Municipal**

A alfabetização para alunos com faixa etária de Jovens e Adultos nas escolas da rede municipal de Pombal surgiu em 1998, com “Programa Alfabetização Solidária”, uma parceria da Prefeitura Municipal com empresas privadas e com Governo Federal (Ministério da Educação).

Conforme afirma:

Iniciada em agosto de 1998, o programa Alfabetização Solidária, além de ser pioneiro neste trabalho de erradicação do analfabetismo no município, abriu oportunidade de alfabetização para 20 turmas, onde forma matriculados, logo de início de, 501 alunos, um número considerável para uma ação recém implementada, demonstrando o interesse e importância da população analfabeta pela educação. Com 20 alfabetizadores, exigida apenas o grau de Magistério ou Ensino Médio completo. (Araújo 2004, p. 25)

Em 2003, surge o “Programa Brasil Alfabetizado”, em parceria da Prefeitura Municipal, Governo Estadual e Federal. De 2003 a 2004 “foram alfabetizados 209 alunos distribuídos em oito turmas” (ARAÚJO, 2004, p. 26). Nesta ocasião, contrataram oito educadores com o nível Médio ou Magistério. O “Programa BB Educar” em parceria da Prefeitura Municipal e o Banco do Brasil. Com 80 alunos matriculados, para quatro educadoras. (SME de Pombal-PB).

A “Educação de Jovens e Adultos” surge no ano de 2002 de 1º a 4º ano. Segundo Araújo (2004, p. 27): Conta com 831 alunos alfabetizados. Para o seu desenvolvimento “foram necessárias desde então 27 turmas e 27 educadores, sendo em estimativa 01 turma fechada”. Para

o mesmo autor afirma que a (EJA) só admite educadores com o grau de instrução de magistério ou que já tenha concluído o ensino Superior.

Mas no Edital Nº 01/2011 do Concurso Público tinha como exigência mínima a Formação em Nível Médio. No entanto, resultou em aprovados com o seguinte perfil educacional: todos têm o nível superior; 80% têm especialização, um mestre e um cursando mestrado. Em 2012 existiam 110 anos matriculados na (EJA), dividido em cinco turmas de professores concursados. (SME de Pombal-PB).

#### **4 ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM BREVE HISTÓRICO NACIONAL**

As transformações estruturais do capitalismo, para a crise do mundo do trabalho, expressa no aumento do desemprego, informalidade do trabalho e a precária condição de trabalho “apresentando reflexos e impactos na economia brasileira a partir da década de 1990, com a adoção do modelo neoliberal de flexibilização do mercado de trabalho nacional” (MELO, 2013, p.1).

As pessoas a margem da condição trabalhista se articulam e se organizam sob os princípios democráticos, autogestionários e solidários para produzir determinados bens ou serviços, alternativas de geração de renda e trabalho, trata-se da Economia Solidária.

Para SINGER (2002, p. 10) a Economia Solidária:

Modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda.

A Economia Solidária é o “entendimento do trabalho como um meio de libertação humana dentro de um processo de democratização econômica, no qual a igualdade de propriedade e trabalho guia o crescimento coletivo” (RODRIGUES, 2012).

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego:

Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário.

No Brasil, as experiências da economia solidária acontecem com o desenvolvimento das cooperativas e das práticas solidárias. De acordo com o Departamento de Estudo e Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária:

O Brasil vem sendo impulsionadas a partir das ações de organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, igrejas, incubadoras universitárias) e, atualmente, faz parte da agenda do Estado através da implantação de políticas governamentais (municipal, estadual e nacional) voltadas ao seu desenvolvimento.

De acordo com os autores (SCHIOCHET e SILVA, 2013):

São mais de 10 mil empreendimentos, participam mais de 600 mil trabalhadores e trabalhadoras e quase 100 mil famílias em atividades de produção de bens e prestação de serviços, consumo e crédito, tanto no meio urbano quanto rural. Considerando-se que sejam mapeados ao final 20 mil empreendimentos econômicos solidários, já é

possível estimar à grosso modo que esse setor da economia brasileira envolve hoje diretamente mais de 2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Mais de 50% dos empreendimentos solidários estão localizados no Nordeste do Brasil e a atividade predominante é agropecuária extrativista. Para Yordaky (2006): “um dos desafios atuais da economia solidária está na produção de novos conhecimentos e práticas individuais e coletivas, nas quais o fazer não esteja separado do pensar”.

Empreendimentos que são de grande importância para os envolvidos e também para a comunidade local, pois oferece oportunidade para desenvolver a economia e acima de tudo o auto desenvolvimento do cidadão sem que seja preciso sair de suas comunidades.

## **5 ARTICULAÇÃO DA EJA COM A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL**

Os alunos de escolas de Jovens e Adultos apresentam características próprias, geralmente com poucos anos de escolarização, vivem nas periferias das cidades, possuindo poucos recursos financeiros, na margem do sistema capitalista. Articular os saberes da Economia Solidária com este público pode ser uma experiência significativa, resultando em desenvolvimentos econômicos e melhorias para a qualidade de vida dos educandos.

Nessa perspectiva Yordaky (2006, p. 210) afirma “além do caráter emancipador, a educação se articula com a economia solidária ao contribuir para a difusão das práticas vivenciadas pelos sujeitos que são participantes das ações da economia solidária e dos saberes individuais e coletivos”.

Para Singer (2009, p.13) a Economia Solidária é:

Um processo contínuo de aprendizado de como praticar a ajuda mútua, a solidariedade e a igualdade de direitos no âmbito dos empreendimentos e, ao mesmo tempo, fazer com que estes sejam capazes de melhorar a qualidade de seus produtos, as condições de trabalho, o nível de ganho dos sócios, a preservação e recuperação dos recursos naturais colocados à disposição. O aprendizado se estende naturalmente também à prática de comércio justo entre os empreendimentos e aos relacionamentos solidários com fornecedores e consumidores, sem esquecer as práticas de participação na política e na cultura do país, da região e do mundo.

A nossa Carta Magna de 1988 assegura a educação como um direito aos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos da educação básica. O art. 208, dispõe que: I. Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes de Base - LDB (art. 37 e 38) assegura a educação de Jovens e Adultos:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Para a Pastoral Operária (2005, p.1-2) esta modalidade de economia busca garantir a renda, contudo trabalha a questão da cidadania, do protagonismo dos trabalhadores, tendo como base sólida os princípios da igualdade e solidariedade.

Porém a articulação da (EJA) com a Economia Solidária é uma tendência inovadora apresentada como propostas a partir das características de cada uma dessas duas realidades, apresentadas na Conferência Nacional de Economia Solidária.

O CONAES, 2010, p. 30, assim dispõe:

É preciso incluir os princípios, práticas e saberes populares da economia solidária nos parâmetros curriculares nacionais em todos os níveis de ensino (fundamental, médio e superior) como tema transversal. Também se deve garantir a oferta de educação qualificada e adequada para trabalhadores (as) da economia solidária, com foco na escolarização e educação continuada ao longo da vida.

São necessárias novas formas de direcionar as metodologias pedagógicas associadas a economias solidárias. Um marco importante aos defensores dessa economia fora a parceria entre Ministérios da Educação (MEC) e do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) no Governo de Lula, no período de 2007 a 2010.

Diversas instituições de Ensino público do país estão desenvolvendo projetos envolvendo a Educação de Jovens e Adultos, como exemplifica NASCIMENTO, 2013, p. 72:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul Riograndense, Universidade de Campinas, Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Federal de Viçosa, Universidade Federal do ABC e a Universidade Federal Fluminense.

A Universidade Federal de Campina Grande, por meio da parceria com a Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários direcionados aos profissionais com o curso de graduação nas diversas áreas do conhecimento, com prioridade para os que atuam na Educação de Jovens e Adultos ou que desenvolvem atividades em projetos de Economia Solidária, ofereceu durante o ano de 2011, cursos de especialização nos sete campi da instituição, em Educação de Jovens e Adultos, com Ênfase em Economia Solidária no Semi-Árido Paraibano. Sendo que o presente artigo é fruto desta especialização.

Sabe-se, porém que articular a educação de jovens e adultos com o mundo do trabalho é uma prática limitada. Para Ireland et al. (2005):

Pensar as categorias relacionadas ao trabalho no campo da EJA implica em desmistificar concepções alienantes que colocam indivíduos na condição de meros reprodutores. O lugar do trabalho na vida do jovem e adulto precisa ser o lugar do ser, onde ele se realiza enquanto produtor.

A acredita-se que de acordo com as características socioeconômicas e culturais dos educandos da EJA e a estrutura capitalista se estrutura a grande possibilidade da articulação dessas duas áreas (EJA e ECOSOL), Contribuindo para homens e mulheres trabalhadores os saberes sobre a vida em sociedade, favorecendo a formação integral de um novo homem e de uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

## **6 MATERIAL E MÉTODOS**

### **6.1 Tipologia da pesquisa**

Este estudo trata-se de um estudo de caso, com a aplicação de pesquisa com método de natureza exploratória, tem por finalidade:



Realizar descrições precisas da situação e quer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Esse tipo de pesquisa requer um planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação. Recomenda-se a pesquisa exploratória quando há pouco conhecimento sobre o problema a ser estudado (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 63).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa foi realizada em duas partes: a primeira constituiu em uma revisão bibliográfica com base em documentos eletrônicos, sites especializados, artigos, revistas acadêmicas, dissertações sobre a temática desse estudo; a segunda parte constitui-se em procedimento realizado por meio de um estudo de caso, ou seja, “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2005, p. 32).

A abordagem do problema em estudo é analisada nas perspectivas qualitativa. Pesquisa qualitativa “está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano em relação ao estudo” (FLICK, 2009, p.16). Silva e Menezes (2001, p. 20) afirmam:

Uma pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas e é descritiva. O processo e seu significado são os focos principais da abordagem.

A pesquisa qualitativa tem uma metodologia própria, que visa à compreensão interpretativa das experiências dos indivíduos dentro do contexto em que foram vivenciados, respeitando as singularidades dos mesmos (MINAYO, 2004).

## **6.2 Localização da pesquisa**

A cidade Pombal, fica no Estado da Paraíba, sua sede situa nas coordenadas geográficas Latitude Sul - 6º 46' 12" segundos e longitude oeste-37º 47' 56", apresenta a segunda maior extensa territorial de 889 km<sup>2</sup> e está inserido na Mesorregião Sertão Paraibano a 371 km a oeste de João Pessoa, capital da Paraíba, atualmente, possui uma população de pouco mais de 33.000 habitantes. Inicialmente, realizaram-se diversas visitas as várias escolas da zona urbana que oferece a modalidade (EJA), assim como, a Secretaria de Educação do Município e 13º Gerência Regional de Ensino do Estado.(IBGE, 2013)

Por meio de questionários aplicados aos professores da (EJA), sendo 100% aos da rede municipal e 25% aos da rede estadual da zona urbana, que possibilitaram melhor entendimento por meio do olhar dos docentes em atividade nessa modalidade de ensino. Os momentos informais também foram de grande importância para a qualidade do desenvolvimento da investigação, permitiu-se a realização de observações com a finalidade de obter informações sobre a realidade dos docentes, o estabelecimento de contatos e apresentação de propostas de trabalho.

## **6.3 Coleta de dados**

Foram feitas aplicações de questionários aos professores da Educação de Jovens e Adultos da zona urbana estadual e municipal, também foram realizadas visitas a Secretaria de Educação e 13º Gerência de Ensino do Estado da Paraíba. Com isso, constatou-se que o quadro de profissionais da (EJA) do Estado possui 92 docentes distribuídos entre: o Fundamental I, Fundamental II e Ensino Médio. Assim verificou-se em uma amostra de 25% ou seja, 23 do-

centes (foram entrevistados: 4 Fundamental I, 10; Fundamental II e 10 Ensino Médio) e já na esfera municipal, existe um quadro menor, fora aplicado o questionário com 100% (5 docentes) desses profissionais.

O questionário estruturado composto por 10 perguntas sobre o Nível de Escolaridade, Quadro Funcional dos professores, Valor da Remuneração Salarial, se já tiveram Experiência no ensino da (EJA) em anos anteriores, se o profissional tem definido com clareza o que é Economia Solidária, Já trabalhou/trabalha com os alunos a Economia Solidária, se acha Importante trabalhar a (EJA) articulada com a (Ecosol), os Principais problemas encontrados no Ensino da (EJA), se está satisfeito em ensinar na (EJA) e por fim se Pretende continuar trabalhando na (EJA). Inclusive, você poderá ler mais adiante, as respostas dos professores anexadas ao artigo.

A aplicação do questionário fora de grande relevância para esta pesquisa, pois possibilitou um melhor entendimento dos docentes sobre essa modalidade de ensino. Desde os momentos informais, a aproximação com aqueles fazem a (EJA) na prática, os dados estatísticos e outros.

## 7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário aplicado com todos os professores da Educação de Jovens e Adultos que ministram aulas da Rede Estadual e Municipal. Com a finalidade de analisar o perfil dos profissionais, o currículo adotado por eles, as dificuldades encontradas, Salários e as ações articuladas com a Economia solidária, nortearam as questões investigadas. Conforme o comparativo dessas questões apresentada no Quadro Nº 1.

Com relação ao nível de escolaridade dos professores, verificou-se que tanto da Rede Municipal quanto da Rede Estadual têm superior completo, assim como a existência na rede estadual de professores efetivos que têm carga horária complementada na (EJA). Na rede estadual 40% têm Especialização. Já do município 60% têm especialização, destes um também é mestre e outro está cursando o mestrado.

Sabe-se que não basta o nível de escolarização superior desses educando, mas deve ir além. Para Arbache (2001, p. 19): “A educação de jovens e adultos requer do educador conhecimentos específicos no que diz respeito ao conteúdo, metodologia, avaliação, atendimento, entre outros, para trabalhar com essa clientela heterogênea e tão diversificada culturalmente”.

Para Lopes e Sousa (2004, p. 12-13):

O professor da EJA deve compreender a necessidade de respeitar a pluralidade cultural, as identidades, as questões que envolvem classe, raça, saber e linguagem dos seus alunos, caso contrário, o ensino ficará limitado à imposição de um padrão, um modelo pronto e acabado em que se objetiva apenas ensinar a ler e escrever, de forma mecânica. Enfim, o que se pretende com a educação de jovens e adultos é dar oportunidade igual a todos.

Quanto ao quadro funcional dos responsáveis que atuam na EJA do estado 58% são efetivos e da EJA do município 100% dos professores do município são do quadro efetivo, por meio do concurso público realizado durante o ano de 2011.

Em relação à remuneração salarial dos docentes da (EJA) do Estado, pouco mais de 50% ganham mais dois salário mínimo, situação diferente dos contratados, que chega apenas a metade do salário dos concursados. Como na (EJA) do município os professores são concursados, eles também apresentam a remuneração semelhante aos do Estado, ou seja, ganham quase dois salários mínimos.

Ao questionar se o professor já teve experiências com outras turmas da (EJA), verificou-se que a (EJA) do Estado 60% dos professores já tiveram, enquanto a (EJA) municipal apenas 20%.

Conforme afirma os professores:

Tive experiência trabalhar com o Programa Brasil Alfabetizado e essa experiência contribuiu para melhor desempenho nesse momento em que estou agora ministrando aulas na EJA (Professor nº1 Rede Estadual).

Já dei aulas no Programa Brasil, Fazendo Escola, ensinando a alunos que trabalham na construção civil, pedreiros e serventes na Capital de Estado (Professor nº3 da rede municipal).

Ao investigar se os docentes definem com clareza o que é Economia Solidária, verificou-se que 95% dos professores da rede estadual não têm este conceito com clareza, já na (EJA) municipal são 80%.

A Economia Solidária é uma nova expressão, que confesso para você que eu não tenho conhecimento, vou dar uma olhada na internet (Professor nº3 da rede municipal).

A economia Solidária é uma opção inovadora para a (EJA), tendência necessária que aos poucos empreendimentos surgem.

Questionou-se aos professores sobre a experiência com a Economia Solidária, verificou-se pouco menos de 20%, tanto do Estado quanto do Município responderam sim, apresentou o seguinte argumento:

A minha turma teve a oportunidade de assistir a uma palestra de uma estudante de especialização em Economia Solidária, afirmando que esta economia busca implementar soluções de gestão coletivas, democráticas e autogestionárias e por fim assistiram a um vídeo documentário sobre o tema em estudo. Mas antes dessa pessoa responsável pela palestra chegar em aulas anteriores falei para turma a importância da economia solidária e seus principais conceitos, inclusive faço essa mesma Especialização na UFCG, Campus de Pombal (Professor nº3 da rede municipal).

Cada professor do Estado tem em média pouco menos de dez alunos frequentando a sala de aula da EJA Estadual, já a EJA Municipal há em média entre 10 a 20 alunos. Ao perguntar se é importante trabalhar a EJA com articulação com a Economia Solidária, verificou-se que apenas 95% dos professores da EJA Estadual não acredita ser tão importante, por entender que o mais importante é ensinar o aluno a ler e escrever.

Apenas aplico conteúdos envolvendo a leitura, escrita e conhecimentos das operações matemáticas, a minha turma encontra-se na fase I e então tema como este pode ser complicado para eles (Professor nº11 da rede estadual).

Observa-se que os professores da (EJA) municipal 80% têm maior consciência dessa articulação.

Conforme as falas dos professores:

São necessárias ações para que os alunos sejam motivados, muitas vezes trabalham informalmente ou desempregados e se a escola possibilitasse condições além da alfabetização, certamente a evasão não seria tão grande ( Professor nº1 Estadual ).

No campo prático para o campo teórico a uma grande distância, no entanto é preciso apoio dos professores, secretaria de Educação ter essa consciência. O professor trabalhar sozinho fica difícil. Já montei oficinas de artesanatos recicláveis com os meus alunos, para despertar a consciência ecológica e a possibilidade da geração de renda para eles, mas sei que tem que ter apoio de todos, caso contrário as coisas não acontecem ( Professor nº4 Municipal ).

No momento atual em que vive a sociedade, com tecnologias e novas necessidades não permite que o docente se limite apenas a (EJA) no processo de alfabetização. Nessa perspectiva afirma Arbache (2001, p. 22):

É necessário superar a idéia de que a (EJA) se esgota na alfabetização, desligada da escolarização básica de qualidade. É também necessário superar a descontinuidade das ações institucionais e o surgimento de medidas isoladas e pontuais, fragmentando e impedindo a compreensão da problemática. É preciso desafiar o encaminhamento de possíveis resoluções que levem à simplificação do fenômeno do analfabetismo e do processo de alfabetização, reduzindo o problema a uma mera exposição de números e indicadores descritivos. Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a ela recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional.

Acredita-se que por meio da formação que muitos docentes, da cidade de Pombal, tiveram com a Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Ênfase em Economia Solidária no Semiárido Paraibano pela Universidade Federal de Campina Grande, no Câmpus de Pombal, resultados satisfatórios surjam, de maneira que reflitam positivamente essa modalidade de educação.

Ao perguntar sobre as principais dificuldades encontradas no ensino da EJA, tanto os professores da (EJA) estadual, quanto da (EJA) municipal, responderam trabalhar com as diversidades da turma e a desmotivação dos alunos.

Conforme afirmação dos professores:

Não é fácil juntar tantas diferenças em um só lugar em tão forma harmônica, pois as diferenças são muitas, nível de escolaridade, culturais de idade. Às vezes isto gera um preconceito por parte de uns com os outros (Professor nº1 da rede municipal).

A maior dificuldade é está trabalhando em uma turma multiseriada, pois identifico quatro níveis de alunos, aqueles que nem conhecem as letras, os que conseguem juntas as sílabas, os que identificam as palavras e os mais evoluídos que interpreta uma frase inteira (Professor nº3 da rede estadual).

A falta de tempo dos alunos para estudarem, pois eles trabalham o dia todo e a aí fica difícil fazer a avaliação, não há o mesmo como avaliar o aluno com o mesmo jeito do aluno do ensino regular (Professor nº 24 da rede estadual).

A desmotivação dos alunos da EJA é bastante presente na minha turma, muitos têm uma baixa autoestima e não acredita em si, não tem confiança e isto atrapalha no processo de ensino aprendizagem (Professor nº5 da rede municipal).

Ao investigar o grau de satisfação dos docentes em relação ao ensino da EJA, verificou-se que 60% dos profissionais da EJA do Município afirmam que não. Já no Estado apenas 40% profissionais afirmaram que não.

É bom ensinar na (EJA) por ser calmo! Aqui os alunos tem respeito por você! (Professor nº15 da rede estadual).

Estou aqui porque passei no concurso, mas francamente, eu não me identifico com a (EJA)! Pretendo ensinar na minha área de formação, sou graduado em Inglês e aí não vejo a hora de ensinar esta disciplina! (Professor nº3 da rede municipal).

Outra questão, com qual visa concluir o referido estudo fora identificar se os professores investigados pretendem continuar trabalhando na (EJA), a partir daí verificou-se entre os



professores da (EJA) estadual que, 60% afirmam que sim. Já entre os da (EJA) municipal, 60% afirmam que pretende passar em outros concursos ou mudar de carreira.

**Quadro 1 – Comparativo da Percepção dos Docentes da EJA Municipal e Estadual.**

REDES DE ENSINO			
Questões Investigadas	Situação	Estado	Município
Nível de Escolaridade?	Licenciatura	100%	100%
	Especialização	40%	60%
	Mestrado	0%	20%
	Doutorado	0%	0%
Quadro Funcional?	Contrato	42%	0%
	Concursada	58%	100%
Valor da Remuneração Salarial?	Até 1 SM	42%	
	2 ou + de SM	58%	100%
Experiência com a (EJA) antes de ensinar na (EJA)?	Sim	60%	20%
	Não	40%	80%
Definido com clareza o que é Economia Solidária?	Sim	5%	20%
	Não	95%	80%
Já trabalhou/trabalha com os alunos a Economia Solidária?	Sim	5%	20%
	Não	95%	80%
Importante trabalhar a (EJA) com articulação com a Economia Solidária?	Sim	5%	40%
	Não	95%	60%
Principais problemas encontrados no Ensino da (EJA)?		-Desmotivação do Aluno - Aplicar a validação	- Trabalhar em turmas multiseriada Desmotivação do Aluno
Você está satisfeito em ensinar na (EJA)?	Sim	60%	40%
	Não	40%	60%
Pretende continuar trabalhando na (EJA)	Sim	40%	60%
	Não	60%	40%

Fonte: Elaboração com base na pesquisa de campo, elaborado pelo autor (2013).

## 8 CONCLUSÕES

São séculos de história na qual o governo busca minimizar o problema do analfabetismo do país, porém nenhuma política da (EJA) ocorreu com o efetivo sucesso.

Articular a (EJA) com (Ecosol) é uma tendência nova para essa modalidade de ensino, possibilidades de desenvolvimento integral não apenas escolar, mas também socioeconômico, no entanto, ainda não é uma prática existente na zona urbana de Pombal-PB.

Verificou-se que o nível de entendimento teórico e prático dos professores sobre a (Ecosol) ainda é baixo e a (EJA) tanto da rede estadual, quanto a rede municipal na zona urbana desse município, não ocorre de maneira efetiva, nem mesmo quanto ao estímulo de empreendimentos capitalistas.

## 9 REFERÊNCIAS

- ARAUJO, A. G. **Educação de Jovens e Adultos: no Município de Pombal, no período de 1998 – 2004.** 43 páginas. (Monografia de Graduação em Pedagogia) – Faculdade Integrada de Patos, Patos, 2004.
- ARBACHE, A. P. B. **A formação do educador de pessoas jovens e adultas numa perspectiva multicultural crítica.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.
- CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica.** 6. Ed São Paulo: Prentice Hall, 2007.
- CORRÊA, A. L. (ed.). **Educação de massa e ação comunitária.** Rio de Janeiro: AGGS/MOBRAAL. 1979.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (CONAES), 2., 2010, Brasília. **Pelo Direito de Produzir e Viver em Cooperação de Maneira Sustentável.** Brasília: MTE, 2010, p.48.
- CURY, C. R. J. **Por Um Novo Plano Nacional de Educação.** Cadernos de Pesquisa V.41 N.144 Set./Dez. 2011 803. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso: 03 Jan. 2013.
- BRASIL. **Decreto no 16.782 A, de 13 de Janeiro de 1925.** Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, Reforma o Ensino Secundário e o Superior e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República. 1925.
- BRASIL. **Decreto no 19.513 A, de 25 de Agosto de 1945.** Disposições regulamentares destinadas a reger a concessão do auxílio federal para o ensino primário. Rio de Janeiro: Presidência da República. 1945.
- BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. LDB (1996). **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br). Acesso em 02 Ago. 2013.
- FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.
- FRANÇA, F. S. **Uma visão geral sobre a educação brasileira.** Integração, V. 1, 2008.
- IRELAND, T. D.; MACHADO, M. M.; IRELAND, V. E. J. C. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada. In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos.** Brasília: Inep, 2005. p. 91-101.
- LOPES, S. P.; SOUSA, L. S. **EJA: Uma Educação Possível ou Mera Utopia?** Revista Alfabetização Solidária (Alfasol), v. 5, março/2005.
- MACIEL, L. S. B.; NETO, A. S. **A educação brasileira no período pombalino: uma análise histórica das reformas pombalinas do ensino.** Educação e Pesquisa, v. 32, p. 465-476, 2006.
- MELO, N. M. **Precarização do Mundo do Trabalho e Economia Solidária na 10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo: Contradições, Possibilidades e Limites para o Desenvolvimento Econômico.** Memória do 14º Encuentro de Geógrafos de América Latina: Reencuentro de Saberes Territoriales Latinoamericanos – EGAL, Perú 2013. Disponível em: [www.egal2013.pe](http://www.egal2013.pe). Acesso: 20 jan. 2013.

- MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (2013). **O Que é Economia Solidária?** Disponível em: [www.portal.mte.gov.br](http://www.portal.mte.gov.br). Acessado: 5 de out. de 2013.
- MINAYO, G. **A Arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2004. Disponível em: [www.ufjf.br](http://www.ufjf.br). Acesso: 5 outubro de 2013.
- NASCIMENTO, J. D. **Uma análise do processo de avaliação do Projeto de Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos.** 179 páginas. (Dissertação em Educação, Faculdade de Educação) - Universidade Federal da Bahia, 2013.
- NISKIER, A. **Educação Brasileira:** 500 anos de História. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2001.
- NOFUENTES, V. C. **Um desafio do tamanho da nação:** a campanha da liga brasileira contra o analfabetismo (1915-1922). 163 páginas. (Dissertação em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2009.
- PASTORAL OPERÁRIA. **Experiência de trabalho alternativo.** São Paulo: Colegiado Nacional da Pastoral Operária, 2005.
- RODRIGUES, Z. **Economia Solidária (2012).** Unindo e valorizando as pessoas. Disponível em: [www.coletivoverde.com.br](http://www.coletivoverde.com.br). Acessado: 5 de Jun. de 2013.
- SANTOS, M. J. O. T. **A Migração do Ensino Médio Regular para o Ensino na modalidade Jovens e Adultos:** A Realidade da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Bronzeado Sobrinho, Remígio - PB. 108páginas. (Monografia de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos) – Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2007.
- SCHIOCHET, V; SILVA, R. M. A. **Mapeamento da Economia Solidária no Brasil:** o desafio de mostrar o que não está visível. Disponível em: [www.ecosol.org.br](http://www.ecosol.org.br). Acesso: 12 Agosto de 2013.
- SHIGUNOV NETO, A.; MACIEL, L. S. B. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro:** algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação.** Florianópolis: UFSC, 2001.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Perseu Abramo. 2002.
- SINGER, P. Prefácio. In: GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.
- SOTTI, S. A. **Sociedade, Educação e Currículo no Brasil:** dos jesuítas aos anos de 1980. Editora Plano. Campinas, SP: Autores Associados: Brasília. DF: Editora Plano, 2004.
- YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
- YORDAKY, W. A autogestão como princípio educativo: a educação no contexto da economia solidária. In: PARO, Vitor Henrique. **A teoria do valor em Marx e a educação.** São Paulo: Cortez, 2006. p.191-215.

# Relações comportamentais de alunos da EJA, no município de Pombal-PB, na perspectiva de uma Economia Solidária

*Juliana Nobre Pereira  
Ana Paula Correia de Albuquerque da Costa*

## 1 INTRODUÇÃO

É ao longo de sua vida que o ser humano vai se constituindo enquanto sujeito através das relações pessoais e sociais, em contínuo processo de construção e desconstrução da sua identidade. Com o passar do tempo, adquirimos novos valores e saberes ao mesmo tempo em que desconstruímos outros. Mudamos nossos pensamentos, nossa maneira de agir e falar, nossa visão de mundo e a visão que temos de nós mesmos e de tudo que está ao nosso redor. Diante disso, nossa identidade é caracterizada como algo mutável, fragmentada e instável, pois varia de acordo com nossas histórias de vida, nossos interesses e situações impostas. Assim, passamos a assumir diferentes papéis sociais no meio em que vivemos.

As profundas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que ocorrem no mundo afetam significativamente nossas relações pessoais e profissionais, e exigem cada vez mais uma nova postura dos indivíduos para que possam compartilhar os conhecimentos e as riquezas socialmente produzidos, reconhecendo-se como sujeitos no pleno exercício da sua cidadania. Mas, além de exigir um novo olhar do sujeito social, essas transformações acentuam ainda mais as desigualdades sociais e geram insatisfações populares devido aos efeitos negativos dos processos de globalização e do avanço científico e tecnológico.

A globalização dividiu ainda mais a sociedade em classes, além de exercer um grande poder na vida de qualquer ser humano, na medida em que os grupos dominantes impõem estilos de vida que devem ser seguidos por todos, isso influencia no comportamento dos indivíduos, sejam crianças, jovens ou adultos. As políticas dominadoras, por sua vez, geram desigualdades sociais, pois privilegiam modos culturais e estilos de vida específicos em detrimento de outros. Essas desigualdades refletem-se nas condições de acesso ao ensino, cultura, saúde, lazer e melhoria das condições de vida.

Com a crise envolvendo o modelo tradicional da economia capitalista, os trabalhadores sentiam a necessidade de formas alternativas de trabalho e geração de renda, que garantisse sua sobrevivência de forma digna e honesta. A crise do capitalismo abriu espaço para o surgimento de experiências de organizações coletivas caracterizadas pela igualdade entre todos os indivíduos. É no contexto dos movimentos sociais e das lutas operárias que surge a Economia Solidária (ES), propondo novas formas de organização do trabalho em oposição ao modelo de economia capitalista, baseadas em princípios como solidariedade, autogestão, cooperativismo, igualdade de direitos, coletividade, entre outros.

Como a educação deve ser a base para qualquer tipo de mudança, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como uma alternativa de transformação social para aqueles grupos excluídos e que vivem a margem da sociedade. Mas, diante da existência de uma demanda educacional reprimida há anos, os avanços ocorridos nessa modalidade de ensino ainda são considerados mínimos para o seu real fortalecimento e desenvolvimento. A fragmentação das políticas públicas educacionais, a prioridade atribuída à educação de crianças e adolescentes e a ausência de iniciativas mais eficientes e efetivas contribuíram para que a EJA ocupasse uma posição marginalizada, sendo vista como uma educação de menor valor tanto pelas esferas governamentais quanto pela sociedade. As políticas públicas são caracterizadas como políticas pontuais, através de campanhas e programas emergenciais que não garantem a sua continuidade.



É necessário repensar os processos educativos e entender a complexidade dessa prática de ensino e dos diferentes sujeitos que fazem parte dela para uma reflexão sobre o papel da EJA na formação do cidadão e para sua inserção no mercado de trabalho. Essa associação entre ES e EJA permite não só o desenvolvimento de uma prática educativa voltada para o ensino, para o ato de ler e escrever, como também o desenvolvimento de formas alternativas de trabalho para que o cidadão seja capaz de viver dignamente em sociedade.

Diante disso, este trabalho pretende analisar as relações comportamentais e o papel dos alunos da Educação de Jovens e Adultos, levando-se em consideração a relação indivíduo-trabalho, e como isso pode promover o desenvolvimento de uma Economia Solidária. A linha de pesquisa utilizada foi a pesquisa descritiva, conduzida sob a forma de um estudo de caso, e o levantamento de dados foi obtido através da aplicação de questionários para os alunos das turmas do ensino médio da EJA e através da observação direta.

A relevância deste trabalho é fornecer subsídios para a compreensão das relações estabelecidas entre os alunos que fazem parte da Educação de Jovens e Adultos, no município de Pombal/PB, e da forma como eles estão organizados socialmente. Para que possa haver uma mudança significativa nessa modalidade educacional, é necessário analisar o perfil desses atores sociais, através de suas relações comportamentais, do interesse deles ao buscarem as salas de EJA e de suas perspectivas de vida. A partir da análise do perfil e da visão dos alunos de EJA sobre o ensino, dentro da perspectiva da Economia Solidária, poderemos analisar melhor o processo educativo e repensar a prática de ensino para que ela possa de fato atender as reais necessidades desses jovens e adultos e contribuir para o desenvolvimento social e humano de cada cidadão.

## **2 ESPECIFICIDADES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A história da Educação de Jovens e Adultos envolve muitos aspectos, desde o início suas ações focavam a erradicação do analfabetismo e as políticas públicas limitavam-se apenas a etapa da alfabetização, ao domínio mecânico da leitura e da escrita. Ainda hoje, apesar de todos os avanços, muitos ainda veem a EJA sobre esse ponto de vista limitado, sem considerar outras instâncias do conhecimento, como cultura, política, artes, entre outros conteúdos relevantes para o processo educacional e para a formação do educando. Além disso, trata-se de uma modalidade de ensino diferenciada do ensino regular para crianças e adolescentes, portanto a EJA deve ser compreendida a partir da “dinâmica vivida pelos alunos em seu cotidiano” (CORRÊA, 2009, p. 28).

O ensino da EJA limitava-se a aprendizagens isoladas, com uma visão mecânica do conhecimento da leitura e da escrita sem levar em consideração o contexto social. Com o passar do tempo, as transformações de base econômica e a expansão dos meios tecnológicos exigiam cada vez mais o acesso a novos saberes e competências. O conceito de educação compensatória foi perdendo espaço e novos conceitos foram sendo redefinidos para que houvesse uma articulação entre educação e informação vinculados à cultura da escrita. Ainda que na teoria as discussões sobre a Educação de Jovens e Adultos estejam avançando, a prática é bem diferente. Diante disso,

[...] é preciso reformular todo o processo de organização escolar, bem como a didática e as metodologias passadas historicamente para crianças e adolescentes. É preciso recriar os espaços escolares a partir do ingresso deste novo público, um movimento incessante de: ordem, desordem e organização (CORRÊA, 2009, p. 27).

A garantia e o direito ao acesso de todos a uma Educação Básica de qualidade veio com a Constituição Federal de 1988 (CF/88), mas foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) que a Educação de Jovens e Adultos foi incluída como modalidade da Edu-

cação Básica, assegurando a gratuidade do ensino e o acesso e permanência de todos à escola. A EJA foi destinada para aqueles jovens e adultos que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos seus estudos na idade própria, devido suas condições de vida.

Em relação a Educação de Jovens e Adultos, nota-se um novo olhar da sociedade brasileira com relação a esta modalidade de ensino, na medida em que são reconhecidos os direitos desses cidadãos de terem acesso a um ensino que vai além do ato de ler e escrever, que se propõe também a mudar a vida dessas pessoas. Mas, apesar de todos os esforços e conquistas, a EJA ainda tem muitos desafios pela frente, levando-se em consideração os diferentes atores sociais que fazem parte dessa prática educacional, suas especificidades e as necessidades próprias de cada um (IRELAND; MACHADO; IRELAND, 2005, p. 92).

Esses atores sociais se constituem nas relações com outros sujeitos nos diferentes espaços, revelando uma troca de ações que configuram sua vida social. Portanto, deve-se considerar também, os discursos desses jovens e adultos, que refletem a condição de trabalhadores como elemento central de suas experiências e contextos de vida.

Esta modalidade de ensino apresenta características próprias que se opõe ao ensino convencional, e um público heterogêneo com habilidades e competências específicas. Ao contrário do que muitos pensam e da visão preconceituosa do aluno de EJA como um ser inculto, abstrato e vazio, é fundamental considerar a pluralidade e diversidade desses jovens e adultos que possuem uma rica cultura, baseada nas suas vivências, em experiências de vida e trabalho e nos registros culturais. Esses sujeitos possuem grande conhecimento de mundo e interesses concretos de realização pessoal e profissional.

A educação é o elo para o desenvolvimento do ser humano e para o exercício da cidadania, possibilitando o desenvolvimento de habilidades e potencialidades, e a oportunidade de qualificação e capacitação para que este cidadão possa acompanhar as mudanças e inovações nos processos produtivos e as novas oportunidades no mercado de trabalho. Por isso, o ensino de EJA deve girar em torno desses jovens e adultos trabalhadores que são à base de todo esse processo. O desafio dessa prática de ensino é atender as necessidades desses atores sociais, reconhecendo suas experiências de vida, seus sonhos, suas condições socioeconômicas e suas motivações e expectativas.

Os objetivos da educação de jovens e adultos [...] desenvolvem a autonomia e o senso de responsabilidade das pessoas e das comunidades, fortalecendo a capacidade de lidar com as transformações que ocorrem na economia, na cultura e na sociedade como um todo; promove a coexistência, a tolerância e a participação criativa e crítica dos cidadãos em suas comunidades, permitindo assim que as pessoas controlem seus destinos e enfrentem os desafios que se encontram à frente (UNESCO, 2004, p.42-43).

Essa busca pela cidadania e pela inserção no mundo do trabalho é fundamental para que esses sujeitos tenham uma visão mais crítica da realidade em que vivem e sejam capazes de atuar na sociedade de forma digna. Esses jovens e adultos não podem ser vistos como seres abstratos e vazios, mas como pessoas que detém uma grande experiência de vida, de trabalho e conhecimentos acumulados de sua vida prática. Essa procura pelas turmas de EJA, essa vinculação entre educação e trabalho é uma oportunidade de aperfeiçoar seus conhecimentos para o mundo do trabalho e para geração de emprego e renda.

Muitos dos alunos de EJA não se reconhecem como sujeito de direitos e continuam desempenhando a função de objeto da sociedade. A EJA tem a função de contribuir para o reconhecimento desses alunos enquanto agentes ativos, através de um trabalho de conscientização. A EJA enquanto “espaço de reconhecimento de sujeitos” deve considerar em sua prática pedagógica a realidade de vida dos seus alunos, suas necessidades e sonhos, e não ser mais um simples espaço de transmissão de conhecimentos. O aluno deve ser colocado como centro da prática de ensino, participando do processo de ensino-aprendizagem.

[...] é a escola crítica, a escola onde nenhuma verdade seja absoluta, onde as relações sociais possam ser questionadas e reformuladas, o que propiciará a formação de indivíduos conscientes de suas determinações sociais e de sua inserção histórica na sociedade; assim, as suas práticas poderão ser reformuladas (LANE, 2006, p. 50).

Os sujeitos de EJA devem ser reconhecidos como seres que estão em busca de um saber vinculado ao mundo do trabalho. É preciso ter em mente que são jovens e adultos envolvidos em empregos informais, que detêm um conhecimento acumulado das suas experiências passadas e práticas de trabalho, e que procuram nessa modalidade de ensino um meio de qualificação e capacitação para que possam atuar de forma igualitária no mercado de trabalho e assim possam ter as condições necessárias para uma vida melhor.

É necessário que o ambiente escolar da EJA seja um espaço aberto e de acolhimento, que permita o desenvolvimento da autonomia do indivíduo e a busca da liberdade. “A abertura de espaços concretos para a discussão participativa pode colaborar para o fortalecimento da autonomia e da iniciativa coletiva e para a resolução de problemas comuns” (CORRÊA, 2009, p. 25). O espaço educacional deve ser um lugar de expressão e diálogo, onde todos têm voz e vez e possam se relacionar livremente, respeitando os direitos de todos e preocupando-se com o bem estar coletivo.

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos necessitam de um ensino diferenciado e de uma formação e capacitação permanente para um melhor desempenho de suas funções, que possa contemplar seus anseios e atender suas expectativas de realização profissional e participação cidadã. No processo de ensino-aprendizagem, o trabalho e a educação são dois eixos fundamentais que devem estar articulados para a promoção e construção de um novo modelo de sociedade e para o desenvolvimento social e humano.

### **3 REFLEXÕES SOBRE A ECONOMIA SOLIDÁRIA**

As experiências de Economia Solidária têm suas origens nos movimentos sociais e nas lutas de classes. Nasceu como reação dos operários e trabalhadores vítimas da pobreza, do desemprego, da exploração e exclusão diante da dominação da economia capitalista e da expansão científica e tecnológica. Com a crise do trabalho e o desemprego em massa, houve um movimento de intensa mobilização com a união da classe operária, marcada pelas lutas entre trabalhadores e empregadores.

A Economia Solidária ressurgiu hoje como resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores (as), como defesa contra a exploração do trabalho humano e como alternativa ao modo capitalista de organizar as relações sociais dos seres humanos entre si e destes com a natureza. São práticas fundadas em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular (FBES, 2003, p. 03).

A Economia Solidária propõe uma mudança radical no sistema social e na empresa capitalista e, conseqüentemente, um novo modelo de sociedade. Surgiu um novo modo de produção, comercialização e consumo alternativo ao capitalismo, associado à ideia do cooperativismo e associativismo. Ao contrário do capitalismo, a Economia Solidária está fundamentada na valorização do ser humano, na emancipação dos trabalhadores como agentes sociais e ativos e na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Propõe não só formas alternativas de geração de trabalho e renda, mas um novo modo de reprodução da vida e da liberdade humana, com a finalidade de melhoria das condições de vida dos cidadãos para que eles sejam sujeitos e atores da sua própria história.

A Economia Solidária está além dos princípios de mercado e do sentido de ruptura e superação da organização capitalista. Este movimento está fundamentado na conexão das unidades de produção e consumo, que permitam não só a geração de trabalho e renda, mas o fortalecimento e transformação da economia e da cultura local das sociedades, proporcionando uma nova visão de mundo pós-capitalista (AZAMBUJA, 2009, p. 289). Esse novo movimento de produção econômica teria como eixo transformador o consumo solidário, considerando o bem-viver pessoal e coletivo, no qual os participantes pensariam não só na satisfação pessoal das suas necessidades básicas, mas na sociedade no geral.

As práticas e experiências de Economia Solidária surgem como reações às deficiências deixadas pelo sistema capitalista que tem como características a produção de injustiças e desigualdades sociais através da concentração e centralização de capital e riquezas.

A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras etc., uma vida melhor. [...] na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, [...] de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER, 2002, p. 114-115).

É neste contexto de transformações que se concentra a Economia Solidária, no qual a sociedade sente a necessidade de buscar novas alternativas de geração de renda, novas formas de trabalho, baseados em princípios de igualdade e liberdade, respeitando o meio ambiente e resgatando a dignidade daqueles grupos excluídos da sociedade. A realização de uma economia solidária deve estar fundamentada na associação entre iguais, na coletividade entre os membros que fazem parte da atividade econômica, na agregação de valores, princípios estes que serão transferidos para a produção, comercialização e consumo dos bens.

Sob as relações de dominação e do trabalho assalariado, que trouxeram como consequências a exploração do trabalho humano, os trabalhadores começaram a se organizar como defesa a qualquer tipo de opressão e exploração e na busca da conquista de seus direitos. Nesse contexto de crise, “tem emergido práticas de relações econômicas e sociais que, de imediato, propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas” (FBES, 2003, p.03).

[...] para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição de aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana etc. (SINGER, 2002, p. 112).

A Economia Solidária é um movimento que propõe um novo modelo socioeconômico que integre toda a sociedade e possibilite o desenvolvimento dos sujeitos e a qualidade de vida de todos. Caracteriza-se não só por mudanças nos modos de produção e reprodução, mas também pelo resgate da dignidade e da cidadania através de uma prática econômica que possibilite uma mudança na qualidade de vida da sociedade em equilíbrio com o meio ambiente, difundindo valores de cooperação, solidariedade e coletividade humana. Trata-se de uma prática solidária voltada para a valorização do ser humano em todas as suas dimensões e para a valorização do trabalho como fonte de realização do homem.

Quando se fala em mudanças no modo de produção, de geração de trabalho e renda, devemos pensar também em mudanças das estruturas escolares. Para que haja uma prática de economia solidária consistente, devemos partir do princípio de que deve haver uma prática educativa voltada para a pluralidade de sujeitos e de saberes, e que essa educação seja capaz de descobrir a estratégia do pensamento do sujeito.



A Economia Solidária pretende uma mudança de qualidade e de postura do sujeito diante da vida e da organização da sociedade. [...] Valorizando a capacidade do ser humano em aprender e ensinar, a Economia Solidária baseia-se no diálogo, na solidariedade, na autonomia e na autogestão. Para montar estruturas escolares baseadas nessa outra economia é preciso aprender com ela, [...]. Isso só é possível se houver uma aproximação consistente, sistemática e mútua entre a escola e as experiências da Economia Solidária. Nessa interação, a maneira de produzir e de transmitir o conhecimento deve mudar (KRUPPA, 2005, p. 27).

Deve-se levar em consideração que este processo de mudança é lento e complexo, e exige por parte dos indivíduos que participam dela uma reeducação coletiva. A prática da economia solidária exige a formação dos indivíduos com base no comportamento social solidário. É necessário que os sujeitos formados no sistema capitalista e dentro da lógica competitiva, sejam reeducados para que possam conceber o funcionamento da economia sob uma nova ótica, em que predominam a solidariedade, o cooperativismo e a igualdade entre todos. Essa mudança de visão se concretizará efetivamente através da prática e das vivências de cada cidadão (MONTEIRO; PEREIRA, 2008, p. 118).

A ES afirma que é possível a reorganização da sociedade e a criação de um novo modelo de ser humano “a partir de um meio social em que a cooperação e a solidariedade [...] serão formas racionais de comportamento em função de regras de convívio que produzem e reproduzem a igualdade de direitos e a partilha geral de perdas e ganhos” (SINGER, 2002, p. 116). A inserção desses jovens e adultos trabalhadores em práticas e experiências solidárias permitiria a formação dos indivíduos com base nesses valores.

A Economia Solidária propõe uma reconstrução nas relações sociais de produção e nos valores e princípios da sociedade no geral. É uma prática que não se limita apenas aos benefícios materiais, assim como busca gerar o suficiente para atender as necessidades de cada cidadão, também promove melhorias na qualidade de vida de cada um, levando-se em consideração sua harmonia com o meio ambiente. Este novo modelo econômico oferece os instrumentos necessários para o desenvolvimento social e humano, proporcionando um ambiente justo e democrático, onde é possível conviver com o outro, respeitando as diferenças de cada um, através dos princípios da solidariedade, igualdade e cooperação, do consumo ético e solidário e das relações justas e solidárias tanto nos modos de produção quanto nas próprias relações entre os envolvidos no desenvolvimento de uma prática solidária.

#### **4 EJA E ECOSOL: UMA RELAÇÃO VOLTADA PARA O MUNDO DO TRABALHO**

A realidade do ensino da EJA, apesar de todos os avanços que teve até hoje, está longe de atender as diretrizes estabelecidas por lei. É uma modalidade de ensino deficiente com relação ao ensino em si, ao currículo, ao corpo docente. Ainda há um distanciamento muito grande entre teoria e prática, principalmente quando se trata de atender a um público heterogêneo de trabalhadores, na sua maioria, que tiveram o direito à educação negado pela própria condição e necessidade de trabalhar e por isso buscam na EJA a oportunidade de aquisição de um conhecimento voltado para sua atividade laboral, para que sejam capazes de competir no mercado de trabalho de forma justa e igualitária.

Na sociedade está presente a visão do homem como máquina, um ser abstrato e vazio, com a função de cumprir as vontades impostas pela sociedade. E é essa visão que o educador tem do aluno de EJA, propondo-se a alfabetizá-lo sem levar em consideração seu contexto de vida, o saber adquirido de suas experiências e nas relações com outros atores sociais. As dificuldades começam aqui, com o não reconhecimento de aluno enquanto sujeito dotado de um conhecimento acumulado de suas experiências de vida e trabalho, mas como um objeto.

Um dos grandes desafios da Educação de Jovens e Adultos é a vinculação do ensino com a formação para o mundo do trabalho. Adequar às propostas curriculares ao desenvolvimento do sujeito enquanto um profissional competente. Um dos impasses para essa realização é a visão do trabalhador enquanto mero reprodutor. “O lugar do trabalho na vida do jovem e adulto precisa ser o lugar do ser, onde ele se realiza enquanto produtor de si mesmo e produtor de cultura” (IRELAND; MACHADO; IRELAND, 2005, p. 97). Esses jovens e adultos se constituem enquanto sujeitos através do seu trabalho, por meio do qual eles se sentem úteis e capazes de prover seu sustento com um trabalho digno e honesto.

A ES aparece como uma alternativa para suprir o vácuo existente entre educação e trabalho, uma vez que se trata de um novo modelo de economia que propõe formas alternativas de geração de trabalho e renda. A intervenção da EJA com o movimento de ES propõe “que o trabalho seja o princípio educativo deste processo” (CORRÊA, 2009, p.84). O trabalho deve ser visto como edificador da existência humana, como um meio de realização do homem e o elemento central da formação do ser social, que propicia ao jovem e adulto trabalhador sua autonomia. Marx (1996) apresenta a definição de trabalho como:

[...] um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. [...] a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio (MARX, 1996, p.297).

O trabalho é um elo de mediação da relação entre o sujeito e o objeto que vai sendo determinado ao longo da história de vida do ser humano e representa os diferentes modos de organização da produção e reprodução da vida e os objetos e elementos necessários para a realização desse trabalho. O trabalho se caracteriza aqui como o eixo central de formação do indivíduo enquanto um ser humano e social, à medida que gera as condições necessárias para o seu desenvolvimento e, conseqüentemente, para a sua existência.

A base da Educação de Jovens e Adultos deve ser a realidade do aluno trabalhador que luta diariamente pela sua sobrevivência, que busca oportunidades para mudar sua condição de vida e trabalho. Um sujeito que tem uma história própria marcada por lutas, dificuldades, obstáculos, sonhos e anseios. “Na consciência dos que vivem do trabalho, a vinculação entre trabalho e educação faz-se naturalmente, pela própria condição do ser humano trabalhador” (ARRUDA, 2005, p.32). Essa educação precisa ser libertadora, reflexiva e crítica, que procure atender as motivações e expectativas dos seus educandos, permitindo questionamentos como: quais são os sujeitos da EJA; quais são suas aspirações e o que desejam ao educarem-se.

Para que a EJA estabeleça o vínculo entre educação e trabalho é necessário um rompimento com os padrões tradicionais do ensino regular para que ela possa, efetivamente, atender as condições desses sujeitos com características próprias na busca de uma garantia de melhoria de vida. Essa nova ação educativa, voltada para o desenvolvimento do ser humano em todas as suas dimensões, deve se fundamentar na quebra de paradigmas e na reconstrução de vários conceitos cristalizados e materializados pela sociedade.

Através do trabalho, o homem transforma o meio em que vive para a reprodução da sua vida, ao mesmo tempo a natureza recria-se por meio da ação humana. O trabalho aqui expresso é diferente do conceito estabelecido pelo sistema capitalista, no qual o trabalho é reduzido ao mero emprego e o indivíduo visto como uma mercadoria, na economia capitalista as atenções se voltam para o capital e acumulação de riquezas e bens matérias em cima da exploração da força de trabalho (ARRUDA, 2005, p.34).

Na Economia Solidária, o trabalho remete a toda ação transformadora do homem sobre a natureza, onde o indivíduo se apropria de matérias e instrumentos suficientes para prover

sua sobrevivência e seu desenvolvimento humano e social. Não se trata aqui de acumular capital e bens materiais, mas apropriar-se, conscientemente, daquilo que é necessário para a sua vida, através de um trabalho produtivo que atenda as necessidades básicas de cada cidadão.

A prática da Economia Solidária propõe uma reflexão e reconstrução de vários conceitos referentes ao ser humano, ao trabalho, aos modos de produção e consumo. Esse novo modelo de economia, voltado para uma gestão responsável democrática, é caracterizado pela sociabilidade e solidariedade entre todos os atores sociais; pela partilha e consumo consciente dos benefícios gerados pelo processo de produção, sem agressão à natureza, e sem excesso e desperdício; pela cooperação no lugar da competição; pelo diálogo na solução de problemas e conflitos; pela transparência na produção e comercialização dos bens e serviços e por relações de produção justas e solidárias. Essa economia deve ser pensada junto com a comunidade, de acordo com as necessidades da própria população.

A luta pela cidadania não está restrita à prática e ao discurso políticos [...] mas perpassam pequenos detalhes operacionais como o domínio de recursos tecnológicos e técnicas profissionais que possibilitem aos jovens e adultos a inserção social, bem como a compreensão e leitura crítica da realidade, tendo em vista a conquista da liberdade. [...] a EJA é pensada já no espaço onde se dá a atividade laboral (IRELAND; MACHADO; IRELAND, 2005, p. 97)

A educação concebida na perspectiva da ES refere-se ao desenvolvimento de habilidades e competências necessárias para a inserção do indivíduo no mundo do trabalho. O processo de ensino-aprendizagem é marcado por relações solidárias tanto no modo de ensinar quanto no modo de aprender, compreendendo também as dimensões política e econômica. A dimensão econômica associa-se ao caráter autônomo e solidário nas relações sociais e no modo de agir e cuidar dos bens e serviços. A dimensão política está associada “com o exercício do poder no espaço coletivo” de modo que contribua para seu desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (ARRUDA, 2005, p.37).

É notável destacar que a ES sempre fala em desenvolvimento, opondo-se ao crescimento econômico idealizado pelo sistema do capital. Esse desenvolvimento solidário só é possível por meio de um processo de conscientização e através da confiança e do diálogo. A cultura do diálogo permite a relação entre todos os sujeitos sociais. A ES identifica-se como um espaço de expressão de opiniões e ideias, em que todos têm voz para contribuir na solução de problemas e divergências e na busca do melhor caminho a ser percorrido. A ES é um espaço coletivo no qual todos têm o direito de manifestar-se e expressar-se para a finalidade de um bem comum.

## **5 COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO**

Ao analisarmos as relações comportamentais dos atores sociais da Educação de Jovens e Adultos, devemos ter, primeiramente, uma noção do que se constitui o comportamento humano e a partir daí procurarmos compreender as relações que se estabelecem com o indivíduo no ambiente educacional, isto é, suas relações comportamentais. A compreensão da relação organismo-ambiente e do comportamento humano são ferramentas fundamentais para a análise da atuação destes atores sociais e das suas relações na perspectiva do desenvolvimento da economia solidária. A partir das relações entre os indivíduos e o ambiente em que estão inseridos, e observando os estímulos e incentivos na prática educativa, podemos compreender a forma de organização desses atores sociais a até que ponto eles contribuem para a realização de uma prática solidária.

O comportamento humano é objeto de estudo de vários pesquisadores e se caracteriza pela conduta do indivíduo num determinado contexto. Na tentativa de compreender os dife-



rentes aspectos desse fenômeno e a necessidade de responder questionamentos sobre esses temas e outros, houve a necessidade da organização de setores específicos de estudo e a divisão de ramos da ciência. Nesse campo de estruturação, a Psicologia é a ciência responsável pelo estudo da conduta de organismos, em especial o comportamento humano.

Para a análise do comportamento humano, devemos ter sempre em mente sua relação com o ambiente e vice-versa. Ao mesmo tempo em que o ser humano interfere no ambiente em que vive com suas ações, o ambiente também exerce influência sobre o comportamento humano através de estímulos. Essa relação organismo-ambiente é fundamental “para a compreensão do agir humano e uma ferramenta poderosa para lidar com situações em que esse agir esteja presente ou pareça desejável” (CORTEGOSO, 2007, p. 250).

Sabemos que o indivíduo vai se constituindo enquanto um ser humano e um ser social nas relações com os outros indivíduos e com o ambiente. Isso acontece quando o sujeito se apropria de aspectos da cultura humana, transmitidos de geração em geração, e da realidade em que vive. Devemos levar em consideração as ações exercidas pelo organismo e o contexto em que foram realizadas essas ações, considerando os aspectos ambientais relevantes. A compreensão do agir humano e da relação de interação entre o indivíduo e o ambiente torna-se um referencial importante para a análise da atuação dos indivíduos na prática educativa.

A partir das relações entre os indivíduos e o ambiente, e observando os estímulos e incentivos recebidos na prática educativa, pode-se compreender a forma de organização desses atores sociais. Além disso, a análise comportamental estabelece condições para descrições de como é ou poderia ser o funcionamento de organizações e instituições com relação à implementação da economia solidária (CORTEGOSO, 2007, p.251).

Apesar das dicotomias e determinismos referentes ao comportamento humano, é interessante considerar o desenvolvimento por meio de uma ótica de bases teóricas diversas, uma vez que esse processo de desenvolvimento humano é caracterizado por progressivas mudanças e interações entre indivíduos em um determinado contexto, levando-se em consideração fatores biológicos, sociais e culturais. Nesse processo de desenvolvimento estabelecem-se relações entre o organismo e o ambiente que se afetam mutuamente. À medida que o indivíduo interage com o ambiente, modificando-o de acordo com suas ações, o ambiente também modifica o indivíduo, afetando seu comportamento.

Compreender o comportamento humano como uma relação implica reconhecê-lo como fenômeno essencialmente dinâmico, de múltiplas direções, com o homem interferindo no ambiente tanto quanto esse ambiente interfere no agir humano, um conceito que inclui, como parte mesmo do agir humano, decorrências das ações do homem em relação a esse ambiente, ou seja, a dimensão ética da relação (CORTEGOSO, 2007, p. 250).

O conceito de aprendizagem também é utilizado por muitos autores na perspectiva de compreender o processo de desenvolvimento do indivíduo ao longo da vida. A aprendizagem seria a base da constituição do sujeito a partir dos processos de socialização e de suas relações no meio social e cultural. Porém, “isso não modificou o pressuposto central [...] de que a natureza humana seria somente o material moldado e transformado pelo social” (MARTINS; VIEIRA, 2010, p.64). Ou seja, a aprendizagem é o meio de desenvolvimento do indivíduo, mediada pela própria cultura. Assim, o sujeito acaba se tornando um produto do meio.

Para uma articulação mais ampla do fenômeno do desenvolvimento humano, muitos pesquisadores tem procurado uma articulação entre os fatores biológicos e o papel na cultura para a explicação de comportamentos específicos. Nessa perspectiva, entende-se cultura como “produtora do homem e ao mesmo tempo produto de sua capacidade de representar e dar significados para a realidade” (MARTINS; VIEIRA, 2010, p. 66). No processo de evolução humana evidencia-se o papel do indivíduo, enquanto agente ativo, através de suas ações e atividades,



materializadas na estruturação cultural. Independente das diferentes concepções com relação ao conceito de cultura é importante destacar que a maneira mais adequada de tratar esse assunto é falando em reconstrução da cultura e não em transmissão, “que, por meio da observação e da inferência, reconstrói mentalmente as representações sociais existentes” (MARTINS; VIEIRA, 2010, p. 66).

Para um conhecimento mais amplo com relação ao desenvolvimento humano, é necessária a integração de diferentes aspectos que influenciaram esse fenômeno ao longo da vida. Pensar o indivíduo em todas as suas dimensões, constituído a partir de componentes biológicos, psicológicos e inseridos em um contexto social e cultural.

A Psicologia Social tem como base de estudo o comportamento dos indivíduos desde a sua formação enquanto cidadão, com valores e costumes, até seu modo de organização de vida. Esta área da Psicologia dá ênfase à relação entre o indivíduo e a sociedade, e como ambos afetam-se mutuamente, levando-se em consideração a formação do sujeito enquanto agente da história, capaz de modificar o meio em que vive.

As relações que se estabelecem entre os indivíduos, na sociedade ou em grupos sociais, são regidas por normas ou regras que caracterizam os papéis sociais que desempenhamos ao longo da vida. Essas relações sociais e a interação entre diferentes sujeitos são fundamentais, pois à medida que interagimos com o próximo descobrimos semelhanças e diferenças, trocamos opiniões e experiências, num contínuo processo de formação da nossa identidade social e de reconhecimento enquanto sujeitos ativos. Essa identidade social é aquilo “que nos caracteriza como pessoa” (LANE, 2006, p.16).

É importante termos em mente o que verdadeiramente representa nossa identidade social, será que nossa identidade é realmente consequência de nossas ações, de nossas escolhas, ou estamos apenas reproduzindo normas e cumprindo funções impostas pela sociedade. Com relação aos papéis e funções que desempenhamos na sociedade, percebe-se:

[...] estes papéis que aprendemos a desempenhar foram sendo definidos pela nossa sociedade [...] nossos papéis e a nossa identidade reproduzem, no nível ideológico (do que é “idealizado”, valorizado) e no da ação, as relações de dominação, como maneiras “naturais e universais” de ser social, relações de dominação necessárias para a reprodução das condições materiais de vida e a manutenção da sociedade de classes onde uns poucos dominam e muitos são dominados através da exploração da força de trabalho (LANE, 2006, p. ).

Por isso é importante a formação permanente dos indivíduos. Por meio de uma educação de qualidade cada cidadão poderá reconhecer-se enquanto sujeito ativo e autor de sua própria história de vida, podendo atuar de forma crítica e participativa na sociedade ou grupo social no qual está inserido. Através dessa formação crítica do ser humano, o indivíduo poderá refletir sobre as condições de exploração e dominação impostas pelo sistema capitalista e pela sociedade de classes. Assim, terá consciência de si mesmo e de suas ações.

## **6 METODOLOGIA**

### **6.1 Métodos e técnicas**

A realização de um projeto de pesquisa pode ser conduzida através de várias linhas de pesquisa como, por exemplo, um estudo de caso. De acordo com Yin (2001), um estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. Nesse estudo, o pesquisador tem o interesse em observar fenômenos no campo social, com a finalidade de descrever situações da realidade e histórias de vida de sujeitos no trabalho social (Yin, 2001,

p.31). Primeiramente foi realizado um estudo bibliográfico sobre a educação de jovens e adultos, a economia solidária e o comportamento humano, a partir de referenciais teóricos com a finalidade de analisar as contribuições científicas sobre o tema abordado. Após o estudo bibliográfico foi realizada uma pesquisa descritiva, que:

observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. [...] Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas, e cujo registro não consta de documentos (SANTOS; MANZATO, 2002, p.04).

A pesquisa descritiva foi conduzida sob a forma de um estudo de caso, para analisar aspectos variados e representativos da realidade de vida dos sujeitos que fazem parte da educação de jovens e adultos, levando-se em consideração a relação indivíduo-trabalho na perspectiva do desenvolvimento de uma economia solidária. Na técnica de coleta de dados os instrumentos utilizados foram a aplicação de questionários e a observação direta, uma vez que a pesquisa descritiva fundamenta-se na própria realidade de vida do indivíduo, grupo ou comunidade. O campo de estudo foram duas escolas estaduais da cidade de Pombal-PB, respectivamente, nas escolas E.E.E.F.M. Arruda Câmara e E.E.E.M. Monsenhor Vicente Freitas (Polivalente). As perguntas elaboradas para o questionário estavam relacionadas tanto ao nível educacional quanto profissional dos alunos, com perguntas pessoais, além de abordar questões sobre o ensino e a aprendizagem, a percepção deles com relação ao educador e a forma de gerenciamento da escola e, principalmente, sobre a forma de organização desses jovens e adultos e as relações estabelecidas entre eles no espaço educacional, na tentativa de analisar não só o individual, mas o coletivo também, já que se trabalha com a perspectiva de uma prática solidária com base nos princípios estabelecidos pela economia solidária.

## 6.2 Apresentação dos dados – Pesquisa de campo

Antes da aplicação do questionário, foi estabelecida uma conversa com a direção da escola com o intuito da aprovação e autorização para que a mesma pudesse ser realizada. Após o consentimento por parte da direção, fomos encaminhados para as turmas de EJA, onde tivemos uma conversa prévia com professores e alunos sobre a temática e finalidade da pesquisa, e somente após aceitação dos mesmos é que os questionários foram distribuídos.

A primeira parte da pesquisa foi desenvolvida na escola E.E.E.F.M. Arruda Câmara e os questionários foram aplicados em 5 turmas do ensino médio da EJA, divididos em: 1º ano – 11 alunos, 2º ano – 22 alunos (duas turmas) e 3º ano – 17 alunos (também duas turmas), todas no turno da noite. A segunda parte da pesquisa foi desenvolvida na escola E.E.E.M. Monsenhor Vicente Freitas e os questionários foram aplicados em 3 turmas do ensino médio da EJA, divididos em: 1º ano – 13 alunos, 2º ano – 06 alunos e 3º ano – 16 alunos, todas as turmas no turno da noite.

**Tabela 1 – Descrição da pesquisa segundo o local, turmas e quantidade de alunos – Pombal/PB (2013).**

Campo de Estudo	Turmas/Médio	Alunos
E.E.E.F.M. ARRUDA CÂMARA	5	50
E.E.E.M. MONS. VICENTE FREITAS	3	35
		Total: 85

A pesquisa foi realizada em duas escolas estaduais, com 8 turmas do ensino médio da EJA e um número de 85 alunos no total, referente as duas escolas. Já a tabela 2 demonstra o gênero e a faixa etária dos alunos envolvidos no estudo de caso.

**Tabela 2 – Descrição da pesquisa segundo a faixa etária e o gênero.**

Faixa etária	Idade	Gênero	Alunos
Mínima	15	Masculino	38
Máxima	50	Feminino	47

O público da Educação de Jovens e Adultos é bem heterogêneo, com características e habilidades específicas, com conhecimento de mundo devido suas condições de vida e trabalho, e apresentando variação na faixa etária e uma regularidade quanto ao gênero.

**Tabela 3 – Descrição segundo o estado civil e filhos.**

Estado Civil	Alunos	Filhos	Alunos
Solteiro	46	Sim	42
Casado	23	Não	43
Separado	03		
Outro	13		

A tabela 3, acima, é referente a questões pessoais dos alunos de EJA, com relação ao estado civil e filhos. Já a tabela 4, abaixo, é referente à inserção desses jovens e adultos no mercado de trabalho e a situação trabalhista. A pesquisa evidencia um número muito pequeno de alunos que possuem carteira assinada e estabilidade profissional e uma maioria que realizam trabalhos informais, entre outros que se declararam autônomos.

**Tabela 4 – Descrição segundo a relação de trabalho.**

Mercado de trabalho	Alunos	Situação trabalhista	Alunos
Trabalhando	55	Carteira assinada	4
Desempregados	30	Informal	37
		Autônomo	14

Estes jovens e adultos começaram a trabalhar entre 9 e 22 anos e, além de suas funções específicas, muitos alunos desempenham ou já desempenharam outras atividades como: pintura, artesanato, costura e música, sendo que as duas primeiras funções tiveram maior destaque. Com isso, estes alunos demonstraram outros talentos e habilidades que muitas vezes passam despercebidos aos olhos dos educadores e gestores.

A tabela 5 mostra um número bastante considerável de alunos que tiveram de abandonar os estudos em alguma fase da sua vida e por motivos diversos.

**Tabela 5 – Descrição com relação a interrupção dos estudos.**

Interromperam	Alunos
Sim	70
Não	15

Os principais motivos que levaram estes jovens e adultos a deixarem a escola foram: trabalho; gravidez; casamento, entre outros motivos menos citados como: problemas familiares; falta de tempo; falta de interesse; entre outras questões pessoais. Entre os motivos da volta para a escola estão: realização pessoal e profissional; perspectiva de um futuro e condição de vida melhor; ter um emprego melhor; fazer faculdade; e ter estabilidade.

Os alunos também foram questionados sobre as relações estabelecidas no ambiente educacional, tanto em relação ao espaço quanto em relação à aprendizagem.

**Tabela 6 – Descrição segundo ao gerenciamento da escola e a situação de aprendizagem.**

Satisfeitos	Alunos	Aprendizagem	Alunos
Sim	74	Regular	23
Não	11	Boa	37
		Ótima	25

De acordo com a tabela 6, a maioria dos alunos relatou que estão satisfeitos com a forma de gerenciamento da escola e sobre o processo de ensino/aprendizagem há uma regularidade entre uma aprendizagem boa, regular e ótima.

**Tabela 7 – Descrição segundo a realização de trabalhos coletivos e relação com o colega de classe.**

Trabalho coletivo	Alunos	Ajuda ao próximo	Alunos
Sim	70	Sim	78
Não	15	Não	07

Através da análise dos questionários e do relato dos alunos de EJA foi possível identificar que nas salas de aula são realizados trabalhos coletivos e que a maioria dos alunos procura de alguma forma ajudar o seu colega, se preocupam não só com sua aprendizagem e desempenho, mas se interessam também pelo desenvolvimento do próximo (tabela 7).

A tabela 8 demonstra que uma minoria vê o outro como um competidor e adversário, já a maioria se referiu ao próximo como um colega, refletindo a união do grupo.

**Tabela 8 – Descrição segundo a visão que tem do colega e o espírito solidário.**

Visão	Alunos	Relações	Alunos
Adversário	02	Solidárias	76
Competidor	04	Competitivas	0
Colega	79		



No decorrer da pesquisa e através da análise dos questionários, os alunos da EJA demonstraram um espírito de solidariedade, coletividade e cooperação, na medida em que esses jovens e adultos não estão preocupados somente com sua aprendizagem e desempenho, mas procura de alguma forma ajudar o seu colega, resumindo suas experiências através de relações solidárias, em oposição às relações competitivas. Por fim, os alunos foram questionados sobre o vínculo com alguma entidade (tabela 9).

**Tabela 9 – Descrição segundo o vínculo com alguma entidade.**

Entidade	Alunos
Associação	07
Cooperativa	03
Empreendimento sol.	01

Dos alunos da EJA, um é catequista da Igreja Nossa Senhora de Fátima, trabalhando com crianças e adolescentes, sempre buscando o melhor para a educação religiosa; uma aluna já exerceu a função de secretária; outra aluna trabalha como auxiliar; outra aluna trabalha com oficinas de artes com crianças; um aluno é ajudante geral; e 2 alunos não relataram. Em relação ao vínculo com cooperativas, uma aluna faz parte de uma cooperativa de costuras com parceria da Prefeitura e Governo Federal; outra aluna faz parte de um grupo de mulheres no CRAS I, onde realizam trabalhos manuais como artesanato e se reúnem duas vezes por semana; e outro aluno não relatou seu trabalho. E um aluno relatou um vínculo com um empreendimento solidário, desenvolvendo a função de motorista alternativo.

### 6.3 Análise dos Resultados

A Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos apresentam muitas similaridades, visto que ambas estão ligadas a movimentos sociais e de lutas de classes, e formadas por grupos de excluídos e a margem da sociedade e do sistema capitalista. Diante disso, a articulação entre ambas se faz necessária já que a ES propõe novas alternativas de geração de trabalho e renda e seria um caminho para a inclusão social desses grupos excluídos. Através desse estudo, foi possível refletir sobre o perfil dos alunos de EJA, as relações comportamentais estabelecidas no ambiente escolar e a forma de organização destes jovens e adultos na perspectiva de uma economia solidária.

No decorrer deste trabalho foi possível estabelecer alguns eixos que levariam para o desenvolvimento de uma prática solidária. O primeiro eixo se refere à metodologia e ao ensino. Sabe-se que o público da EJA necessita de uma metodologia e um currículo diferenciado, mas na prática a realidade é outra. O espaço educacional e a metodologia são comuns para todos os níveis. Diante disso, a economia solidária seria uma alternativa para suprir esses espaços, já que ela coloca o ser humano no centro das discussões e trabalha em função da qualidade de vida e das necessidades de seus membros.

A educação integrada com a prática da ES possibilita um ensino voltado para a cultura do diálogo, um ensino que dialogue com a realidade de vida de cada cidadão. Essa nova concepção de educação promove a troca entre educadores e educandos e o desenvolvimento de práticas solidárias tanto no modo de ensinar quanto no modo de aprender. Uma educação que acompanhe as transformações impostas pela sociedade e que supere o caráter fragmentado, tornando-se uma educação permanente. Essa educação deve ser encarada como um meio de conscientização, libertação e superação dos grupos excluídos e das condições de existência estabelecidas pelo sistema capitalista, proporcionando o exercício pleno da cidadania e a realização pessoal e profissional dos atores sociais.

Por meio de práticas educativas, a economia solidária luta e acredita na busca por um país democrático, onde os sujeitos podem construir sua autonomia [...]. Onde cada um pode ser autor e construtor de sua própria história e cultura. Com uma educação/formação que defende o respeito à vida e ao próximo, a dignidade humana, a afetividade, a sensibilidade, a igualdade de direitos, abre-se espaço para uma economia de solidariedade, onde o objetivo é formar sujeitos críticos reflexivos que busquem por transformações políticas, econômicas, sociais e culturais (ARAÚJO, 2012, p.29-30).

Essa educação deve estar engajada nas lutas por uma sociedade mais justa e igualitária, por um ensino de qualidade e por uma transformação da estrutura social dominante, opressora e autoritária. O desafio da educação é tornar-se um espaço dinâmico e coletivo, que envolva todos os atores sociais e que dialogue com a realidade social em que estes atores estão inseridos. A educação deve ser um espaço de expressão.

Outro eixo de ligação entre a ES e a EJA é com relação ao perfil dos alunos. Assim como na Economia Solidária, a EJA apresenta um público heterogêneo, com características, capacidades e habilidades próprias, e que demonstrou no decorrer da pesquisa um perfil solidário. A ES estimula a formação de alianças e a conquista da autonomia com base no respeito às diferenças; a agregação de valores e esforços em torno de interesses em comum e a participação de todos para o bom desempenho da prática educativa e para o desenvolvimento de experiências solidárias.

A relação entre ES e EJA possibilita um ambiente mais leve, dinâmico e solidário no qual todos podem colaborar para o desenvolvimento de uma prática educativa eficiente. A sala de EJA passa a ser vista como um ambiente de oportunidades que proporciona o desenvolvimento de habilidades e competências e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida de seus alunos.

Outro eixo importante e muito citado pelos jovens e adultos é a relação do ensino com o trabalho. De acordo com o estudo de caso, percebe-se que a motivação ou necessidade de voltar à escola não está relacionada somente ao conhecimento da leitura e da escrita, mas trata-se da busca de um conhecimento e uma formação articulada com o profissional. “A educação na perspectiva da Economia Solidária deve levar em consideração os diferentes saberes e integrar de forma dinâmica e complementar o ato de conhecer e o ato de trabalhar” (ARAÚJO, 2012, p.32). Neste sentido, teoria e prática devem caminhar juntas. No item que abordava os motivos que levaram estes jovens e adultos a voltarem para a escola, fica evidente a ligação da educação, do ensino e da busca do conhecimento com o trabalho. Que este conhecimento seja um meio de qualificação para a inserção no mercado de trabalho.

Além de contemplar a alfabetização e a educação básica de jovens e adultos, a EJA também está voltada para atividades de profissionalização, o que reforça o seu papel de proporcionar um conhecimento adequado para a formação de seus alunos. Diante disso, esta modalidade de ensino necessita de políticas públicas eficazes, diversificadas e permanentes que possam atender as necessidades desses grupos.

Por fim, tem-se o vínculo dos alunos com alguma entidade como: associação comunitária, cooperativa e empreendimento solidário. Como foi possível observar no decorrer desse estudo, o número de alunos que fazem parte de alguma entidade é pequeno, assim como as iniciativas e incentivos para a inclusão desses jovens e adultos. Neste caso, a incorporação de programas e ações sobre a ES na Educação de Jovens e Adultos permitiria a difusão dos “valores da cultura solidária e pedagogias que favoreçam a solidariedade e a construção de um novo modelo de sociedade” (FBES, 2003, p.08). Esta articulação é fundamental para a construção de novas bases da educação.

As oportunidades e incentivos ainda são poucos diante das necessidades e anseios desta classe. Através dos questionários foi possível constatar um número considerável de alunos que desempenham ou já desempenharam atividades extras como: pintura, artesanato, costura e música. Diante da riqueza dos talentos de muitos jovens e adultos e levando-se em conside-

ração que o ponto central da ES é o trabalho como forma de emancipação do homem, por que não integrar os princípios e experiências da ES nas práticas educativas de EJA. Por que não inserir estes alunos em programas ou práticas solidárias, para que eles possam desenvolver e aperfeiçoar suas habilidades.

A Economia Solidária, através da educação, se apresenta como um instrumento de combate à exclusão e as desigualdades sociais, mostrando que é possível reorganizar a sociedade inspirada por valores culturais e baseado nos valores da igualdade, coletividade e solidariedade humana (FBES, 2003, p.04).

Assim como é importante estimular os trabalhadores da Economia Solidária a buscarem os programas de alfabetização e capacitação, também é importante a elaboração de políticas específicas que assegurem a formação e que estimulem os jovens e adultos para os cursos tecnológicos e científicos, de forma que eles tenham alguma perspectiva de vida e trabalho (FBES, 2003, p.08).

Sabe-se que a mudança nos paradigmas educacionais é um processo lento e que as dificuldades são muitas. Mas, devemos ter sempre em mente que toda mudança deve partir da base. Então, antes de tudo, deve ser feito um trabalho de conscientização com os jovens e adultos, professores e gestores envolvidos na modalidade de ensino da EJA. A partir daí, é fundamental compreender as especificidades desses jovens e adultos trabalhadores, conhecer o perfil dos alunos, sua realidade de vida e trabalho, seus sonhos e anseios e suas expectativas e perspectivas de vida. É necessária esta primeira análise para podermos compreender como esses sujeitos estão organizados socialmente e como as experiências criadoras de conhecimento se configuram na sua vida.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Entre as discussões sobre a Economia Solidária e a Educação de Jovens e Adultos, nota-se as dificuldades e a falta de oportunidades para a inserção desses jovens e adultos no mercado de trabalho. E através desse estudo de caso foi possível mostrar que há viabilidade para uma articulação entre ES e EJA e para o desenvolvimento de alternativas e práticas coletivas visando uma educação na perspectiva de uma prática solidária. Com as descobertas feitas com este estudo poderemos analisar melhor o processo educativo e repensar a prática de ensino para que ela possa de fato atender as reais necessidades desses jovens e adultos.

Essa nova concepção de educação deve proporcionar a formação necessária para a inclusão social desses grupos excluídos e seu desenvolvimento social e humano, possibilitando sua inserção no mercado de trabalho. O diálogo entre a Economia Solidária e a prática educativa, possibilita a criação de situações de aprendizagem em que é possível refletir sobre a diversidade sócio/cultural que envolve a EJA, promovendo a construção e reconstrução de conhecimentos com base no respeito às diferenças, na valorização e reconhecimento do papel de cada cidadão na construção de uma sociedade mais justa.

Fica evidente a importância que a Economia Solidária pode ter para a educação. Uma educação que esteja fundamentada nos valores da solidariedade, coletividade, do cooperativismo e da igualdade. Que proporcione aos jovens e adultos trabalhadores a perspectiva de uma formação adequada para a sua profissionalização. E esta educação, que pretende formar cidadãos críticos, participativos e agentes ativos na sociedade, não deve ser trabalhada fora da realidade e do contexto de vida de cada cidadão. A educação promove não só um conhecimento teórico, mas oferece as ferramentas necessárias para o desenvolvimento humano, para melhorias na sua qualidade de vida, para um melhor desempenho no trabalho e nas relações interpessoais, além de uma consciência crítica nos sujeitos.

Na perspectiva da ES, a Educação de Jovens e Adultos seria um espaço de expressão, que envolve todos os atores sociais e que dialogue com a realidade social em que estes atores

estão inseridos. Que promova conhecimentos e ofereça as condições necessárias para o desenvolvimento humano, para melhorias na qualidade de vida e nas relações interpessoais. Essa educação deve estar engajada nas lutas por uma sociedade mais justa e igualitária, por um ensino de qualidade e por uma transformação da estrutura social dominante e opressora.

## 8 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. S. **Economia solidária e educação: experiências pedagógicas com educação de jovens e adultos**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: [www.bdm.bce.unb.br](http://www.bdm.bce.unb.br). Acesso em: 02 fev. 2013.

ARRUDA, M. Redes, educação e economia solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. *In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos*. Brasília: INEP, 2005.

AZAMBUJA, L. R. **Os valores da economia solidária**. Sociologias (UFRGS), v. 11, p. 282-317, 2009. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 17 dez. 2012.

CORRÊA, L. O. R. **Fundamentos metodológicos em EJA**. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2009.

CORTEGOSO, A. L. **Identificação e descrição de relações comportamentais na economia solidária**. Psicologia: Ciência e Profissão (impresso), v. 27, p. 246-265, 2007.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **A trajetória do Movimento da Economia Solidária no Brasil: do Fórum Social Mundial (FSM) ao Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES)**. Brasília, 2003. Disponível em: [www.itcp.coppe.ufrj.br](http://www.itcp.coppe.ufrj.br). Acesso em: 02 fev. 2013.

IRELAND, T. D.; MACHADO, M. M.; IRELAND, V. E. J. C. Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e inclusão tutelada. *In: KRUPPA, Sonia M. Portella (Org.). Economia solidária e educação de jovens e adultos*. 1ed. Brasília: INEP, v. 1, p. 91-104, 2005.

KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: INEP, 2005.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos, 39).

MARTINS, G. D. F.; VIEIRA, M. L. **Desenvolvimento humano e cultura: integração entre filogênese, ontogênese e contexto sociocultural**. Estudos de Psicologia (UFRN), v. 15, p. 63-70, 2010. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 05 dez. 2012.

MARX, K. **O capital** – vol.1. São Paulo: Nova Cultural Ltda, p. 149, 1985. Disponível em: [www.histedbr.fae.unicamp.br](http://www.histedbr.fae.unicamp.br). Acesso em: 02 fev. 2013.

MONTEIRO, M. E. C.; PEREIRA, J. R. Ação coletiva no âmbito da economia solidária e da autogestão. *In: Revista Katályses*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 116-122, 2008. Disponível em: [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Acesso em: 17 dez. 2012.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNESCO. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. Tradução de Anne Marie Speyer. Revisão técnica de Timothy Ireland. Brasília: MEC, 2004. 210 p.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Trad.: Daniel Grassi. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



# Diagnóstico socioeconômico dos agricultores familiares e possibilidades de desenvolverem empreendimentos solidários na comunidade rural de Flores em Pombal-PB

*Maria José Leite da Nobrega  
Caciana Cavalcanti Costa*

## 1 INTRODUÇÃO

São comuns as discussões sobre a seca no Nordeste, as causas, suas consequências, as condições de vida dos que ali residem e a busca por programas para amenizar esses impactos, ou seja, toda essa temática faz parte do cotidiano do povo nordestino. Apesar de ser um problema climático, gera desconforto e dificuldades para as pessoas, como o sol forte, a falta de água para o consumo humano e animal, afeta o desenvolvimento da agricultura e da pecuária que se destacam como atividade principal da região, além da falta de recursos econômicos que gera fome e miséria no Sertão nordestino, não se data em tempo cronológico os discursos relacionados à problemática da seca, cada idealizador descreve essas questões como melhor se adequa ao momento em que os fatos estão acontecendo, seja num período eleitoral ou em outro momento qualquer, desde que a seca seja responsável por todas as mazelas da região (MENEZES 2009).

Sabe-se que a seca no Nordeste é uma realidade cruel. Mas pode-se dizer também que não é a causa principal da pobreza e da miséria que assola o povo da região. Outros fatores contribuem para essa realidade como a estrutura fundiária que concentra a posse e uso da terra em poder da minoria, a política de créditos, comercialização e emprego, a inadequação das culturas e as condições do solo e do clima. A baixa escolaridade também contribui como um instrumento de manipulação para alguns políticos, que montam suas campanhas com fortes discursos de combate a fome e a miséria do povo nordestino utilizando de práticas emergenciais que não passam de medidas assistencialistas e eleitoreiras (MENEZES, 2009).

Para compreender que o Nordeste é uma região que apresenta características econômicas viáveis, busca-se um pouco da história do desenvolvimento dessa região a partir da sua colonização. A exploração econômica do Brasil, portanto, iniciou-se pelo espaço nordestino e insere-se no processo conhecido como “revolução comercial”. A ocupação do Nordeste, tanto do litoral como do sertão, ocorria obedecendo à lógica do modelo agrário exportador, que privilegiava a produção de determinadas mercadorias, no caso do Brasil, especialmente o açúcar, cuja procura crescia no mercado europeu e que só podia ser produzido em regiões tropicais (MENEZES, 2009).

A expansão da pecuária extensiva com certa expressividade que inicialmente foi a responsável pela construção de currais e estes posteriormente transformaram-se em fazendas, surgindo assim os primeiros núcleos urbanos do interior do Nordeste. Como não era a principal atividade econômica de exploração, a pecuária assumiu a forma de economia de subsistência produzindo excedentes suficientes para sustentar o crescimento dos empreendimentos açucareiros do tipo exportação (MENEZES, 2009).

Dessa forma, observa-se que o Nordeste não é improdutivo e que desempenhou um papel importante para o desenvolvimento econômico do Brasil, dando suporte para a principal atividade de exportação que era o açúcar produzido basicamente na faixa litorânea conhecida como Zona da Mata. A grande aceitação do produto brasileiro na Europa contribuiu para a implantação da monocultura canavieira na Zona da Mata, onde se localizavam os principais empreendimentos açucareiros do Brasil. A região também teve uma importante participação na exportação de mão de obra desqualificada e barata para os principais centros urbanos do país (MENEZES, 2009).

No final do século XVII, o produto brasileiro perde espaço no mercado europeu para o açúcar oriundo das colônias inglesas, holandesas e francesas. Com a crise, muitas terras foram direcionadas para outras culturas e destaca-se o cultivo do algodão arbóreo como uma das principais atividades agrícolas do Nordeste; contribuindo diretamente na questão da urbanização, no desenvolvimento do comércio e da indústria e, principalmente na atividade industrial de beneficiamento; além de estimular a instalação de algumas fábricas têxteis nordestinas. Mas com o crescimento da atividade algodoeira nas regiões do Sul e Sudeste, com destaque nos Estados de São Paulo e Paraná, houve uma grande crise desse setor na Região Nordeste (MENEZES, 2009).

Em poucas décadas, o Brasil passou de uma economia baseada nas atividades agropecuárias, onde a maioria da população vivia no campo, para um Brasil urbano e industrializado. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se como o celeiro desse desenvolvimento, concentrando os principais empreendimentos industriais e recebendo o maior número de trabalhadores oriundos principalmente da Região Nordeste para fortalecer a mão de obra na indústria (MENEZES, 2009).

O objetivo da presente pesquisa foi Identificar o perfil socioeconômico e a probabilidade de implantação de empreendimentos solidários para fortalecer a economia da comunidade rural de Flores, Pombal, PB.

## **2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Entende-se por economia solidária essa nova lógica de desenvolvimento e crescimento social, resultado de momentos de luta em que os trabalhadores começaram a se organizar de modo cooperativista para fortalecer-se em relação ao avanço do capitalismo industrial; esse modelo econômico de natureza dominadora e excludente para a maioria da classe trabalhadora. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de “cooperativismo revolucionário”, o qual jamais se repetiu de forma tão nítida. Ela tornou evidente a ligação essencial da economia solidária com a crítica operária e socialista do capitalismo. Hoje, é possível entender a economia solidária como uma forma diferenciada de vender, comprar, produzir e trocar tudo que for essencial para viver, sem explorar, destruir ou levar vantagem (SINGER, 2012).

As atividades econômicas e sociais devem estar organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. Essas iniciativas possuem características comuns que identificam o caráter solidário, são elas: a cooperação, a autogestão, a dimensão econômica e a solidariedade. Emerge a partir de iniciativas locais baseada em serviços solidários, representados pelo conjunto de serviços antes produzidos na esfera doméstica, como auxílio aos domicílios, jardinagem, consertos domésticos e outros, ou serviços que visam a mediação social nos bairros, como a melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente local (SENAES-MTE, 2013).

Além das presenças desses empreendimentos na cidade acima referidos, os serviços solidários também acontecem em comunidades rurais, onde agricultores que se juntam, trocam ideias e crescem economicamente, passando a produzir mais e melhor. Dentre alguns empreendimentos de destaque nacional e localmente temos alguns exemplos como listado a seguir:

Algumas mulheres camponesas, trabalhadoras agroextrativistas no estado do Maranhão, organizaram-se em movimento próprio, o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), há mais de uma década, quando assumiram a identidade de quebradeiras de coco. O movimento se constitui a partir de um trabalho conjunto e também envolve uma rede de organizações voluntárias que lutam pela preservação dos babaçuais e outras reivindicações do grupo (MIQCB, 2005).

A Rede “Justa Trama Cadeia Ecológica do Algodão Solidário” é a marca de uma rede de cooperativas de seis empreendimentos econômicos associativos solidários, situados em seis estados do Brasil, que se articula em torno da cadeia produtiva do algodão agroecológico e cujo produto final é roupa. A mesma é formada por homens e mulheres agricultores, coletores de sementes, fiadoras, tecedores e costureiras. A Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural em Tauá no Estado do Ceará compreende o primeiro elo da cadeia produtiva com o fornecimento de pluma de algodão, fundada em 1986 por iniciativa de mulheres, em 1993 redirecionou suas atividades para a Agricultura Familiar, organizando a produção agroecológica de algodão, milho, feijão e gergelim. Desde 2003 essa produção se expandiu para os municípios de Choró, Quixadá e Massapê, atualmente abrange cerca de 170 agricultores familiares e atingindo a produção, em 2004, de cerca de 6.000 kg de pluma (CRUZ, 2010).

Outro exemplo é o projeto “Seda Justa” uma ideia das artesãs da comunidade da Vila Rural Esperança no Paraná, que dependiam exclusivamente da criação do bicho-da-seda; e resolveram aproveitar os fios para confecção de cachecol, surgindo daí o projeto, no início de 2007, por intermédio da EMATER-PR (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). O projeto tornou-se viável com a adesão de algumas moradoras, que já detinham o conhecimento da técnica do tricô; o que possibilitou, posteriormente, o repasse desse conhecimento para as demais artesãs (COELHO e IOLANDA, 2011).

Como exemplo local cita-se o “Projeto Granjinha”, implantado no Assentamento Jacu e Margarida Maria Alves, como também, nas comunidades Monte Alegre e Cachoeira, localizados no município de Pombal na Paraíba. Uma iniciativa do governo municipal em parceria com a EMATER-PB, que consiste na criação de galinhas caipira beneficiando em torno de 40 agricultores famílias. No projeto o agricultor fornece a infraestrutura e a Prefeitura Municipal fornece as pintainhas, comedouros (juvenil e adulto), bebedouros (juvenil e adulto), como também, a ração para todo o ciclo de vida até o ponto e abate, além de uma capacitação referente ao sistema de criação avícola.

Fala-se de agricultura familiar como um novo personagem, diferente do camponês tradicional, que teria assumido sua posição de produtor moderno (WANDERLEY, 1999), mesmo que ainda pela definição por lei, os pequenos e médios estejam fora da definição de agricultura familiar (IBGE, 2009). Segundo os princípios que orientam a reprodução social da agricultura familiar, a classificação proposta por Carneiro (2000) define três categorias de famílias:

1. Família agrícola de caráter empresarial, com produção voltada para o mercado;
2. Família camponesa, cuja lógica é a manutenção da propriedade familiar e da exploração agrícola;
3. Família agrícola “urbana”, que orienta a produção agrícola à melhoria da qualidade de vida e busca outras fontes de renda.

A agricultura familiar é carregada de traços camponeses, pois enfrenta os velhos problemas da modernização da agricultura brasileira, mas a autora afirma ainda que: agricultura camponesa tradicional vem a ser uma das formas sociais de agricultura familiar, uma vez que ela se funda sobre a relação acima indicada entre propriedade, trabalho e família. No entanto, ela tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global (WANDERLEY, 1996).

Neste contexto, a agricultura familiar encontra-se ligada diretamente às práticas agroecológicas de produção, promovendo assim um conjunto de desenvolvimento sustentável. Esse tipo de desenvolvimento tem como princípio norteador o equilíbrio entre a tecnologia e o meio ambiente promovendo o crescimento econômico por meio da preservação ambiental, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade. A produção familiar é a principal atividade econômica de diversas regiões brasileiras e precisa ser fortalecida, pois o potencial

dos agricultores familiares na geração de empregos e renda é muito importante. É preciso garantir a eles acesso ao crédito, condições e tecnologias para a produção e para o manejo sustentável de seus estabelecimentos, além de garantias para a comercialização dos seus produtos, agrícolas ou não (LIMA e WILKINSON, 2002).

Por isso, é importante conhecer a realidade e as dificuldades dos agricultores da comunidade possibilitando buscar alternativas de melhorias dos pontos fracos dos empreendimentos, para que os agricultores tenham condições de permanecer na atividade com qualidade de vida, proporcionando, desta forma, o fortalecimento da agricultura família.

## 2.1 Contexto histórico

Os primeiros registros da atividade de economia solidária data dos anos de 1980 a 1990 sob formas diversas de cooperativas e associações de socorro mútuo, produção, consumo, crédito, poupança e outros; empresas autogestionárias, clubes de troca, finanças solidárias, banco comunitários, consumo solidário, redes de colaboração solidária, comércio justo e solidário e grupos produtivos informais. As atividades econômicas sempre estavam ligadas ao compromisso com a coletividade, representadas nas ações educacionais e culturais.

As origens da economia solidária na Europa, esta ligada ao avanço do capitalismo industrial e a problemática da exclusão social crescente, principalmente no meio urbano, com o espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção. O trabalho nas fábricas tinha caráter explorativo e ameaçava a vida dos trabalhadores. As crianças começavam a trabalhar muito cedo e a jornada de trabalho era desumana e provocava debilitação e morte de muitos trabalhadores, impedindo o crescimento da produtividade nas fábricas (SINGER, 2012).

A Economia Solidária tem suas raízes na primeira metade do século XIX, na Europa, durante a Revolução Industrial. Alguns pensadores, na busca de alternativas para superar os efeitos excludentes do liberalismo econômico, elaboraram modelos de sociedade mutualista, cooperativista e solidária. Pelo mesmo motivo, a classe trabalhadora urbana buscou soluções que ultrapassassem os limites de uma sociedade de mercado, estabelecendo o denominado trabalho cooperativo (SINGER, 2012).

No Brasil, observa-se um crescimento relevante dos empreendimentos solidários a partir da década de 1990, mas só a partir de 2005 é que aparecem os dados oficiais sobre o número e as características desses empreendimentos solidários. Dados registrados em Documentos Técnicos Científicos, e publicados no ano de 2009 pela Revista Econômica do Nordeste mostra o número de empreendimentos que se aproxima de 22 mil no Brasil assim distribuídos: Nordeste (43,45%), Sudeste (17,90%), Sul (16,39%), Norte (12,15%) e Centro Oeste (10,11%). É nesse contexto, que depois da década de 1990, as discussões sobre Economia Solidária ganham os espaços acadêmicos e começam a crescer as formulações teóricas em escala mundial (BRASIL, 2008).

No ano de 2004, o Governo brasileiro cria a Secretaria Nacional de Economia Solidária dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, foi daí que as ações de economia solidária sob a responsabilidade da SENAES-TEM passam a ter orçamento próprio com a inclusão do Programa Plano Plurianual (PAA) do Governo Federal 2004-2007. Seis meses após a implantação da Secretaria foi criado o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento que marcou a introdução de políticas públicas específicas para a economia solidária em âmbito nacional (SENAES-MTE, 2004).

Um mapeamento dos empreendimentos solidários realizado pela SENAES aponta que a economia solidária no Brasil ainda é muito precária, devido a sua imaturidade. Dados revelam algumas fragilidades nessa etapa inicial, como à falta de apoio de instituições e agentes que



estimulem as ações coletivas que viabilizem os empreendimentos, levando em consideração os aspectos econômicos e associativos (ARRUDA 2006). Outro aspecto observado é a necessidade urgente de Políticas Públicas de fomento para a Economia Solidária e instituições públicas de ensino para a formação de educadores ou agentes de desenvolvimento para assessorar essa economia dando suporte para o desenvolvimento e crescimento desse modelo de organização social (ARRUDA, 2006).

Segundo Arruda 2006, o estágio inicial do desenvolvimento da Economia Solidária no Brasil é marcado por dificuldades objetivas e subjetivas, externas e internas aos empreendimentos e redes. O autor pontua uma série de dificuldades que impedem o desenvolvimento dos empreendimentos solidários, fazendo referência ao campo socioeconômico e da formação desses novos empreendedores.

No campo socioeconômico – consumo ético e sustentável; a forma de organização; motivação predominante; debilidade ou ausência do mercado solidário; falta de acesso a recursos públicos.

No campo da formação – carência de formação adequada; gestão democrática e viabilidade socioeconômica e ambiental; compreensão da importância da tecnologia; conhecimento dos direitos individuais e sociais; superação da prática dos valores da sociedade dominante.

Ver a economia solidária como ato pedagógico em si mesmo, é entender o que propõe essa nova prática social, e só há uma maneira de construir esse modelo de economia: é praticando-a. Não é necessariamente preciso pertencer a uma cooperativa, associação ou outro empreendimento solidário para se fazer Economia Solidária, essa prática já é comum nas lutas de classe, principalmente no lado dos oprimidos e subjugados, que lutam por seus direitos. Na realidade a educação que as lutas de classe levam aos operários está contida de valores solidários e igualitários. Os trabalhadores que agora praticam espontaneamente à economia solidária terão que aprender como gerir seus próprios negócios, eles têm que ser ensinados e eles buscam esse saber. Apesar de terem o conhecimento da prática do trabalho, de desenvolver as tarefas como operários, foram alienados em relação ao sistema da gestão de empreendimentos, que agora tem que não só operar, mas dirigir. Assim, a empresa autogestionária exige novos conhecimentos que terão que ser aprendido e visto como desafios, ela exige dos indivíduos que participam dela comportamento social pautado na solidariedade e não mais pela competição. Essa proposta vale para todos os grupos que aderiram à construção da economia Solidária: assentados da reforma agrária, os artesãos, cooperativas de crédito, catadores de lixo, os agricultores familiares, garimpeiros e outros, que detém a propriedade privada de meios “individuais” de produção. Hoje a Economia Solidária apresenta-se de várias formas e, em cada uma delas, há um aprendizado (PORTELA, 2005).

Partindo dessa compreensão, percebe-se na prática da economia solidária, um caráter educativo, porque é necessário ter clareza dos desafios que se quer superar nesta forma de organização e, buscar a sua solução é parte integrante do processo educativo, uma ação social que resulta em conhecimento e sociabilidade.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi de natureza bibliográfica e descritiva e buscou-se através da aplicação de questionário, traçar o perfil socioeconômico e diagnosticar possibilidades de empreendimentos solidários que fortaleçam a economia da Comunidade Rural de Flores no município de Pombal, Paraíba, realizada no período de julho a agosto de 2013.

A Comunidade possui a sua Associação que foi fundada a mais de trinta anos e, tem em média cem associados, compreendendo Flores e comunidades circunvizinhas. Constituída

por agricultores e suas famílias as Unidades de Produção utilizam a força de trabalho do tipo familiar, para produzir alimentos para a sua subsistência e o excedente vai abastecer um mercado de consumo que está cada vez mais exigente em relação à forma de produção e condução dos alimentos.

Essa pesquisa foi realizada em dois momentos. Inicialmente um estudo apoiado nas literaturas, para se organizar conceitos como suporte para as etapas seguintes do processo; o segundo momento inicia-se com o primeiro contato com a comunidade, por ocasião de uma das reuniões ordinárias que a Associação local realiza no segundo domingo de cada mês; oportunamente a presidente em exercício abriu espaço para que se pudesse falar aos presentes da finalidade da pesquisa e da importância dessa atividade de campo para o êxito do trabalho.

Nessa ocasião foi feito o reconhecimento do local, os atores sociais que participaram da pesquisa e as condições para realizar os trabalhos. Nas etapas seguintes iniciou-se a aplicação de um questionário, composto por 38 questões, abertas e fechadas, onde 25 agricultores se propuseram a responder; sendo assim definida a amostra da pesquisa, levando em consideração as relações de trabalho e como eles estão organizados, além do desenvolvimento local, e também a forma como os trabalhadores se relacionam com o ambiente.

As indagações possibilitaram o entendimento dos agricultores familiares na formulação das respostas para cada averiguação, contribuindo para identificar o perfil socioeconômico da comunidade em estudo e a existência de empreendimentos, observando as relações de trabalho, na tentativa de encontrar também algumas perspectivas de inclusão de empreendimento que desenvolva atividades coletivas e solidárias.

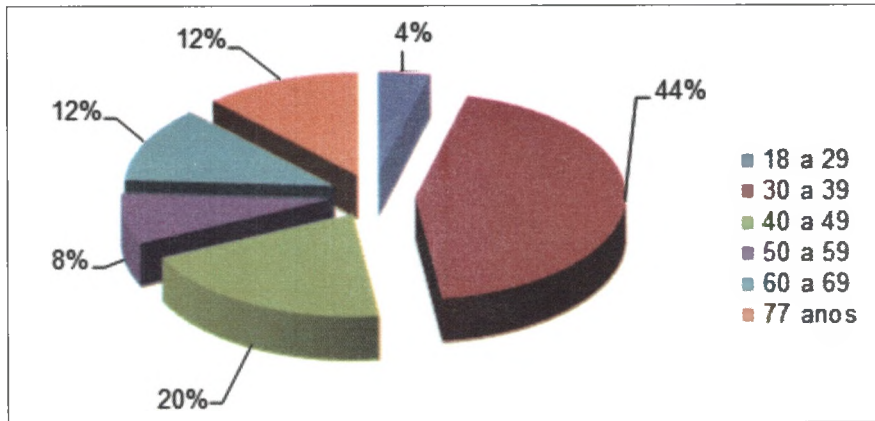
Os dados levantados nos questionários foram agrupados, analisados e apresentados na forma de figuras. Essa ferramenta proporcionou um melhor entendimento das informações coletadas sobre alguns empreendimentos rurais na comunidade, e a natureza dos mesmos, identificando o perfil da população envolvida e a relação desses com os princípios da economia solidária.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Perfil socioeconômico**

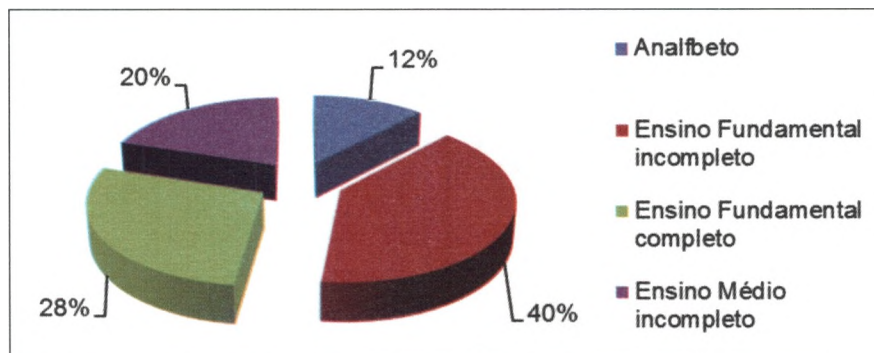
Na Figura 1, está representada a faixa etária dos agricultores pesquisados; onde a variação está entre 18 anos para o mais jovem e 77 para o mais velho. Os agricultores que estão entre 18 e 29 anos, geralmente são solteiros, e a presença destes na atividade agrícola está dividida com outras atividades não agrícolas como pedreiro e ajudante de pedreiro na sede do município. A força maior da atividade agrícola e pecuária está representada entre os agricultores de 30 a 59 anos, por ser maioria casados, possuírem suas famílias e estão mais fixados nas atividades de campo. Os agricultores com mais de 70 anos, aparecem na pesquisa dentro do percentual de proprietários, e estão na atividade apenas para administrar os imóveis.

**Figura 1 – Faixa etária dos agricultores pesquisados.**



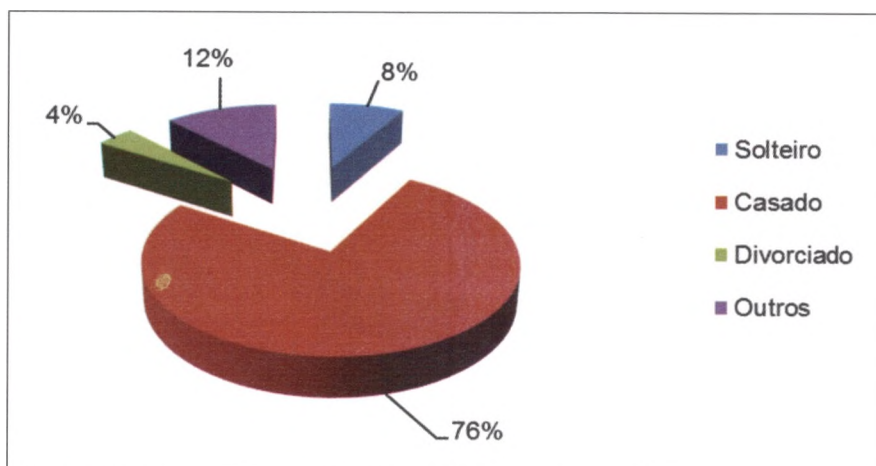
Podemos observar na Figura 2, que a análise do questionário demonstrou o nível de escolaridade dos agricultores familiares onde à maioria tem baixa escolaridade, apenas sabem ler e escrever. Nenhum dos entrevistados apresenta o Ensino Médio completo; só 28% apresentam Ensino Fundamental completo. Apesar da baixa escolaridade, os agricultores informaram que os seus filhos frequentam a escola e que a Comunidade tem apenas um estudante de Ensino Superior do Curso de Direito.

**Figura 2 – Nível de escolaridade dos agricultores pesquisados.**



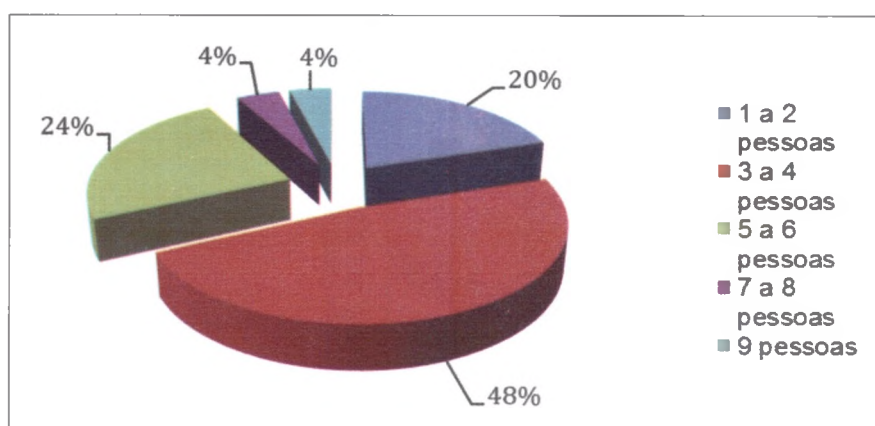
No que se refere ao estado civil dos agricultores pesquisados, a maioria são casados ou apresentam união estável, o que vem confirmar a tradição do casamento no meio rural. Diversos autores enfatizam o casamento como uma das categorias culturais mais importantes para a análise do campesinato. Diferentemente de outras categorias sociais, o camponês é ou procura ser, de maneira geral, proprietário da terra, dono dos meios de produção, trabalhador e chefe de família, sendo este o ator principal.

**Figura 3 – Estado civil, dos agricultores pesquisados.**



A densidade domiciliar, na maioria dos domicílios estudados, é de 3 a 4 pessoas, o que representa 48% dos entrevistados; algumas famílias chegam a ter 9 pessoas. Levando em consideração o nível de escolaridade dos pesquisados que é muito baixo (Figura 2), observa-se que existe um nível de consciência quanto ao número de filhos, porque a maioria das famílias apresentam no máximo 4 filhos. Isso demonstra certo controle de natalidade.

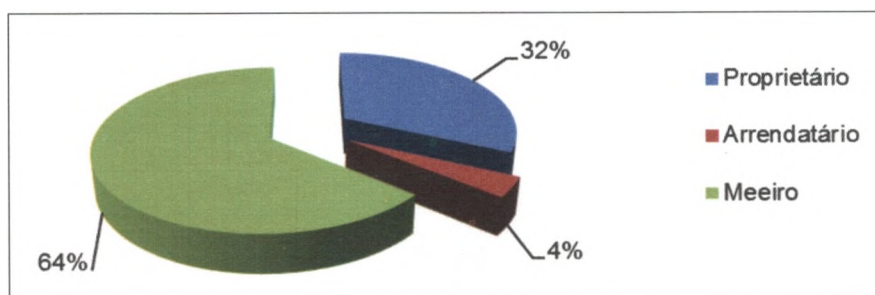
**Figura 4 – Número de membros por famílias, dos agricultores pesquisados.**



Em relação à posse e uso da terra, os dados da Figura 5 mostram que a maioria dos agricultores familiares trabalha no sistema de meeiros e não possui a posse da terra; o número de proprietários e arrendatários está muito inferior comparados com os que trabalham nas terras alheias. Esse resultado só vem confirma o baixo poder aquisitivo dos agricultores, observado durante as visitas aos imóveis.

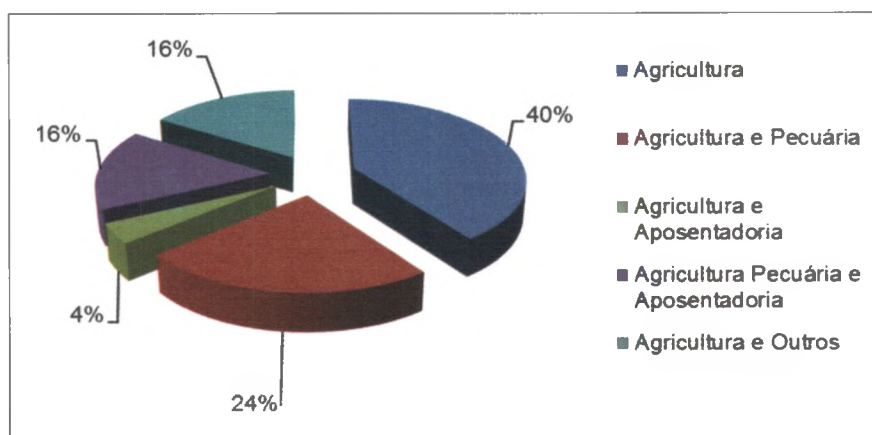


**Figura 5 – Relação de posse e uso da terra, dos agricultores pesquisados.**



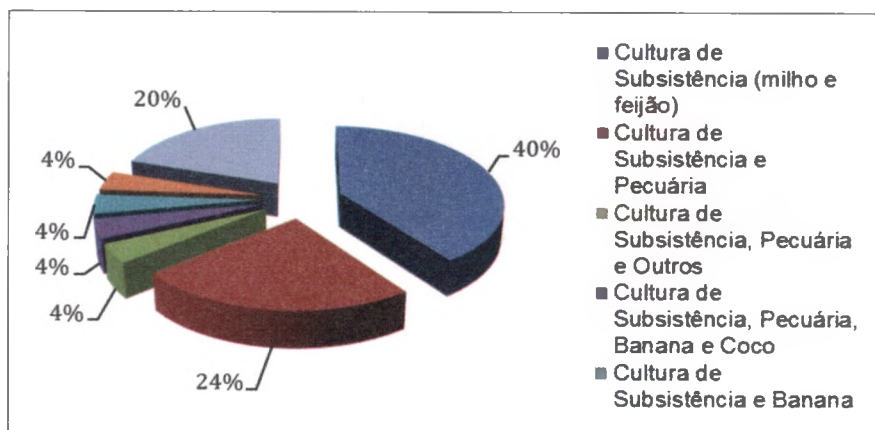
Pela Figura 6, constata-se a ocupação dos entrevistados, onde a maioria dos agricultores possui renda proveniente da agricultura com as culturas de subsistência (milho e feijão); culturas irrigadas (banana e coco); hortaliças em menor escala e a pecuária leiteira; para complementar a renda, entra a aposentadoria rural e outras atividades como pedreiro e ajudante de pedreiro que no período de estiagem alguns se deslocam para a cidade de Pombal, que fica apenas a 15 km da Comunidade.

**Figura 6 – Renda dos agricultores pesquisados.**



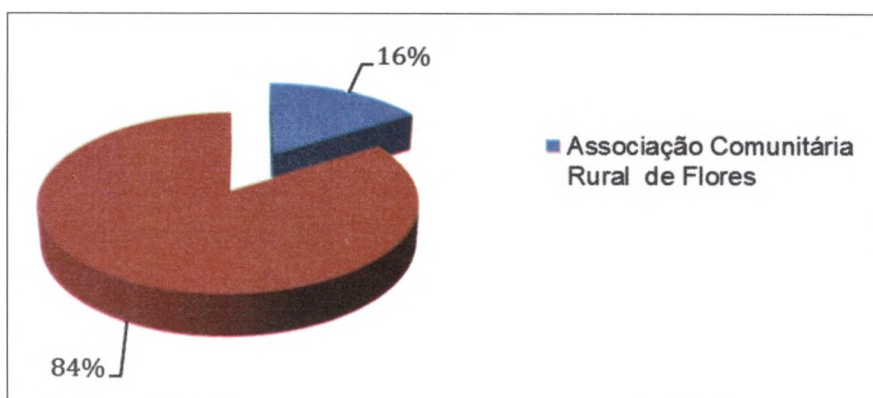
Na Figura 7, observa-se que as atividades agrícolas da comunidade, estão voltadas em sua maioria para as culturas de subsistência, que representa o sustento da família, a pecuária leiteira com o produto destinado às queijeiras para produção de queijo artesanal, banana e o coco irrigado, em menor escala destinado ao mercado local. Observa-se que os agricultores ainda não despertaram para produzir alimentos variados em maior quantidade para um mercado que proporciona maiores oportunidades.

**Figura 7 – Atividades agropecuárias, dos agricultores pesquisados.**



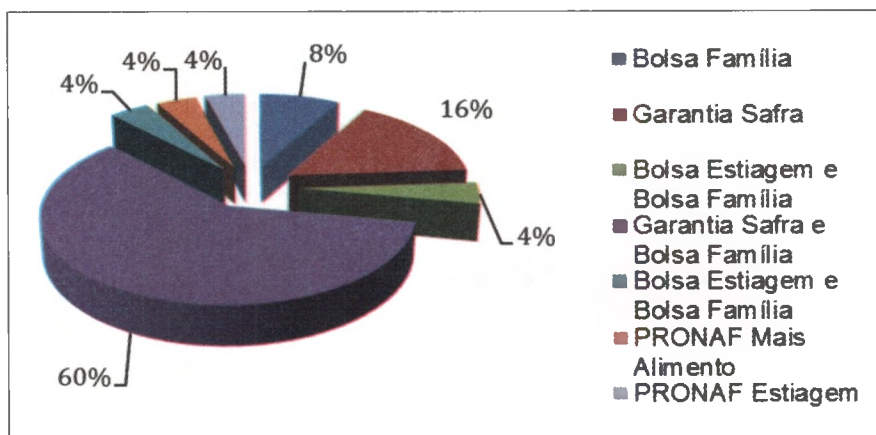
No item vínculo organizacional, na Figura 8, a maioria dos agricultores são associados na Associação Comunitária e no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Pombo - STTRP, com o objetivo de garantir a aposentadoria rural futura. Apesar da EMATER-PB e o STTRP orientarem o trabalho associativo como o caminho para o crescimento social, a Associação não apresenta grupo de trabalho que envolva as mulheres ou os jovens da Comunidade.

**Figura 8 – Vínculo organizacional dos agricultores pesquisados.**



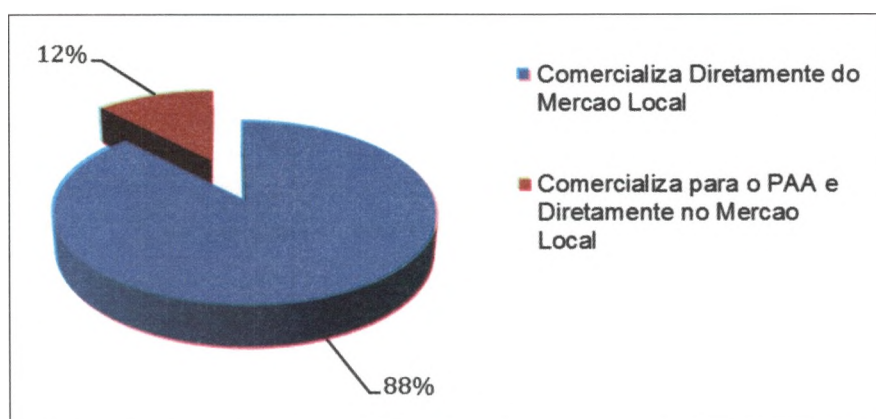
Pela Figura 9, verificam-se os programas e políticas públicas encontrados na Comunidade. A maioria dos agricultores são beneficiários do Garantia Safra, da Bolsa Família e da Bolsa Estiagem; poucos agricultores contraíram o Crédito do PRONAF. Esse resultado está correlacionado com a Figura 5, Relação de posse e uso da Terra, que para se contrair o crédito o agricultor tem que está de posse da terra que ele explora, seja na condição de proprietário, arrendatário, contrato de parceria ou outras modalidades. Sem essa comprovação o agricultor não terá acesso ao crédito.

**Figura 9 – Acesso aos programas e políticas públicas.**



No item comercialização, é oferecida ao mercado uma variedade de produtos como: manga, banana prata, feijão verde, milho verde, jerimum, macaxeira, batata doce, mamão, e o leite “in natura” que é destinado a queijeira para fabricação de queijos artesanais. Verifica-se pela Figura 10, que 88% comercializam diretamente no mercado local e 12% comercializam para o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e diretamente no mercado local.

**Figura 10 – Comercialização dos excedentes, dos agricultores pesquisados.**

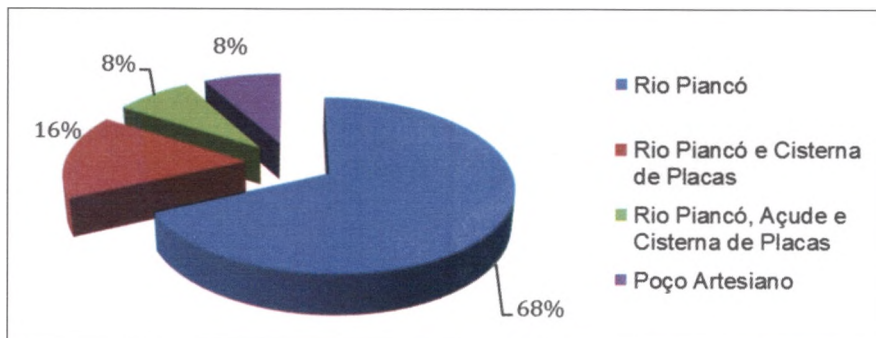


Pode-se observar na Figura 11, algumas alternativas de convivência com o Semiárido, encontradas na comunidade. Verificou-se que 68% dos agricultores informaram que o Rio Piancó fornece água suficiente para o consumo humano e animal. Sendo que para a produção de culturas irrigadas, 16% armazenam a água do Rio em cisternas de placas facilitando o manejo de pequenas irrigações; como também 8% se beneficiam do rio, das cisternas e açudes de suas propriedades; no entanto 8% usufruem de poços artesianos por estarem além da margem do rio como também não terem sido beneficiados com cisternas. Esses são exemplos de como conviver no semiárido. Outra fonte de abastecimento alimentar e geração de renda para as famílias que vivem nas regiões do semiárido é a pecuária. No entanto, por possuir um custo considerável alto para agricultura familiar com o seu manejo, essa atividade torna-se pouco atrativa para essa comunidade. Nesse caso, a criação de animais de pequeno porte, como atividade da caprinovinocultura se destaca, pois o custo com a alimentação e a quantidade de água exigida para essa atividade é significativamente menor em relação à bovinocultura.

Segundo Silva (2006) são exemplos de pecuária adequada ao Semiárido a caprinocultura e a ovinocultura, por possuírem fácil adaptação a essas regiões, além de produzir um

adubo que facilita a absorção da água da chuva nos solos e aumenta a sua fertilidade para a produção agrícola.

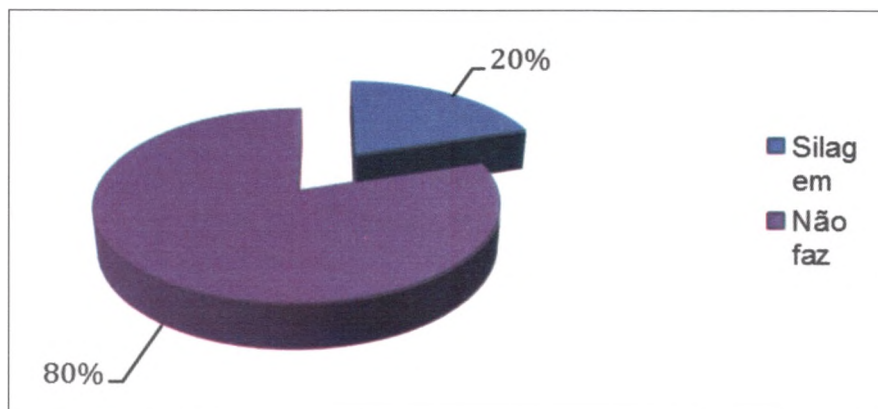
**Figura 11 – Alternativas de convivência com o Semiárido, dos agricultores pesquisados.**



Com o objetivo de melhorar o apascentamento do rebanho os dados da Figura 12, nos mostra que a produção e conservação de forragem são feita por um percentual mínimo de agricultores, onde 20% destes utilizam a prática da Silagem para armazenar pastagem por um período de seca. Essa pastagem armazenada alimenta o rebanho nos períodos mais difíceis e 80% não utilizam nenhuma prática de armazenamento de pastagem, havendo assim uma maior perda do rebanho existente.

Segundo Carvalho (2002), os princípios da otimização do uso de pastagens se aplicam a quaisquer sistemas de produção e qualquer tipo de animal. De acordo com a EMATER-PB (2013), existem várias opções de armazenamento de forragem como: O método de Fenação, Silos Cincho, Silos de superfície dentre outras práticas orientadas pela Empresa.

**Figura 12 – Produção e conservação de forragem, dos agricultores pesquisados.**



Diante dos resultados apresentados pela pesquisa, que traçou o perfil socioeconômico dos agricultores familiares de Flores, pode-se observar que há sinais de desenvolvimento, uma vez que a Comunidade tem potencial para outras atividades ou agregar valor às potencialidades que já existem, como por exemplo o leite que é vendido na forma “in natura”, poderia ser beneficiado dentro da própria Comunidade.



## 4.2 Empreendimentos solidários

Durante a coleta de dados constatou-se que 100 % dos entrevistados não estão envolvidos em nenhum empreendimento solidário, apesar de todos fazerem parte da Associação da Comunidade e 80% destes serem sindicalizados (Figura 8). Ou seja, apesar deles estarem formalmente organizados, suas atividades são desenvolvidas individualmente, em alguns casos com a presença de apoio econômico advindo apenas programas sociais dos órgãos governamentais, como visto nas figuras 9 e 10.

De acordo com as observações, dentre as atividades desenvolvidas (Figura 7) e das potencialidades da comunidade há possibilidade dos membros se organizarem e buscarem artefatos para implantarem empreendimentos solidários na localidade, principalmente aqueles de caráter agroindustriais, a exemplo do beneficiamento do leite com a elaboração de subprodutos lácteos; instalação de doceiras; beneficiamento de frutas e hortaliças com a prática de limpeza, padronização e embalagem ou com a técnica de minimamente processados ou polpas. Além destas, as atividades de artesanatos podem ser outra possibilidade, uma vez que na região existe matéria-prima a base de algodão colorido, palha de milho, resíduos do coco e casca de bananeira, ainda não se pode deixar de relatar a arte da tapeçaria que pode ser desenvolvida pelas mulheres da Comunidade, na forma de crochês e bordados.

## 5 CONCLUSÕES

Com os resultados encontrados no presente estudo, conclui-se que:

Os agricultores familiares da Comunidade Rural de Flores em Pombal, PB, demonstram que estão satisfeitos com as atividades desenvolvidas nas suas Unidades de Produção, onde a maioria afirma que a atividade agrícola e a pecuária leiteira demonstram princípios de desenvolvimento econômico, uma vez que dispõe de água suficiente para a irrigação e manutenção da pecuária.

A Comunidade recebe Assistência Técnica da EMATER, PB com a aplicação de algumas políticas de incentivo a produção, e que são itens que vem fortalecerem as atividades, no que se refere à comercialização dos produtos para a merenda escolar através do PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar e para o PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, que são políticas que estão dentro da Comunidade contribuindo para a permanência dos agricultores na atividade.

Flores tem potencial para desenvolver outras atividades que venha contribuir para o desenvolvimento local, há possibilidade dos membros se organizarem e buscarem artefatos para implantarem empreendimentos solidários na localidade, principalmente aqueles de caráter agroindustriais, a exemplo do beneficiamento do leite com a elaboração de subprodutos lácteos; instalação de doceiras; beneficiamento de frutas e hortaliças com a prática de limpeza, padronização e embalagem ou com a técnica de minimamente processados ou polpas. Além destas, as atividades de artesanatos podem ser outra possibilidade, uma vez que na região existe matéria-prima a base de algodão colorido, palha de milho, resíduos de coco e casca de bananeira, ainda não se pode deixar de relatar a arte da tapeçaria que pode ser desenvolvida pelas mulheres da Comunidade, na forma de crochês e bordados.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos agricultores familiares, a maioria é otimista quanto ao seu futuro e de sua família e, desejam que os filhos continuem na agropecuária, porém esperam mudanças positivas nas políticas atuais, melhores preços de seus produtos na comercialização e a conseqüente melhoria na qualidade de vida.

A mão de obra utilizada pelos agricultores é do tipo familiar, sendo este mais um fator positivo, pela permanência das pessoas no campo.

Embora já existam práticas sociais desenvolvidas, ainda é necessário fortalecer o associativismo de forma a desenvolver na Comunidade algum empreendimento solidário que venha beneficiar grupos de trabalhadores e que possa envolver o maior número de pessoas como uma forma de geração de renda e melhoria de vida e crescimento social.

Não foi identificada a presença de empreendimentos solidários em desenvolvimento na Comunidade.

## 6 REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. **Estratégia de formação no campo da economia dos setores populares**. Seminário Economia dos Setores Populares: Sustentabilidade e Estratégias de Formação. Universidade Católica de Salvador e CAPINA. Dezembro de 2006.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). **Assistência técnica para empreendimentos econômicos solidários e o apoio e fortalecimento de redes de cooperação em economia solidária**. 2008. Disponível em: [www.portal.mte.gov.br](http://www.portal.mte.gov.br). Acesso em: 17 jul. 2013.

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento e o “novo rural”. *In*: CAMPANHOLA, C. GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 117-150.

CARVALHO, P. S. F. Pastagem cultivada para caprinos e ovinos. *In*: VI SEMINÁRIO NORDESTINO DE PECUÁRIA, 04, Fortaleza, CE. **Anais... PECNORDESTE- 2002**, Fortaleza, 2002. 288 p.

COELHO, M. B.; IOLANDA, M. S. **Identidade e tecnologia social: um estudo junto às artesãs da vila Rural Esperança**. Cadernos Ebape.Br, v. 9, nº 2, artigo 10, Rio de Janeiro, Junho de 2011.

CRUZ, A. **A Rede Justa Trama: Os fios e o tecido de uma cadeia produtiva na Economia Solidária**. Novos Paradigmas de produção e consumo. Experiências inovadoras. São Paulo: Instituto Pólis, 2010.

EMATER-PB, Empresa de Assistência Técnica e Extensão da Paraíba. 2013. **Associativismo, Relatórios de Atividades**. Disponível em: [www.emater.pb.gov.br](http://www.emater.pb.gov.br). Acessado em 13 ago. 2013.

FÉLIX, K. K. F. **Práticas sustentáveis para se conviver no Semiárido brasileiro**. 2012. Disponível em: [www2.ufersa.edu.br](http://www2.ufersa.edu.br). Acesso em: 03 set. 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. **Contagem da População**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 12 ago. 2013.

IBGE. **Perfil dos Municípios Brasileiros**. Brasília, 2009. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 12 ago. 2013.

LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (org). **Inovação nas tradições a agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MENEZES, E. O. **Seca no Nordeste: Desafios e Soluções**. Editora Atual. São Paulo. 2009.

MIQCB-MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU. **Nova cartografia social da Amazônia: quebradeiras de coco babaçu do Pará**. São Luís: MIQCB, 2005, 11p.

NOBREGA, M. J. L. **O processo de transição para produção orgânica de hortaliças das famílias da comunidade Várzea Comprida dos Oliveira, Pombal-PB**. Educação

ambiental. Responsabilidade para a conservação da biodiversidade Editora Universitária da UFPB João Pessoa – PB, 2011.

PORTELA, S. M. K. (Org.) **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005.104p.

SENAES, Ministério do Trabalho e Emprego. **Plano Nacional de Qualificação (PNQ):** termo de referência em Economia Solidária. Versão preliminar. MTE/Senaes Brasília, 2004.

SENAES, Secretaria Nacional de Economia Solidária, **A Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego, 2013**. Disponível em: [www.portal.mte.gov.br](http://www.portal.mte.gov.br). Acesso: 22 mai. 2013.

SILVA, R. M. A. **Entre o Combate a Seca e a Convivência com o Semi-Árido:** transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. (Tese de Doutorado). Brasília: UNB, 2006, 298p.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

WANDERLEY, M. N. B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Agricultura familiar. Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

Este livro foi diagramado na  
fonte Georgia e impresso em  
papel Apergaminhado 75 grs.,  
na RDS Gráfica e Editora Ltda.,  
no mês de setembro de 2015, em  
Fortaleza - Ceará - Brasil